



Universidade de Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em História

Os lugares indígenas dentro do Tratado de Santo Ildefonso (1777) – Uma análise a partir do diário do demarcador José Maria Cabrer (1783 - 1801)

Linha de pesquisa: Relações Sociais de Dominação e Resistência

David da Silva Carvalho

Porto Alegre

2021

DAVID DA SILVA CARVALHO

Os lugares indígenas dentro do Tratado de Santo Ildefonso (1777) – Uma análise a partir do diário do demarcador José Maria Cabrer (1783 - 1801)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: Relações Sociais de Dominação e Resistência

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Santos Neumann

PORTO ALEGRE

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Carvalho, David da Silva

Os lugares indígenas dentro do Tratado de Santo Ildefonso (1777) – Uma análise a partir do diário do demarcador José Maria Cabrer (1783 - 1801) / David da Silva Carvalho. -- 2021.

156 f.

Orientador: Eduardo Santos Neumann.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. José Maria Cabrer. 2. Demarcação de limites 1777. 3. Indígenas. 4. Viajantes. 5. Fronteira. I. Neumann, Eduardo Santos, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

David da Silva Carvalho

OS LUGARES INDÍGENAS DENTRO DO TRATADO DE SANTO ILDEFONSO (1777) –
UMA ANÁLISE A PARTIR DO DIÁRIO DO DEMARCADOR JOSÉ MARIA CABRER
(1783 - 1801)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Porto Alegre, 13 setembro de 2021

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Carlos Daniel Paz
Departamento de História
Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNCPBA) -Tandil - Buenos Aires – Argentina

Prof. Dr. Fábio Kunh
PPG História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof.^a Dr.^a. Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo
Faculdade de Formação de Professores de Garanhuns Magano (FAFIGA). Universidade Estadual de Pernambuco (UPE)

Se camino en la certeza de que no se perdería nada.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa foi realizada através da Bolsa de Mestrado concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Ministério da Educação. E pelo empenho, profissionalismo e dedicação do PPGH/UFRGS, como um todo e da Universidade pública, gratuita e de qualidade que me acolheu nesta empreitada.

E, claro, da ajuda de muitas pessoas incríveis que a vida fez meus amigos e amigas. A vocês, onde quer que estejam, meu agradecimento nunca será suficiente, mas assim mesmo, obrigado por tudo.

Dito isto, algumas considerações devem ser feitas sobre o andamento desta pesquisa e de como ela foi produzida. Não me refiro a metodologias, mas às condições de produção sob as quais ela se desenvolveu até aqui. Sendo está uma parte importante dela. Pois em condições ditas normais o trabalho já é difícil, mas nas condições atuais ele se tornou extremamente difícil e um processo penoso também.

A primeira consideração é que devido ao fechamento dos arquivos por conta da pandemia de COVID-19 no ano de 2020, e a impossibilidade de acessar as fontes por mim consultadas no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS no início dos trabalhos, algumas explicações e aprofundamentos quanto aos pagamentos realizados aos indígenas pela fazenda real portuguesa e afins, antes da demarcação de 1777 e outros detalhes acabaram sem muito aprofundamento. Mas foram colocados na dissertação até onde foi possível para a ocasião. O que segue como parte do texto foi fundamentado nas fontes já examinadas, para conclusão desta etapa da pesquisa. Visto que uma volta ao Arquivo para consulta da totalidade das fontes, até o presente momento, está fora de cogitação devido a pandemia e aos prazos impostos para a entrega desta pesquisa. A segunda consideração é sobre as condições de acesso a alguns livros. Infelizmente as bibliotecas estão fechadas e assim ficaram durante todo o decurso de minha escrita, o que tornou encontrar um único livro um verdadeiro achado e uma tarefa de meses, quando encontrado. Principalmente os antigos que tratam sobre a temática da fronteira. E, mesmo empréstimos de livros, ficaram prejudicados, pois muitos colegas que têm estes livros não puderam cedê-los dado o distanciamento social. Isso e a falta de outros espaços para trabalhar, dificultaram muito o processo de escrita e de consulta a outros materiais.

Por fim, além das condições impostas pela pandemia que vivemos e dos desgastes decorrentes desta, sinto informar que perdi pessoas muito próximas a mim. Em decorrência da pandemia e fora dela. A última não tem nem 3 meses e ainda sinto muito a perda. O processo

de escrita desse trabalho se deu em meio ao luto, principalmente em decorrência da perda de uma de minhas irmãs mais novas, cujos efeitos sinto todo dia. Fora isso eu descobri ser disléxico, então meu processo de escrita é mais lento e requer sempre o triplo de atenção, pois no processo algumas letras, ou mesmo palavras, são suprimidas ou somadas sem que eu perceba mesmo que eu leia várias vezes. Motivo pelo qual, de antemão, peço sua compreensão ao ler o meu texto. E me coloco à disposição para explicações e ajustes posteriores à defesa. No mais, eu fiz, junto com outras pessoas sem as quais eu não estaria aqui, o melhor que pude para a ocasião, para apresentar o resultado desta pesquisa. Que adianto o fim: me trouxe mais dúvidas agora do que quando a iniciei pelos idos 2019.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar, interpretar e explicar os lugares indígenas dentro da demarcação limites do Tratado de Santo Ildefonso (1777), por meio do diário de José Maria Cabrer. Intitulado "Diário da la Segunda Subdivision de Limites Española entre los Dominios de España y Portugal en la America Meridional Por el segundo comisario y geógrafo de ella, D.n Joseph Maria Cabrer Ayudante del Real Cuerpo de Yngenieros Principiada en 29 de Diciembre de 1783 y finalizada en 26 de Octubre de 1801". Onde procuro estabelecer uma análise sobre os grupos nativos e suas capacidades de ação e não só de reação dentro da demarcação de limites, procurando, a partir do diário como fonte primária, entender como tantos indígenas poderiam ter ou tiveram um importante papel como sujeitos históricos na construção dos trabalhos demarcatórios na América do Sul do século XVIII.

Palavras-chave: Demarcação - José Maria Cabrer - Fronteira - Diário do demarcador - Viajantes - Indígenas - Subdivisão de limites 1777

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar, interpretar y explicar los lugares indígenas dentro de la demarcación de límites del Tratado de Santo Ildefonso (1777), a través del diario de José María Cabrer. Titulado "Diario de la segunda subdivisión de los límites españoles entre los dominios de España y Portugal en América del Sur. Por segundo país y geografía, Dn Joseph Maria Cabrer Ayudante del Royal Cuerpo de Yngenieros a partir del 29 de diciembre de 1783 y finalizado el 26 de diciembre Octubre de 1801". Propongo hay un análisis de los grupos nativos y sus acciones y no solo la reacción dentro de los límites de los límites, buscando, comenzando diariamente como fuente histórica, entendiendo cuántas áreas indígenas y teniendo o teniendo un papel importante como estudios históricos en la construcción de obras. demarcaciones en el siglo XVIII en América del Sur.

Palabras clave: Demarcación - José María Cabrer - Fronteira - Diario del demarcador - Viajeros - Pueblos indígenas - Subdivisión de límites 1777

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze, interpret and explain the places indigenous people within the boundary demarcation of the Treaty of Santo Ildefonso (1777), through the diary of José Maria Cabrer. Titled "Diary of the Second Subdivision of Spanish Limits between the Domains of Spain and Portugal in South America. By second country and geography of it, Dn Joseph Maria Cabrer Ayudante of the Royal Cuerpo de Yngenieros Beginning on December 29, 1783 and ended on December 26 October 1801". Where there is an analysis of native groups and their actions and not just the reaction within the limits of limits, looking for, starting daily as a historical source, understanding how many indigenous areas and having or having an important role as historical studies in the construction of works demarcations in 18th century South America.

Keywords: Demarcation - José Maria Cabrer – Frontier - Diary of the mapmakers - Travelers - Indigenous people - Subdivision of limits 1777

LISTA DE FIGURAS

Mapa 1 - Figura 1 - Itinerários das equipes de demarcação. Este mapa demonstra os caminhos aproximados seguidos pelas primeira e segunda subdivisões dos tratados de Madri (azul) e San Ildefonso (roxo) e pela terceira e quarta subdivisão espanhola de ambos os tratados (verde). (Erbig, 2015. Pág.142).

Mapa 1.1 – Figura 2 - Cabrer, José Maria, José Varela Y Ulloa, e F. Delamare. “Carta esferica de la Confederacion Argentina y de las Republicas del Uruguay y del Paraguay Que comprende los Reconocimientos practicados por las Primeras y Segundas Subdivisiones españolas y portuguesas del mando de los Señores Don Jose Varela y Ulloa (Comisario Pral. Diror.), Don Diego de Albear, el Teniente General Lucitano Sébastian Xavier da Vega Cabral da Camara, y el Coronel Francisco Juan Roscio, en cumplimiento del Tratado Preliminar de Límites de 11 de octubre de 1777”. [Division 40 du portefeuille 1 QUATER du Service hydrographique de la marine consacrée au Brésil, Paraguay et Uruguay]. Paris: s.n., 1853.

Mapa 1.2 - Figura 3 - Distância em quilômetros entre os Arroyos do Chuy e San Miguel. Até o Arroyo Tahin, como esboçado no artigo 5º do Tratado de limites de 1777.

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AN-RJ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

AN-RJ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro: CÓD. 104. V 7 -15. Correspondência dos Governadores do Rio Grande com o Vice-Rei. 27.07.1787.

AGNA Archivo General de la Nación Argentina

AHRS Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - Códices da Fazenda Real - F 1242, F1243, F1244, F1245. F1246, F1247, F 1248 e F1249.

AHI Arquivo Histórico do Itamaraty.

BN Biblioteca Nacional – Mapas consultados

BCE/UnB Biblioteca Central da Universidade de Brasília – Diário de José de Saldanha.

BnF -Gallica - Biblioteca Nacional da França – Mapa de 1853

IHGB Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Cód. Códice

Doc. Documento

D.n – Don: pronome de tratamento aplicado aos oficiais espanhóis e demais autoridades ibéricas

V.S – Vossa Senhoria

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - A FONTE: O DIÁRIO DE JOSÉ MARIA CABRER	22
1.1 O DEMARCADOR: JOSÉ MARIA CABRER - 1761-1836: BREVE HISTÓRICO	27
1.2 LUGARES INDÍGENAS NO CONTEXTO IBÉRICO DA FONTE	30
1.2 CATEGORIAS E CONCEITOS NA FONTE – LUGARES INDÍGENAS CAMUFLADOS ..	32
1.3 TOMOS I A III: NOTAS INDÍGENAS.....	44
1.4 TOMO II.....	51
1.5 CAMINHAR É PRECISO – MUDANÇAS E PERCEPÇÕES SOCIAIS.....	54
1.6 UM COMÉRCIO ESTRANHO – PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS SUSPEITAS, OU NÃO!	55
1.7 TOMO III – LUGARES E GRUPOS INDÍGENAS RETRATADOS.....	60
1.8 TOMO III – INDÍGENAS ANTAGONISTAS NA DEMARCAÇÃO	65
1.9 TOMO III – O FIM DA JORNADA	67
1.10 A ORIGEM DOS GUARANI - A MÃO DE CABRER NA NARRATIVA	72
1.11 FIM DOS TOMOS	78
CAPÍTULO 2 - A DEMARCAÇÃO DE LIMITES DE 1777 - UMA LINHA - MUITAS FRONTEIRAS	79
2.1: UMA TERRA CHEIA DE PESSOAS VISÍVEIS	79
2.2 OS DETALHES NA TERRA VAZIA.....	81
2.3 AS MUITAS LINHAS NA TERRA SE REVELAM	84
2.4 A FRONTEIRA IBÉRICA E AS PRÁTICAS TERRITORIAIS INDÍGENAS SE ENCONTRAM	95
2.5 UMA FRONTEIRA SE FAZENDO	98
2.6 CABRER E OS INDÍGENAS.....	103
2.7 DE PERTO MUITO SE VÊ.....	109
2.8 FRONTEIRAS POROSAS	117
2.9 INDÍGENAS, PARTE DA DEMARCAÇÃO DE 1777	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
LISTA DE FONTES	136
BIBLIOGRAFIA	137

INTRODUÇÃO

Habituei-me a chamar de fonte de trabalho o diário de José Maria Cabrer, oriundo de uma parte dos trabalhos de execução do Tratado de Santo Ildefonso 1777/1778 e, com essa pequena introdução à documentação, buscar uma crítica interna à fonte no que diz respeito aos lugares indígenas dentro da demarcação de limites que ela retrata de 1783 a 1801, nesta primeira hora de trabalhos, como objeto de estudo desta dissertação. Para tal, foi necessário decodificar as variadas intencionalidades expressas na fonte e se atentar ao máximo aos aspectos subjetivos dela, para assim seguir o detalhamento e a abrangência de conteúdos descritos e registrados no diário da demarcação de José Maria Cabrera sobre os indígenas. Todavia, não me poupei de certa liberdade ao informar ao leitor/a sobre as dificuldades e peculiaridades na leitura destes documentos.

É importante destacar que esta pesquisa não visa aceitar o discurso do autor como verdade absoluta, e sim como parte de uma narrativa que enfoca as relações estabelecidas entre espanhóis, portugueses, mestiços (*hispano-crioulos, luso-brasileiros*) e indígenas, ao mesmo tempo em que opõe a visão eurocêntrica dessa relação, admitindo outras possibilidades para a História indígena, além da dualidade dominador e dominado (WILDE, 2016).

Neste trabalho discuto as relações apresentadas no texto (que está na forma de um diário) como fonte primária e, a partir dele, tento analisar até que ponto podemos usar esse tipo de fonte, que de certa forma parte da administração colonial espanhola, para pensar problema de pesquisa para além do lugar de fala de seu autor, na tentativa de perceber a atuação dos grupos indígenas de forma ativa, evidenciando suas atuações no meio social.

Sabemos que essa problemática envolve uma análise exaustiva sobre os grupos nativos mencionados no diário de Cabrer, no caso os trabalhos de demarcação da fronteira sul da América (ZARTH; VALENTINI; RADIN, 2015), espaço de atuação do autor, bem como os desafios de evidenciar a ação das pessoas que, em grande parte e até então, temos notícias majoritariamente pela mão de outros. Mas, que em alguma medida também nos deixaram de forma escrita a sua própria narrativa, mesmo que tenham chegado a nós de forma fragmentada (NEUMANN, 2005) (MELGAREJO, 2014) (FLECK; OBERMEIER, 2018).

Porém, para melhor aproveitamento da fonte, os indígenas, como retratados na obra, foram analisados em suas relações, seus estranhamentos e em sua familiaridade no texto de Cabrer de forma a levar em conta os aspectos subjetivos expressos na composição da própria fonte. Assim, os indícios com os quais trabalhar lugares indígenas na fonte foram ampliados,

possibilitando, por exemplo, a análise de como o autor descreveu e conviveu com esses grupos indígenas dentro de limites fronteiriços ainda em formação, pelo menos no modo e ponto de vista cartográfico europeu (ERBIG, 2015). A partir daí, podemos analisar melhor os espaços onde interagem os indígenas, bem como suas ações e os indicativos destas ações dentro de sua diversidade, trabalhando conceitos centrais, a saber: índio, reformismo ibérico e fronteira - em sentido amplo; uma fronteira porosa (ORTELLI, 2014) - e o indígena na visão dos espanhóis. Além de outros conceitos dentro do iluminismo ibérico, parte dos referenciais teóricos que nos ajudam a entender a correlação de forças e formas de exercer não só domínio sobre o território, mas também a interpretar as variadas territorialidades coexistentes nesta empreitada demarcatória.

Analisar os lugares indígenas dentro do Tratado de Santo Ildefonso (1777) – como registrado no diário de Cabrer – na demarcação de limites no sul da América não é apenas olhar para uma tentativa de ratificá-lo, à época dessa demarcação entre as coroas portuguesa e espanhola. A mesma demarcação pode ser analisada de vários ângulos diferentes como sendo provenientes de acordos ou tratados anteriores como, por exemplo, o de Madri de 1750 (CHAVES, 2015). E não apenas esse tema poderia ser trabalhado. Pois, por se tratar de um acontecimento multifacetado, os registrados no Tratado de Santo Ildefonso, poderiam render diferentes projetos voltados a análises dos olhares e das práticas - das coroas portuguesas e espanholas -, os interesses das elites locais, etc.

As interpretações sobre o discurso registrado na fonte podem decorrer dos olhares dos seus observadores, cabendo aqui apenas evitar verdades historiográficas consolidadas na análise da história dos índios, contrapondo o simples fatalismo apresador ou o extermínio de várias sociedades indígenas ao registrar sua participação na história, quando tratamos da sua autonomia relacional e do papel dessas sociedades como agentes racionais humanos no meio social apresentado dentro da narrativa dos trabalhos de demarcação.

Os reconhecimentos dos modos de ações dos grupos indígenas, dadas as suas toponímias dos lugares e dos rios e através delas, por exemplo, ajudam a entender melhor a dinâmica relacional que se apresentou nos espaços onde agiram os indígenas na fonte (KANTOR, 2009), auxiliando na interpretação da categoria índio neste contexto demarcatório (LARAIA, 2001) como parte importante ao lidar com o contingente nativo que se apresenta no diário (GARCIA, 2011). É importante frisar que: os conceitos relativos à condição indígena não foram aplicados como hegemônicos em toda a redação, pois seria um erro, dada

a dinâmica de situações e a variedade de povos envolvidos e retratados na fonte por Cabrer¹. Sendo assim, os conceitos ajudam no entendimento das ações indígenas até certo ponto e em outros não, como se verá adiante na análise de algumas situações (GIUDICELLI, 2010).

Logo, nesta dissertação, não trabalho apenas um conceito, como dominação ou resistência, entendendo que num complexo campo situacional como este, essa prática pré-concebida acabaria por invisibilizar e não por evidenciar os sujeitos nativos como parte da narrativa histórica. Pois, a exemplo disso, somos apresentados a uma fronteira em sentido amplo, aqui admitida a literal polissemia das fronteiras (DÁVILA; AZPIROZ, 2015). Para entender com maior clareza o esforço estatal espanhol num terreno difícil, dividido com o reino de Portugal em seus domínios sul americanos, por assim dizer, precisamos entender as várias configurações destas fronteiras e suas porosidades. Bem como as várias situações que se desenvolveram nestas fronteiras repletas de conflitos e de alianças, sendo bem distintas de um cenário apenas de domínio ou de resistência de forma estática. Tendo em vista que estas fronteiras até então fugiam a questões puramente físico-geográficas como linhas traçadas num pedaço de papel (CINTRA, 2012; ERBIG, 2013). É nesta tentativa de demarcação definitiva de meios disciplinadores espanhóis e lusos, onde registraram-se os vários grupos nativos frente à obrigatoriedade, pelo menos segundo os cronistas ibéricos e suas respectivas políticas de escolher, sujeitar-se ou resistir a um rei, principalmente do meio para o final do séc. XVIII (GIUDICELLI, 2009), um período de grandes movimentações e mudanças nas mesas de negociações fronteiriças.

Inseridas na mesma dinâmica estão outras questões, também abrangentes. Algumas análises prévias apresentam as relações e descrições dos indígenas pelos demarcadores e pelas fontes utilizadas por eles - onde os índios foram apresentados às margens das possibilidades e das relações entre as coroas, com dado grau de autonomia dentro do jogo de interesses, além do limite entre a fala do autor e o discurso dos padres, em especial jesuítas mencionados na fonte por terem ocupado o espaço platino entre os séculos XVII e XVIII (BARCELOS, 2000). Essa autonomia observada e os indicativos de ações indígenas, por meio de uma análise semiótica, é também uma interpretação das culturas por ambos os lados – espanhóis e

¹ Quando la conquista ò descubrimiento de éstas Provincias, poblava las margenes del Paranà y Uruguay un numero coniderable de naciones: los Pampas, los Minuanes, los Chechehets, los Guanòas, los Chioasas, Ò Chiloasas, los Yaros, los Caracaras y otras ocupaban la ribera del Rio de la Plata: los Boanes, los Timbùes, y los Charruas llenavan las del Rio Negro y Carcaraña (1): acia la altura de Santa Fê los Lules, los Tonocotes, los Abipones, los Mocobis, los Diaguitas, los Humaguacoas y Comechingones: en la Provincia del Paraguay dominava la numerosisima Nacion de los Guaranies ò Carios, dividida en varias ramas: los Tapes: los Guañnas: los Guaycurus, los Payaguas: los Ybirayara: en el Guayra y Paranàpanè asistian los Tayaobas, los Cabelludos, los Camperos: y finalmente acia las cavezeras del Uruguay los Tupis y Carives”. CABRER, José Maria. 1783-1801. TOMO III. p. 06.

indígenas, principalmente, foi levada em conta na montagem desta narrativa (POMPA, 2003) (MELO, 2010), pois ao analisar o texto de Cabrer o que se nota com mais frequência é a sobreposição dos modos de vida. Pode-se dizer até mesmo que seja uma oposição, entre eles e nós. Então fez-se necessário uma leitura mais atenta aos signos linguísticos que se apresentam nas relações sociais estabelecidas na fonte de forma crítica.

Essa diversidade de temas e contextos nos expõe a mais de uma forma de trabalhar com um terreno tão fértil em heterogeneidade nativa (PEREIRA, 2008). Portanto, são necessárias duas explicações e constatações para entender a dinâmica dos argumentos propostos no texto, pois: colonial pode significar mais que dependência política em antropologia. Pode se dar em níveis mais elaborados da vida social e, Portugal, a outra parte do Tratado de Santo Ildefonso, não tinha um único modelo de colonização (OLIVEIRA, 2014), agindo de acordo com suas necessidades como veremos mais adiante, ao analisar alguns casos onde indígenas são descritos mudando, segundo Cabrer, devido ao seu deteriorado relacionamento com alguns administradores espanhóis, para o lado português.

No entanto, embora o esquema político colonial português e os maus tratos sofridos pelos indígenas pelas mãos dos administradores espanhóis tenham sido explicados pelo autor, eles podem não ser uma explicação tão satisfatória para entender essa dinâmica, tendo em vista as várias práticas territoriais indígenas, principalmente no caso dos Guarani (RIBEIRO, 2019) que se apresentaram no decurso das demarcações, sendo essas descrições, de indígenas ditos sem opção ou tendo que escolher por um lado ou por outro como retratados pelo autor, um dos objetivos de entendimento desta pesquisa.

Logo a descrição das pessoas no cenário da demarcação e as inclinações descritivas do autor tornaram, a meu ver, qualquer aparição indígena, no palco de ações, algo muito útil ao intuito de evidenciar os lugares indígenas dentro da demarcação de limites do Tratado de Santo Ildefonso (1777), por meio do diário de José Maria Cabrer, tirando-os da incógnita posição de esquecimento. Muitas vezes deixada a eles, mesmo em meio a vastidão de povos e de sua imersão relacional no cenário da demarcação e do caos administrativo espanhol ao lidar com terras que eles, os espanhóis e os portugueses, não tinham de fato (HAMEISTER, 2010).

Em relação ao contexto mais geral, abordado na fonte, podemos destacar que os trabalhos de demarcação e seu registro por alguns funcionários reais não evidenciaram uma tranquilidade fronteiriça de boa vizinhança. Pelo contrário, esse contexto demarcatório apenas revelou uma fronteira marcada por práticas e discursos políticos culturais entre índios e

espanhóis (SIRTORI, 2008). Um cenário de fronteiras bem agitadas, permeáveis e marcadas por indefinições, ao longo do séc. XVIII.

Este contexto também percorre a análise narrativa sobre os indígenas nos relatos e no imaginário de Félix de Azara (demarcador espanhol da mesma expedição) e de José de Saldanha (demarcador português da mesma expedição), perpassando por tantos outros, como o próprio José Maria Cabrer. Este último nos apresenta um cenário de alianças para a manutenção do território, chamando nossa atenção para a extrema importância dos ajustes sociais naquelas terras para o andamento dos trabalhos, revelando uma fronteira marcada por práticas e discursos políticos multifacetados e muito bem elaborados no mosaico social entre índios e espanhóis na segunda metade do século XVIII e, mais especificamente de 1783 a 1801, tempo de alcance cronológico desse diário de demarcação de limites da América do Sul.

Essas hipóteses de interação entre as partes contribuem para tornar visíveis alguns temas referentes à temática indígena, abrindo possibilidades consistentes para fundamentar os problemas de pesquisa no contexto do meu objeto de trabalho: analisar, interpretar e explicar os lugares indígenas dentro do Tratado de Santo Ildefonso (1777), como registrado no diário de Cabrer. Ou perceber os indígenas alternando posições entre, pelo menos nos papéis, os domínios sul-americanos espanhóis e portugueses, o que por fim, direta ou indiretamente, ajudou na manutenção, de fato, das terras para os portugueses, contrapondo o direito de pertencimento de direito espanhol em dados momentos registrados por Cabrer no diário.

Essas interações estão ligadas ao conceito de zona de contato, onde existe uma leitura fluída do convívio em uma região de fronteira, não apenas física como linhas no chão, mas também no choque de culturas promovido pela demarcação, que de algumas formas causaram movimentações e maiores interações na região por onde passavam as partidas (grupos de trabalhos) (PRATT, 1999). A respeito deste tema, da construção dos discursos ao longo do séc. XVIII, Pratt fez uma minuciosa análise do domínio exercido por meio da construção da narrativa desses contatos, desde o século XVIII, nos relatos de viagem a terras americanas. A pesquisadora nos explica a existência de uma mudança de postura no discurso: onde, em um primeiro momento, metade do século XVIII, existia o domínio, passou a prevalecer um discurso mais brando e técnico do contato com o outro. Explica também suas possíveis causas e desdobramentos para a leitura do contato pelos lados envolvidos nesta equação.

Esta prática discursiva também é observada em minha fonte, a partir de um discurso mais brando para alguns índios em prejuízo a tantos a outros, tendo em vista a sua construção social identitária, pois índio é uma categoria colonial (POLONI, 2000). Isso nos mostra que

não houve um comportamento índio padrão. O que se pode interpretar nesses cenários da demarcação de limites, ao analisar o material, é uma fluidez entre as várias categorias de classificações direcionadas aos indígenas por outros. Tanto as pessoas, como sujeitos e agentes coloniais, quanto governos (ESPINOZA; MÁRQUEZ, 2010). Essas categorias se alternam na fonte, ganhando novos sentidos e significados, a depender de quem as retratou, como foram usadas e a quais grupos indígenas elas se dirigiram - e em que situação e/ou sob que circunstâncias também, a depender do tipo de cenário no momento. Sendo que muitas dessas categorias aplicadas aos indígenas podiam ser necessariamente modelos de classificação espanhol e português (NEUMANN, 2000) ou oriundos diretamente dos jesuítas e sociedade envolvente (BRACCO; MAZZ, 2019a), sendo estas classificações e seus meios de aplicação, algo bem diferente de um único bloco indígena homogêneo².

A exemplo desta complexidade na fonte temos o caso: Índios Tape, que recebem mais atenção ao longo do diário de Cabrer, em dado momento, tidos como os bondosos, quase inocentes aos olhos do autor, sofrendo ataques dos *infiéis* Minuanos. Em ambos os casos analisamos as construções regionais destas identidades conceituais e, a depender de qual texto estamos lendo, português ou espanhol, serão identidades inimigas de um destes lados, normatizando assim as oposições historiográficas costumeiras e nos cegando quanto aos espaços de interação e de descategorizações mais nítidas nos papéis relacionais entre demarcadores e nativos. É necessário, então, desnaturalizar as categorias originalmente forjadas para cumprir necessidades administrativas, políticas ou para obedecer a imperativos de vigilância militar (GIUDICELLI, 2018).

As conexões e flutuações sociais mencionadas na minha fonte expõem e apresentam alguns nativos indígenas como operantes nas margens das relações transimperiais com maior ou menor grau de autonomia dentro do jogo de interesses (PRADO, 2015). Essa visão de esquecidos e lembrados da história encontra forte oposição quando mencionamos os estudos críticos, mostrando a mobilidade e os acordos firmados numa região pouco demarcada e dependente da cooperação. Dados assim têm nos mostrado oposição à visão eurocêntrica da historiografia sobre personagens subalternos da história com estudos mais revisionistas e oposicionistas ao modo de contar a história (RANZAN, 2015), contribuindo para o

² Por exemplo, em 1779 foram enviados nove presos ao Conselho de Guerra no Rio de Janeiro. Dentre os quais 4 soldados desertores, mas enviados ao conselho por estarem com ladrões reputados a fazer arruaças em Montevideo, e não por deserção. Outro, “por não querer prender o celebrado ladrão Perdiz”; Francisco Pereira, índio, “por acompanhar o Perdiz e outros ladrões a fazer arreadas às Estancias de Montevideo” e Inácio de Almeida, pardo, “por se dizer ter feito uma morte e ser vadio e errante”. AN, RJ, códice 104, vol. 1, fl. 5. apud: OSORIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Livraria da UFRGS, 2007. p.61.

entendimento das relações estabelecidas na fronteira, um espaço cheio de possibilidades relacionais (ORTELLI, 1996; DÁVILA; AZPIROZ, 2015).

Podemos assim pensar correlações territoriais, analisadas em situação³, no seu contexto relacional. Essa perspectiva se mostra pertinente onde a reelaboração da identidade era constante – nos moldes possíveis e fora deles –, para o caso do Rio de Janeiro do Antigo Regime Português (ALMEIDA, 2003), ou ainda, a análise do encontro entre mundos, onde a alteridade a ser demarcada ponto a ponto, na dinâmica social entre padres (de várias ordens)⁴ e indígenas, foi sistematicamente ressignificada de modo a fugir da dualidade apressador e oprimido. Essa leitura possibilita maior crédito aos estudos focados nos espaços relacionais e capacidade de ação dos indígenas (POMPA, 2003).

Observamos aqui evidências da presença indígena atuante. As metodologias empregadas nos textos acima mencionados comprovam formas de analisar estudos indígenas, mais focados em ações e análise relacional de indivíduos que fizeram escolhas para depois juntar as partes num todo e, em seguida, aumentando sua visão sobre fatos e personagens dentro dos períodos abordados para evidenciar uma participação nativa, necessariamente, ressignificada dentro da constituição histórica cheia de maleabilidades e adequações com o passar do tempo e interesses (POMPA, 2001; MONTEIRO, 1994). Diante disso, evidencia-se que esses homens e mulheres indígenas,⁵ em dado momento, podem ter optado por um mal

³ Ver: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Aldeias indígenas no Rio de Janeiro colonial: espaços de ressocialização e de reconstrução identitária e cultural. *Fronteiras & Debates*, Macapá, v. 2, n. 1, p. 119–147, jan./jun. 2015.

⁴ Los primeros Jesuitas que pasaron à èste nuevo mundo, vinieron en la Armada de D.n Tomas de Sasa, primer Governador del Brasil, llamado entonces Provincia de Santa Cruz: y desenbarcaron el primero de Marzo de 1549 en la Baia de todos Santos, acia à aqul parage, donde construyo dicho Sosa meses despues la ciudad de San Salvador; que vino à ser largo tiempo la Silla de los Vireys y Arsobispos de aquel estado. La numerosa Ncion de los Guaranies, que dividida en multitud de Parcialidades, habitaba aquellas Comarcas, prestò gratos oidos à las verdades eternas, y admitio con docilidad la Religion Catolica. Eregidad despues Compañia en Provincia formal por los años de 1554, que hasta alli, solo habia en Mision, dio la ultima mano à la gran obra de la Cambercion de aquel Gentilismo; y formaron sobre treita Populosas Doctrinas en las cabeceras mas remotas del Rio Parana" CABRER, 1783-1801. Tomo III. p. 076.

⁵ Existe uma recorrência quanto às mulheres indígenas no diário de Cabrer, mas nem sempre de maneira detalhada. Entretanto, dado o objetivo geral desta pesquisa, não houve um aprofundamento específico sobre a temática das indígenas, tal qual outros temas de mesma relevância e importância. Mas cabe aqui esta nota para salientar que elas existem na documentação em alguma medida e são/foram igualmente retratadas na fonte. Para saber mais sobre a temática, principalmente quanto a invisibilidade das mulheres indígenas nos sécs. XV ao XIX ver: OESTE, Laura. **Mulheres indígenas e fronteiras platinas (século XVIII): invisibilidade, famílias e alteridade**. 2020. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.; MENDES, Isackson Luiz Cavilha. **As mulheres indígenas nos relatos jesuítcos da província do Paraguai (1609 - 1768)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2013.; KAINGÁNG, Azelene. Depoimento de uma militante. In: PINSKY, Carla Bassanezi; EDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012; OLIVEIRA, Susane Rodrigues. As mulheres indígenas nas lutas contra a opressão e dominação colonial no Peru (séculos XVI-XIX). In: **Anais do Fazendo Gênero** 9, 2010, Florianópolis. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277868857_ARQUIVO_Mulheresnaslutas.pdf>. Acesso em 10 de mar. 2016.; SILVA, Cristiane Bereta da Silva. O saber histórico escolar sobre as mulheres e relações

menor – ou maior - a depender da oportunidade de escolha. Eles/as se apresentaram no palco de ações com uma capacidade de ação em uma relação pautada pela dinâmica, onde se alternam posições e ações inseridas em certos lugares/contextos.

Para analisar de forma mais benéfica essas dinâmicas sociais, foram considerados os discursos apresentados sobre a temática indígena, seu contexto de produção e os lugares indígenas, levando em conta as ações dos espanhóis e dos portugueses dentro da demarcação de limites. Depois, me propus a interpretação de questões quanto à proximidade dos indígenas com outros personagens do texto, por meio de sucessiva aproximação de um pressuposto de verdade, evidenciando as escolhas indígenas em seus relacionamentos (ALMEIDA, 2010), mas sem condicionar essas escolhas apenas às políticas ibéricas.

Destes relacionamentos em meio a demarcação, podemos interpretar que a avaliação da noção de fronteira - como algo estritamente físico, um traçado de linhas exatas no chão - foi mais uma expressão da política ibérica, um desejo de realização política colocada em seus papéis, do que a representação territorial praticada que compreendia a realidade de todas as extensões das terras a serem mapeadas pelas partidas demarcadoras (GIL, 2013). Logo, neste trabalho penso essa empreitada fronteiriça ibérica como mais uma das muitas ocupações territoriais sofridas nesta imensa faixa de terra ao longo do tempo (BARCELOS, 2000), mas não como a única.

Outras práticas territoriais são observadas na fonte, sendo esta tentativa de imprimir uma nova fronteira, apenas mais uma. Neste caso, uma fronteira que se pretendia física, limitando posses territoriais ibéricas, a serem ratificadas pelas partidas demarcadoras (KUHN, 2019). No entanto, esbarramos na fonte com outras possibilidades de práticas territoriais que, com as devidas ressalvas e limitações expressas, não só pela fonte, mas pela temática, foram levadas em conta como mais um dos modos de se pensar a divisão da terra e o seu entendimento enquanto territorialidade dos grupos indígenas e não indígenas (RIBEIRO, 2017; ENGE, 2010).

Uma ressignificação e desnaturalização da noção de fronteira única na demarcação

de gênero nos livros didáticos de história nos livros didáticos de história. In: **Caderno Espaço Feminino**, v. 17, n. 01, jan./jul. 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/veronica.maia/Downloads/440-1455-1-PB.pdf>, acesso em 11/05/2016; SWAIN, Tânia Navarro. Os limites discursivos da história: imposição de sentidos. **Labrys: Revista De Estudos Feministas**, nº 9, 2006. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys9/libre/anahita.htm>>, acesso em 29/03/2016; SMITH, Andrea. A violência sexual como uma ferramenta de genocídio. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 195-230, jan./jun. 2014.; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. **Por uma história do possível: o feminino e o sagrado nos discursos dos cronistas e na historiografia sobre o “Império” Inca**. 2006. 231 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.; SILVERBLATT, Irene.Luna, **Sol y Brujas: Género y clases en los Andes prehispánicos y coloniales**. Cusco: Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de Las Casas, 1990.

também é trabalhada nesta pesquisa. Pois, uma fronteira única não se percebe na documentação. Fronteiras plurais entendidas, desde o seu caráter físico, político e militar, a depender das estratégias adotadas pelos sujeitos que usavam destas fronteiras a seu modo e de suas estratégias desenvolvidas em função do momento em que estas fronteiras se cruzaram, são mais perceptíveis que a vontade demarcatória ibérica.

Essas estratégias fronteiriças basearam-se no estabelecimento relacional, esporádico ou permanente, entre as sociedades indígenas e demais componentes da chamada sociedade colonial (VOLLWEILER, 2017; OSÓRIO, 1995), levando a compreensão desta fronteira única, de caráter físico, a se ampliar, tal qual se retrata no diário de Cabrer.

A fonte nos mostra os demarcadores, às voltas com sua concepção fronteiriça a ser implementada num terreno do qual o interior pouco conhece, e a ser demarcado como um espaço limitado, carregado por dualidades eurocêntricas e uma ideia de fronteira mais voltada à belicosidade e separação. Uma fronteira forjada com base numa longa experiência social e histórica dos primeiros tempos de expansão marítima. Essa noção, conflituosa em relação à fronteira, veio com os espanhóis para demarcar as terras que, segundo seus termos, eram suas na América do Sul no século XVIII. Logo, dados os choques registrados na fonte, percebemos que são necessárias outras categorias que apreendam de forma mais satisfatória a complexidade e a intensidade concreta que esse mundo de fronteira apresentou.

Os demarcadores se deparam com um local permeável de circulação, ajustes e ações de indivíduos e grupos de origem distintos que vai se desenhando à medida em que vamos avançando na leitura dos relatos e das ações dos sujeitos diante de certas situações envolvendo o entendimento do terreno e as ações destes personagens (GRUZINSKI, 2003a). Podemos assim ter uma probabilidade de ressignificação e interação social, fugindo de moldes preparados, para uma leitura possível, de uma fronteira ou de várias delas encaradas como construções históricas e não como mais um dado colocado na história (OSÓRIO, 2007). Dessa forma, discursos de poder são abordados como construções tanto na História como na Antropologia (ESTENSSORO, 2001), sendo necessário, ao lidar com esta fonte, reelaborar posições teóricas quanto ao manejo da construção historiográfica e antropológica nas questões relacionais interétnicas (ALMEIDA, 2008). Em suma, as relações fronteiriças são analisadas em termos cada vez mais complexos, extrapolando enfoques em uma perspectiva étnica apenas. A etnicidade é sim relevante, mas não decisiva, dado o entendimento atual que temos das construções que são as identidades étnicas, como históricas, construindo-se através de processos de apropriação e ressignificação culturais e políticas, assinadas pelas experiências históricas de grupos e indivíduos (ORTELLI, 2014).

Nesta construção narrativa busco evidenciar a ação de nativos, caracterizados como indígenas no palco de ações da demarcação de limites de 1777 – Tratado de Santo Ildefonso. Feito isso, interpreto questões plurais inerentes aos lugares indígenas, não especificados, em meio aos trabalhos de demarcação de 1777.

Essa busca deu-se em meio à localização e trabalho com o conceito *índio*,⁶ mas relacionado ao seu *modus operandi* dentro das possibilidades relacionais com portugueses e espanhóis na região da fronteira sul (GARCIA, 2007), onde a significação e ressignificação foram se moldando ao ponto da condição reafirmativa de indigeneidade dos lugares, o que poderiam garantir melhores condições aos índios (ALMEIDA, 2003b). É importante lembrar que ser ou assumir o *status* indígena foi, em dado momento, somente algo jurídico para os espanhóis, adquirindo significados plurais a depender da dinâmica dos papéis desempenhados (GRUZINSKI, 2003b). Isso depende da percepção do conceito de indígena, como um legado carregado de significados. Um deles é o epíteto da dependência, sob o qual os *índios* deveriam estar em dado momento. Sobre esse *status* as articulações, variaram as ideias de que os *índios* eram rústicos, em menoridade mental e não gestores de si em muitos momentos e situações (CLAVERO, 2002). Essas interpretações são oriundas da Península Ibérica, berço de José Maria Cabrer, de quem analiso parte do discurso de formação, para essa pesquisa, dando maior atenção ao Iluminismo Ibérico/Ilustração (MILECH NETO, 2015; JUNIOR, 2003) que, de certa forma, nutriu esse autor e suas ponderações sobre os assim chamados índios, que retratou no caminho dos trabalhos.

Enfim, neste sentido, esta dissertação tem como prioridade analisar lugares indígenas dentro do Tratado de Santo Ildefonso (1777), tendo como fonte primária o diário de um do demarcador espanhol: José Maria Cabrer. Assim fundamentando algumas questões quanto ao papel dos indígenas nessa primeira hora de trabalhos demarcatórios, bem como os discursos e esquecimentos quanto ao seu papel dentro da campanha territorial que vinha se arrastando desde a metade do século XVIII. Transcorrendo várias localidades, cenários, povos e noções sobre manutenções de terras que em muito nos revelam que os trabalhos eram realizados nas paradas, e não apenas nas andanças, além de depender em quase tudo de indígenas para a

⁶ Nesta pesquisa o conceito índio é considerado como um conceito errôneo, equivocado e singular. Que banaliza sujeitos e/ou grupos étnicos distintos e dotados de pluralidade, apresentando-os como iguais e homogêneos. Violando suas singularidades e identidades, ignorando suas culturas. Para uma melhor percepção das experiências nativas e suas pluralidades optei por analisar diretamente na fonte todo e qualquer traço dessas pessoas, antes de utilizar do conceito *índio* pré-determinado para assim classificá-los no meio. Assim, tanto nos documentos oficiais, como nos nomes dos locais suas marcas ficaram impressas, foram mais visíveis e nos chegaram com a pluralidade que vai além da ideia amplamente difundida do ser *índio* para um ibérico. Logo podemos vê-los como parte deste complexo sistema de viver o espaço e de se relacionar com ele de forma mais abrangente que nos fez crer a demarcação.

exploração territorial. Para isso, foram desenvolvidos os blocos resenhados a seguir.

No primeiro tratamos dos contextos mais gerais e da configuração da fonte para entender um pouco mais dos três tomos em separado, correlacionando com os indígenas na demarcação de limites, entendendo também o contexto mais amplo da formação ibérica de José Maria Cabrer, buscando os lugares indígenas na demarcação, analisando a constituição da fonte como documento que cobriu certas realidades nela retratadas: personagens e as configurações sociais registradas e contextos multifacetados que a produziram, ou seja, o palco de ações em várias frentes que dão visibilidade aos indígenas.

Além da configuração da fonte, abordo alguns relacionamentos iniciais das partes envolvidas nos trabalhos ligados ao cenário no qual se desenvolveu a demarcação do Tratado de Santo Ildefonso de 1777, em conjunto com o seu antecessor: o Tratado de Madri de 1750, para um melhor entendimento das disputas que se apresentam no Tratado de Santo Ildefonso quanto à diplomacia ibérica.

O trato diplomático entre funcionários reais das duas coroas ibéricas, os trabalhos em campo e o destrinchar de alguns dos artigos do Tratado e dos tomos componentes do diário de Cabrer também são apresentados neste capítulo, para apresentar melhor as condições sob as quais os trabalhos foram desenvolvidos, condições de trabalho relatadas e a apresentação étnica nativa constante na fonte.

No bloco 2 analiso e interpreto as frentes desta empreitada, os bastidores e suas inferências no que diz respeito aos indígenas, fundamentando e explicando as distintas concepções de espaço (GIL, 2013; COSTA E RATTIS, 2014) para espanhóis, portugueses e indígenas na América do Sul, apresentando a grande movimentação registrada na fonte como parte de um processo muito longo de negociações.

Neste mesmo tópico passo a uma análise mais detida nas aparições nativas na fonte, explicando como sua distribuição na fonte é percebida, ou seja: como eles se inserem na fonte, sua descrição e de que formas podemos registrar sua participação nesta empreitada demarcatória de acordo com seus etnônimos (LANGER, 2015; KANTOR, 2017).

Estes etnônimos são uma parte importante para entender o contexto relacional mais amplo que envolveu não só a demarcação, mas as formas de classificação das sociedades nativas pelos espanhóis, e de como essas classificações envolveram muitos elementos aplicados à população nativa servindo como uma das ferramentas nos debates jurídicos quanto à posse da terra a favor das cortes europeias. Aqui destaco os critérios para a dita fidelidade indígena, não só do seu entendimento para a fixação à terra, mas de características mais amplas notadas no diário, atribuídas como boas ou más para os interesses ibéricos:

aspectos de cooperação e de conflito, como se registrou no diário de Cabrer envolvendo este termo.

Nesta parte da redação, chegando para o final, abordo o dia a dia dos trabalhos e como a invisibilização nativa, como sujeitos históricos atuantes, está em descompasso com o que se registra na fonte, quanto à sua efetiva participação nos trabalhos de demarcação da fronteira sul da América.

Para esta finalidade, a composição das temáticas sociais que envolveram as campanhas demarcatórias do Tratado de Santo Ildefonso (1777) ajudam muito, pois são carregadas as passagens do encontro dos mundos ibéricos na América, suas políticas administrativas e o modo de como lidar com os nativos. Dada a variedade de elementos sociais envolvidos e registrados nos processos de trabalho que aceleraram a disputa para encontrar possibilidades de converter pessoas para fixarem a terra de modo permanente a garantir a terra e outros modos de lidar com ela, num cenário de constante reelaboração identitária.

Com base nas considerações e diálogos bibliográficos propostos até aqui, este trabalho se propõe a apreender as experiências indígenas como sujeitos históricos em suas interações com os outros agentes que transitaram na América do Sul no século XVIII, dentro do marco cronológico observável e proposto pela fonte. Interpretando algumas destas experiências indígenas em um contexto mais abrangente dentro do Tratado de Santo Ildefonso (1777), tendo como fonte primária o diário de um dos demarcadores espanhóis, José Maria Cabrer.

Ao elaborar esta pesquisa, buscou-se contribuir com uma pequena parcela do tão dilapidado e ignorado passado de comunidades nativas sul-americanas, como sujeitos históricos. Em paralelo, tentei elaborar uma narrativa que em nada contribui com a invisibilização historiográfica destes sujeitos históricos nativos. Sendo eles e suas ações, como registradas na fonte, o objeto e objetivo de destaque para a montagem desta narrativa. Logo, apontando e tornando explicáveis as suas ações e demais meios de interações no decurso dos trabalhos de demarcação do Tratado de Santo Ildefonso, espero ter evidenciado os sujeitos históricos indígenas como uma parte importante para entender o complexo sistema relacional que compõe parte da História da América do Sul no séc. XVIII.

CAPÍTULO 1 - A FONTE: O DIÁRIO DE JOSÉ MARIA CABRER

Quando olhamos para algo queremos conhecer e, por vezes, até mesmo entender. Com esta fonte não é diferente. Sua estrutura dividida em 3 tomos, anexos e personagens, nos evidenciam algo além de um documento fruto da burocracia estatal espanhola. Principalmente quando nos colocamos questões sobre a presença indígena na demarcação de limites: como, quando e por que são retratadas/os/as indígenas nela? Quais os lugares indígenas dentro desta demarcação de limites nesta primeira hora de trabalhos? O que acontece quando, aparentemente, não acontece nada a respeito dos indígenas dentro da demarcação de limites de 1777?

A fonte é parte de um extenso corpus documental de mais de duas mil páginas ao todo, que se compôs a partir da demarcação das posses ibéricas no sul da América, podendo ser vista como tal e como mais um acordo entre portugueses e espanhóis, definindo aquilo que era seu. Este tratado foi elaborado num contexto bem conturbado, não só pela indefinição fronteiriça nas possessões sul-americanas das coroas ibéricas, mas também nas cortes e em outros domínios pelo mundo afora destas monarquias.

Nesse sentido, lembro que este material, diário e demais anexos, reflete e reproduz majoritariamente a realidade social administrativa colonial e, em algumas partes específicas e notas, retrata alguma realidade indígena captada pelo autor e pelas fontes por ele utilizadas para compor sua narrativa, tendo este arquivo sido organizado e selecionado obedecendo ao meio burocrático ao qual estava ligado (FARGE, 2009).

Neste caso, os que registraram a vida indígena em alguma medida e a seu modo foram demarcadores. Funcionários públicos ibéricos e sacerdotes de várias ordens religiosas antes deles, em grande parte padres jesuítas da companhia de Jesus. Muitos desses utilizados como fontes por Cabrer, para explicar a vida indígena ou a cosmologia indígena, em especial a dos Guarani, etnia a qual mais se dedicou a explicar em seu diário, no que diz respeito ao trato nativo.

Logo, é extremamente necessário analisar como se deu a interpretação do meio e das construções sociais e categóricas a partir dos registros de quem retratou a empreitada demarcatória, sua exegese e conseguinte hermenêutica dos lugares e das pessoas. Sem deixar de lado as questões que advêm do enfoque epistemológico e disciplinar que requer o manuseio da fonte, nos questionando o tempo todo sobre as seguintes questões: quais papéis

se guardaram dessas expedições, como se tem conservado estes documentos e quais critérios de classificação se utilizaram neles (NACUZZI; LUCAIOLI, 2012)?

Bem, não tenho como responder à primeira questão com exatidão, mas a segunda é mais próxima dos indígenas retratados na fonte. Podemos então decodificar os espaços coloniais nos utilizando de meios etnográficos (MALINOWSKI, 1995) em grande parte, para fazer ver lugares indígenas, dentro de fenômenos sociais próprios desses grupos não europeus, para além do caráter explícito de sua presença em campo, a partir de discursos escritos construídos por outros no contato com eles, ainda que alheios a suas maneiras de ver o mundo (NACUZZI; LUCAIOLI, 2012).

San Nicolas se encontra na margem ocidental do **Rio Ybicuyguazû...** A partida se conduzia por cavalgadas e carros de bois por um lado. E por outro, por exemplo, de **São Borja** ao outro lado do Rio Uruguay, os viveres foram levados **em carretillas de índios**⁷.

Não só os registros envolvendo os indígenas foram retratados de forma técnica, como também suas próprias funções dentro da demarcação foram retratadas assim também, salvo raras exceções como se verá adiante. No que diz respeito principalmente à ocupação das terras e das territorialidades distintas, foram tratados como estranhos ali, sempre encobertos por entendimentos etnocêntricos do narrador. Contudo, eles aparecem bastante quando retratadas as suas habilidades para construção de embarcações e no transporte de algumas cargas, como consta no exemplo acima, sendo esta uma parte importante de sua materialidade na fonte, junto com a nomenclatura de alguns locais, como agentes históricos.

Tendo em vista a finalidade e o contexto mais geral da política que envolveu a confecção do tratado de limites e do diário de Cabrer, melhor explorado no tomo II, não é estranho que os indígenas sejam pouco ou nada mencionados numa fonte administrativa que lidava com terras tidas como vazias ou desérticas pelas Coroas Ibéricas e seus interesses em outros domínios pelo mundo afora. Principalmente sabendo que estas políticas envolveram, primeiramente, uma noção antiga compartilhada por espanhóis e portugueses – da necessidade de reavaliar suas relações para chegar a um novo acordo, tendo em vista antigas falhas diante das dificuldades em concluir o Tratado de Madri (1750) e seus conflitos. Um tratado, devo lembrar, recortado por muitas permutas, algumas inovações e muitas resistências indígenas que não se sentiram representadas ou mesmo ouvidas em suas necessidades, apelando a variadas formas de negociação, da escrita à bélica, no processo (BURD, 2012, 2014; NEUMANN, 2000, 2004, 2005).

⁷ CABRER, 1793-1801. Tomo I. p. 054-058. Grifo meu.

Esse tratado demorou muito a ser concluído, logo foi anulado pelo tratado de El Pardo de 1761 (MYSKIW, 2015) que, em linhas gerais, declarou a nulidade do Tratado de Madri (bem como das instruções posteriores remetidas às comissões de demarcação de limites, as demarcações já realizadas e as benfeitorias construídas por portugueses e espanhóis junto aos limites), “como se nunca houvessem existido, nem houvessem sido executados”, estipula o artigo I do Tratado de El Pardo. No entanto, muitos dos esforços elaborados para a realização do tratado de 1750 foram reaproveitados de alguma forma na confecção do Tratado de Santo Ildefonso de 1777.

Os elementos que mais se destacaram neste sentido foram os meios e os instrumentos de demarcação que aproveitavam os marcos naturais - rios e montanhas,⁸ uma reinterpretação do termo jurídico *Uti Possidetis*,⁹ buscando assim mais estabilidade e longevidade ao acordo firmado em 1777 para que não se pudesse revogá-lo futuramente com tanta facilidade e uma maior atenção aos indígenas desta vez. Algo contrário ao ocorrido com os Guarani Missioneiros em 1750, que não foram ouvidos de acordo com Burd (2012).

Como detalhado por Garcia, tratando ainda do ano de 1767 - expulsão jesuítica dos domínios espanhóis, antes da assinatura de um novo tratado de limites. Tentou-se evitar novos confrontos com indígenas, algo que dificultaria um novo acordo, inspirando precauções.

Temendo um novo levante, antes de executá-la, o governador de Buenos Aires convidou os Caciques e outros principais para um jantar na capital. Durante o qual explicou cuidadosamente os motivos da expulsão e acenou com determinadas vantagens aos índios principais, que a partir de então **[expulsão]** gozariam da condição de cavalheiros com seus respectivos privilégios. (Garcia, 2011, p. 74-75)¹⁰

A autora aborda estas estratégias como parte das mobilizações indígenas. Dialogando, por vezes, com a política ibérica, mas não como uma reação impensada a ela. No caso, as negociações com indígenas eram resultado de parte de um complexo processo que apesar de episódios de enfrentamento, foi acompanhado pela disposição de negociação, por vezes ancorada nas próprias reformas borbônicas (GARCIA, 2011). Logo, este último ponto levado de um acordo ao outro em relação aos indígenas foi muito importante dentro da nova

⁸ Ver o artigo XI do Tratado de Madri de 1750, no que se refere a importância da nomenclatura dos rios e montes para a construção conjunta do mapa.

⁹ *Uti possidetis* ou *uti possidetis iuris* é um princípio do direito internacional segundo o qual os que de fato ocupam um território possuem direito sobre este. A expressão advém da frase *uti possidetis, ita possideatis*, que significa “como possuis, assim possuiais”. Proveniente do direito romano, o princípio autoriza uma parte a contestar e reivindicar um território adquirido pela guerra. O termo foi utilizado historicamente para legitimar as conquistas territoriais, como no caso da anexação da Alsácia-Lorena pelo Império Alemão, em 1871.

¹⁰ Grifo meu

expedição de limites que se propunha, e como parte importante para entendermos a realidade social apresentada por Cabrer em seu diário.

Assim, era relativamente nova a realidade social observada no diário de Cabrer, no que diz respeito às formas administrativas dos *pueblos* de índios. Não mais administrados por Inacianos, mas por Administradores espanhóis. Por isso o paralelo constante de comparações que Cabrer estabeleceu em sua redação em relação aos tipos administrativos e prejuízos decorrentes destas para os indígenas, aos seus olhos é claro, pois sua redação não levou em conta a mobilidade indígena como algo organizado ou que partisse como uma demanda dos próprios. Na maior parte esta narrativa de Cabrer, cheia de espaços, corrobora para que vejamos muitas lacunas entre o tratado de limites e o contexto social. Muitas “incongruências”, como colocado por Melo (2018) entre a realidade de campo – locais importantes para o andamento dos trabalhos e as muitas dependências dos indígenas como força de trabalho/abastecimento e de seus conhecimentos – e o texto ibérico. Sendo estas lacunas e incongruências espaços que ajudam a localizar os indígenas nesta primeira hora de trabalhos de 1777.

Visto que dentro dos diários e correspondências ibéricas (contestações incluídas), por vezes a contragosto, são apresentadas incongruências sobre o trabalho em campo e sua execução que só ganham sentido quando analisados com o todo indígena. Estas incongruências são parte da metodologia empregada por Melo (2018, p. 172) no próprio texto do tratado colocando os indígenas em evidência, naquilo que os ibéricos se esforçaram para esconder com palavras bonitas em seu tratado: uma terra cheia de indígenas e senhores dela em seus pontos mais importantes para a execução do tratado de limites. Todos os lugares conhecidos e habitados pelos indígenas e de onde partiam muitos mantimentos para a expedição demarcatória. Foi por esses espaços também que circularam as partidas demarcadoras, correspondências e indígenas segundo Melo (2018, p. 173-178).

Estes espaços de ação indígena dentro do cenário político eram interações nos limites e nas possibilidades de agir em meio às incertezas jurídicas apresentadas pelas reformas borbônicas. Somadas as leituras indígenas de sua importância como parte do cenário político em que a Coroa espanhola, diante das circunstâncias adversas, lança e tenta desenvolver um plano para se manter relevante no cenário mundial como potência imperial, tentando se modernizar ao mesmo tempo (MARTINEZ DÍAZ, 1989, p. 15-17).

A proposta neste cenário era alçar novamente a Coroa espanhola à outrora grandeza entre seus pares europeus e, para tal, tentavam ajustes com os indígenas, uma lição aprendida como se viu à força, para alcançar seus objetivos – onde os espanhóis reconheceram as terras

como sendo dos indígenas, na tentativa de tomá-las para si de alguma forma, incorporando-as ao império, uma ação a ser legitimada mais à frente em seus planos. Do outro lado desta queda de braço, estavam os portugueses tentando cooptar os indígenas e tudo que estes tinham para os domínios de Portugal, tendo sofrido os indígenas constantes pressões de ambas as Coroas (GARCIA, 2009, p. 137-138). Num cenário onde até mesmo a condição social indígena era algo mutável, como visto em Garcia (2011), a condição de índio na fronteira foi constantemente reelaborada em conjunto com suas estratégias diante das realidades das quais fizeram parte como agentes conscientes dela. Mesmo os espaços compartilhados não eram hegemônicos, principalmente dentro das missões Guarani, onde conviviam algumas etnias não Guarani também experimentando um conjunto de hábitos para além do grupo étnico em si (WILDE, 2009).

Os laços também não eram dos mais duradouros como se pressupunha entre um grupo específico de indígenas e ibéricos (GARCIA, 2008) como passou a historiografia que assim propagou estas relações (VELLINHO, 1975). As alianças intermitentes, dependências mútuas e arranjos sociais distantes dos acordos ibéricos feitos a tão longa distância física e social acabou apresentando às equipes demarcadoras os arranjos sociais que estavam diante deles e longe do tratado rígido, era plural a situação de fronteira (OSÓRIO, 2017). Sendo mais presente a instabilidade jurídica e as fronteiras tênues e porosas, dentro das dinâmicas complexas (JONG; RODRIGUEZ, 2005) tal qual se apresenta no diário de Cabrer. Assim, as preocupações e ajustes trazidos do outro acordo de 1750, principalmente em relação aos indígenas, eram apenas mais uma parte do cenário já multifacetado pelas realidades coexistentes, não sendo exatamente uma regra a ser seguida como algo absoluto por todas estas partes a doutrina ibérica pela região. De acordo com Garcia,

Ao tentarem aplicar as medidas borbônicas, os funcionários depararam com uma realidade na qual, os súditos leais e os aliados em potencial não eram facilmente discerníveis (GARCIA, 2011, p. 65).

Sob tantos ajustes e a tentativa de se implementar as novas políticas ibéricas desembarcam em 1783 as partidas demarcadoras rumo ao Rio Grande e a Buenos Aires, esbarrando na realidade social do meio, onde falava-se também o Guarani – que Cabrer retratou em diálogo com fontes jesuíticas como um idioma predominante por aquelas terras, embora não fosse o único¹¹. Foi iniciar os trabalhos para que os indígenas em várias frentes de atuação se mostrassem em várias atividades, dentre elas uma praticada a tempos na região: o

¹¹ CABRER, 1783-1801. Tomo III. p. 094.

manejo do gado. Uma estrutura em torno da atividade ligada ao manejo do gado era algo muito importante para as exportações para a Espanha no ano de 1778, quando da assinatura do tratado de Santo Ildefonso (MARTÍNEZ DÍAZ, 1989, p. 17), e uma atividade já bem estabelecida ao comércio. Esta também era uma atividade amplamente dependente de arranjos com os indígenas e de seus conhecimentos de campo, principalmente com os Minuano e Tapes.

Ao contrário do afirmado por Guilhermino Cesar e as falas sobre a *terra de ninguém* (CESAR, 1979, p. 28), um *vazio*, neste caso entre Sacramento e Laguna – de acordo com suas análises e objetivos – Hameister e Gil (2007, p. 274) evidenciam que houve na região intensa movimentação, sendo o "nada" repleto de indígenas e demais personagens, configurando-se numa importante fonte de riquezas e produtos para a comercialização, pois também era cheio de gado deixado pelos jesuítas antes de sua expulsão.

Ou seja, um nada repleto, habitado por populações autóctones que combatiam ou aliavam-se àqueles que cruzavam, por via terrestre, o território de um extremo ao outro, segundo autor e autora. Percebemos assim que as preocupações trazidas a este “vazio” no tratado acertaram em pensar algumas formas de proximidade com os indígenas, uma vez que eram componentes a serem levados em consideração em qualquer intento de colonização (GIL; HAMEISTER, 2007, p. 277) no local que no ano de 1783 começaram os trabalhos.

1.1 O DEMARCADOR: JOSÉ MARIA CABRER – 1761-1836: BREVE HISTÓRICO

Bem, uma vez mais reavaliadas as necessidades políticas e ajustados os novos termos do acordo do tratado de limites, agora de 1777, Cabrer inicia os trabalhos com a segunda partida de demarcação, a partir de Montevidéu rumo ao leste, cumprindo seu papel de engenheiro responsável pela parte planimétrica¹², começou a fazer os esboços correspondentes ao itinerário seguido.

Seis desses esboços de Cabrer são preservados, correspondendo ao atual território uruguaio de Montevidéu à Fortaleza de Santa Teresa. Esses esboços são de grande interesse histórico e geográfico, mas como representavam apenas a fase inicial do trabalho cartográfico, não foram incorporados diretamente ao Diário da segunda partida, mas apenas seus elementos

¹² Conjunto de procedimentos empregados na obtenção da representação gráfica da projeção horizontal do terreno (planta) e das diversas particularidades dessa superfície, sejam naturais ou artificiais; Parte da geometria que estuda as figuras planas; 2. Representação de um terreno sem levar em conta o relevo. *Planimetria*: (Termo Geometrico.) He a parte da Polimetria, & Geografia prática, que consite no conhecimento, & medição das linhas quadradas, & cousas planas. Deriva-se de Planus, & metros, que em Grego val o mesmo que Medida. *Planimetriae*. Fem. “Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin”. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/planimetria.Planimetria.>>. Acesso em 5 de janeiro de 2021.

para formar os mapas finais. Do conjunto inicial de treze planos e mapas que constituíam o atlas do Diário, o número oito é um “mapa esférico do Rio da Prata, desde a confluência dos rios Paraná e Uruguai até sua saída no mar, com parte do litoral norte para o Arroyo (pequeno curso d’água) del Chuy”.

Fica aqui o registro de que José Maria Cabrer não participou de toda a demarcação de limites em todas as suas 4 subdivisões, como ele mesmo registrou no prólogo do primeiro tomo. Ele participou da segunda subdivisão de limites diretamente e juntou ao seu relato outros diários das outras subdivisões e alguns relatos, além de nos deixar as contestações (correspondências entre oficiais da expedição e Vice-reis do Prata em Buenos Aires e do Brasil, no Rio de Janeiro) anexadas ao diário e, posteriormente ter ajudado a montar um mapa de todos os caminhos realizados pelas partidas demarcadoras (nome dos grupos de trabalho).

Trata-se então de um material que compila outras informações referentes ao território em disputa, além das notas de seu autor José Maria Cabrer¹³. Por muitas vezes são nestas poucas notas que encontramos referências mais detalhadas sobre Don Miguel de Carai, o cacique dos Índios Minuanos, por exemplo, sendo registrados ainda os pagamentos que os demarcadores fizeram a Don Miguel de Carai para seguir viagem e seu bom relacionamento com portugueses e espanhóis, pelo menos naquele momento, de acordo com outro demarcador. Isso revela momentos e situações que fugiam ao controle de um tratado de limites estabelecido pelos ibéricos, como vimos antes.

Nesse cenário, Don José Maria Cabrer (Barcelona/Espanha 1761 – Buenos Aires/Argentina 1836)¹⁴, foi um demarcador espanhol, engenheiro militar e geógrafo que deu origem à fonte que agora utilizo para trabalhar. Ainda jovem, Cabrer deixou os estudos em matemática na Academia de Matemática de Barcelona, em 1780, e partiu para combater os britânicos na Jamaica, contra os ingleses. Contudo, foi designado para Buenos Aires/Rio da Prata, para servir na comissão que demarcava a fronteira sul entre as possessões sul-americanas de portugueses e espanhóis, tendo chegado a Buenos Aires no ano de 1781.

Como o trabalho de demarcação demorou a começar, Cabrer dedicou um tempo para concluir seu treinamento, anexado depois ao Corpo de Engenheiros Real no Rio da Prata, fazendo parte da comissão responsável pela demarcação de limites com o Brasil Português (TRIAS, 2005). Foi nomeado geógrafo da expedição de demarcação de limites. Neste ponto

¹³ Este material, seja na forma de um diário, referente a Cabrer ou por ele compilado, não foi divulgado até pelo menos o ano de 1802, quase um ano depois do término não oficial da demarcação do tratado preliminar de limites de Santo Ildefonso, visto que ela ficou incompleta em muitos pontos.

¹⁴ CABRER, José María. **Real Academia de la Historia**. Disponível em: <<http://dbe.rah.es/biografias/136079/jose-maria-cabrer>>. Acesso em 13 de junho de 2020.

dos trabalhos, uma das questões centrais era definir claramente os limites com o império português na América do Sul, para o qual foram enviadas cinco partidas (equipes) de demarcação de fronteiras ao Cone Sul¹⁵, sendo esta última excepcional. No final de 1783, Cabrer passou para a Banda Oriental para elaborar o mapa da Lagoa Merín, o primeiro marco da demarcação, a cargo do Sr. José Varela y Ulloa.

Mais tarde passou a comissário e geógrafo da segunda partida de demarcação, responsável pelo reconhecimento do rio Paraná e do curso do rio Uruguai, uma área pertencente às missões ou reduções jesuítas, adjacente aos domínios de Portugal. Em novembro de 1789, reconheceu o rio Pepirí Guazú, tarefa de suma importância, o centro da linha divisória projetada no “Tratado entre os Reis da Espanha e Portugal” (outubro de 1759) e o de San Ildefonso (outubro de 1777), tarefa que ele realizou entre em 8 de dezembro 1789 e 6 de julho de 1790¹⁶.

O primeiro mapa resultante destas demarcações foi feito por Cabrer no início do séc. XIX, mas está perdido desde então. Dele temos algumas cópias, como resultado da compilação de mais de vinte anos de trabalho e do cruzamento dos dados diretos com o seu diário, sem o qual a confecção de tal mapa não seria possível. Restam deste mapa de 1826 umas poucas cópias pelo mundo, algumas que foram impressas em Paris no ano de 1853 e serviram de base para algumas contestações políticas no séc. XIX (CUTOLO, 1968; LOIS, 2012; BETHELL, 1987).

O trabalho cartográfico de José Maria Cabrer não se limitou ao "atlas" do jornal, há também outros trabalhos dele, sendo o mais importante um mapa (PAULA, 1995). Cabrer ainda estava em Buenos Aires e em 1831 foi nomeado para o Departamento Topográfico; ele morreu em 1836, tendo um influente papel na região como resultado de seu trabalho, como ocorreu com outros demarcadores, onde os documentos produzidos acabaram servindo a outros propósitos definidores de fronteiras. Onde o mapa foi ganhando novos significados e apropriações a partir de personagens portadores de diversos interesses e ideários. Neste caso em outro momento histórico,¹⁷ ligeiramente distinto do contexto demarcatório de 1777 no Tratado de Santo Ildefonso¹⁸.

¹⁵ Há registros de mais ou menos partidas a depender do documento que se lê.

¹⁶ Para saber mais sobre a formação das partidas ver: BERTOCCHI MORÁN, Alejandro N. “ANDRÉS DE OYARVIDE Y LA CARTA ESFÉRICA DEL RÍO DE LA PLATA”. *Revista História Naval*, Instituto de Historia y Cultura Naval Armada Española, n. 51, ano XIII 1995. p. 75-93.

¹⁷ LANGER, Protasio Paulo. Representações e apropriações dos topônimos/etnônimos indígenas numa carta geográfica do século XVII. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 19, n. 1, p. 43-58, janeiro/abril de 2015.

¹⁸ CAPEL, H.; et al. *Los Ingenieros Militares en España*. Siglo XVIII. Repertorio biográfico e inventario de su labor científica y espacial. Barcelona: Publicaciones y ediciones de la Universidad de Barcelona, 1983.

O tratado de Santo Ildefonso em seus 25 artigos e 7 cláusulas secretas foi concebido também como uma tentativa de frear o expansionismo lusitano na América do Sul, colocando fim às variadas tentativas de demarcar a vasta fronteira pretendida e tantas vezes refutada de parte a parte pelas Coroas Ibéricas. Nesse cenário de novas tentativas diplomáticas para a resolução dos conflitos, a Madri foi enviado como embaixador D. Francisco de Souza Coutinho, e a Lisboa, o Marquês de Almodóvar, autorizados a negociar com Floridablanca y Ayres de Sá e Mello um tratado de paz, amizade, comércio e limites (FANJUL, 2017).

Estabelecida a diplomacia, era hora de agir em campo. Porém, depois de assinado o novo Tratado ele só teria início, na prática, por volta de 1783, quando os oficiais se reuniram na praça do Rio Grande (atualmente uma cidade portuária no estado do Rio Grande do Sul - Brasil), a fim de começar a negociação e aplicação prática dos trabalhos de suas partidas. Ainda houve, porém, outra reunião no ano de 1784 na ponta sul da Lagoa Mirim para que os trabalhos andassem. Após dois anos ao longo da Lagoa Mirim, localizada em parte no atual Estado do Rio Grande do Sul, as equipes começaram seguir para o interior em direção às missões guaranis em 1786 e 1787 a fim de demarcar o que, segundo eles, lhes era de direito. Segundo Jeffrey Erbig, foi nesta parte da jornada que esvaziaram seus cofres em pagamentos a Tolderias Minuanas para ter acesso ao interior do continente (ERBIG, 2015).

1.2 LUGARES INDÍGENAS NO CONTEXTO IBÉRICO DA FONTE

Entendendo um pouco desse contexto, tenhamos em mente que, a princípio, esta fonte não retrata objetivamente os indígenas. Não foi elaborada para isso, mas o faz assim mesmo, indiretamente revelando não só a sua presença, mas muitas outras coisas também nesse cenário político movimentado, como a posse da terra, territorialidades conflitantes e noções conceituais ibéricas que encobriram realidades bem distintas daquelas que seu tratado tentava impor. Nelson Martinez Diaz retratou uma parte destas movimentações políticas, apontando para uma dificuldade por parte da Coroa espanhola em conciliar seus interesses e sua possessão sul-americana. De acordo com ele, quando estes deveriam ser apenas um, hierarquicamente e ressalvadas as devidas distinções, é claro, eram na prática muitos. O que confirma a visão de várias realidades sociais distintas que se arranjavam de outra forma, por fora da cobertura destes grandes acordos comerciais e suas regulações, deixando pesado fardo aos indígenas entregues aos administradores espanhóis (MARTÍNEZ DÍAZ, 1989, p. 23). Assim a expulsão dos Jesuítas, por exemplo, foi importante como a retirada de um entrave econômico importante para alguns grupos da região, como comerciantes europeus e

oligarquias terratenentes e comerciantes monopolistas ali instalados (MARTÍNEZ DÍAZ, 1989, p. 23; GIL, 2002, p. 53-119; 2009). As categorias e conceitos relacionais com os quais foram tratados os indígenas na fonte, de nomes étnicos ao tratamento social que receberam por conta de suas funções e demais detalhes na demarcação, me permitem dar visibilidade aos indígenas à medida em que foram de alguma forma apresentadas – como é o propósito desta pesquisa – mas não vai muito além disso num primeiro momento.

Sem isso, uma abordagem mais holística de tudo que envolveu os indígenas na fonte, todos seriam apagados por categorias conceituais e teorias previamente estabelecidas e, em muito, projetadas com essa finalidade. Dito isto, o que temos dos indígenas aqui ou o que encontramos nas linhas desta fonte originária da burocracia espanhola, são algumas formas de suas agências/evidências dentro dos esquemas sociais que as contiveram e as retratam como reflexo das expressões das pessoas que escreveram sobre os grupos indígenas na demarcação – sendo muito mais fácil saber quem são os narradores que retrataram os indígenas do que os próprios indígenas.

As notas de rodapé, ofícios entre as vices realidades ou mesmo o texto do próprio tratado, por assim dizer, eram o lugar onde os indígenas foram retratados nesta primeira hora de trabalhos a partir de 1783. O que chama atenção como uma das particularidades da fonte, sendo mais importante trabalhar com esse dado do que com uma cronologia dos fatos para dar mais visibilidade aos indígenas como sujeitos históricos em conjunto com as particularidades da demarcação em si (WILDE, 2016; BRITO; KRENAK, 2020).

Dentro dessa primeira hora de trabalhos, apresentados os contextos, é seguro dizer que os indígenas estiveram em vários lugares. Foram empregados como carregadores e guias da expedição e embora não tenham deixado uma materialidade tida como própria ou direta de sua contribuição aos trabalhos, aparecem com esta materialidade de outras formas em meio à expedição (BARCELOS, 2010). Estando amarrados à estrutura do tratado, dando certa conexão ao acordo ibérico de 1777, emprestando seus conhecimentos aos trabalhos e composição do mapa de uma forma ou outra desatando os nós e impasses práticos em campo.

Indígenas surgem também sob as categorias ibéricas. Amarrados às suas noções do que é o índio e do que é a fronteira por exemplo, tendo os nativos suas formas de territorialidade confrontadas com essa nova noção de fronteira e de limites conceituais que chegou junto com os demarcadores ibéricos. Então nessa primeira hora de trabalhos, além das formas mais diretas, aparecem os indígenas envolvidos nessa amálgama de pontos que vamos analisar a partir daqui. Averiguando que a noção de fronteira ibérica na região é mais uma

forma de compreensão espacial ali. Que índio é uma categoria ibérica genérica e que a terra não estava vazia em primeiro lugar.

1.2 CATEGORIAS E CONCEITOS NA FONTE – LUGARES INDÍGENAS CAMUFLADOS

No diário de Cabrer, por vezes, nos deparamos com um modo peculiar em relação ao trato das pessoas envolvidas no relato, ou seja: o índio, o paraguaio, os dragões, os bons Tapes¹⁹ - *Sesenta yndios marineros del Parana*, muitas formas generalizantes e epítetos. Entretanto, os "índios" mencionados foram detalhados de acordo com as conveniências, alianças, desavenças e demais características por parte do autor. Esse mosaico social e de dualidades não era algo homogêneo na sociedade colonial platina de fins do séc. XVIII e início do XIX, como nos explica Osório ao abordar a construção historiográfica analítica do período.

Todas as interpretações sobre a sociedade colonial remetem a uma sociedade muito mais complexa e conflituosa em termos de diversidade, mesmo dentro de binômios tradicionais, como: estancieiro-peão (OSÓRIO, 2007, p. 36).

Neste cenário complexo, mesmo esses sinônimos podem ser aproveitados para explicar os silêncios sobre os nativos em meio aos trabalhos de demarcação de limites de 1777. Eles nos ajudam a interpretar a percepção que se tinha a respeito dos muitos habitantes indígenas destas terras nesse processo fronteiriço. O modo como alguns grupos indígenas são descritos ou não revela mais sobre o autor do diário do que sobre os indígenas em si, pois mesmo quando omitiu suas etnias, o conceito índio, suas ações e seu trabalho estiveram em pauta, evidenciando sua presença.

Alguns índios se “**amotinam**” pegam três canoas, reservadas para eventualidades, tarde da noite para **descer o rio**, com medo do trabalho e da fome, constante desde a primeira expedição. As coisas já estavam bem ruins, mas decidiu-se não castigar de forma violenta os índios “**delinquentes**”, entretanto não se deu a questão por encerrada, mas mostrou-se a eles que o melhor caminho para se chegar às cabeceiras do Rio Pepiry eram juntos, ou morrer na tentativa²⁰.

Como abordado, este motim indígena se deu na forma de tentativa de deserção, que para não ocorrer careceu de uma negociação rápida com os indígenas no campo de trabalho. Cabrer nos informa ainda que a decisão foi por não punir os indígenas como mandava o

¹⁹ SALDANHA, Diário Resumido, e Histórico Ou Relação Geográfica Das Marchas e Observações Autônomicas, Com Algumas Notas Sobre a História Natural Do País. IN: **Anais Da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol. LI, 1938.

²⁰ CABRER, 1783-1801. Tomo II. p. 099. Tradução minha.

acordo, apenas houve advertência, ao que parece, verbal. Esse registro nos coloca diante de uma das muitas situações pelas quais passaram as equipes de demarcação, como visto, essa descida de rio dependia dos indígenas, mão de obra e conhecimentos, para se realizar.

O que fica deste registro, na maior parte das vezes, é que na prática em muitas situações os indígenas conseguiam negociar com alguma margem situações com os ibéricos, como já demonstrado por Garcia (2008) ao abordar as relações plurais entre os Minuanos e os ibéricos e de como eles buscavam, por meio destas relações, atingir os seus interesses. Eventualmente, esses fatos nos colocam diante da lacuna entre o texto elaborado pelos ibéricos e a prática em campo, pois a situação em que esse evento chamado de motim teria ocorrido, careceu de ajustes não previstos no papel, na forma de negociação, que não era prática exclusiva de um grupo com o outro embora fossem estreitas algumas relações a cada ajuste e necessidades, como visto em Gil (2002) e Saldanha (1938), para os casos entre Tapes e espanhóis. E para os Minuanos e Portugueses, as relações eram de bastante independência, não tendo um contexto de muita exclusividade e fidelidade a priori, como queria o tratado ou as ideias ibéricas.

José de Saldanha, demarcador português, estranha os relacionamentos de seus companheiros de demarcação com os nativos, ao mesmo tempo em que registra essa proximidade, segundo seu diário, como algo que poderia ser uma estratégia de sobrevivência, uma forma temporária e necessária de alianças. De acordo com Garcia, essa era uma necessidade, que era prática comum, pois

Da perspectiva dos estados europeus, a obtenção de alianças com os índios era uma parte fundamental da sua política expansionista. Tais alianças eram ainda mais importantes nas regiões fronteiriças, onde os estados competiam entre si por territórios e vassallos. Por outro lado, nas disputas territoriais entre os estados europeus na América portuguesa, quando de “invasões estrangeiras”, como no caso dos holandeses no nordeste e dos franceses no Rio de Janeiro, uma das características destas disputas foram as alianças estabelecidas entre os grupos indígenas e os representantes dos diferentes estados em conflito, quando aqueles combatiam ao lado de um ou de outro, e também “mudavam” de lado, e obtinham, dessa forma, destaque e vantagens junto aos seus respectivos coligados. Independente, porém, dos diversos contextos de disputas territoriais nas quais os índios eram aliados importantes ou, em muitos casos, essenciais, esta situação pressupunha para os estados europeus uma necessidade constante de atrair as populações nativas (GARCIA, 2008, p. 615).

Alianças e demais ações que garantissem a sobrevivência também são encontradas nas páginas do diário de Cabrer. Essas alianças foram pontuais e completamente volúveis, não se baseando num único conceito que possa ser esboçado em caráter generalizante para cobrir toda a experiência que envolveu os encontros entre os indígenas e os demarcadores na fonte a

fim de dar a eles maior visibilidade. Em meio a estas questões, de trânsito fronteiriço, também foram se costurando outras percepções relativas à proximidade dos indígenas com outros personagens da região, como registrado no diário de Cabrer. Em dado momento, ele observou e analisou uma movimentação de indígenas se relacionando mais com os portugueses do que com os espanhóis, mas não sem motivos por parte dos nativos, como estavam sujeitos os viventes desta vasta região

Yndios ó naturales son balientes, sufridos y subordinados como desde tiempo inmemorial lo han acreditado y consta en la historia por los distinguidos **servicios que han hecho al Rey en los conflictos de las turbulencias de estos Países; pero en la actualidad en quanto se presenten los Portugueses se uniran a ellos**, por su natural afecto à la novedad en razon de que odian el nombre español por el mal trato que desde la espulsion de los Jesuitas han recebido y experimentan de los Administradores, y la perversa politica de los Portugueses que los alagan para atraerlos à su partido, como V.S talvez tendrá conosimiento que con este sistema ascò Gomes Frêyre de Andrada sentenares de familias de estas Doctrinas, para aumentar las Poblaciones Portuguesas tan escasas en aquella época [...] ²¹.

De acordo com Cabrer, os indígenas já não aguentavam mais os maus administradores espanhóis. Entretanto, deixa escapar que centenas de famílias indígenas aumentaram as populações portuguesas, tão escassas à época, dando origem a aldeamentos como o de São Nicolau do Rio Pardo e a Aldeia dos Anjos, por exemplo (GARCIA, 2007; MELO, 2011). Podemos interpretar que a política portuguesa de atração a essas populações estava funcionando ou que os espanhóis estavam falhando em manter para si a fidelidade nativa.²² Porém, neste caso uma outra opção aparece: os indígenas estavam agindo em interesse próprio.

Nelson Martínez Díaz aborda essa sociedade, à época da implantação das reformas borbônicas, como um lugar em transformação no qual a nova política da Coroa enfrentava concorrências sociais não previstas. Logo, continua ele, reimplantar a máxima autoridade do poder real no território americano, debilitando autoridades de poder local e suas influências,

²¹ CABRER, 1783-1801. Tomo II. p. 406.

²² Sobre a política indigenista portuguesa ver: SAMPAIO, Patrícia. Política Indigenista no Brasil Imperial. IN: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v.1, p. 177-206; MOISÉS, Beatriz. Índios livres e Índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **Os índios na história do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 115-132; ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos índios: Um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997; GARCIA, Elisa Frühauf. **As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. Sobre a lenta e precária implementação do Diretório pombalino do Rio Grande do Sul ver: LANGER, Protasio Paulo. **Os Guarani-Missioneiros e o colonialismo luso no Brasil meridional**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2005. Sobre a política indigenista portuguesa para o período e região norte ver: FAULHABER, Priscila. **“O LAGO DOS ESPELHOS”**: Um estudo antropológico das concepções da fronteira a partir do movimento dos índios em Tefé/AM. 1992. Tese (Doutorado em Antropologia). Unicamp, Campinas, 1992.

reconquistando cargos de influência, antes oferecidos à venda, não seria tarefa fácil (MARTÍNEZ DÍAZ, 1989, p. 25). As realidades sociais se fizeram sentir ali e o plano encontrou dificuldades dadas as dinâmicas, poderios e arranjos locais como demonstrado por Gil e Hameister ao abordarem as muitas teias sociais que formulam esta sociedade (GIL; HAMEISTER, 2007, p. 273-284).

Os indígenas não eram regidos exclusivamente por interesses ibéricos, já que participavam ativamente da vida comercial na região, interagindo com esses interesses e continuando suas vidas interagindo com territorialidades, trânsito e formas diversas de coexistência naquelas terras e contexto. Podemos observar essas práticas territoriais principalmente quando Cabrer aborda a vida errante dos indígenas ou idas e vindas chamadas de vadiagem em sua leitura da vida dos indígenas nos tomos I e II do diário.

Os deslocamentos Guaranis no mesmo período ou um pouco antes, analisados por Max Ribeiro, bem como os Charrua e os Minuano, dentro do diário de Cabrer, nos dão conta de que estes deslocamentos eram outra forma de territorialidade, que por Cabrer eram lidas como vadiagens e afins quando comparado à sua territorialidade e assim passaram ao caderno, sem uma reflexão sobre os deslocamentos indígenas. Estas práticas distintas percebidas pelos autores dos diários, mas retratadas como vadiagem, são analisadas por Max Ribeiro (2017; 2019) como práticas sazonais que atendiam a variadas necessidades indígenas, estando ligadas aos seus modos de vida e constituição sociais. Em Ribeiro a identidade étnica se pauta por uma cadeia de experiências ancestrais lembradas que funcionam como um repertório de ação social ao grupo. Tendo isso em vista é mais fácil visualizar o ponto de vista Guarani em suas contestações sobre o tratado de Madri, no caso Guarani missioneiro (RIBEIRO, 2019; NEUMANN, 2005).

Então, ao empreenderem um plano para mapear suas possessões em terras não possuídas, os ibéricos acabaram por evidenciar as diversas territorialidades exercidas na parte sul do continente americano, e a disputa por uma legalidade demarcatória por parte de portugueses e espanhóis era apenas mais uma das práticas sociais ali. De acordo com Erbig (2015; 2016), a noção de territorialidade indígena com a qual tiveram que lidar os portugueses e espanhóis foi um grande desafio. Entretanto, oficialmente, não foram levadas em conta essas territorialidades espaciais indígenas – sendo praticadas, quando necessário, fora dos moldes legais almejados ou quando eram necessárias como veremos no caso do *baqueano* Francisco Xavier Arirapy – indígena guia importante, e como se verá com a nomenclatura dos lugares, majoritariamente indígenas dentro da demarcação de limites.

Ou seja: negociaram de forma bilateral, sem levar em conta as lógicas distintas sobre a posse da terra ou mesmo a sua não soberania, como mostrado anteriormente, mas arranjando meios para evitar rebeliões (GARCIA, 2011, p. 73-75), passando a legitimar suas políticas que encobriram os indígenas com a sua realidade administrativa, mostrando-os apenas como parte dela, sem levar em conta toda a sua movimentação para além destacados no campo como carregadores ou guias, quando necessário – o que não desqualifica as territorialidades indígenas ou mesmo suas possibilidades de ação e interação com os ibéricos. Pelo contrário, dentro de suas possibilidades naquele momento de trabalhos eles estavam longe de uma construção historiográfica que tratou apenas de suas ausências e extinção na história (MONTEIRO, 2001).

Esta movimentação nativa encontra-se já nos próprios artigos do tratado preliminar de limites. A saber, no 1º tomo os indígenas estão alocados já no estabelecimento dos campos neutrais, como expõem os artigos 6 ao 8²³. Neles são ressaltadas questões que os envolvem diretamente como parte da estratégia demarcatória, a partir do estabelecimento dos nomes dos lugares e direções a serem seguidas em campo (MONTEIRO, 2012), o que deixa mais explícito que os acordos ibéricos não passam distantes do entendimento dos conhecimentos indígenas, visto que o idioma indígena predominante, o Guarani, era praticado a muito tempo na região de acordo com Cabrer, citando outras fontes.

Isso faz sentido quando observamos a quantidade de indígenas requisitados a todo momento na expedição, advindos das missões, sendo alguns especializados no fabrico de canoas e excelentes navegadores. Por exemplo, encontramos aqui um deles: *El 23 se nos murio el Yndio Juan Cheri, Galafate y Carpintero de nuestro Barco de San Cosme*. De mesmo modo, outros indígenas não especializados estiveram a serviço da demarcação como carregadores neste mesmo momento, como componentes de uma equipe e de tripulação do **San Antonio** (rio), eram *15 yndios* neste caso²⁴. Mas não eram os únicos, pois eram necessários mais indígenas para ajudar no esforço demarcatório. Segundo Cabrer

Despues de todo èsto en la forma referida partieron del campamento general en los dias 24 y 25 del sitado Agosto, llavando à **mas porcion de Yndios, que les ayudasen a subir las municiones y pertrechos por la Picada, cuyo camino a la verdad, no era de los mejores caso**²⁵.

Embora possamos inferir, hipoteticamente, serem os indígenas missioneiros, por conta do registro direto a eles em conjunto com os outros indígenas na mesma página e dia em que

²³ CABRER, 1783-1801.Tomo I. p. 106.

²⁴ CABRER, 1783-1801.Tomo I. p. 639. Grifo meu.

²⁵ CABRER, 1783-1801.Tomo I. p. 640. Grifo meu.

Cabrer os retratou, não se sabe ao certo de onde neste caso. Mas ainda restam os dados de sua participação de outras formas. Como esta que segue e na qual, possivelmente, tenham sido também guias, visto que o caminho não era dos melhores, como registrado. Estes indígenas não faziam parte dos pagamentos à revelia que os demarcadores tinham de fazer para acessar domínios indígenas, como forma de barganha (ERBIG, 2015), pois os acordos/pagamentos se fizeram necessários para alguns grupos a fim de assegurar a circulação no território, como consta no primeiro tomo do diário. Estes por vezes eram identificados apenas como índios, como visto no caso dos carregadores, mas que às vezes também aparecem na documentação com seus nomes em outras funções pelo caminho.

De acordo e à medida que a caminhada foi avançando, foi revelando os indígenas pelo caminho no tomo dois, ainda que muitas vezes sob os conceitos ibéricos de fronteira e índio, na forma e apresentação de seus conhecimentos e dos seus lugares de negociações. Observando isso, nota-se que quase tudo nesta fonte é arquitetado para invisibilizar os indígenas, aparentemente, não de forma deliberada, ou como vimos antes destacado por Melo (2018), por meio das incongruências, nos levando para longe das articulações políticas ibéricas, para olharmos mais aos rastros e vestígios (GINZBURG, 1999), onde aparecem os indígenas.

Deliberada ou não, essa invisibilidade cai por terra a partir do segundo tomo do diário, quando de fato tem-se uma narrativa mais fluida do dia a dia dos trabalhos. É onde os indígenas são encontrados pelo caminho e também onde se esboça a sua necessária assistência e leitura do caminho imaginado pelos ibéricos para dentro do continente para dar sequência aos trabalhos em campo, apontando direções, contribuindo com idioma, braços e negociando com os ibéricos. Essa não apenas parte de um auxílio dos indígenas aos ibéricos, como pode parecer no diário de Cabrer. De acordo com Melo (2018, p. 173), as indefinições ibéricas sobre as raias divisórias (pontos de divisão) passavam todas pelos lugares conhecidos e habitados pelos indígenas. Então o que a documentação de Cabrer aponta como indefinição, é desconhecimento por um lado, mas por outro passa por uma tentativa de esconder que o território era indígena, além de uma dependência.

Além disso, continua a autora, muitos dos mantimentos eram fornecidos via lugares onde viviam os indígenas também, configurando importante parte deste acordo (MELO, 2018, p. 178). Demonstra-se, assim, que o problema não era exatamente a localização das raias divisórias (locais para começar a demarcar) e a falta de consenso entre os ibéricos. Se neste momento, concordavam os ibéricos apenas com o dissenso, isso acabou nos deixando diante de certas lacunas em seus termos, antes tão bem ajustados. O que chama a atenção neles não é

a briga ibérica, mas a forma como tentam vencer uns aos outros via correspondências e diálogos registrados com referências aos indígenas em campo e sua nomenclatura para o nome dos locais, sendo utilizados como apoio para dar início ao tratado. Neste meio surgem os indígenas, mais uma vez dentro de um cenário de seu domínio e circulação sobre um espaço que era essencial para o andamento dos trabalhos da demarcação na trama social, de acordo com a documentação consultada por Melo (2018, p. 172).

Nesse sentido, se por um lado, consta nos registros que uma das maiores dificuldades em estabelecer as raias divisórias residia nas dúvidas geradas pela falta de consenso em relação à localização de referências geográficas; por outro, é esclarecedor observar que tais referências, como as **cabeceiras do rio Negro, os ervais dos povos de São João e São Lourenço, as vertentes do rio Jacuí, o forte de São Miguel, o rio Pepirí, a barra do rio Uruguai e as guardas de San Martin e de Santa Tecla, eram todos lugares conhecidos e habitados pelos índios**. Dito em outras palavras, os índios ocupavam, circulavam e dominavam conhecimentos sobre um espaço cujo mapeamento era ponto de controvérsia para o estabelecimento de limites territoriais entre colônias da Espanha e Portugal. Logo, não era sem propósito que ocorriam os maiores embates em torno daquilo que parecia ser um mero detalhe para dar andamento ao trabalho das comissões. As coordenadas geográficas do rio **Pepirí, Pequirí ou Peperi-guaçú** [...] (MELO, 2018, p. 173)²⁶.

A exemplo desta afirmação da autora, encontramos no diário de Cabrer uma das muitas tentativas de desempate desta questão. A distinção neste caso é que esta tentativa passou pela questão mais técnica disponível: perguntar a quem sabia o que estava fazendo. Os indígenas já no Tomo I destacam-se como parte do diário de Cabrer, que traz em si uma mescla dos saberes indígenas e dos saberes próprios dos não indígenas possibilitados pelo contato em situação com os demarcadores, como algo que segue toda a expedição demarcadora. Em muito coberta por adjetivos e conceitos ibéricos, encobrendo realidades indígenas variadas. O acordo firmado trouxe a necessidade de ambas as partidas, portuguesas e espanholas, de concordarem com o nome dos locais que demarcariam, como visto antes, a fim de evitar dúvidas e conflitos mútuos. Tanto que são muitas as passagens que registram o mesmo lugar e rio com vários nomes. O mesmo exemplo dado pela autora ao registrar o nome do Rio Peperi Guaçú²⁷, que a depender da documentação tem várias grafias também no diário de Cabrer.

²⁶ Grifo meu

²⁷ O mesmo lugar recebeu na documentação distintas grafias e, muitas vezes, nomes, como este importante rio. Sendo este um dado recorrente na pesquisa. Os nomes dos rios, nomes próprios e demais lugares tiveram sua grafia mantida e sem atualizações nesta pesquisa. Esse recurso foi utilizado como parte da narrativa, para dar maior visibilidade e profundidade aos desdobramentos em torno do registro dos nomes indígenas recorrentes como algo essencial aos objetivos do trabalho. E, até onde foi possível analisá-los dadas as condições de produção prejudicadas pela pandemia do Covid-19, são importantes como uma das formas de interpretar os lugares indígenas dentro da materialidade das fontes escritas por outrem.

A empreitada foi cercada de cuidados com os cálculos e comparações aos trabalhos portugueses, tendo em vista o estabelecimento de pontos referenciais nas duas frentes de trabalho e das diferenças também a cada nova marcação que conseguiam fazer. A realização das aferições geográficas mencionadas pelos espanhóis mostrou uma preocupação que seria notada mais à frente e que pode ser constatada nas contestações entre os comissários espanhol e português, bem como destes com seus respectivos subordinados em campo. Ambas demarcações não concordaram em um ou outro grau, daí a importância dos registros para comparação e a preocupação por parte espanhola. Algo que teria adiantado, não fosse a falta de conhecimento sobre alguns aspectos do terreno. Sendo assim, foi neste ponto que apareceu um certo indígena na briga, Francisco Xavier Arirapy²⁸.

Ele foi colocado em meio a uma questão de máxima urgência, já no fim do primeiro tomo em forma de uma troca de acusações sobre pontos ou um ponto mais exato para começar os trabalhos ou mesmo se alguém na equipe espanhola teria condições de identificar o ponto exato de onde deveriam começar os trabalhos; tal questionamento foi levantado pelo comissário português, uma vez que o andamento dos trabalhos espanhóis se mostrou divergente do trabalho português no que tange ao local de origem alguns rios e à capacidade da existência de pessoas que, de fato, conhecessem tais localizações para que chegassem a um consenso.

Consenso este que, ao que tudo indica, teria sido resolvido por um *baqueano* (guia) indígena, Francisco Xavier Arirapy, em quem as contestações colocam a culpa pela demora dos trabalhos em campo²⁹, também na falta de dedos a quem apontar e na exaustão de acusações entre as partes. Ao longo desta primeira parte dos trabalhos foram muitos "*arroyos*", fortes e cidades registradas no caminho. Entre uma parada e outra pode ser observada uma troca constante de ofícios e contestações entre espanhóis e portugueses de acampamento a acampamento, nas quais variam os assuntos, mas o mais recorrente é uma desconfiança aguda que foi se acirrando com o desenrolar dos trabalhos: o ponto exato de onde se deveriam começar os trabalhos, bem como as demarcações em si.

De certa forma, isso colocou o indígena referido como centro e desempate da disputa e também acabou reconhecendo não só sua utilidade como também a necessidade de seus conhecimentos. Como se lê na troca de cartas, a culpa pelo atraso foi de tudo aquilo a que se pode apontar os dedos. De toda forma, esta matéria das medições e lugares corretos (raias) só

²⁸ CABRER, 183-1801. Tomo II. p. 037.

²⁹ As contestações são, em si mesmas, documentos que requerem uma análise muito mais detida em seu próprio estudo e investigação, e acabam por fornecer vasto trabalho a todo aquele que se propuser a analisar, interpretar e explicar de forma conjunta o seu conteúdo. Seus conteúdos não são aprofundados nesta pesquisa.

ganhou contornos mais definidos quando Cabrer finalizou o mesmo tomo I, já anunciando sua chegada e a dos demais integrantes da expedição ao Povoado de Santo Angel e tomando como meta a viagem de operações do Rio Pepiri Guazu, que é a matéria do tomo II e suas 4 partes, muitas descrições econômicas/geográficas e depois de anos de caminhada já perto do ano de 1790.

Estas mediações não foram exclusividade do tratado preliminar de limites de 1777. Muitas destas práticas de negociação e usos dos conhecimentos indígenas foram usadas antes. No contexto mais decisivo da demarcação isso foi lembrado pelos espanhóis como critério de desempate na nova demarcação para que ela se inicia-se de fato, sem mais brigas. O que se segue é parte desta acalorada discussão que envolveu um destes ditos “desgraçados” indígenas, no fim do ano de 1789, como consta em correspondência entre os demarcadores D. Diego de Alvear “comissário espanhol”, escrevendo ao comissário português o Coronel Frâncisco Juan Roscio, tentando que este aceitasse seus argumentos baseados na demarcação anterior e conhecimento de campo de Frâncisco Xavier Arirapy:

[...] Quando los Comisarios de la antigua Demarcacion (**Tratado de Madri de 1750**), Dn. Francisco de Arguedas por parte de España y Joseph Fêrnandez Pinto Alpoín por la de Portugal, llegaron à la Boca de èste Rio, frente del qual vá à salir nuestra Picada, por Marzo de 59 (**1759**): **ceducidos de la aceveracion, è informes del Yndio Frâncisco Xavier Arirapy, que conducian en calidade de Baqueano desde su Pueblo de San Xavier**; y les aseguro ser aquel el **Rio el Pepiry**, que buscaban; **diciendoles para prueba anticipada de sus conocimientos, praticos**, que habian de llegar a ele en un dia de navegacion desde el Salto Grande del Uruguay, [...] Costa Septentrional, y en la opuesta el Uruguay-Pità, que era el termino de su pericia, adquirida en un viage que habia hecho muchos **años antes con los de su Pueblo à cierto parage llamado de la espia: se cotenteron dichos Comisarios con hacer un ligere exâmen de aquellas circunstancias, y combinieron facilmente en dâr al Rio aquella Denominacion de Pepiry, otorgandose a consecuencia un instrumento correspondiente firmado a ambos a 8 de Marzo del mismo año de 59, y desatendiendo el Mapa de su Demarcacion, dado por los Plenipotenciarios, Dn. Joseph de Carbajal y Lancastre, y el Visconde Dn. Tomas de la Silva y Telle; documento verdaderamente respetable**, de que puedo manifestar a V.S una copia, y que situaba al Pepiry en diferente altura [...] Acampamento nas margens do Uruguay, 13 de noviembre de 1789 [...] ³⁰

Desde o Tratado de Madri de 1750, buscava-se estabelecer alguns marcos em campo e para tal, na ocasião, como nos lembra o comissário espanhol, fora utilizado conhecimento indígena. Na ocasião o “Yndio Frâncisco Xavier Arirapy”, *baqueano* (guia) teve papel importante lá e no desenrolar da nova questão, que não era tão nova assim: localizar um dos pontos fundamentais do trabalho, agora num contexto novo. Embora tenhamos pouco com o

³⁰ CABRER, 1783-1801.Tomo II. p. 037-38. Grifó meu.

que trabalhar sobre o índio Francisco, neste texto, seu lugar de destaque aqui nos explica algumas coisas, dentro das limitações das fontes (NACUZZI; LUCAIOLI, 2012). Explica que ele conhecia bem boa parte do terreno, frequentado outrora por ele em companhia de outros indígenas, que prestou serviços a outra expedição como guia, que provavelmente era batizado e que tinha algum valor para a expedição anterior. Não nos informam sua etnia, mas falam do Pueblo de San Xavier, lugar que provavelmente lhe emprestou um dos nomes e de onde era na ocasião. Trata-se de um índio missioneiro, ao que tudo indica.

Ainda assim, em dados casos bem documentados na expedição, podemos ver os indígenas amarrados aos trabalhos em campo, seja na sua relação com os pontos de comércio ou mesmo em ações mais diretas, onde acabaram ganhando sua visibilidade. Todavia, é mais comum aparecerem imbricados em generalizações – ou seja, na maior parte das vezes era “o índio”, “o paraguaio” e assim sucessivamente numa amálgama de conceitos. Algo que não foi inventado por Cabrer, mas que certamente é uma parte do meio social em que estava inserido e, como apresentado por Melo, era parte de um complexo sistema de classificações e práticas sociais.

Certas práticas sociais geraram etiquetas e estereótipos culturais para determinados segmentos através de categorias taxonômicas como gaúcho e infiel. Para os sujeitos rotulados, porém, nem sempre era difícil circular pelas roupagens classificatórias. Isto conferiu às alianças de amizade e às relações de inimizade uma dimensão mais complexa sobre políticas indígenas e indigenistas, pois as experiências dos setores sociais classificados poderiam agregar às categorias novos componentes históricos, que diziam respeito a práticas sociais duradouras e situações conjunturais contrárias aos interesses coloniais (MELO, 2018, p. 173).

Nesse meio social, Francisco é um caso raro aqui nesta documentação, sendo provável que só tenha figurado nela desta forma por causa de sua posição de antagonista aos interesses do novo acordo, como aquele que “seduziu”, dando prova de seus conhecimentos, os geógrafos das Cortes ibéricas – que rapidamente aceitaram o que lhes fora dito por Francisco com base nos conhecimentos que ele tinha do campo ao ponto de alterarem o mapa que detinham e que agora, no tratado preliminar de 1777, dava tanta dor de cabeça aos comissários em campo, pois o mapa usado como base para a nova empreitada era o mesmo em 1750³¹.

³¹ O mapa utilizado para ajudar a demarcar o Tratado de Madri foi o Mapa das Côrtes (1749 - Mapa das cortes. Para mais ver: Mapa das Côrtes (1749). Fonte: <<http://www.scielo.br/img/revistas/anaismp/v17n2/05f01.gif>>. Acesso em: 03 dez. 2014.), desenhado em Lisboa, sob orientação do brasileiro Alexandre de Gusmão, secretário do rei dom João V. Esta discussão é muito interessante no que diz respeito às percepções sobre as construções das imaginações cartográficas e suas materialidades. A respeito da imaginação cartográfica ver: MYSKIW, Antonio Marcos. Uma breve história da formação da fronteira no Sul do Brasil. In: ZARTH, P. A.;

O exemplo de Francisco e todo o desenvolvimento do contexto e discussões de altos oficiais da demarcação e a necessidade de avaliar os conhecimentos indígenas aqui, abrem o debate sobre a confecção prática do mapa de 1777 com os componentes topográficos e conhecimentos indígenas agregados aos conhecimentos ibéricos, mesmo que a priori, de forma indireta (BRITO; KRENAK, 2020) – algo que coloca os indígenas e seus conhecimentos um pouco distantes dos pensamentos das relações interétnicas como restritas aos âmbitos de domínio e resistência apenas (SANTOS; FELIPPE, 2016, 2017).

Nesta mesma linha, vemos que Francisco e seus conhecimentos sofreram tentativa de desqualificação por parte do comissário, quando os retratou como uma sedução dos antigos demarcadores. O que é no mínimo curioso, tendo em vista que no caso dos indígenas amotinados – outro episódio explorado mais à frente – estes eram parte da equipe, servindo como guias nas canoas. Logo, interpretamos esta contradição na fonte como um artifício político retórico, dado que por serem indígenas dando fé do local exato não deveriam ser levados em conta, mas sim o mapa originalmente projetado para esta finalidade, bem longe dali. O que não é tão importante para esta pesquisa. O dado mais contundente é a importância de Francisco e dos outros indígenas em meio a esse registro e atuação nas incongruências dos demarcadores, dando visibilidade aos indígenas.

Os indígenas cooperaram muito em campo, beneficiando com seus conhecimentos as demarcações, logo acabando relacionados à documentação da mesma. Esses registros, embora parciais e sob categorias ibéricas, ajudam num primeiro olhar a decodificar e analisar os espaços coloniais a partir de meios etnográficos (MALINOWSKI, 1995), já que em grande parte, dão maior visibilidade aos lugares indígenas. Mesmo que a demarcação, a priori, fosse alheia às suas maneiras de ver o mundo, de acordo com Nacuzzi e Lucaioli, acabaram os demarcadores no contato, tendo que registrar de alguma forma os nativos na fonte como passíveis de percepção própria. Essa ação nos deixou registros dos indígenas nesta demarcação, a partir de discursos escritos construídos por viajantes, missioneiros e funcionários públicos no contato com indígenas (NACUZZI; LUCAIOLI, 2012, p. 51).

Neste sentido, entender a configuração da fonte ajuda a dar maior visibilidade aos indígenas de modo geral, soltando-os dessa ideia mais holística que tentaram aplicar às realidades indígenas variadas na segunda metade do séc. XVIII – onde uns são classificados,

VALENTINI, D. J.; RADIN, J. C. (org.). **História da fronteira sul**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: UFFS, 2015. p. 43-72.; FURTADO, Júnia Ferreira. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D'Anville. In: **Topoi**, v. 12, n. 23, jul./dez. 2011, p. 67. A autora nos memora que é preciso ficar atento para o fato de que, ao contrário do que usualmente se pensa, não raro, é o mapa que precede o território e não ao contrário.

majoritariamente, sob o escopo de bons e maus índios, retratados por Cabrer e seus contemporâneos demarcadores e demais fontes das quais se nutriu para compor sua narrativa e fazer seu trabalho em campo. Cabe ressaltar ainda neste sentido que a reivindicação de territórios buscados por portugueses espanhóis de forma legal, em seu sistema jurídico, é questionada e colocada como mais uma prática que se somou às práticas nativas em campo como sendo parte desta construção de saberes expressos e lidos no mapa que estava se fazendo (HARLEY, 2001;1992). De acordo com Barcelos:

O que ainda persiste como uma lacuna é o conhecimento das formas indígenas de representação gráfica dos elementos do espaço. Por outro caminho, pode-se pensar no amadurecimento de um conhecimento indígena sobre o saber cartográfico europeu. O intercâmbio de informações é sempre uma via de mão dupla e, se o conhecimento geográfico indígena foi fundamental para a exploração e a representação espacial da América, também pode ter ensejado a apreensão do registro cartográfico europeu pelas sociedades nativas. As explorações geográficas da América, incluídas as jesuíticas, contaram, invariavelmente, com a presença de guias e intérpretes. Seu conhecimento está implícito nas rotas trilhadas, novas ou tradicionais, na toponímia em vozes indígenas, nas descrições da fauna, da flora e do mundo mineral americano. Ainda que muitos mapas da América tenham sido elaborados em centros urbanos coloniais ou na Europa, outros devem ter sido produzidos em campo, na forma de croquis e esboços. Certamente, muitos indígenas participaram ativamente destes processos. Em alguns casos, podem ter sido inclusive incentivados a uma iniciação ao fazer cartográfico (BARCELOS, 2010, p. 2).

Apesar da ausência de uma materialidade das fontes serem questionadas quanto à sua feitura não ser de indígenas³², como um suporte que registre o saber geográfico indígena, no papel e por suas mãos (BELYEA, 1998, p. 141 apud KOK, 2009, p. 106), o mapa pode ser observado no caso de Francisco e nos esforços conjuntos dos guias indígenas das canoas, mais diretamente. Mesmo que não tenham escrito o diário e as contestações com suas próprias mãos, acabaram deixando suas marcas expressas na fonte e no mapa. Este último caso se verá na segunda parte desta pesquisa, visto que ficou oculto nos mapas europeus uma base de informações indígenas, principalmente quando olhamos para os nomes dos rios e lagos (BARCELOS, 2010). Estes saberes, como visto, estavam por todas as partes na demarcação e é necessário rememorar que Cabrer, tal qual outros de seus contemporâneos, não tiveram contato integral com os indígenas a quem retrataram. Tiveram, porém, em grande parte para consultar e trabalhar sobre estes, tentando sobrepor às outras realidades territoriais ali existentes, como retratado por Erbig, analisando a trajetória de outro demarcador espanhol, Félix de Azara, no seu contato com os indígenas ou na ausência deste contato direto, nutrindo-se de relatos de terceiros para compor seu diário (ERBIG, 2020).

³² Essa materialidade se faz notar nas interações em campo, mas só assusta porque a nossa noção de materialidade obedece a moldes etnocêntricos.

Onde os ibéricos tentavam criar uma linha de fronteira sob suas regras, já era uma vasta faixa de terra habitada por sociedades/coletividades como a de Francisco e de demais indígenas – melhor exploradas no tomo III – em especial uma multiplicidade de vivências distintas como partes integrantes da História Rioplatense da América do Sul, principalmente se observarmos esta fronteira como um *continuum* sem uma marcação ainda definitiva (OSÓRIO, 2007, p. 40), e este espaço como um *locus* de produção humana que o modifica e são por ele também modificados (SANTOS, 1978). Fora do eixo dos mapas, por hora, temos nos casos expostos e nos lugares indígenas apresentados até aqui – suas funções – como uma forma de materialidade oferecida pelo registro da tentativa de fuga indígena, do fabrico das canoas, dos carregadores e, como se verá adiante, de algumas formas de organização nativa. Logo, mesmo que de forma rasa e escondidos sob signos e conceitos ibéricos, os indígenas foram retratados como parte de uma equipe de demarcação, contribuindo com conhecimentos importantes a uma campanha que, como vimos, tinha seus serviços como credora desde pelo menos 1759.

1.3 TOMOS I A III: NOTAS INDÍGENAS

A princípio da leitura das fontes uma pergunta foi levantada: até que ponto Cabrer é uma fonte razoável para entender os nativos? Ou ele seria apenas mais um europeu entre os outros registrando o que se passava diante dos seus olhos aleatoriamente? A evidência de uma dinâmica social muito mais ampla que se supunha e dada autonomia de escolha e ação indígena dentro de distintas situações em que os encontramos na demarcação de limites – encontros, estranhamentos e interpretações divergentes de seus deslocamentos pela vastidão a ser demarcada – estão por todos os tomos do diário no que diz respeito ao andamento dos trabalhos de demarcação, como registrado por José Maria Cabrer.

Estas dinâmicas sociais se reelaboram dentro da organização dos trabalhos. Visto a proximidade ou não dos indígenas com outros personagens da demarcação de limites, também em situação fronteiriça, é retratada dentro e fora de fronteiras que, até então, fugiam a questões puramente geográficas, como visto anteriormente. Esta ideia de fronteira, do contrário, se existia até então ali era praticada pelos nativos de outros modos, o que aos olhos dos demarcadores foi traduzido como algo que se assemelhava a um modo de vida errante (ORTELO, 2014). Na prática, porém, poderia ser classificado como uma prática de sazonalidade operada no território pelos indígenas, conhecedores do território e nada errantes (RIBEIRO, 2017; 2019).

Esses estranhamentos estão mais ligados ao contexto ibérico que narra a fonte, que aos indígenas e suas práticas, visto que o caráter etnocêntrico e os anseios pela posse da terra são os objetivos não só do trabalho, mas na descrição e hermenêutica do outro. Os demais elementos que compõem a fonte em língua castelhana³³ acabam nos colocando diante de uma das grandes dificuldades do campo: o idioma. Os locais a serem demarcados deveriam ser batizados com nomes de comum acordo entre portugueses e espanhóis, que se baseavam em poucas informações forjadas bem longe dali, mas que usavam guias indígenas em boa parte dos locais por onde passavam. Neste contexto, algumas manutenções no idioma original foram aproveitadas sem tradução ou atualização, ajudando na decodificação da marcação destas fronteiras, além do objeto de estudo desta pesquisa³⁴.

A manutenção da escrita em sua forma original nos oferece mais elementos de análise para o entendimento do meio no qual se elaborou a fonte, e uma perspectiva que leva em conta os conhecimentos indígenas em primeiro plano, para além da sua constituição física e as aspirações do autor expressas em seu diário nos tomos que seguem assim distribuídos:

O tomo I é composto por mais ou menos seiscentas e dezenove páginas e a princípio um prólogo, que de certo modo antecipa o assunto dos outros tomos, pois marca a saída de Buenos Ayres, até a cidade de Candelária. O segundo tomo contém a saída das partidas para o povoado de Santo Ângelo, e as operações suspensas devido à guerra com Portugal. No terceiro tomo temos a relação histórico-geográfica, feita pelo comissário Don Diego de Alvear y Ponce, capitão de navio da Real Armada³⁵.

É neste tomo de abertura que encontramos os 25 (vinte e cinco) artigos sob os quais trabalharam as campanhas demarcatórias de ambas as nações, sem o adendo das 7 cláusulas secretas ou menção a elas nesta documentação³⁶. Espanhóis e portugueses trataram de inúmeros assuntos nestes artigos: de contrabando ou a forma de com ele acabar até assuntos

³³ Muitas partes desta leitura só têm sentido se lidas em voz alta. Assim, como se fala a outra pessoa. Se lidas em silêncio, pausadas e separadamente perde-se muito do entendimento geral do sentido da comunicação sobre o que o autor escreveu e retratou. Em muito, a leitura e entendimento desta fonte depende de uma leitura em voz alta, para que se preencha de sentido.

³⁴ Em tudo o que se refere ao trato da parte paleográfica, sempre que fiz alterações – quanto à tradução ou destaques de qualquer natureza - informei a quem estiver acompanhando o texto o motivo e a relevância desta mudança para a narrativa.

³⁵ De acordo com as fontes levantadas por Carlos Calvo em seu tomo 7º, sobre Andrés de Oyarvide, e o diário da demarcação, pelo comissário D. Diego de Alvear, chefe da segunda partida, ambos inéditos, à sua época estava assim dividido: a primeira compreende as viagens praticadas desde Buenos Aires até o Salto Grande do Paraná pelas primeiras e segundas partidas, cujo manuscrito original de 928 páginas existe no depósito hidrográfico de Madri. O segundo contém 1.521 páginas em dois grandes volumes, também manuscritos; fazem parte da coleção de Matalináres da Real Academia de História de Madri, uma cópia deste trabalho existe no Museu britânico em Londres, compreendido entre os manuscritos vendidos pelo senhor Michilena y Rosas. O TOMO Iº se estende desde o ano de 1783 a 1789 e o IIº desde 1789 a 1801.

³⁶ O mesmo vale para os demais demarcadores já citados. Não encontrei até então as cláusulas secretas ou menção a elas nos diários analisados para essa pesquisa.

ligados aos nativos encontrados, bem como tratá-los bem para que servissem a ambos os lados ou a forma como não proceder com nativos, pois o resultado poderia ser desastroso se não houvessem cuidados. Algo que como vimos em exemplo anterior com o dito motim das canoas e a não punição indígena, já os colocava como parte essencial da jornada demarcadora.

A esse exemplo, como retratado nos planos iniciais constantes na documentação de abertura, ou nas tratativas iniciais, muitas foram as preocupações por parte das Coroas, muito bem observada no artigo 19 (dezenove), como exemplo desse detalhismo, acerca de um espaço tido como neutro entre os limites das duas Coroas, como exposto no artigo 5º. Baseado neste, como orientação geral, estava o artigo 6º tratando das regulamentações mais específicas dos ditos *campos neutrales*, onde, segundo o mesmo artigo, nem fortalezas, nem guardas poderiam se levantar.

No entanto, o mesmo artigo cobrou um posicionamento mais rígido de ambas as partes nas fiscalizações, principalmente dos roubos de gado e outros delitos. Essa extensa faixa de terra, como consta no artigo 5º, foi constante motivo de conflitos por ter sido abrigo de ladrões e assassinos, como consta em correspondência da mesma época³⁷, devendo os governadores terem feito algo para resolver tal fato (GARCIA; MILDNER, 2012, p. 159), que com tristeza constatam ser uma realidade amplamente disseminada e praticada por aquelas terras. Estes ladrões praticavam contrabando nos campos neutrais (GIL, 2019), algo recorrente numa parte da jornada, dada a proibição do comércio como parte da tentativa de acabar com essas práticas de um lado a outro da demarcação.

De acordo com Osório, porém, a atividade de contrabando não era severamente punida, quando o era, além de se constituir como uma prática largamente difundida no meio social, pois era praticada pelo conjunto dos habitantes dessa zona de fronteira, forjando solidariedades que suplantaram a lealdade a seus reis (OSORIO, 2007, p. 61-64). Essa era uma atividade, como mostrou a autora, praticada por espanhóis, índios, negros e portugueses, sem exclusividades, configurando-se como um hábito corriqueiro de circulação de mercadorias naquele espaço. Essa tentativa de sufocar o comércio com proibições, a certa altura, só causou a expedição muitos problemas pela falta de suprimentos em meio às grandes distâncias percorridas, pois o abastecimento, pelo menos de acordo com ordens de Buenos Aires, se daria nos locais que o pudessem fazer, mas, como se retratou no terceiro tomo do

³⁷ Governador interino ao Vice-Rei, Rio Grande, 27.07.1787. AN, RJ, cód. 104, v 9, fl 200 - AN, RJ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro: CÓD. 104. V 7 -15. Correspondência dos Governadores do Rio Grande com o Vice Rei. 27.07.1787.; AN, RJ, cód. 104, v. 7, fl. 186 (Incursões de partidas espanholas nos rios Vacarai e São Sepé, matam um português de nome Francisco Lemos por se achar fazendo couros e resistir com uma arma de fogo. Relato militar espanhol de 1785), apud OSORIO, Helen. **O império português no sul da América**: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Livraria da UFRGS, 2007, p. 64.

diário, poucos eram os lugares com essas condições³⁸.

Esses tomos iniciais e subtópicos dentro dos diários e das trocas de correspondências nos evidenciam a priori a mistura e o trânsito de pessoas nas localidades a serem demarcadas, além das práticas sociais multifacetadas que iam bem além das fidelidades para com as Coroas ibéricas. Até mesmo a ideia de uma fronteira neutra – como exposto no artigo 6º do tratado de 1777 – que parecia tão certa com a assinatura do tratado, apresentada como uma solução aos problemas comerciais e de contrabando, parecia um pouco mais complicada em face do que se constata nos mencionados campos neutrais, que os colocava de modo equivocado, como retratou Guilhermino Cesar, ao se utilizar das memórias de Félix de Azara, para ilustrar a situação dos campos neutrais. Segundo Azara:

Tal iniciativa só poderia ter partido de alguém estranho à realidade... de nada serve, na América, uma separação de dez ou ainda de cem léguas, para o fim evitar contrabandos e impedir a comunicação dos vassallos, dada a presteza e facilidade com que se caminham centenas de léguas. Também não se notou que o terreno neutral serviria principalmente para abrigar facinoras, ladrões e contrabandistas (AZARA, 1943, p. 29 apud CÉSAR, 1979, p. 201).

Compreendemos que mesmo com regras definidas nos papéis ibéricos e com os ajustes feitos entre as partes para o abastecimento em campo das partidas, os demarcadores não estavam preparados para o choque entre eles e as realidades sociais dos locais por onde passavam, bem como das pessoas a quem encontravam. Tal qual se observa no caso do contrabando, os governadores e mandatários locais pareciam não estar muito inclinados a obedecer a todas as práticas exigidas neste novo tratado, visto que muitas das figuras que praticavam crimes (FLORES, 2019) e contrabando estavam de alguma maneira ligadas a mandatários locais (GIL, 2019b).

De acordo com Guilhermino Cesar, ao tratar do lado português da fronteira que está se tentando fazer fixar, os campos neutrais trouxeram as mesmas dificuldades que para o outro lado, assim mesmo, numa relação direta de oposição como ele coloca em seu texto. Segundo ele, não só pela criação de uma terra de ninguém, uma zona de exclusão ou de valhacouto de aventureiros de ambos os lados, índios, mestiços e brancos rebeldes à ordem, mas porque esse corredor não atingiria seus objetivos. A realidade era mais forte que a ficção jurídica que se

³⁸ Mesmo com a demarcação dos terrenos neutros entre as fronteiras coloniais, o contrabando continuou a acontecer. Os “campos neutrais”, por não terem jurisdição, tornaram-se abrigos e esconderijos a facinorosos, ladrões e contrabandistas: [...] En esto se procedió sin saber, que de nada sirve em América una separacion de diez ni aun de cien leguas, para el objeto de evitar contrabandos y de cortar la comunicacion de los vasallos; siendo esta verdad tan dificil se persuadir à los que non han estado por allá, como evidente a los que han viajado por aquel país, y visto la prontitud y facilidad com que se caminan centenares de leguas. AZARA, Felix de. **Memoria rural del Rio de la Plata**. Madrid: Imprenta Sanchiz, 1847. p. 45-47.

tentava instalar no que parecia o caos em meio às estratégias familiares, políticas e de afirmação social da elite local residente no sul da América no século XVIII (HAMEISTER, 2010; KÜNH, 2004; 2014; OSÓRIO, 2007). O trânsito comercial de um lado a outro da fronteira muito bem estabelecido³⁹ - da Banda Oriental, por ele anacronicamente chamada de Uruguai, passando pelas capitânicas centrais até as margens do rio São Gonçalo – não parava por conta dessa fronteira, pois já estava estabelecido, apesar da vigilância das autoridades, que eram poucas (CESAR, 1979, p. 201-2).

As relações políticas estabelecidas entre as duas Coroas e suas conturbadas interpretações, tendo em vista ambos os interesses territoriais estabelecidos, principalmente na organização preliminar entre os artigos 6º e 8º, não levaram em conta as problemáticas envolvendo, inicialmente, as diferenças entre o texto do acordo e o trabalho em campo, retratados no primeiro tomo do diário de Cabrer. Mas, estando de acordo os vice-reis de Buenos Aires e do Rio de Janeiro em termos e normas, era hora, no ano de 1784, de iniciar a demarcação em campo e, com isso em mente, segue-se para o primeiro tomo, onde observamos a distribuição das funções de cada comandante e comandado da expedição de limites.

Em meio a esses registros, nesta primeira parte do diário já aparecem os primeiros indígenas. Frisando que, quando se fala em indígenas nesta obra, como um todo, os adjetivos empregados a tais indivíduos são tão comuns quanto dúbios para quem os lê. Mas, ao analisá-los, temos um quadro mais amplo dos locais indígenas na empreitada. A esse exemplo temos a conturbada relação estabelecida entre alguns indígenas e espanhóis, pois são muitas as passagens onde os indígenas desertam para se aliar aos portugueses ou simplesmente fugir dos espanhóis. No entanto, essa foi a explicação dada por Cabrer para o ocorrido.

Mesmo assim, podemos observar indícios dos indígenas em diversas ocupações e áreas dentro da campanha espanhola: desde remeiros, como por exemplo os índios do Departamento de San Miguel, mais práticos na perigosa navegação dos rios (KOK, 2009, p. 98) e mais acostumados ao manejo das canoas. Ligados também às atividades de vigias, soldados e aliados, como retratou Cabrer. No entanto, não fica claro em seus registros qual foram os tipos de alianças estabelecidas em detalhes, para além de sabermos que este era um

³⁹ Sobre práticas comerciais já consolidadas, sua manutenção em fins do séc. XVIII e grande parte do séc. XIX no Rio da Prata e as relações trans imperiais que deram seus contornos, ver: Capítulo 7 - Postponing the Revolution transimperial commerce and monarchism in the banda oriental. In: PRADO, Fabrício Pereira. *Edge of Empire Atlantic Networks and Revolution in Bourbon Río de la Plata*. 1º ed. Oakland, California: University of California Press, 2015. Pág. 153 – 189. De acordo com o autor, as redes transimperiais de comércio estavam no centro dessas dinâmicas e moldaram o surgimento da nova geografia política durante a era da revolução no Prata.

local dominado pelos indígenas via trabalho já citado de Melo (2018, p. 175-176). Sua abordagem sobre as incongruências do traçado da linha divisória como algo tão controverso acabou revelando essa preciosa informação: “de que não poderiam ficar os povos do departamento de São Miguel privados de seus respectivos ervais”. No da mão de obra indígena especializada, podemos inferir, de acordo com a bibliografia já consultada, que os jantares e promessas em Buenos Aires entre autoridades vice-reais e os Principais indígenas deram frutos em sua reorganização, estando os demarcadores colhendo em parte estes frutos em forma de mão de obra indígena (GARCIA, 2011, p. 74; GOYA, 2017, p. 393). No que diz respeito às alianças, fica um pouco mais difícil de precisar sua real dimensão e significado por meio de Cabrer, porém fica clara a sua fragilidade frente aos desafios da jornada em alguns momentos e que eram mais intermitentes e inconstantes também como registrado por Cabrer no campo. A respeito dessa prática de alianças, Bracco fez a seguinte apreciação: “existem grandes dificuldades para compreender o processo que estava ocorrendo no interior de cada uma das culturas indígenas, e para identificar as bases de novas alianças que se gestavam” (BRACCO, 2004, p. 270).

Por exemplo, os indígenas mencionados como parte da equipe costumam desertar⁴⁰, dada a proximidade de seus povos ou povoados e o seu reconhecimento territorial vasto, sendo necessária nova busca por indígenas práticos nas funções de navegação no Rio Paraná e outros mais em vários momentos da expedição. Estes indígenas referenciados apenas como índios das missões raramente tiveram sua identidade étnica revelada na fonte, mantendo assim uma característica de maior homogeneidade do conceito do índio, como único, como dito antes: não se sabe se de propósito ou não, mas assim está registrado. Isso não chega a ser uma surpresa quando analisada a fonte, visto que nela os indígenas da demarcação receberam várias alcunhas, na maioria adjetivos empregados com muita frequência sem oferecer maiores detalhes sobre os motivos ou porquês de tratarem assim aos indígenas. Mas podemos inferir aqui que esta era uma prática que percorreu toda a redação, com raras exceções, sendo uma das poucas certezas nesta primeira parte do texto de Cabrer a de que quase não se tem notícias a respeito dos nomes indígenas e de suas particularidades como povo. Embora, como vimos,

⁴⁰ Para saber mais sobre deserções de agentes indígenas e não indígenas no período ver texto de OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América**: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007. p. 59; Glória Kok também se debruçou sobre o entendimento das deserções em meio às expedições de exploração, podendo o/a interessado/a encontrar comparativos entre as suas conclusões para esta prática entre os remadores das expedições sertanistas paulistas nos três primeiros séculos da colonização da América portuguesa, com as de Helen Osório para os exércitos da demarcação sul da fronteira da América. Aqui, em KOK, como nos exércitos das fronteiras houveram muitas deserções, não pelos mesmos motivos, mas todas por melhores condições de vida. Ver: KOK, G. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. **Anais do Museu Paulista**: História e Cultura Material, v. 17, n. 2, p. 91-109, 1 dez. 2009. Pág. 98

apareçam já amarrados ao tratado e em algumas funções mais genéricas dentro do contexto de trocas comerciais e de incertezas sobre o lugar da boca dos rios principais em campo onde um antigo guia da região é apontado com descrédito, como uma fonte pouco confiável de informação. Assim, assina Diego de Alvear em 13 de novembro de 1789 ao Coronel Francisco Juan Roscio, alimentando ainda mais as desconfianças entre as duas partidas demarcadoras⁴¹.

Neste contexto, o indígena pouco retratado é apontado como guia "desgraçado". Um adjetivo frequente em referência aos nativos na fonte, mas nem sempre empregado do mesmo modo, pois quando são os indígenas que sofrem as ações dos maus comerciantes são desgraçados também, mas aqui apenas por terem a má sorte de serem guiados por pessoas gananciosas e despreparadas. Ainda que nem sempre de forma pejorativa, mas na maior parte das vezes de forma paternalista os indígenas foram retratados até aqui de forma a tirar-lhes muitos dos traços de autonomia em relação ao comércio do qual faziam parte, até mesmo em relação à defesa da própria vida e interesses, como se nota no episódio da tentativa de fuga das péssimas condições de trabalho e da fome em campo. Foram retratados em ambos os casos como marginais, mesmo que por meio de ações de outros tenhamos noção de uma participação mais direta de seus trabalhos em campo e do uso de seus conhecimentos.

Los delitos cometidos entre los Yndios de una Nacion los deve sentenciar; castigar su respectivo Comisario con sus adjuntos, que han de ser los Oficiales que le deben suceder en sus impedimentos; pero no siendo cometidos entre los de una, y otra Nacion los deven sentenciar los comisarios de ambas con sus adjuntos; y siendo el caso grave habiendo comodid sería mejor remitir los culpados con las sentencias a disposicion de este Superior Gobierno y el del Brasil⁴².

Encontramos dentro desta instrução um exemplo de como estavam organizadas formas de lidar com os indígenas tidos como delinquentes em meio aos trabalhos, o que como vimos, era mais uma tentativa de normatização ibérica do que algo passível de aplicação prática em campo. Visto que na prática isso era pouco aplicável num terreno que dependia de alguma cooperação, em se tratando das longas distâncias a serem percorridas e de conhecimentos indígenas variados no campo, o que tornou difícil a aplicação destas punições à risca, por assim dizer. A esse respeito também inferimos que os indígenas estavam de alguma forma sendo pensados abaixo das categorias jurídicas ibéricas, embora não especificadas, mas que deixaram margem para que pensemos que as “nações” indígenas eram conhecidas, mas de alguma maneira suprimidas na referência, apontadas apenas de modo homogêneo aqui.

⁴¹ CABRER, 1783-1801. Tomo II. p. 036. Contestações.

⁴² CABRER, 1783-1801. Tomo I. p. 075. Grifo meu.

Além disto, a outra faceta que nos mostra este trecho em relação aos indígenas era a forma como foram tratados. Fica clara a distinção entre eles e o administrador dos índios, por exemplo. Mesmo que este último tenha agido para barrar o comércio, seja mal administrador e abuse do cargo, ele ainda é retratado no texto de uma forma mais abrangente, com motivos para ter agido desta ou daquela forma, ao passo que os indígenas são abordados de modo raso na questão. É descrita a ação da quase fuga e memorada a prerrogativa de punição colocando-os sob a categoria jurídica pertinente ao caso e não abordando demais motivos ou razões para o comportamento dos nativos, como fora com outros personagens tidos como iguais na fonte, pois disso também se trata e é assim que começa esta empreitada: com divisões bem estabelecidas entre grupos humanos.

Assim, sempre que um adjetivo foi atribuído aos/as indígenas, as atenções devem ser redobradas ao contexto em que se empregou tal fala para que ela faça sentido, principalmente quando tratamos das suas faltas e punições frente aos oficiais da demarcação. Onde os indígenas também aparecem caracterizados de alguma forma, desta vez dentro de uma tentativa de meio termo administrativo, o que marca a presença diante dos trâmites burocráticos ibéricos.

1.4 TOMO II

Neste tomo, temos de forma mais evidente os vários indígenas dentro da narrativa, em funções variadas como peões, remeiros e guias da expedição. Aparecem muito como remeiros não por acaso, pois neste mesmo ponto a demarcação sofreu com condições climáticas severas, e isso é bem mais registrado aqui do que na primeira parte do diário. Dada a necessidade de atravessar rios em meio aos trabalhos esse registro cresceu, sendo assim, se registrou além da construção de embarcações a movimentação indígena como força de trabalho atuante.

Isso é pouco mencionado para além das necessidades burocráticas dos pedidos por braços e disputas sobre pontos exatos de onde começar e parar a demarcação, ficando registrado que o governo das missões os ajudou nesta tarefa de arranjar braços quando necessário⁴³. Entretanto, o grau de especialização da mão de obra indígena neste cenário, principalmente quando analisados os pedidos no início de 1789 pela comissão espanhola, é um aspecto bem relevante, dado que Cabrer retratou não haver encontrado ninguém no destacamento de milícias e nas 50 praças do Paraguai para fazer os trabalhos necessários à

⁴³ CABRER, 1783-1801. Tomo II, p. 012.

expedição naquele momento. Tendo ele, neste momento, pedido a substituição da atual e cansada equipe ao Governador *yntendiente* das Missões naquela Província, Dn. Joaquin de Alos, que só pôde atender o pedido em março do mesmo ano⁴⁴.

Pedido atendido, pois em dado momento pelo menos uma dezena de canoas, para ajudar no reconhecimento de mais rios, além dos já mapeados (Paraná, Yguazú e San Antonio em janeiro de 1789) foram necessárias de início, uma prática muito comum em dados locais de passagem na demarcação. Essas canoas eram manuseadas pelos indígenas e, se repararmos bem, este é um dos poucos exemplos de pedidos de índios, como mão de obra, que nos mostra de onde vieram: “[...] A falta de Paraguaio (provavelmente indígena, pois não é mencionada) foi suprida por 50 índios, do povo de São Luis, San Nicolas (Missões) [...]”⁴⁵. Não são conhecidos por meio desta fonte mais detalhes quanto aos processos de construção ou o paradeiro do contingente de indígenas pedidos por serem aptos ao trabalho, embora possamos interpretar acompanhando a fonte que foi entregue: “El 20 de Abril se retiraron los Alcaldes, **Indios Peones**, tren de carretas, y animales pertenecientes al Pueblo de San Nicolas: y se aloxaron las tropas, y oficiales de las partidas [...]”⁴⁶.

O que se sabe dessa construção da dezena de canoas para ajudar no reconhecimento do local é que foi atrapalhada devido às condições climáticas. Sem mais registros dos indígenas construtores de canoas nesta parte específica da caminhada. Todavia, fica o registro do aumento e da atuação mais direta dos indígenas e de seus conhecimentos para o bom andamento dos trabalhos desde o tomo I, onde são alocados na proa das canoas como parte da equipe, aqui atuando como guias da equipe exploradora em alguns rios, da qual também fizeram parte como remeiros: “Don Juan Jose Valdes partiu com os milicianos de seu destacamento, escolta de dragões e índios remeiros”⁴⁷.

Proseguimos la marha à las 6 ½ de la mañana del día 20, águas abajo y a las 12 del día llegamos a la barra del Yguazu em donde dimos algun descanso a los **yndios que estaban muy fatigados de ló mucho que bregaron com los Remos** para que no préciesenos todos em la navegación de retirada em los continuos hervideros remolinos y la extraordinária velocidad de las águas... **En cada Popa de canoa va um Yndio que com uma Pala algo mayor que los Remos à que llaman espadilla gobiernan haciendo las mismas veses de los timoneles, y em cada una de las**

⁴⁴ CABRER, 1783-1801. Tomo II. p. 009.

⁴⁵ CABRER, 1783-1801. Tomo II, p. 018. Este texto não pretende discutir a configuração das missões embora as cite. Sobre o tema ver: KERN, A. A. **Missões, uma utopia política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982; QUEVEDO, J. **Guerreiros e jesuítas na utopia do Prata**. Bauru: EDUSC, 2000. Se dedicaram a analisar o modelo político das missões jesuíticas, embora diversas de suas avaliações já tenham sido revisadas pela historiografia mais recente, estes estudos seguem como referência obrigatória para novos estudos do tema.

⁴⁶ CABRER, 1783-1801. Tomo II, p. 019. Grifo meu.

⁴⁷ CABRER, 1783-1801. Tomo II, p. 063.

dichas balzas nos embarcamos la mayor parte de ambos Destacamentos, todos los restantes hiban em las demas canoas sueltas⁴⁸.

Aqui as funções de guias, remeiros e de timoneiros se mesclavam nas canoas principais como importantes funções para a navegação dos rios, que não era uma tarefa fácil, requerendo alto grau de especialização destes indígenas na decodificação do ambiente, mediando- o para os forasteiros (KOK, 2009). Outro exemplo de especialização indígena é o dos prestadores indígenas de obras públicas e trabalhadores de guerra, quando Guaranis missioneiros compareceram à Buenos Aires da segunda metade do séc. XVII e da primeira do séc. XVIII (NEUMANN, 1995, p. 185). De modo bastante semelhante, deixaram poucas informações sobre o detalhamento de seus ofícios. No caso de Cabrer, não houve detalhamento e reconhecimento de suas atividades, apenas alguns registros pontuais por necessidade de rotina de trabalho, de acordo com minha análise. Mesmo assim, indiretamente, abarcam o reconhecimento das ações e conhecimentos indígenas em meio à burocracia espanhola, tal qual nos registros que retratam os pedidos por mais braços indígenas qualificados para um serviço difícil de se encontrar nas praças paraguaias e em condições cada vez mais adversas seja pela falta de pessoal, fome, doenças⁴⁹, entraves comerciais e dificuldades entre o texto e a realidade.

O excerto textual acima é interessante por nos apresentar o destacamento e por nos lembrar que essas funções não eram exclusivas da demarcação e nem os indígenas e seus acordos. Em 1783, o governador do departamento de São Miguel autorizou Rafael Paixé, corregedor do povo de São Miguel, a sair em comitiva com outros setenta índios pelos campos para vaquejar e recolher gado (MELO, 2018, p. 178). A comitiva tinha outras funções também, além da recomendação de inspecionar minuciosamente os campos, o que mostra também que o estado de inimizades constantes entre indígenas e demais personagens da região não se sustenta. Temos variados exemplos destas relações entre indígenas Guaranis e Charruas vivendo juntos, após terem deixado as missões jesuíticas do Paraguai, pouco antes da demarcação de limites, optando por não retornar às missões (GARCIA, 2009; 2011;

⁴⁸ CABRER, 1783-1801. Tomo II, p. 629-630. Grifo meu.

⁴⁹ Para saber mais sobre doenças afetando os indígenas no contato com outros na América espanhola ver: WACHTEL, Nathan. Os índios e a conquista espanhola. p. 195 - 239 In: BETHELL, Leslie. **História da América Latina**. América Latina Colonial. São Paulo: Ed. USP, 1998. p.195-239 1; BOCCARRA, Guillaume. Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas. Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel, **Memoria Americana**, Buenos Aires, v. 13, 2005, p. 21-52. Para saber mais sobre a imunidade indígena, a falta dela ou o contato desastroso entre colonizadores e indígenas, principalmente, no que diz respeito à deficiência de resposta imune Th2 para micro-organismos autóctones que causou verdadeiras tragédias demográficas, ver: GURGEL, Cristina Brandt Friederich Martin. **Índios, jesuítas e bandeirantes. Medicinas e doenças no Brasil dos séculos XVI e XVII**. 2009. Tese. (Doutorado em Ciências Médicas), Unicamp, Campinas, 2009.

WILDE, 2009, p. 298). Esses Guaranis não viviam isolados, mas interagindo com a sociedade colonial, trabalhando sazonalmente para proprietários de rebanhos locais (GARCIA, 2011, p. 60).

Fatos que demonstram, por exemplo, que a dita propensão dos indígenas pelos Portugueses e suas políticas não se sustenta, apenas porque o próprio Cabrer a menciona em seu diário de forma muito circunstancial serem estas escolhas, apenas *por su natural afecto à la novedad*⁵⁰, abordando a escolha de um lado pela dita propensão indígena a novidade que representavam os portugueses. Isso cai por terra, justamente quando analisamos a lógica contraditória exposta pela própria documentação e por Melo (2018, p. 177) ao analisar as incongruências discursivas entre os ibéricos e, acima de tudo, o papel fundamental dos indígenas em meio a isso tudo e seus interesses.

1.5 CAMINHAR É PRECISO – MUDANÇAS E PERCEPÇÕES SOCIAIS

A bem idealizada e detalhada empreitada demarcatória foi se mostrando tortuosa com o avançar dos trabalhos práticos desenvolvidos no tomo II. Embora seja clara a distinção entre os debates nas Cortes, no âmbito diplomático e os trabalhos em campo, ambas são frentes de um mesmo trabalho se complementando, haja vista a troca de correspondências e todo o esforço no sentido de dar agilidade aos trabalhos em campo. Quero aqui chamar a atenção para uma mudança que se registrou no diário quanto ao andamento dos trabalhos. Num primeiro momento o otimismo do tomo I, mesclando as certezas das novas tecnologias trazidas pelos ibéricos, foi dando lugar à realidade dura da jornada que se fez sentir de súbito em vários momentos da caminhada (BERTOCCHI, 1995). Por isso, é necessário deixar claro que não busco por uma diferenciação entre um trabalho de letrados e de práticos de campo, pois como vimos José Maria Cabrer tinha uma formação acadêmica muito ampla, assim como outros oficiais de campo.

O que eles não tinham era a exata noção do que encontrariam em seu caminho rumo ao interior e um conhecimento mais elaborado do terreno. A priori, compensado por alguns indígenas e cobrado por outros, adentrar a terra, como retratado na fonte, abre margem de interpretação para um cenário bem mais elaborado do que dualidades costumeiras aplicadas a esses relacionamentos entre indígenas e não indígenas. Algo diferente dos tratados e dos conhecimentos portugueses obtidos consultando materiais de campanhas anteriores e

⁵⁰ CABRER, 1783-1801. Tomo II, p. 406.

medições do dia a dia de trabalho em acampamento com seus parceiros de divisa, os espanhóis.

Ou seja, em campo, nem tudo era passível de rápida resolução, pois a caminhada dependia do abastecimento das tropas e o comércio estava seriamente abalado. O abastecimento em campo em muito dependia diretamente de ordens do governo geral sediado em Buenos Aires. Então, no momento de dificuldades, que eram muitas, era enviado um ofício e uma equipe de escolta a Buenos Aires, solicitando mais recursos a serem entregues pelo caminho, ao encontro da demarcação. Em geral na próxima localidade que pudesse fazê-lo, o que atrasava os trabalhos, como se registrou no fim do ano de 1789 pela equipe de demarcação espanhola⁵¹.

Além disso, a atividade comercial por toda a região administrativa espanhola, segundo Cabrer, era controlada por péssimos administradores colocados nesta função pelo vice-rei de Buenos Aires, a quem Cabrer também culpava pelo descaso. Principalmente com os indígenas administrados e sua relação com a população destes lugares como um todo, como retratado numa nota de rodapé, onde se lê numa crítica direta aos péssimos administradores que: [...] os povoados ali não sabem aproveitar as vantajosas proporções como no tempo dos jesuítas [...]⁵².

1.6 UM COMÉRCIO ESTRANHO – PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS SUSPEITAS, OU NÃO!

Faço aqui um parêntese, adiantando e analisando algumas informações que só aparecem no final do tomo III, em razão das necessidades de abordar alguns pontos atinentes ao comércio na fonte, referente aos indígenas neste tomo II, pois são informações complementares ao entendimento do envolvimento indígena nesta parte do texto fonte. Dito isto, o tomo III se encerra com a descrição da relação entre nativos e padres jesuítas, enquanto estes eram administradores dos indígenas antes de sua expulsão dos domínios espanhóis. Os índios, segundo Cabrer, enchiam a caixa com tributos, mas segundo o autor, não possuíam a capacidade de manejar os frutos do mesmo trabalho ou manejar o comércio. Nessa parte do texto é bem clara a distinção entre o Administrador e o Cabildo, embora pouco aprofundada, sendo tratados apenas conteúdos administrativos (Título 3º *De los Administradores particulares...*)⁵³, principalmente quando comparados às dinâmicas sociais internas do

⁵¹ CABRER, 1783-1801. Tomo II, p. 009-012.

⁵² CABRER, 1783-1801. Tomo II, p.014

⁵³ CABRER, 1783-1801. Tomo III, p. 335-340.

Cabildos (WILDE, 2009b; BETHELL, 1998). São descritas ainda ações do governo missional em relação aos indígenas, mas desta vez a atividade comercial é mais abrangente que no segundo tomo. E dentro destes, alguns pontos foram bem documentados a esse respeito, a maioria inerente aos índios, desde como tratá-los ao modo como castigá-los para se obter “melhor resultado” deles nos trabalhos e no meio social, de acordo com a lógica de funcionamento desejada pelos, agora, administradores ibéricos, nomeados.

Ainda no âmbito tutelar administrativo os capítulos acerca das atribuições gerais para comércio e demais tópicos concernentes ao trato indígena, faço uma ressalva! São demasiadas as considerações sobre esta temática, e se faz necessária uma análise mais centrada em cada capítulo e conseqüente contexto. Não terei aqui, com tão pouco espaço para aprofundar hipóteses e nem é de meu interesse executar isso agora, mas sinto a necessidade, mesmo que de forma rápida, de apontar mais exemplos e casos dentro do texto para que se tenha mais ideia a respeito da riqueza de detalhes e temáticas inerentes aos tomos do diário. Pois bem, dentro da administração, tão criticada ao longo de tantas páginas, encontram-se citações e passagens documentais que apoiam, pelo menos em parte, algumas indagações de Cabrer sobre a má administração empregada sobre os índios e de sua produção.

Siendo la Ciudad de Buenos ayres el principal lugar donde se podra verificar el **Comercio de los frutos, y efectos que producen aquellos Pueblos, y no siendo capaces los Yndios de practicarlo por si mismos, sin esponerse à ser engañado por la astucia, y sagacidad de los españoles, se ha** electo, en los terminos que consta del nombramiento de quatro de enero de èste año una persona con el nombre y titulo de **Adminstrador General**, el qual teniendo todas las circunstancias de celo, integridad, è inteligencia, que son necesarias para desempeñar èste cargo, recibirà en adelante con interbencion del **Protectos de Yndios, y asistencia** de aquellos, que traigan à su cuidado la carga, todos los efectos que bengan de dichos Pueblos pertenecientes à la Comunidad de cada uno, y los expenderà procurando el beneficio, y adelantamiento del Pueblo à quien corresponden⁵⁴.

Este excerto textual retrata, de acordo com minha análise, o que deveria ser a figura administrativa geral para Cabrer, escolhido dentre tantos exemplos que encontrei. Todavia, como mostrado nos numerosos exemplos e notas de rodapé encontradas no texto, a figura do administrador foi bem o oposto desejado na transcrição, por isso usei “deveria”, tendo em vista que a frustração do autor do diário expressou ao tratar dos administradores, às vezes comparando-os com aves de rapina para com os indígenas. Estes por sua vez, retratados no texto como incapazes de autogestão, estando à mercê da sagacidade dos espanhóis que deles abusavam, necessitando de proteção. Essas definições, por mais que estejam denunciando a prática dos espanhóis em relação aos indígenas, ainda os coloca sob tutelas e, dentro da

⁵⁴ CABRER, 1783-1801, Tomo III, pág. 322. Grifo meu.

narrativa, como enganados. Ou seja, no fim do terceiro tomo, tal qual nas demais interações na narrativa de Cabrer, os indígenas continuaram em posições definidas a partir das oposições conceituais oferecidas pela realidade administrativa ibérica e sem muitas explicações sobre tal. Bem longe do cenário comercial estabelecido, naquele momento e de forma intermitente, desde o início do séc. XVIII. Entre os Minuano e os portugueses por exemplo na questão do gado, como analisado por Gil:

Há relatos de negócios entre portugueses e minuano desde o início do século XVIII. Este grupo indígena ocupava terras entre o Chui e o rio Uruguai. Com o avançar dos ibéricos, acabaram se concentrando junto à desembocadura do rio Ibicui, um afluente do Rio Uruguai⁵⁵. Os portugueses da Laguna, em especial o grupo familiar de Brito Peixoto já mantinha fortes relacionamentos com os minuano, durante os anos 1720⁵⁶.

Estes relacionamentos provavelmente se mantiveram dentro da família, principalmente na ramificação Pinto Bandeira. Entre a década de 1760 e a de 1780 [...]. Esta esfera estava basicamente ancorada na preia do gado. Desde que começaram a se formar grandes manadas de gado selvagem em seus territórios, os minuano passaram a realizar procedimentos de caça e coleta destes mamíferos, desenvolvendo técnicas (GIL, 2007, p. 116-117).

Bem distinto também do cenário encontrado por volta de 1753, onde os indígenas Tapez (sic), tidos como capazes de fazer o serviço, amansavam os potros a pedido da fazenda real (portuguesa)⁵⁷. No cenário demarcatório de 1777, apresentado por Cabrer, o comércio é o de frutas e outros artigos de comércio, sem nenhuma menção a gado ou algo que tenha a ver com ele. O ponto de inflexão encontra-se, para Cabrer, na falta de entendimento ou aceitação de sua parte da explicação de como as coisas deveriam ter ocorrido na letra da lei de acordo com as reformas borbônicas e de como elas de fato estavam ocorrendo pelas mãos dos péssimos administradores indígenas. Ele só lidou com oposições, entre a ganância dos administradores e a impossibilidade dos indígenas de se defender diante dela.

A ideia de oposições deixa de lado os índios, ou em passagens muito contundentes por parte do autor, quando explicou o tipo de administração praticada pelos espanhóis. Em primeiro momento explica o autor:

⁵⁵ Autos principais do conselho de guerra a que foi submetido o coronel Rafael Pinto Bandeira. Revista do Museu e Archivo Público do Rio Grande do Sul. n. 23. MAPRGS/Livraria do Globo, 1930. p. 77-83, apud GIL, Tiago Luis. **Infieis transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. p. 115-117.

⁵⁶ FORTES, João Borges. **Rio Grande de São Pedro**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar - Bibliex, 1941. 116 bastante refinadas. O uso do cavalo, animal exótico na América, foi rapidamente adotado pelos Minuano, apud Gil, 2017. p. 115-117.

⁵⁷ AHRS – F1242 – Códices e relatórios. Registro geral da Vedoria da Real Fazenda de Rio Grande 1753 e 1756. O registro de pedido mandava entregar 250 potros aos colonos índios para amansar, por serem capazes de fazê-lo.

Y à la fin de que las comisiones de compra y venta hubiese toda aquella buena fé y legalidad, que exige el delicado punto de yntereses: las devia practicar con interbencion y conocimiento del Protectos de Yndios (1) reconpensando los Pueblos su trabaxo con un 8 por % liquido de los efectos que recibia, y dos de los que embiaca, deducidos todos los demas gastos". Mas, a nota de rodapé indicada na citação diz: "Jamás se ha practicado tal cosa todo ha sido un desorden y [...]"⁵⁸.

Tenhamos em vista que modelos administrativos aqui retratados e suas cabeças políticas locais ou não, eram sim mais uma parte da variedade de realidades políticas enfrentadas pelas partidas demarcadoras, Cabrer gostando ou não do que encontrou. Embora mais se assemelhassem ao caos político em meio a mandos e desmandos de coligações que pareciam nada ter a ver com o tratado que estavam tentando implementar, estas formas políticas encobrem outras relações sociais e disputas na região que antecederam o tratado, mas que ainda existiam e eram praticadas ali na época de sua execução (HAMEISTER, 2010, p.115). Os estranhos ali pareciam ser os demarcadores, pois aquelas terras eram terras de intensas movimentações e relacionamentos comerciais diversos, obedecendo formas de organização outras (GIL, 2009, p. 203-211) que Cabrer não deu conta em seu texto.

No entanto essa realidade também continha os indígenas, como consta no registro de Cabrer trazido a seguir, onde retratou que o governo de missões estava interceptando carregamentos na província - por intrigas ou monopólios. De acordo com ele, o governador das missões alegava que o comércio e a introdução de vários gêneros estavam atrapalhando os indígenas, mas não explica como ao certo. Apenas os retrata como enganados pelos comerciantes, que por sua vez também prejudicavam com seus tratos⁵⁹. Aqui os indígenas são colocados na condição de vítimas passivas dos maus administradores e de suas ambições segundo Cabrer, posto que os bens dos indígenas no contexto das missões encontradas pela demarcação de limites, estavam nas mãos dos administradores e não nas mãos indígenas.

[...] comunidades de los pueblos; pero como èstos mandatarios y administradores son deñios apsolutos de todos los **bienes de los ynfelises yndios**, de aqui resulta el **aniquilamiento de los fondos de èstos pobres pueblos** desde que salieron los jesuitas, sin embargo que el Rey ha pagado en todos tiempos, y ahora quantos auçilios le handado à los precios correntes del Pais, y si decimos que à Su Magestan le han cargado algo mas no faltamos à la verdad; y ès posible que sin embargo de esto, y de las muchas gracias que el Rey les ha concedido sea Real servivio postergado!⁶⁰.

Esses apontamentos sobre o modelo administrativo, político e o manejo econômico envolvendo uma parte da população indígena encontrada no caminho nos oferece pouco a

⁵⁸ CABRER, 1783-1801, Tomo III, pág. 208.

⁵⁹ CABRER, 1783-1801, Tomo III, pág. 019.

⁶⁰ CABRER, 1783-1801, Tomo III, pág. 336.

respeito do cenário mais geral do funcionamento da administração dos índios pelos espanhóis, sobretudo quando comparamos a exemplos dados anteriormente sobre o pedido de braços indígenas para a navegação dos rios e fabricação de canoas. Visto que a documentação aqui analisada é muito reservada quanto aos papéis indígenas em meio a essas realidades, é possível apenas pinçá-las aqui e ali para ir montando os quebra-cabeças sobre os nativos na expedição enquanto iam andando. A falta de um olhar mais apurado sobre o comércio indígena no diário de Cabrer contrasta muito com o detalhismo das outras áreas que contempla. Para Sirtori, Cabrer, em relação às escritas de diários desta demarcação, é o que melhor equilibra todos os assuntos da demarcação: meio técnico e meio etnográfico, por assim dizer, em comparação com seus contemporâneos portugueses e espanhóis. Nos casos por ela analisados, José de Saldanha e Felix de Azara. Um misto de trabalhos técnicos e etnográficos dos trabalhos, da paisagem natural e das gentes que se encontravam pelo caminho (SIRTORI, 2008), de modo que não passa despercebida a falta de uma crítica mais acentuada às más práticas comerciais para com os indígenas.

O autor não dá maiores detalhes sobre isso e segue para outros pontos que também envolveram o comércio - inclusive com indígenas e a administração espanhola, analisando a seu modo a desordem causada pela proibição do comércio na região onde estavam, como parte de uma tentativa política ineficiente de lidar com os poderes concorrentes locais e seus interesses e de acabar com o contrabando, majoritariamente concentrado nas proximidades da Lagoa Mirim (GIL, 2002; 2005, p. 7). Como visto, os indígenas estavam em meio às práticas comerciais que encobrem também outros arranjos de poder e da peculiaridade desta nova prática de fronteira, somando-se as outras formas de coexistir que, de igual modo, devem ser compreendidas em conjunto com outras categorias analíticas a fim de entendermos não só a fronteira, mas as relações ali estabelecidas como parte de um processo histórico (OSÓRIO, 2017, p. 66). Vale, para o caso do comércio, nos questionarmos sobre as lacunas entre os apontamentos de Cabrer sobre os maus administradores, dos quais tanto reclamou, e o espaço entre a falta de mantimentos para a equipe de demarcação.

A falta de mais detalhes me parece esconder algo muito bem analisado por Melo (2018, p. 177-178): nota-se uma relação de dependência entre a realização do trabalho das comissões e a disponibilização de recursos vindos dos povos (indígenas), esses recursos eram indispensáveis para o bom andamento dos trabalhos. Estando, como bem demonstrado, sob as inferências documentais entre um pedido e outro entre vice-rei, governador de pueblo e corregedores e suas partidas em campo, para que se organize a entrega da ajuda pedida. Mas com a tentativa de sufocar o contrabando, acabavam também sufocando as entregas para a

demarcação de limites em certo ponto, prejudicando os trabalhos. Descobrimo um pouco mais, os indígenas que eram a força por trás desse abastecimento, como registrado por Cabrer no Tomo I ao retratar a Condução de víveres (alimentos)! *A hombros de los yndios y soldados*⁶¹ retrata isso e mais os itens da expedição, mas sem ligar a disposição de alimentos e demais itens aos indígenas. Trabalho que foi fundamental para o coletivo e talvez por este motivo os indígenas não tenham ganhado um papel de destaque aqui, nos restando apenas mais uma incongruência a ser explorada em meio às indicações de localidades de um texto que tenta encobrir muitas realidades à medida que tenta tratar de algumas delas, onde os indígenas figuram de modo mais exótico aos olhos do autor. Por vezes sem identificação de etnia/grupo indígena/nação/tribo à qual pertenciam tais personagens ou sua relevância para o trabalho, que como mostrado por Melo, foi gigante.

1.7 TOMO III – LUGARES E GRUPOS INDÍGENAS RETRATADOS

Mesmo que tenha sido prática comum ao retratar na fonte indígenas com características e adjetivos duais antagônicos – principalmente buscando cumprir com a agenda ibérica – ou mesmo de forma abrangente como *baqueano*, não podemos perder de vista que isso ainda completa a materialidade da fonte como elemento que dá visibilidade aos indígenas neste contexto demarcatório. Quando Cabrer se dedicou a escrever sobre os modos de vida de certos grupos indígenas e levantamentos sociais de algumas localidades, registrando, no caso dos nativos, suas etnias e costumes, não foi em vão. Como analisado, retratou esses grupos carregando-os de comparações e tentativas etnocêntricas de entendê-los por meio de seus próprios pontos de vista e de divisões não condizentes com suas realidades sociais. Enquadrando etnias inteiras como amigas ou inimigas, com raras explicações dos motivos. Mas isso não deve ser ignorado.

Ainda que fossem muitos os indígenas pelos caminhos da demarcação e suas várias formas de viver o ambiente e de se relacionar com os ibéricos⁶², o aprofundamento destas relações foi pouco explorado nas páginas do diário. Muitas delas aparecem quando comparadas aos modos de vida do autor e atreladas aos estereótipos de indigeneidade, configurando um quadro bem vasto de generalidades em relação a quase tudo que se refere

⁶¹ CABRER, 1783-1801, Tomo I, p. 58-60.

⁶² Pela leitura do documento e pelos números mencionados percebemos um elevado contingente de indígenas dentro da campanha em dado trecho foi relatada a: "*Diminuicion de 20 yndios de la tripulacion de Candelaria*" - "50 índios carregadores" - 10 (dez) Índios enfermos - Índios tupices, ameaçando a expedição. CABRER, 1783-1801. Tomo II, p. 046-079.

aos indígenas em meio à demarcação de limites. Essa característica, mais voltada homogeneidade étnica das sociedades nativas da região, percorreram os três tomos do diário de Cabrer, com algumas poucas ressalvas aos destacados grupos indígenas: Minuano, Charrua, Tape e Guarani.

A distinção neste terceiro tomo é que nele a forma como os indígenas foram retratados ganhou contornos mais voltados a explicações de mundo e erudição do autor e de fontes por ele utilizadas para compor seu texto⁶³. A esta forma de narração foram somadas as brigas mais pontuais quanto a um ponto mais sensível ou outro da demarcação, que ora ou outra se alternam e se confundem com a visibilidade e saberes indígenas em campo, dadas as exigências e conhecimentos para operar estas discussões. Este diálogo de contestações e ofícios ou o seu contrário estende-se por muitas e muitas páginas, tendo seu ponto de encontro e reinterpretação sempre na contestação ou reafirmação do artigo 8º do tratado. Este, que deveria ser o artigo balizador do início dos trabalhos, acaba sendo o pomo da discórdia, e a cada leitura de espanhóis e portugueses pareciam só enxergar um cenário mais caótico em suas disputas por cada palmo de terra.

Quedando ya señaladas las pertenencias de ambas as coronas hasta la entrada del **Rio Pequiry en el Uruguay, se han combenido los altos contrayentes en que la Linea Divisoria seguirá aguas arriba de dicho Pepiry hasta su origen principal, y desde èste por lo mas alto del terreno**, baxo las reglas dadas en el articulo 6º, continuará a encontrar las corrientes del Rio San Antonio, que desemboca en el Grande de Curitiba, **que por otro nombre llaman Yguazù**, siguiendo èste, aguas abaxo, hasta su entrada en el Paranà por su Ribera Oriental, y continuando entonces, aguas arriba del mismo Paranà, hasta donde se le junta el Rio Yguarey por su Ribera Occidental⁶⁴.

Muito da produção e leitura destas contestações girou em torno deste artigo em específico, pois ele foi o deflagrador da discórdia entre o ponto originário, tido como correto,

⁶³ As fontes apresentadas são: Carta Latina de Candelaria - Valdelirios Diario de la Deamarcacion de Limites - A relação com o diário de Oyarvide - Manuscritos feitos pelos índios - Historia del Paraguay Li. 2º. Decada 6º - Historia de la Campaña de Jesus de la Provincia del Paraguay Libro 6º Capitulo 16 por el Padre Pedro Lozano de la misma Compañia - Historia de la Provincia Jesuitica del Paraguay Li. 1º Cap. 5º por el Padre Lozano de la misma Compañia - Doctor Xarque vida del Padre Montoya Li. 2º. C.3º - Xarque vida del Padre Montoya Li.2 C.8. - Novamente manuscritos feitos pelos índios (colocam a culpa nos índios pelo seu "Desacento") - Montoya Conquista espiritual (vários capítulos desta obra foram mencionados, principalmente no que tange a temática indígena) - mencionou-se ainda Conquistador Alvar Neñes - escritor Ruiz Diaz de Gusman. Apesar destas fontes mencionadas, é importante registrar aqui algumas dificuldades na leitura na procura pelos lugares dos nativos em meio aos trabalhos de demarcação de 1777. Por todo o terceiro tomo não é clara a indicação de que o autor tenha tido acesso direto aos materiais que ele listou nesta parte do diário como suas fontes para detalhar alguns costumes indígenas. Pelo menos não tanto acesso quanto teve ao material anexado ao diário nos dois tomos anteriores, a saber as contestações/correspondências dos oficiais. Se Cabrer teve algum contato ou conhecimento mais direto com todo esse material listado neste tomo não fica muito claro, mas ele os listou e citou assim mesmo. Então, essa parte do tomo III tem sido, nesta parte, uma leitura mais desafiadora por esta peculiaridade.

⁶⁴ CABRER, 1783-1801, Tomo I, p. 022. Grifo meu.

para começar o trabalho em campo, entre ambas as partes. Porém, cabe aqui dar mais ênfase ao questionamento levantado anteriormente pelos comissários ibéricos. Não na parte da desconfiança contra os conhecimentos indígenas do Yndio Francisco Xavier Arirapy, *baqueano* (guia). Mas de interpretarmos que mesmo que houvesse um ponto do qual se devesse começar as demarcações, quem dentre os espanhóis tinha condições e conhecimento suficiente para apontar o local exato indicado nas marcações e para contestar as marcações portuguesas?

A resposta a essa pergunta pouco importa aqui. O que importa é a questão em si e a briga por envolver os elementos que envolveu dentro das contestações: o dito “dasacento” (sic) do tal local de partida, mencionando os indígenas como culpados por serem, à conveniência, péssimos guias na ocasião das brigas entre os comissários e seus ordenados. Embora os trabalhos seguissem, a briga não cessou e os trabalhos iniciados em 1784 foram interrompidos diversas vezes e por distintos motivos, tal como o período que envolveu o cessar-fogo em Rio Grande, devido às invasões organizadas pelo governador de Buenos Aires/ Vice-reino do Prata do ano de 1763 a 1777 (OSÓRIO, 2017, p. 88; 108) (TORRES, L. H., 2009, p. 21).

Essas datas foram cruciais para a demarcação de limites, não pela sua efetuação que nunca findou, mas por sabermos agora que depois da última data os trabalhos não mais seriam retomados, e em campo as discordâncias apareciam a cada novo ponto a ser demarcado, inclusive sobre o lugar do verdadeiro Pepiri-Guazú entre as duas partes, e por isto ter deixado uma série de outros documentos anexos a esta fonte, no caso as correspondências de parte a parte (OSORIO, 2017, p. 144).

Em meio a tudo isso, os indígenas, assim mesmo em sentido genérico, aparecem várias vezes no palco de ações e raras vezes tiveram suas etnias divulgadas, verificamos uma retração no uso de etnônimos nessa época. Entretanto, seus lugares efetivos como participantes do Tratado de Santo Ildefonso de 1777 são assegurados pela materialidade das fontes, no modo como estas foram compostas sem omitir completamente a necessidade de recorte destes indígenas. Esta participação está amplamente presente em fatos, tal qual as funções de guias e os saberes indígenas amplamente utilizados, apropriados e ressignificados dentro da elaboração do mapa do tratado.

Logo, percebemos a presença indígena manifestada na fonte, desde um olhar mais rápido para as funções que exerceram ou nomes – toponímias indígenas de lugares. Ou numa análise mais detida, quando estes surgem na documentação de modo mais elaborado, sob os conceitos ibéricos. É interessante notar, já no início, o texto de um ilustrado preocupado com

o dito modo, segundo consta na fonte, do jeito correto de se contar a história. Um homem que retratou os indígenas dentro de categorias taxonômicas, mas sem ter um caráter tão reducionista e genérico a respeito dos indígenas quando comparado a seu contemporâneo de serviço, Felix de Azara.

Como analisado num dos textos de Felix de Azara,⁶⁵ os indígenas da região foram retratados da forma mais simplista possível para ele, sem levar em conta suas muitas distinções identitárias. Segundo ele, essas identidades tinham se multiplicado nos registros de outros demarcadores e cronistas da região em disputa ibérica, graças aos que as retratavam – ou seja: se eram muitos e distintos a culpa era dos cronistas por ver algo que não existia. Azara foi um dos responsáveis mais proeminentes nas tentativas de classificação taxonômica dos indígenas, reduzindo-os e simplificando, quando muito também suprimindo suas identidades em suas anotações. Camuflando, assim, os grupos indígenas diversos sob categorias genéricas das quais se alimentaram seus escritos, muito abastecidos por meio de outros cronistas (padres e funcionários reais) na maioria, tal qual Cabrer, visto que é pouco provável que ele tenha saído muito dos grandes centros da região e convivido com os nativos para avaliar suas lógicas de funcionamento social de modo detalhado⁶⁶.

Uma característica de seu texto, compartilhada pelo de Cabrer, é o uso de fontes do séc. XVII, especialmente as produzidas por padres jesuítas. Fato observado, sobretudo quando retratada a origem dos Guaranis, explicitada dentro do texto de Cabrer. Os indígenas e suas organizações sociais sofrem comparações com a história romana de fundação e com passagens da *Ilíada/Odisseia*, de Homero, utilizados como exemplos de mitos fundacionais adequados na tentativa de interpretação dos “mitos”⁶⁷ indígenas Guaranis, mais retratados e

⁶⁵ AZARA, Félix de. **Memorias sobre el estado rural del Río de la Plata en 1801**: demarcación de límites entre el Brasil y el Paraguay a últimos del siglo XVIII e informes sobre varios particulares de la América meridional española. Escritos póstumos Madrid: Imprenta de Sánchiz, 1847. p. 254.

⁶⁶ SALDANHA, José de. *Diário Resumido, e Histórico Ou Relação Geográfica Das Marchas e Observações Autônômicas, Com Algumas Notas Sobre a História Natural Do País. Anais Da Biblioteca Nacional Do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. LI, p. 231-237, 1938. Dentre os diários de demarcação trabalhados até então o que melhor vai situar o leitor quanto à taxonomia proposta é o de José de Saldanha, como segue no original: O grande Linneu no seu systema da Natureza (Edição 13) tratando do Reino Animal o primeiro a quem descreve he o homem. Na 1ª dos Mameas ou Quadrupedes de Mr. Buffon a primeira ordem he a dos Primates, e desta o primeiro gênero o homem - O caracter distintivo, que com toda a razão lhe aplica he o de — Nosce te ipsum — Este primeiro grão de Sabedoria, hum dos mais difficultozos. mereceu antigamente o ser. escripto com Letras do Ouro no Templo de Dianna. Duas unicas especies inclue neste gênero o homem sabio, ou Diurno, e o Troglodites, ou Nocturnos. na primeira especie mete cinco variedades a saber -- o Americano, o Europeu, o Aziatico, O Africano e o Monstruozo, e assim como Mr. Linneu, reparte a variedade de Monstruozo em tres subvariedades. assim tambem sou eu obrigado a fazer com a do Americano cuio numero seria maior, se eu prezenciasse a todos os differentes Indios da America. Eu não me posso dispensar de aiuntar neste Lugar tão rezumido, o que tinha rezervado para hum Supplemento, porem a importancia da materia me desculpara o excesso. (Sic).

⁶⁷ CABRER, José Maria. 1783-181. TOMO III, p. 055. Lendas indígenas, segundo o autor, dignas de admiração. O autor mencionou ainda a fonte do relato: *Historia del Paraguay* Li. 2º. Decada 6º. (sic)

aprofundados em todos os três tomos por José Maria Cabrer e seu diário. Esta comparação se deu como uma leitura de alteridade, como ferramenta para o autor e um meio aceitável de entendimento desses povos, mas de acordo com a interpretação do material a que teve acesso e o compilado por ele sem uma consulta mais apurada diretamente aos indígenas em campo.

Tendo como base essa rápida comparação e análise sobre os modos de retratar a existência nativa e sua abrangência, fica mais fácil visualizar todo o campo que invisibiliza os nativos dentro da demarcação. E para que isso fique mais evidente, basta-nos lembrar de um exemplo já dado neste texto: os pedidos de braços indígenas especializados ou não para compor equipes de demarcação, mas não fica claro como estes indígenas são pedidos ou como ao certo se faz essa requisição, apagando parte de seus dados identitários como consequência.

[...] **Puede contar seguramente para dentro de pocos dias, no solo con los sesenta yndios marineros**, que para que lo sean se piden con esta fecha al gobernador de Misiones de aquellos pueblos del Paraná, sino **tambien con otros quales quiera auxilio** que solicitare, estando baxo el resorte de nuestras cortas facultades. Dios que a V. S. m.s a.s Santo Angel 7 de Noviembre de 1790. = Diego de Albear: = Señor Coronel Francisco Juan Roscio"⁶⁸.

Quem são estes nativos? Ou de onde eles saem? Como mencionado, não são imediatamente identificados, quando o são. Entretanto, portugueses e espanhóis seguiram pedindo mais índios, e neste caso, os tendo garantido pelo espanhol Don Diogo de Alvear, quem enviou índios ao português Roscio para auxiliar nos trabalhos. Atendido o pedido e com a chegada ou a entrega dos indígenas, a expedição avançou e o contato com mais indígenas foi mais intenso e registrado nesta parte do diário, ao passo de ocuparem mais páginas na narrativa demarcatória.

[...] **Habiendo llegado tretenta yndios bueno remeros, que se habian pedido de los yndios de Ytapañ y San Cosme**, salio el tres de noviembre como espuso nuestro gefe con igual fecha al Coronel Roscio, nuestro Piloto y Geografo Dn. Andres de Oyarvide, acompañado de algunos Dragones à continuar el reconocimiento del verdadero Pepiryguazù"⁶⁹.

Foi constante o auxílio indígena, por assim dizer, às atividades demarcadoras, como visto no pedido dos 30 (trinta) índios de Ytapañ e de São Cosme para o reconhecimento do rio. Esses indígenas eram especializados, principalmente oriundos de San Cosme, local, pelo que pude interpretar até agora, ser de onde mais se pediram indígenas para trabalhar nos

⁶⁸ CABRER, José Maria. 1783-181. TOMO II. Contestações. p. 084. Grifo meu.

⁶⁹ CABRER, José Maria. 1783-181. TOMO II, p. 087. Grifo meu.

barcos. Cabrer, desde o primeiro tomo do diário, registrou a presença destes indígenas remeiros: *las Canoas ligeras, tripuladas por yndios del Barco de San Cosme [...]*⁷⁰.

Ou seja, existiu uma lógica de abastecimento de mão de obra constante para a demarcação de conhecimentos e braços indígenas para a demarcação além de abastecimentos outros como visto anteriormente, passando também pelos locais mencionados aqui. Colocando os índios dentro desta narrativa como contribuintes dos trabalhos de forma mais direta, frente à investida demarcatória narrada pelo autor, deixam um pouco desta incógnita posição de quase desconhecidos socialmente, dentro dos modelos narrativos descritos nas fontes que, na maioria das vezes, os colocam apenas como números e índios passivos, aos moldes dos registros documentais que assim exigiam, sem o seu local de moradia. Conforme as exigências contábeis da ocasião.

1.8 TOMO III – INDÍGENAS ANTAGONISTAS NA DEMARCAÇÃO

Aceitar aparente passividade na ação de indivíduos nada homogêneos classificados como indígenas no texto, predominantemente, é uma visão apenas registrada pela ótica do diário. Contudo, não devemos esquecer que estas fontes refletem a realidade colonial e não são de todo subjetivas ou sem intencionalidades, sendo assim não devemos perder de vista a quem as fontes se dedicaram e quem as produziu. Por isso mesmo, esta fonte representa um desafio ao trabalho de dar visibilidade aos indígenas vivendo suas realidades na fronteira sul, dado que mesmo acessando a documentação esbarramos nas escolhas de quem a editou e em seus formatos, enfocando, como mostrado em Paulo Zarth (2015, p. 09-24), na ação de dados grupos e em sua preservação histórica em detrimento de outros. Neste caso, a burocracia estatal, notas e impressões ibéricas de Cabrer, em termos mais gerais, garantiram que se preservasse uma parte de suas memórias, contribuindo para a composição de histórias como fonte sobre a demarcação de limites, governos e personagens administrativas. Garantindo, de acordo com Le Goff, que não o conjunto do que existiu no passado, mas uma escolha efetuada (LE GOFF, 1990, p. 535), de algum modo nos chegasse.

Contudo, em meio a essa documentação encontramos os indígenas, como temos visto até então. Na maior parte expostos a situações de comparações entre si e com os ibéricos, de forma pouco aprofundada. E, quando realizada uma tentativa de maior aprofundamento sobre essas pessoas – indígenas, por parte de Cabrer, temos um mosaico de suas próprias experiências e influências colocadas no que ele interpretou sobre os indígenas e seus modos

⁷⁰ CABRER, José Maria. 1783-181. TOMO I, p. 587.

de vida. A pena do autor apontou, por meio de exemplos bem categóricos os dois lados de uma mesma moeda, por assim dizer, ao mostrar esses indivíduos dentro do palco de ações, por um lado a entrega ou vinda de mais e mais indígenas para ajudar na demarcação e por outro lado o autor mostrou que os índios agiam fora da demarcação em outras frentes no terreno.

Reunidos silenciosamente los **barvaros (Tupices)**, como a las dos de la madrugada, al rededor de la pobre Chosuela, armados de gruesas y tortadas macanas, de Arcos, Fechas y de algunos Chasos ò Lanzas, de que se habian apoderado em otros **assaltos semjantes** que hicieron ante mano à los **Guaranis** fueron inumanamente asesinados uno a uno aquellos **miserables**, sin darles aun tempo de despertar, y que de èste modo binieron à ser victimas de su **indolencia flogedad**⁷¹.

Como explicado por Sirtori (2008) essa também é uma narrativa composta e marcada por muitas lutas e o contexto dos trabalhos não deixou as coisas mais amistosas. As incursões apenas tornaram mais evidentes as várias realidades sociais existentes entre índios e espanhóis. Essa marcação pode ser vista como uma construção também, neste caso a construção do inimigo. O relato acima está codificado dentro de uma leitura de mundo que envolveu estes atacantes, apenas como indígenas antagonistas, já classificados assim como bárbaros no registro e sem maiores explicações sobre os motivos do ataque.

Uma interpretação possível para isso pode ser encontrada no tratamento dispensado aos indígenas não reduzidos - sobretudo dentro das reduções espanholas na administração dos *Pueblos* missioneiros (BARCELOS, 2012). Dado que vai ao encontro também das dificuldades administrativas jesuíticas em estender sua prática reducional e influência aos povos Jês, na mesma localidade. Este dado levou ao reforço da imagem dos indígenas não reduzidos como arredios à civilização e, portanto, não merecedores do controle sobre seus territórios [...] (CUNHA, 2017, p. 62). O modelo de antagonismo e reforço é visto em Cabrer, pois mesmo os indígenas atacados foram retratados como preguiçosos e frágeis, frente ao ataque dos outros chamados de bárbaros. O que dentro da narrativa construída faz sentido, tendo em vista todos os desdobramentos e contatos que se desenrolaram entre estas três partes da demarcação até então e de seus interesses.

Nesse sentido, alguns nativos tiveram sua presença melhor registrada que outros, com especial destaque para os Guaranis, com quem se tinha mais contato há algum tempo e que, de longe, foram os que mais ocuparam as páginas do diário de Cabrer em detalhes, mas não detalhes que fugissem à sua taxonomia ilustrada ou a mitos fundadores que lhe agradassem.

⁷¹ CABRER, José Maria. 1783-181. TOMO II, p. 089. Grifo meu.

Sempre reforçando as características indígenas que lhes agradavam e propagando as características tidas como repugnantes, estas reforçadas a cada oportunidade, sem aplicar-lhes maiores distinções que explicassem o comportamento dos nativos em relação aos ataques, principalmente quando sobre o risco de cruzar com *las Tolderias de infieles*, moradas indígenas, pois delas poderiam advir ataques mais eminentes e uma cobrança de encargos para acessar o território, como vimos no início da redação por meio do comissário português.

Os ataques foram registrados em certa medida no diário. Sendo este apenas um dos muitos exemplos quanto à atitude indígena conflitante para com os demarcadores, dado que não eram apenas os índios Tupis Carives e Guaranis andando perto dos demarcadores, ou melhor dizendo: dos demarcadores perto deles. Uma vez que, de acordo com Andres de Oyarvide: “Há relatos de negócios entre portugueses e minuano desde o início do século XVIII. Este grupo indígena ocupava terras entre o Chuí e o rio Uruguai. Com o avançar dos ibéricos, acabaram se concentrando junto à desembocadura do rio Ibicuí um afluente do Rio Uruguai” [...] (Mapa do Terreno ocupado pelos Portugueses. IN: MINISTERIO DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTE – ESPAÑA. Las Relaciones Luso Españolas en Brasil durante los siglos XVI al XVIII. 2001. apud GIL, 2007, p. 115).

1.9 TOMO III – O FIM DA JORNADA

Este tomo retrata, basicamente, a relação descritiva, histórica e geográfica do final da jornada empreendida pelos demarcadores. Com várias idas e vindas temporais para explicar este ou aquele aspecto dos locais por onde passavam e demais características históricas geográficas pertinentes aos trabalhos, sendo notadas mais menções às fontes das quais o autor foi se nutrido para formular em parte seu próprio diário, mostrando muito da circulação de informações entre os ilustrados a serviço da Coroa espanhola na demarcação de limites de 1777⁷². Sua estrutura se inicia com a tabela de capítulos e uma rápida apresentação de sua proposta⁷³. No entanto, ele é carregado de muitas outras referências de materiais aos quais Cabrer teve acesso ou não, e de muitos exemplos interessantes com os quais ele tenta explicar

⁷² Comprende este tomo la Relacion Historica Geografica de la Provincia de Misiones Guaranis hecha por nuestro Comisario Dn. Diego de Albear Capitán de Navío de la Real Armada, con notas del mencionado Geografo. Tomo Tercero - Jose Maria Cabrer.

⁷³ Este tomo tiene una tabla topografica de los treinta **Pueblos de Misiones** con las distancias de uno à otro baxo en orden Pitagorico: el Obispado y Departamento à que corresponde: su primera fundacion, y otra columna que indica el parage de su actual existencia con la Latitud y Longitud que le corresponde. He añandido tambien en, el Fróntis de la Yglecia del Pueblo de San Miguel por lo singular y digno de la mayor admiracion ver que unos hombres acabados de sacar los Bosques deciertos hayan sido capaces de construir un templo tan magnifico todo de Sillares unicamente dirigidos por sus Curas los Jesuitas. Consta de trecientos veinte y ocho Paginas en folio como los demas tomos". CABRER. 1783-181. Tomo III. p. 003.

os costumes nativos – o que diz muito mais sobre o seu próprio contexto de formação do que sobre os indígenas dos quais tenta registrar em seu diário no tomo III.

A essa primeira parte segue-se a descrição da Província do Paraguai, intitulada *Relación Geografico è Historica de la Provincia de Misiones. Capítulo 1 - Geografía del País*. Com as localizações de rios e de locais ou povoados são mais constantes nesta primeira parte do terceiro tomo: “En el orden que se nombraron cuando descrivimos el Parana y Uruguay, y se hallam colocados los Pueblos sobre las margenes de èstos des rios entre los paralelos [...]”⁷⁴.

Essa descrição se embasa em muitos cronistas eclesiásticos, que tiveram contato de alguma forma, com as investidas dos paulistas contra as reduções indígenas desde o séc. XVII⁷⁵, perpassando pelas grandes movimentações indígenas contra os ministros de Lúcifer (epíteto paulista na fonte) ao longo do rio Paraná, empreendendo fuga em determinados momentos e guerreando em outros. Percurso este que agora era parte da expedição, portanto uma fonte bem provida de conhecimento por meio dos eclesiásticos, foi adicionada ao texto de Cabrer, contendo também as impressões e informações reaproveitadas sobre os grupos indígenas pelo caminho. Além de um modelo de administração com o qual comparar o modelo dos nomeados administradores dos vice-reis, que Cabrer não se poupou de criticar. Nos fornecendo, como vimos, material de análise sobre os indígenas em meio aos mandos e desmandos comerciais na região.

O autor se apoia nestas narrativas missioneiras não só como marco histórico de sua narrativa, mas também para marcar a diferença entre a gente do Brasil, aqui representada pela selvageria paulista sob a administração portuguesa, contra a administração espanhola que construía e tentava salvar os indígenas, segundo ele. E, é claro, para se colocar como um erudito conhecedor da história e de seu fazer, como expresso em todo o texto, marcando um

⁷⁴ CABRER. 1783-181. Tomo II. p. 007.

⁷⁵ Estas fontes citadas pelo autor se inserem no trânsito de fins do séc. XVI até o XVIII, tais como: Historia del Paraguay Decada 8. Parte primeira Libro Tercero. Sobre estas fontes e demais cronistas da Companhia de Jesus mencionados por Cabrer ver: REBES, Maria Isabel Artigas de. **Antonio Ruz de Montoya. Testemunha de seu tempo**. 2001. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Unisinos, 2001; RUIZ DE MONTOYA, António. **Arte, vocabulario, tesoro e catecismo de la lengua guaraní por Antonio Ruz de Montoya**. Publicado nuevamente sin alteración alguna por Julio Platzmann. Leipzig, 1876.; RUIZ DE MONTOYA, António. **Conquista espiritual hecha por los religiosos de la compañía de Iesus en las provincias del Paraguay, Parana, Uruguay e Tape**. Madrid: Imprenta del Reyno, 1639.; CARGNEL, Josefina G. “PEDRO LOZANO S. J., UN HISTORIADOR OFICIAL”. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. São Paulo, n. 35, p. 315-323, dez. 2007. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2225>>; LOZANO, Pedro. **Carta Ânua de la Provincia del Paraguay año 1735 – 1743**. Buenos Aires, 1928.; FLECK, Eliane C Deckmann (Org.); FRANZEN, Beatriz Vasconcelos (Org.); MARTINS, M^a. Cristina Bohn (Org.). **Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay**. 1. ed. São Leopoldo; Cuiabá: Oikos, Ed. da UNISINOS; Ed. da UFMT, 2008.; LONDOÑO, Fernando Torres. **Escrevendo Cartas. Jesuítas, Escrita e Missão no Século XVI**. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 43, 2002, p. 11-32.

modo de contar a história ilustrada na qual acredita, seguindo a proposta no início do Tomo I.

Neste terceiro tomo, mais especificamente, no segundo capítulo, são tratados os temas relativos a *Las Naciones que habitan estos Países*. Aqui o autor identificou algumas etnias, mas não sem sua opinião⁷⁶. É possível identificar e estabelecer o ponto de vista do autor desta descrição indígena, muito mais aliás do que reconhecer os indígenas em si, dada a carga conceitual ibérica utilizada para analisá-los. Essa última parte, quanto às classificações mais gerais dos indígenas, não é muito detalhada em Cabrer, mas o é em seu contemporâneo, José de Saldanha (1786-1787), que nos dá as descrições e classificações com as quais o ilustrado trabalha na demarcação apoiado nas teses de Carolus Linnaeus, sobre a divisão dos homens: americano, europeu, “aziático”, africano e o monstruoso. Sendo que é nessa última categoria que se encaixa o tipo de homem americano indígena dentro do texto de Cabrer, o que como se verá adiante, provocará um estranhamento ao encontrar um certo indígena, retratado por Cabrer como “índio apenas em seu nascimento”, por ser alguém longe do estereótipo usado pelos ibéricos e que vinha sendo fortalecido há anos pelos padres que usou como fonte.

O embaraço na descrição do sujeito não o impediu de continuar retratando indígenas de forma homogênea dentro desta classificação monstruosa. Cabrer também não deixou de descrever aqueles que estavam transitando, a partir da lógica aplicada pela realidade social ibérica aos povos indígenas – entre a selvageria e a civilização – ou entre os selvagens e os menos selvagens. Dentro da classificação de Linnaeus, existe uma subdivisão da categoria em cinco partes. E é dentro deste classificar e reclassificar que Saldanha detalha, em algumas partes, por exemplo, os indígenas, ao falar das subdivisões do monstruoso, tomado de Linnaeus, Patagoens (sic), Pampas, Tapes, Minuanos e Guaranis.

Os primeiros seriam mais arredios, obrigando assim, que os espanhóis se associassem a eles na “divisa do território”, portanto, mais difíceis de lidar. Os Pampas, também *arredios*, arrumavam problemas aos estancieiros em Buenos Aires, além disso, eram poucos, quando comparados aos Tapes. Os Tape, já *catequizados* em grande maioria, não davam muito

⁷⁶ No ano de 1953 foi realizada uma Convenção, assinada pela maioria dos participantes da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada no Rio de Janeiro. Seu objetivo foi o de uniformizar a maneira de escrever os nomes das sociedades indígenas em textos em língua portuguesa. Ela foi publicada na Revista de Antropologia (v. 2, n. 2, São Paulo, 1954, p. 150-152) e posteriormente nas primeiras páginas (não numeradas) do volume organizado por Egon Schaden, *Leituras de Etnologia Brasileira* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976). Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/issue/view/8378/558>>. Acesso em 13 de junho de 2020. Porém, a narrativa desta pesquisa, respeitosamente, não seguirá as normas convencionadas em 1953. Decidi manter a grafia do modo como ela se apresenta na fonte, sendo este um dos elementos de análise e enriquecimento do debate quanto aos etnônimos nativos e seus relacionamentos sociais. Aplicar este manual a esta fonte é, em certa medida, invisibilizar e homogeneizar sociedades nativas já fragilizadas como sujeitos histórico por estas práticas.

trabalho e foram até usados como modelo de “bons modos” – em trânsito, se comparados aos Pampa.

Os Minuano merecem mais análise, pois o autor é mais polido ao lidar com eles. Fala com mais particularidade deles que dos outros, mesmo sendo essa uma subdivisão do monstruoso como as outras. Além disso, parece simpatizar com eles em alguns aspectos, também passa a maior parte de seu relato descrevendo os maus hábitos dos índios. Encontramos esses balizamentos ao longo do texto distribuídos na forma de notas de rodapé, seja explicando nomenclatura ou coisas mais relevantes, segundo ele, a temática do entendimento do trabalho em campo e de suas figuras humanas. Muitas notas percorrem várias páginas sobre os/as índios/as, por exemplo, a nota "G", retratando os Minuano: formas de habitação, alimentação, relacionamento com espanhóis e portugueses. Existe um empenho em mostrar a classificação europeia, no caso de Linneu, para descrever a fauna local, enfim tudo de que se tinha notícia na Europa sobre animais da América, Saldanha busca exemplificar ao máximo, mas sempre dentro das explicações de Linneu, quando essas cabiam e quando se tinha o devido conhecimento de tal animal na Europa.

Os tipos humanos encontrados são detalhados dentro dos ditos padrões civilizatórios quando submetidos aos europeus, a partir daí o autor faz um relato de como cada um dos “nativos” se relaciona com portugueses ou espanhóis. Segundo sua observação alguns índios teriam, em alguns casos, evoluído e se “domesticado”, como exemplo, o caso Tape: “Se domestica o Tape mais fácil que os Pampas”, relata o autor. Entretanto existe uma pergunta levantada a respeito da “identidade” dos “naturais”: quem sabe se eles são os mesmos? A pergunta segue sem resposta ao longo da narrativa, mas são muitos detalhes a serem analisados por meio das descrições de nativos fornecidas nas notas de rodapé do diário.⁷⁷

Como se vê, são muitos os filtros pelos quais se deve passar para enxergar, de fato, os indígenas em meio aos trabalhos. Seja nos tomos, contestações, texto do tratado e as práticas dos cronistas. Tudo isso camuflou e invisibilizou aos indígenas, fazendo deles/as transparecer somente o que interessava aos ibéricos. Mesmo a estrutura da fonte, em dadas partes, denuncia isso. Com simples práticas de escrita e sobreposição se interpretava ou tentava interpretar os indígenas por meio de seus próprios referenciais teóricos e conhecimentos prévios, mesmo tendo um contato prévio com alguns destes povos. Esses tiveram suas vidas apresentadas, do ponto de vista da narrativa, tanto de Cabrer quanto de Saldanha, em

⁷⁷ SALDANHA, José de. Diário Resumido, e Histórico Ou Relação Geográfica Das Marchas e Observações Autônomicas, Com Algumas Notas Sobre a História Natural Do País. **Anais Da Biblioteca Nacional Do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, vol. LI, 1938, apud CARVALHO, 2013.

oposição. Sejam oposições entre os próprios indígenas, raramente explicadas, ou seja, em oposição aos valores e conceitos ibéricos na fonte aplicados aos indígenas. Como no exemplo acima, onde os Tape são bons e outros são ruins, mas as explicações para tal são rasas ou apenas de cunho religioso.

Na fonte, essa constatação de oposições nem sempre tem a ver com os ataques a estâncias, mas também com o emprego da prática ritual católica, como retratado por Cabrer. Em seu diário os Tapes são retratados como aqueles que se criaram no grêmio da igreja, logo mais dóceis. Quando surgem em conflito na narrativa, são logo colocados como dóceis frente à “selvageria” dos outros indígenas. Estes, em contraposição ao um homem com os valores de Cabrer, um ibérico, e longe de serem abordados como parte de uma crença religiosa católica, impregnada nos homens do Antigo Regime europeu. Logo, os indígenas estavam apenas existindo do modo que os ibéricos não entendiam para além de suas próprias convicções, credos e conceitos. Muito dessa interpretação no diário de Cabrer se deu com base na explicação: catequizar em nossa fé e ensinar a língua para os nativos, nutrindo-se de fontes de outros tempos de catequização, que nem sempre funcionavam.⁷⁸ Ademais o vestuário, ou a falta dele, também incomodava os espanhóis. A esse exemplo de valoração da própria sobreposição de hábitos e valores religiosos dos homens ibéricos pelos cronistas, Cabrer, abordando basicamente todas as povoações das margens do rio Paraná e Uruguai, principalmente os povos ou nações citadas nesta descrição, escreve:

Provincias, **poblava las margenes del Paraná y Uruguay un numero conciderable de naciones: los Pampas, los Minuanes, los Chechets, los Guanòas, los Chioasas, Ô Chiloasas, los Yaros, los Caracaras y otras ocupaban la ribera del Rio de la Plata:** los Boanes, los Timbùes, y los Charruas llenavan las del Rio Negro y Carcaraña (1): acia la altura de Santa Fê los Lules, los Tonocotes, los Abipones, los Mocobis, los Diaguitas, los Humaguacoas y Comechingones: en la Provincia del Paraguay dominava la numerosisima Nacion de los Guaranies ò Carios, dividida en varias ramas: los Tapes: los Guañinas: los Guaycurus, los Payaguas: los Ybirayara: en el Guayra y Paranàpanè asistian los Tayaobas, los Cabelludos, los Camperos: y finalmente acia las cavezeras del Uruguay los Tupis y Carives.

(...) **La docil y numerosa Nacion de los Guaranies ò Tapez** (1) que recevió la luz de la Fê, y el suabe yugo de nuestros Catolicos Monarcas, reunidas en èstas Misiones poe la apostolica predicacion de los Jesuitas: sus hermanos y vesinos los **Tupies ò Carives, sangrientos è implacables** enemigos: los **pasíficos Minuanes:** y los **beliciosos Charruas,** por decir mas à nuestro intento, llamaron nuestra particular atencion; y por lo que ellas se diga, se puede venir en conosimiento de lo que seràn las otras, con las que tienen mucha coneccion⁷⁹.

⁷⁸ Essa meta, por assim dizer, encontrou um forte concorrente no modo de vida indígena, nada apreciado pelos padres que abominavam o modo como viviam. O tipo de convívio indígena incomodou aos padres, bem como a orientação educacional, se assim pudermos colocar, que os pais davam a seus filhos indígenas.

⁷⁹ CABRER. 1783-1801. Tomo III. p. 010-012. Foram mencionados nas linhas ao lado nomes como: Conquistador Alvar Neñes e do escritor Ruiz Diaz de Gusman. Grifo meu.

Este capítulo chama-se adequadamente *de Naciones que habitaban estos Paises* (sic), tendo como anexo um documento/secção chamado *Origen de los Guaranies* (sic). Localizando muitos grupos indígenas em suas terras, como visto acima, que ele utilizou para compor essas descrições dos indígenas. A referência a estes etnônimos expressa o maior contato de Cabrer com as populações nativas que permitem a ele perceber as diferenças entre as mesmas. Essa descrição dedicou-se às muitas etnias e algumas subdivisões dentro das divisões indígenas apresentadas pelo autor como povoadoras das margens do rio Paraná e do Uruguai. Algo distinto do que fez Felix de Azara, que reduziu o número de indígenas em seus relatos, como visto anteriormente.

No entanto, concordam Cabrer e Saldanha, já mencionado, quanto aos Tapes e o recebimento da fé ibérica, sendo interpretada por eles como um instrumento de proximidade com os indígenas, e também como algo que consideravam uma qualidade do ser humano. Assim fica mais claro o motivo pelo qual se utilizavam as fontes eclesiásticas, para além de uma fonte sobre aqueles que conheciam de alguma maneira a “geografia social” da região⁸⁰. Eram fontes que retratavam a vida de alguns indígenas e daqueles com quem tinham mais afinidade aos olhos da sua fé, aproximando-os dos objetivos da demarcação de alguma forma.

1.10 A ORIGEM DOS GUARANI - A MÃO DE CABRER NA NARRATIVA

Origen de los Guaranies - La mas antigua, y **talves**, la mas provable tradicion que corra entre los yndios Guaranies sobre su desendencia ò Linage, referia: que ella en los primeros **tiempos cuando planta de la humana especie na havia ollado las Amercas**, y eran solo havitadas de tigres, leones y otras fiéras: aportaron sobre una embarcacion a Cabo Frio dos hermanos con sus familias de la otra parte del Mar Oceano: ynternaronce por toda la Costa del Brasil, **que encontraron decierta**, y persuadidos de ser ellos unicos y primeros havitantes, trataron de poblar y cultivar la tierra, estabelecindose con la posible comodida en estrecha union y buena sociedad vivieron largo tiempo, comiendo cada uno del trabajo de sus manos y sudor de su frente, hasta que prodixiosamente multiplicados con las benignas influencias del clima, y no cabiendo ya en el corto recinto de aquel establecimien, tubo en ellos entrada la discordia, y èsta abrio camino à la division recenidos **dos hermanos Tupi y Guarani... [...]**ajustaron la separacion de sus grandes y dilatadas familias. Tupi que era el mayor se quedo en las tieras que ocupaba, y **Guarani** con toda su parcialidad y parentela, se transfirio acia el Rio de la Plata; y fixando cada cual su recidencia en el parage de su eleccion, se propagaron y eston dieron por todo el resto del Pais: viniendo à ser de èste modo los **Partriarcas** de las dos conciderables Naciones, que hasta el dia conserban su nombre, y **quinza los primeros pobladores de la America**⁸¹.

⁸⁰ Estes papéis, suas fontes neste tomo III, são majoritariamente parte da literatura religiosa missionária e as andanças de outros desbravadores que teriam passado ou passaram pela região abordada, como citado por Cabrer em seu diário. E, é claro, de terem algum conhecimento sobre os hábitos dos indígenas a quem descreveram.

⁸¹ CABRER, 1783-181. Tomo III, p. 010-030. Grifo meu.

Cabrer descreveu o povo Guarani num longo texto, todavia, podemos interpretar que essa descrição não estava isenta de parcialidades de sua parte, complementos morais, sobreposições e referenciais do próprio autor. Neste mito fundacional a costa era deserta e os Guaranis são vistos como os eleitos, quem sabe, os primeiros povoadores da América, relata. Não é possível estabelecer que ele tenha tido essas notícias por meio de algum indígena desta etnia, visto que o texto está repleto de referências aos conhecimentos ibéricos e modo de orientação fundacional de Roma, atestando que os conceitos utilizados para retratar a vida indígena em campo, possivelmente, nada tinham a ver com eles, mas sim com uma visão idealizada destes mesmos nativos por meio dos olhos ibéricos baseados em suas expressões sociais tidas como civilizadas e por traduções religiosas do que acreditavam ver ou entender (NEVES, 2009; VAINFAS, 1995; SOUZA, 2009).

Para melhor exemplificar o mito fundacional deste povo, José Maria Cabrer se apoiou numa obra conhecida da mitologia que também cercava o imaginário dos homens de seu tempo sobre “a origem” do povo Guarani. E por meio das inferências oferecidas em tal descrição esbarramos no imaginário descritivo do homem letrado ibérico que, a meu ver, relaciona sua explicação sobre os Guarani com a mitologia da fundação de Roma, a uma possível interpretação dos hábitos Guaranies quando assim os descreveu sua origem.

Em contrapartida assim foram descritos os Minuanos, Charruas e Carives:

Los Minuanes e Charruas tienen enteramente desconocido su origen, como asi mismo las demas Naciones, ò Parcialidades, las que **provavelmente** son todas ramas de aquel grueso tronco de los Guaranies; quien como **otro Jacob, parese se llevó sin comprarla bendicion de primogenito**: logrando con indecible prosperidad, multiplicarse y llenar de sus hijos los espaciosos ambitos de tan bastas Provincias: y consiguiendo finalmente èste Pueblo escogido; mas ha de siglo y medio, la suerte feliz de su primera ubicacion? al gremio de nuestra Santa Yglecia; cuando **los misables Tupis yacen aun en las densas tiniblas del Paganismo...** Desnudo el vencedor de todo afecto humano de hospitalidad, no aba jamas cuartel à los Prisioneros. A todos se cortaba comunmente la cabeza, que eregian en trofeo sobre las puntas de las Lanzas ò Picas; reservandose solo unos pocos de los mas distinguidos, para sacarlos despues, **como los antiguos Romanos, en un glorioso triunfo al Sacrificio**. Este era uno de los festines de mayor alegria para èstas Naciones antropagas: uno de los Banquetes mas esplendidos para èstos yndios **Caribes**: y una compasiba y bergonsosa ecena de las mas denigratibas para todo el genero humano⁸².

Dentro desta grande descrição, apresentada neste tomo, ainda temos o "*Gobierno y Casiques*", os assim denominados "Chefes" indígenas. Para tratar desses personagens e descrever a forma pela qual os mesmos eram eleitos utilizou-se de linguagem/termos mais próximos da realidade particular a do autor dos diários. Termos como “vassalos e feudo”

⁸² CABRER. 1783-1801. Tomo III. Capítulo 2 “Naciones que habitaban estos Paises”. p. 010-030. Grifo meu.

foram mencionados na descrição, ao explicar o poder e eleição dos caciques, além do controle que exerciam sobre seus comandados. Ao analisarmos o final de uma das longas citações dentro do diário, uma tentativa de explicação dos hábitos nativos por Cabrer, podemos nos fazer algumas indagações sobre a comparação estabelecida pelo autor, quando disse: "*creyendose inbunerables, qual otro Achilles, à sus enemigos*". Seria Aquiles... Grego, o Aquiles da *Iliada* de Homero?! Parece que sim, tendo em vista que ao longo deste capítulo o autor mencionou Roma e um dilúvio mítico, parece que o mesmo conheceu bem alguns destes temas e neles encontrou uma analogia possível para interpretar o que via e ouvia dizer.

A mão do autor se fez sentir quando tentou demonstrar o modo de vida indígena, mesclando exemplos que vão da Roma antiga aos Tupis “pagãos” e suas lutas. Ao mencionar a guerra e suas motivações, irracionais aos olhos do autor, retratando os costumes errantes destes povos, como registrado neste tomo, tudo que Cabrer via nesse sentido chamou de irracional, principalmente as guerras indígenas. Ainda que tenha registrado sua importância social como elemento estruturante de alguns destes povos em seu diário, nada escapou às suas observações e comparações neste sentido. Mesmo quando era ajudado pelos nativos.

[...] se vio la necesidad de tomar puerto en la Ysla de los Patos; donde fue recibido de **los Guaranies con mayor franqueza y generosidad, que podia esperarse de una Nacion Pagana**⁸³.

Ao se manifestar sobre o “descobrimento, conquista e população da província de missões”, a começar pela descrição dos “Guaranies hospitaleiros”, registrou o autor: francos, generosos e pagãos eram os índios Guarani. Mais do que se podia esperar de uma nação pagã. Essa composição de palavras esconde os indígenas e suas ações, parando-os no susto de Cabrer, nos dando apenas as impressões do autor. Algo visto até aqui como uma norma dentro do seu texto sobre os indígenas para todos os casos que o surpreenderam, saindo do conceito de índio que trouxera na bagagem.

Na comparação entre os indígenas, os mencionados acima são os que mais aparecem, enquanto os que menos foram retratados são os Charrua. Mesmo que tenhamos longas descrições e comparações sobre alguns aspectos da vida indígena, questões relacionadas à posse da terra os tratam sempre como se ali vivessem errantes, não mencionam ou assumem que não se ligam a nada – nem a terra como posse. Logo, dentro desta narrativa, são raros os momentos em que se reconheceu de alguma forma a posse da terra e, quando feita sempre antagonizou os indígenas com as ideias de fidelidade e de infidelidade indígena (GIL, 2007 p.

⁸³ CABRER, José Maria. 1783-1801. TOMO III. p. 034. Grifo meu.

115), alinhada aos interesses ibéricos. Creio com base de análise do conjunto documental que este também seja um dos motivos pelos quais os “bons indígenas” em Cabrer sejam justamente os administrados, aldeados ou em via de se aldear, ou em contato mais direto com os ibéricos, agindo em próprio interesse e abertos ao diálogo (MELO, 2011, p. 65), tendo um tratamento político diferenciado naquele momento de trânsito cariado e intenso entre realidades políticas (GALHEGOS; SANTOS, 2020).

Porquanto, como visto e explicado por Melo (2010), os indígenas estiveram frente a necessidade de escolha, desde antes da demarcação de limites de 1777 e bem depois dela também⁸⁴, manejando os espaços de acordo com o contexto, no caso abordado pela autora os Guarani missioneiros, que também aparecem em Cabrer.

As noções sobre pertencimento e as diversas formas de manipulá-las pareciam se movimentar e se misturar de um lado para o outro dos complexos fronteiriços. Percebe-se, através de várias pistas presentes nesse documento, que de acordo com as situações com as quais se deparavam, os índios possuíam escolhas a serem feitas. Assim, poderiam se identificar *aos*, como também ser identificados *pelos* funcionários do exército espanhol como índios guarani-missioneiros desejosos de retornar aos domínios do rei católico; e aos funcionários do exército português, como desertores espanhóis que, devido ao bom tratamento dado e a liberdade adquirida nos domínios do rei fidelíssimo, não desejavam retornar (MELO, 2010, p. 16)

Como visto na página 74 desta dissertação, os Guaranies eram hospitaleiros, francos, generosos e pagãos. Ao lado dos Minuano, tiveram muitas páginas dedicadas a eles, que em primeiro momento de análise pareciam ser fruto dos muitos dados a partir do contato. Mas, onde estão os detalhes sobre os outros? Ou as tentativas de explorar suas mitologias, tal qual fora feito com os Minuano?

Analisada a documentação, a explicação pela falta de fontes não se sustenta, tendo em vista que foram muitas as consultas citadas por Cabrer. Então outra possibilidade surgiu quando da comparação com o trato dispensado aos Charrua: a possibilidade do antagonismo mais direto e da falta de entendimento mais amplo sobre as práticas indígenas Charrua, que fossem ajudar na causa ibérica em registro na fonte apontada por Cabrer, oferecendo, além de resistência bélica, uma visão que não favoreceu muito os trabalhos dentro de seu próprio entendimento territorial. O contraponto desta história é o tratamento dispensado aos Charrua no texto de Cabrer. São mencionados neste ponto de forma direta e assertiva. Talvez pelo fato

⁸⁴ A aldeia de São Nicolau foi fundada em 1757 e extinta na década de 1860, mais de um século de vida. Ver: MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva e. **A ALDEIA DE SÃO NICOLAU DO RIO PARDO: HISTÓRIAS VIVIDAS POR ÍNDIOS GUARANIS (SÉCULOS XVIII-XIX)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

de darem muito trabalho às outras formas de organização social à sua volta, neste caso a que chegava – ibérica. Já que diante de uma das tentativas de construção de algumas localidades, sem sucesso – sendo uma delas a *Ciudad de San Salvador*, que só teve início depois da erradicação dos Charrua, ele escreveu:

Charruas Nacion indomita y beliciosa, que jamas se **vino à buenas, con el Castellano**, y que con su continua antigua advercion, conserva en el dia los fueros de su libertad, sin **haber perdido la posesion de su propio terreno**⁸⁵.

Os Charrua aparecem como a exceção à regra, pelo menos nos textos de Cabrer. O primeiro detalhe é essa manutenção da posse da terra, até seu extermínio, como consta na fonte. Mas no contexto, a terra era deles. Fato resumido em silêncio pelo autor, nos legando apenas o que aí está escrito a esse respeito e a rica informação sobre a liberdade dos Charrua. Além de mencionar o estranhamento dos Charrua com os castelhanos. E só!

Lendo e analisando toda a trajetória dos demais povos indígenas mencionados por Cabrer em seu diário, esta é uma das partes que mais chama a atenção. O fato da economia de palavras e da menção à liberdade e às terras dos Charrua e dos demais povos que resistiram de alguma forma às investidas estatais e clericais mostra um conflito mais direto entre os interesses de todas as partes e o conceito de fronteira trazido pelos ibéricos. Como explica Valle, a fronteira só existe sob o ponto de vista de quem avança, pois para os grupos humanos que ali habitavam, “*sus territorios eran el centro y no la frontera*” (VALLE, 2009, p. 22-23 apud GALHEGOS; SANTOS, 2020, p. 2).

Nestes grupos indígenas, o autor pode não ter conseguido um bom exemplo para os objetivos de sua jornada e nem de seus conceitos de civilidade, tendo em vista as operações empreendidas em sentido de seus próprios interesses e liberdades. Não tendo assim a mesma noção e territorialidade almejada pelos ibéricos e por conseguinte, ficando fora da lista de bons indígenas de Cabrer, soterrados pelos conceitos priorizados pela sociedade ibérica ao olhar para os indígenas antagonistas aos seus projetos – em detrimento de um olhar que levasse em conta as razões e relacionamentos indígenas para seus modos de agir em relação aos ibéricos (GARCIA, 2011, p. 58). Isso por si só, já mostra que o cenário demarcador não era fácil para ninguém. Mostra também que os insucessos com alguns grupos indígenas eram uma prática compartilhada por espanhóis e portugueses, mas pouco propagada, na demarcação de limites.

⁸⁵ CABRER. 1783-1801. Tomo III. p. 056. Grifo meu.

Esses insucessos ibéricos não eram novidade de todo por aquela região. Por exemplo, missionários jesuítas ainda no séc. XVII esbarraram nos grupos Jês⁸⁶, mais especificamente nos índios Botocudos e nos Coroados, nos campos de cima da serra, e conheceram ali o fracasso diante das tentativas de catequização (SILVA; BARCELOS, 2009). Esse fato cooperou na propagação da imagem de inimigo destes grupos indígenas por todo o século seguinte como infieis, e mercedores da perda de suas terras a qualquer custo (SILVA; BARCELOS, 2009, p. 63-80).

Cunha (2017, p. 60) nos aponta ainda para outro motivo para a reação dos Botocudos e demais Jês que viviam na região invadida pelos ibéricos: sua sobrevivência. O autor nos desenha um cenário bem semelhante às reações e ações dos Minuano e dos Charrua, que embora noutro contexto, com diferentes povos indígenas envolvidos, em muito se assemelhavam. Especialmente quando lidamos com o exemplo anterior da posse da terra e da propagação do inimigo por parte dos ibéricos, assim que encontravam um povo que não se relacionava com a sua noção de fronteira, demarcação ou prática territorial, como no caso dos mencionados indígenas, no séc. XVII e no XVIII. Tal é o fato que

[...] Obviamente que a noção de propriedade privada da terra não existia entre os do planalto. Também não se pode falar na existência de fronteiras rígidas entre os espaços de vida das diferentes sociedades indígenas. No entanto é certo que, para os Botocudos (assim como para os Coroados) o território era mais do que um lugar geográfico de onde eram obtidos os recursos para sua subsistência, pois se constituía em um espaço de dimensões sócio-político-cosmológicas mais amplas (CUNHA, 2017, p. 62).

Em suma: a terra era mais que uma faixa com linhas tortas de um ponto a outro para as sociedades indígenas que nela viviam nos dois casos abordados e bem analisados por Cunha. Este mesmo exemplo, de trato com a terra e com o meio – sem romantismos e respeitadas as distinções de cada grupo social nativo – pode ser estendido aos poucos indígenas retratados como “valentes” – Charrua e Minuano, por Cabrer em seu diário. Pois, no que diz respeito à posse de suas terras e às dificuldades envolvidas nos muitos processos relacionais entre estes indígenas e a demarcação, a fala de Cabrer os colocou como antagonistas aos planos fronteiros, deixando pelo caminho em seu diário apenas umas poucas notas sobre aqueles que ele classificou como errantes em sua relação com a terra, sem maiores justificativas, que não suas notas sobre o que era uma vida civilizada, para os ibéricos. Numa terra onde viviam

⁸⁶ [...] José Fernandes de Oliveira identifica os Jês da época em três grupos: Guanánas, Coroados e Botocudos. Ver: OLIVEIRA, 1959. p. 8 apud CUNHA, 2017. p. 64-65.

estes e outros indígenas desde antes da primeira tentativa de demarcação de limites, e que na segunda tentativa ibérica de demarcação de limites ainda estavam por ela.

1.11 FIM DOS TOMOS

Como visto, quase tudo nesta fonte é arquitetado para invisibilizar os indígenas, até aqui pelo pouco que pesquisei, não de forma deliberada. Felizmente, quase. Pois ao deslocarmos o olhar para a historicidade indígena, ao invés de simplesmente tentar encaixá-la pontualmente na história ibérica de partilha de suas possessões sul americanas, ganhamos mais que novos objetos na história. Ganhamos aqui a possibilidade de problematizar um pouco os *grandes eventos*, voltando os olhares para a investigação mais centrada em temas, aparentemente, menores dentro de um quadro mais geral, neste caso voltamos os olhos aos lugares indígenas (VAINFAS; CARDOSO, 2012).

São assim ampliadas as possibilidades de entender, não só o tratado de limites a partir de meados do séc. XVIII na América do Sul, mas ainda a dinâmica indígena e seus lugares nesta primeira hora de trabalhos ao analisar estas passagens e seus contextos, atrelados às lacunas que muitas vezes se apresentam no diário entre o desejo dos ibéricos e a realidade em campo físico e político. Estas lacunas podem, quando somadas aos saberes indígenas, oferecer grandes possibilidades para a história indígena e para a nossa compreensão dos conhecimentos nativos aplicados ao contexto social em que estavam inseridos em meio à demarcação de limites de 1777, dando maior visibilidade aos povos nativos, descolando-os de suas imagens homogêneas em relação às suas interpretações e formas de retratação pelos não indígenas.

CAPÍTULO 2 - A DEMARCAÇÃO DE LIMITES DE 1777 – UMA LINHA, MUITAS FRONTEIRAS

2.1 UMA TERRA CHEIA DE PESSOAS VISÍVEIS

Essa invisibilização indígena, cai por terra a partir do segundo tomo do diário, quando de fato tem-se uma narrativa mais fluida do dia a dia dos trabalhos. Onde os indígenas são encontrados pelo caminho e também onde se esboça a sua necessidade variada para dar sequência aos trabalhos em campo com seu auxílio em várias funções. Indígenas especializados, não especializados, os acordos/pagamentos que se fizeram para andar no território. À medida que a caminhada foi avançando foi revelando os indígenas, ainda que muitas vezes sob os conceitos ibéricos de fronteira e índio, na forma de seus conhecimentos do lugar e negociações.

É interessante notar algumas coisas nesses casos, primeiro: os indígenas permeiam a narrativa demarcatória retratada por Cabrer, estando em vários lugares e de várias maneiras distintas. Segundo, o fato a ser observado é como são encontrados tais lugares dentro da fonte, onde os vestígios são muitos e nos convidam a olhar para as inferências no que acontece quando aparentemente não acontece nada (LEVI, 2000). Neste caso, algo que não envolveu diretamente os papéis os indígenas, mas que os coloca na narrativa assim mesmo.

Neste aspecto os três tomos do diário se conectam: os três tratam de temáticas aparentemente isoladas, mas todos tratam, direta ou indiretamente, das ações indígenas, dos cuidados para com eles e de sua relação histórica com as missões – confrontos e seus deslocamentos. Esta última parte, é claro, da perspectiva de quem os retratou, sem levar em conta suas territorialidades. A saber, no 1º tomo os indígenas estão alocados já no estabelecimento dos campos neutrais, como constam dos artigos 6 ao 8, onde são ressaltadas questões que os envolvem diretamente como parte da estratégia demarcatória com os nomes dos lugares e direções, deixando mais explícito que os acordos ibéricos não passam distantes do entendimento dos conhecimentos indígenas.

Isso nos lembra que trabalhos relacionados à temática indígena estão, via de regra, relacionados à Antropologia. No entanto, desde meados do séc. XX, tem-se explorado cada vez mais o espaço de colaboração entre a História e as demais Ciências Humanas para dar conta do conjunto de assuntos relacionados à abundância de povos nativos na América do Sul e seu registro histórico (MONTEIRO, 1992). Essa colaboração intensificada nos últimos anos acabou por revelar sociedades nada estáticas e longe de modelos explicativos generalizantes,

principalmente no período coberto por esta redação, o séc. XVIII.

Outros pontos importantes às colaborações entre processos de investigações históricas e demais ciências sociais, quando aplicadas à temática das vidas e povos nativos é a desmistificação de sua participação no decurso do tempo em dadas tarefas, tais como: exploração de terrenos, demarcações, colaborações e alianças com outros povos e conflitos (GARCIA, 2008). Essa mesma regra se aplica à documentação apresentada neste capítulo, ainda mais quando voltamos os olhos aos exemplos apresentados quanto às várias atividades de lugares em que se apresentaram os indígenas, mais notadamente no tomo segundo do diário, em que os arranjos políticos e ideias de trabalho dão espaço à prática dos trabalhos e os problemas se apresentam em campo, e onde também surgem os indígenas e um cenário tão abrangente que foge aos trâmites estabelecidos para cada situação, ressaltadas pelas notas feitas pelo autor no diário e pelas intensas trocas de correspondências entre os oficiais de campo e as realidades administrativas às quais estavam subordinados de parte a parte do acordo – e, não muito raro, tratando também dos muitos indígenas terra a dentro.

Nesse sentido, entender a configuração da fonte ajudou a dar maior visibilidade aos indígenas de modo geral, soltando-os da história oficial da expedição como um acordo entre ibéricos, que tentaram aplicar as realidades indígenas variadas na fonte às suas vontades, mas sem que eles fizessem parte do acordo de alguma forma. Ao observar mais de perto as partes da fonte em separado, os termos e conceitos relacionados aos indígenas e os trabalhos desempenhados por eles no campo, enxergamos agora um pouco mais destes nativos, para além de suas pluralidades, mas também sua territorialidade e, se olharmos de mais longe, podemos ver também suas marcas mais diretas impressas no mapa que estava se fazendo por meio de seu trabalho e vocabulário, que foi uma das muitas peças fundamentais para a demarcação de 1777.

Ainda que indígenas não tenham escrito essa fonte, não significa que tenham sido apenas uma parte sem expressão própria dentro do esquema político ibérico. Eles aparecem na fonte. Mas encontrá-los requer que façamos perguntas melhores, abramos mais os olhos às inferências e tratemos com mais cuidado os espaços e vestígios onde se retrataram esses personagens na fonte, observando os detalhes, pois nem tudo está visível (FARGE, 2009; GINZBURG, 1989). Seus lados da história, por assim dizer, devem também ser levados em conta na montagem narrativa sobre o Cone Sul da América (NEUMANN, 2004), perpassando o viés que enquadra indígenas apenas como contribuintes menores nos esquemas das coisas maiores e/ou na posição de protagonistas factuais resistentes, ante um domínio que parece certo, colocando-os/as diante das vias de extermínio ou de assimilação social.

Logo, ao considerar o lado indígena dentro da demarcação, nos aproximamos mais destes personagens históricos tão esquecidos, avaliando na documentação os lugares indígenas de forma mais fluida no meio social do qual fizeram parte dentro do diário de Cabrer, para entender sua montagem e em alguma medida o modo como retratou os indígenas. O que em primeiro momento parecem coisas desconectadas neste material escrito, mas basta-nos lembrar que as fontes às quais Cabrer consultou, no caso as escritas por padres da Companhia de Jesus, foram escritas um século antes da assinatura dos tratados de limites. Isso nos mostra que a terra em disputa não estava vazia nem antes e nem no momento da assinatura do tratad, como se pode observar e como se tentou colocar nos papéis ibéricos por seus agentes. Aliás, vazia estas terras não estavam há tempos⁸⁷.

2.2 OS DETALHES NA TERRA VAZIA

A ideia de uma demarcação tão bem organizada e detalhada em papéis, como apresentada pelos ibéricos, pode facilmente nos seduzir e induzir a pensar muitas coisas favoráveis a ela, dentre elas, uma ilusória: que a terra estava vazia. Essa ideia remete apenas a um dos lados deste projeto, apoiado num olhar distante sobre as figuras indígenas que por ali existiam a seus modos, posicionando-os apenas como errantes e dados a saques ao modo do olhar dos demarcadores, que pouco ou nada se aprofundaram sobre as práticas e deslocamentos territoriais indígenas. Esta é apenas uma forma de ver esta terra. Sendo de uso comum na historiografia esta visão de indígenas despossuídos de história, vindos de não se sabe onde, e de ibéricos valentes. Tal qual Moysés Vellinho retratou ao tratar das disputas entre ibéricos no séc. XVIII (FELDE, 1919, p. 17, apud VELLINHO, 1975, p. 11).

Região desde muito cobiçada, **mas sem dono efetivo, na qual viviam tribos sem história, que vieram das aqui não se sabe quando e nem de onde, movidas por migrações obscuras**, - a partir de que momento estas terras meridionais do Estado

⁸⁷ Ver mais em: CHMYZ, Igor, POSSE, Zulmara Clara Sauner. **Dédalo**, ano IV, n. 13, p. 7-31. 1971. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/299282103_NOTA_PREVIA_SOBRE_AS_PESQUISAS_ARQUEOLOGICAS_NO_VALE_DO_RIO_PIQUIRI>. Acesso em: 03/05/2020.; ALMEIDA, Fernando Ozorio de; NEVES, Eduardo Góes. EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS PARA A ORIGEM DOS TUPIGUARANI NO LESTE DA AMAZÔNIA. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 499-525, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493132015000300499&lng=pt&nrm=iso>.

Acesso em 15 jul. 2020.; BRACCO, D.; LOPEZ MAZZ, J. Guenoa minuanos: caciques e território. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 19, n. 4, p. 745-771, 23 dez. 2019. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/10496http://>>. Acesso em 15 de julho 2020; GARCIA, Anderson Marques; MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. O lugar do ameríndio na sociedade sul-rio-grandense: ancestralidade, mitos originários e o imaginário popular. p. 131-147. In: Anderson Marques, PAIM, Elison Antonio; GUIMARÃES, Maria de Fatima (orgs.). **História, Memória e Patrimônio: Possibilidades Educativas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

do Brasil passaram a interessar mais vivamente os portugueses como nova escala de expressão e nova fonte de riqueza? Elementos de atração, afora o sentimento de afirmação política, seriam **por certo os densos rebanhos alçados que povoavam estas campanhas**, originários da semente aqui lançada pelos jesuítas espanhóis ao tempo de sua primeira tentativa de **catequese do gentio** que demorava à margem oriental do Uruguai e aí vivia em bandos errantes. [...] (VELLINHO, 1973)⁸⁸.

Deixando de lado o “destino manifesto gaúcho fronteiriço anacrônico de Vellinho” temos a expresse em seu texto algumas informações sobre indígenas. A primeira é a confirmação de que haviam indígenas pela região em disputa ibérica, mas que eram vistos como inferiores amarrados a relações duais perenes, sem ter suas territorialidades reconhecidas e nem as estratégias políticas indígenas. E a segunda, embora pareça redundante, é a de que a terra não estava vazia, esperando uma salvação ibérica como apresentada pelo autor.

Aos indígenas foram relegadas umas poucas páginas em seu mencionado livro, estabelecendo-os como estranhos numa terra disputada por Coroas. Onde Tapes⁸⁹ e Guaranis, misturados nas reduções espanholas, tempos antes da demarcação de 1777, foram retratados como uma raça irrecuperável e em regressão histórica (VELLINHO, 1973, p. 5), sempre enquadrados sob uma ótica de práticas dualistas no entendimento do seu contato com os ibéricos. Neste contexto, para o autor, os Tupis eram aliados dos bandeirantes – e ao sul do País dos Tapes (entre a margem esquerda do Rio Uruguai, abaixo do rio Ibicuí e a Lagoa Mirim) estavam as *hordas errantes atiradas ao nomadismo* de Guaicurus, segundo o autor, uma cepa comum do Jaros, Charruas e Guenoas e Minuanos (VELLINHO, 1973, p. 6), também uma relação marcada por uma estrutura de posições muito bem marcadas pelo autor, atribuindo aos indígenas papéis de antagonistas.

Tanto Garcia (2008) quanto Hameister e Gil (2007) discordam de Vellinho em relação a estas alianças e posições indígenas. De acordo com Hameister e Gil, a região era um *vazio* que tinha deixado muita coisa para trás, como reconhece Vellinho ao mencionar o gado deixado por exemplo. Também um *vazio* repleto de acordos e afins entre Minuanos, portugueses, Tapes, Guaranies e espanhóis, envolvendo toda uma lógica própria de funcionamento, mas longe de modelos de alianças perenes tal qual se acostumou a ver entre Minuanos e portugueses de forma dual na historiografia, como se fossem eternos aliados (BRACCO, 2004).

⁸⁸ Grifo meu.

⁸⁹ Os tape eram populações autóctones que teriam passado por um processo de “guaranização”. NEUMANN, Eduardo. Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680-1757. **Revista Complutense de História de América**, v. 26, p. 73-92, 2000.

[...] os Tapes, como os demais indígenas do Brasil, não se sabe ao certo de que partes remotas terão vindo, menos ainda quando vieram, nem porque caminhos. De resto, qual a origem étnica das nossas populações naturais? Tudo isso mergulha numa espessa escuridão, uma escuridão onde talvez nunca entrará qualquer raio de luz. E como classificar o nosso gentio de maneira aceitável quando se sabe que, apesar do ódio e das guerras em que as tribos se dilaceravam, considerável foi a mestiçagem entre elas? (VELLINHO, 1973, p. 5).

Admitir que não se sabe a sua origem ou como classificá-los não implica necessariamente em dizer que eles não estavam lá. Vellinho, ao tratar de suas interrogações e dualidades em relação aos indígenas, acaba também por comprovar que a terra não se encontrava vazia, embora não aprofunde muito isso por ter outros interesses e objetivos. Principalmente quando temos indícios da flagrante presença indígena na região antes mesmo da assinatura do Tratado de 1777. Como retratado pelo próprio autor, colocando em breves passagens as vidas de algumas etnias das quais nos dá notícias soltas, sem deixar de lado suas ponderações sobre suas preferências coloniais em detrimento das desconhecidas etnias indígenas, as quais abordou de forma superficial dentro do modelo de colonização ibérica apresentado à região por Cabrer e seus contemporâneos. Embora este modelo de ocupação territorial ibérica, o da fronteira de demarcação, seja mais uma prática territorial na região, dentre tantas outras, de algumas formas ele conseguiu se assenhorar dos modelos territoriais indígenas, como retratados pelos autores mencionados, e suas ditas práticas *errantes, nômades ou não* acabaram incorporadas de alguma forma aos trabalhos da demarcação de 1777.

Cabe lembrar que muito dos diários de demarcação também eram em larga medida registros etnográficos – não nos termos modernos, mas de coleta de dados já amplamente difundidos como no caso de Félix de Azara (ERBIG, 2020), envolvendo diretamente a visão e vivência dos autores sobre a vida dos indígenas. É por isso que devemos adotar uma postura de desconfiança quando lemos textos que apresentam apenas uma versão de divisão e ocupação territorial como uma novidade numa terra tida como atrasada na sua ocupação em comparação com o restante da América ibérica⁹⁰.

90 HAMEISTER, Martha. D. . T. L. GIL. Fazer-se elite no extremo sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos: Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: J. L. R. FRAGOSO; C. M. C. de ALMEIDA; A.C. J. de SAMPAIO. **Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos: América lusa, séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2007. pág. 272. Para mais sobre a complexidade relacional de “setores intermediários” e o trânsito de outras realidades sociais na mesma região ver: MARQUES, Rachel dos S. **Para além dos extremos: homens e mulheres livres e hierarquia social** (Rio Grande de São Pedro, c. 1776 – c. 1800). 2016. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 2016. Para saber mais sobre a mobilidade meridional portuguesa no séc. XVIII ver: ROSA, Cibele Caroline da. **Açorianos e suas estratégias de inserção socioeconômica no povoamento do sul da América portuguesa** (Rio Pardo, segunda metade do século XVIII). 2020. Dissertação (Mestrado em História).

Houve, portanto, uma pluralidade de relacionamentos, discutida pelos autores e autora mencionados, mas que não é aprofundada no diário de Cabrer, embora muitas destas etnias sejam mencionadas no referido diário apenas como participantes ociosos diante da tomada de decisões ibéricas sobre a posse das terras em que viviam. Ou seja, essa ideia de que a terra estava vazia é muito sedutora. Então devemos olhar para uma totalidade e repensar de forma mais holística não só aquilo que se quis fazer ver com este acordo de limites, mas de tudo que ele encobria e de certa forma escondia em termos de realidades outras na região sobre os indígenas e o vazio que diziam tentar ocupar.

2.3 AS MUITAS LINHAS NA TERRA SE REVELAM

(...) espejos, y semejantes quinquilleras, no solo para pagamento de los Paraguayos, è **Yndios** que se ocupan, y satisfacer los viveres que se comprasen en Misiones, **sino tambien para hacer algunos pequeños regalos à los Yndios Barbaros que viniesen à visitarse con estas pequeñas partidas, à fin de haserlos dociles y tratables**⁹¹.

Na prática, em campo, os demarcadores, tanto os espanhóis quanto os portugueses, pagavam tributos aos nativos para transitar e acessar terra a dentro – o interior do continente. Sem a permissão e devido pagamento as equipes de demarcação não iam muito longe rumo ao interior. Isso fica mais notável quando analisamos o início dos trabalhos e a finalidade de algumas cargas, pois dentre os materiais a serem levados para o campo, além de aparato técnico, os espanhóis deveriam estar abastecidos com outros itens, também importantes para a manutenção de alguma paz e margem de negociação. Então, em dados momentos da expedição, com estes demarcadores espanhóis, era pagar aos indígenas que assim exigiam para acessar terra adentro. Uma “*tierra adentro*”, *en un territorio que comenzaban a conocer pero no controlaban* (VOLLWEILER, 2017, p. 74), pagando para não serem pilhados pelos indígenas com quem não mantinham um bom relacionamento naquele momento.

A este fato foi somado na expedição, como exposto acima, o pagamento para estes primeiros nativos missionários das reduções e para os outros componentes indígenas que estavam em contato com a demarcação para neutralizar quaisquer investidas/ofensivas contra as equipes demarcadoras, garantindo a continuidade dos trabalhos por mais algum tempo. Corroborando que a progressão dos trabalhos dependia em larga medida destes ajustes e

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020; HAMEISTER, Martha Daisson. **O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-c.1763)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

⁹¹ CABRER, 1783-1801. Tomo I. p. 061. Grifo meu.

cooperações com os indígenas pelo caminho. Podemos até nos questionar quanto aos usos destas práticas de pagamentos e ajustes com os indígenas da região como algo recente naquele contexto, mas podemos avaliar que o interior era realmente desconhecido dos novatos demarcadores, especialmente ao analisarmos a correspondência de Alexandre de Gusmão, secretário particular de Don João V, tratando da operação ibérica portuguesa em terras sul-americanas, na primeira metade do séc. XVIII.

A operação até então deu-se, de acordo com Gusmão, quase que unicamente na margem da costa continental ou nos corredores frágeis, em se tratando do que hoje é território argentino, que atravessavam os demarcadores rumo a partes do interior do continente. Nas palavras de Gusmão:

Bem sabe V. S. que o **que possuímos até agora [1751] da Curitiba para o Sul, era unicamente até o Viamão o terreno desde o caminho para o mar, que na parte onde mais entra pela terra a dentro, distará do mar, cinco léguas.** Do Viamão até a boca do Rio de São Pedro não ocupávamos mais do que a língua de terra que se estende entre a Lagoa dos Patos e o mar, em que as larguras serão uma por outra de 7 ou 8 léguas. E suposto no lugar onde está a fortificação do Rio de São Pedro haja cinco ou mais léguas, entre o mar e o desaguadouro da Lagoa Mirim, outra vez se torna a estreitar o terreno entre esta lagoa e o mar, indo acabar em cinco léguas de largura no forte de São Miguel, que era o último terreno que tínhamos ocupado da outra banda das duas ditas grandes lagoas, que compreenderão 140 léguas de comprido, **e nós mesmos lhe chamamos de Terras dos Tapes e nunca nos estabelecemos nela** (SILVA, 1992, p. 188 apud CESAR, 1979, p. 143)⁹².

Ou seja, a inserção territorial ibérica até ali era pífia no continente, e não era tão recente o reconhecimento dessa realidade, como se lê nas palavras do secretário real do reino português, tendo esse fato sofrido pouca ou nenhuma alteração até a assinatura do tratado preliminar de limites de 1777 – posto que para adentrar no território, os demarcadores portugueses também tinham de passar por algo semelhante aos espanhóis.

A esse respeito, Erbig (2020), analisou passagens dos supostos encontros e narrativas de Felix de Azara sobre os indígenas em seus papéis e a composição de um mapa do ano de 1798. Ao cruzar informações do mapa elaborado por Felix Azara, com as manchas deixadas em branco, avalia que Félix de Azara não estivera nestes locais ou mesmo que o tenha produzido por meio de outros cronistas, como visto, já que em seus textos estas ausências no mapa aparecem como locais controlados por indígenas, principalmente Charruas e Minuanos, de quem o autor não era muito entusiasta, pois vinha a muito tentando aumentar a presença espanhola na região (ERBIG, 2020).

⁹² Grifo meu.

Portanto, as incongruências e os registros mais diretos a pagamentos atestam que os demarcadores não estavam isentos das taxações impostas pelos nativos⁹³, e ao registrar esses ajustes os ibéricos foram descrevendo no processo, não só o encontro, mas evidenciando a presença indígena na paisagem de maneira mais influente em meio à demarcação. Sobre estas estratégias de negociação, Erbig nos dá uma detalhada exposição e análise do encontro entre Minuanos e os demarcadores portugueses no ano de 1787 nos limites do que hoje corresponde a uma parte do atual Brasil, quando se aproximaram do acampamento alguns homens à noite para taxar os demarcadores para acessar a terra dos Minuanos⁹⁴. Sim, taxar os viajantes, aceitando o que eles tivessem como moeda de troca para o ingresso nas terras e passagem segura. Poderiam negociar com aguardente, vinho, açúcar, sal, facas, tabaco, erva, panos, montaria, qualquer coisa.

Os Minuanos permaneceram no acampamento com os demarcadores por um grande período até que os liberaram. O mesmo pesquisador relata que após este incidente os viajantes ficaram mais perto dos locais povoados pelos Guaranis, que como vimos, receberam mais destaque no texto de Cabrer. O seguinte relato, coletado a partir do diário de José de Saldanha e do oficial de uma das partidas, o Coronel João Francisco Roscio (SALDANHA, p. 140), que entre os anos de 1786 e 1787 andaram em trabalho demarcatório, nos dá situações análogas, tendo essa conjuntura acima ocorrido com o Coronel Roscio algumas vezes no decurso dos trabalhos, o que o fez ficar mais atento aos locais por onde passava, reservando as comissões algum pagamento aos indígenas que lhe garantisse uma forma de negociar.

A respeito dessa prática de cobranças, encontramos outro exemplo no diário do contemporâneo de Cabrer. O português também demarcador José de Saldanha (1750-1850)⁹⁵,

⁹³ SALDANHA, José. Diário Resumido, e Histórico Ou Relação Geográfica Das Marchas e Observações Autônômicas, Com Algumas Notas Sobre a História Natural Do País. **Anais Da Biblioteca Nacional Do Rio de Janeiro**, vol. LI, Rio de Janeiro, 1938. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1929_00051.pdf>. Acesso em 18 de junho de 2020. O Bacharel José de Saldanha chefiou uma das partidas para a demarcação de limites entre Portugal e Espanha. Ele transitou pelo interior do Rio Grande de São Pedro, hoje Rio Grande do Sul, levantou, além de anotações referentes aos dados de localização geográfica, toponímicos, dados astronômicos e do ambiente natural, importantes observações acerca das populações autóctones.

⁹⁴ Ver mais em: ERBIG, Jeffrey Jr. **Imperial lines, indigenous lands: transforming territorialities of the Río de la Plata, 1680-1805**. 2015. Tese (Doutorado). University of North Carolina, Chapel Hill, 2015.; ERBIG, Jeffrey Jr. Borderline Offerings: Tolderías and Mapmakers in the Eighteenth-Century Río de la Plata. **Hispanic American Historical Review**, v. 96, n. 3, p. 445-480, agosto de 2016; ERBIG, Jeffrey Jr. Entre plazas y tolderías: Mapas, nómades y territorialidad en el Río de la Plata, 1700-1805. Conference: Consejo Europeo de investigaciones sociales de América Latina (CEISAL). Em jun. de 2013.

⁹⁵ José de Saldanha, Diário Resumido, e Histórico Ou Relação Geográfica Das Marchas e Observações Autônômicas, Com Algumas Notas Sobre a História Natural Do País. **Anais Da Biblioteca Nacional Do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, vol. LI, 1938.

registrou alguns encontros com Caciques Minuanos⁹⁶, retratando-os em destacada posição protagonistas quando de seu encontro com eles no acampamento de uma das equipes demarcadoras portuguesas, tendo ela esbarrado na territorialidade Minuano que naquele momento andava por ali em comitiva.

O largo e vasto Campo, que as agoas ajunta para este pantanozo Arroyo de Nachiu, he todo Baixo composto de multiplicados Valles com sangas de atoleiros despovoado totalmente de arvoredos, e somente impregnado de número infinito de huns Mosquitos ruivos. **Neste Acampamento fomos visitados pela primeira vez pelos Índios Minuano** (g). (SALDANHA, 1938, p. 231)⁹⁷.

Visitado é quase um eufemismo de Saldanha⁹⁸, tendo em vista o tempo que ficaram sob a escolta dos indígenas, a quem os portugueses tiveram que presentear com o que estivesse à mão, além de terem os indígenas ficado no acampamento português enquanto o pagamento não fosse realizado, de acordo com o Coronel João Francisco Roscio. Isso foi prática comum, de acordo com os relatos deixados por este, mostrando claramente que uma ruptura começava a se expressar para os portugueses e não para os Minuanos: a fronteira como algo definido entre os espanhóis e os portugueses era algo à parte das realidades indígenas. Saldanha explica no prefácio do seu diário que os principais objetivos da partida eram: direções gerais, marchas, distâncias retas e andadas, bem como resultado das observações de latitude, longitude e variações da agulha. Entretanto mostra bem mais que isso, pois revela lugares, arvoredos, bosques e planícies muito longas como parte de uma realidade e leituras pouco conhecidas⁹⁹.

⁹⁶ Em seu relato ele redigiu uma nota de rodapé muito detalhada, onde descreveu a variedade do homem Americano, de acordo com a classificação de Linée. Essa nota é um dos melhores documentos conhecidos para analisar os modos de vida, principalmente de Nativos Tapes, Charruas e Minuanos, no século XVIII. A nota é bem detalhada em relação aos etnônimos indígenas. Para saber mais detalhadamente a respeito desta nota “G”, consultar: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional. Anais da Biblioteca Nacional (RJ) - 1876 a 2014. 1929, n. 51. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1929_00051.pdf>. Acesso em: 25 de março de 2020. Ver também: GIL, 2002, p. 116.

⁹⁷ Grifo meu.

⁹⁸ Saldanha chega à equipe de demarcação e ao Rio Grande do Sul em 1783, depois de ter passado algum tempo no Rio de Janeiro aprofundando seus conhecimentos geográficos sobre o Brasil. Dentre seus trabalhos mais notáveis destaca o seu Diário resumido da 1ª campanha de demarcação 1786 - 1787.

⁹⁹ O Tratado de Madri determina uma fronteira que começava em Castilhos Grandes (atual Uruguai), procurava as vertentes da Lagoa Mirim e do Rio Uruguai até alcançar o rio Ibicuí, pelo que descia até o Rio Uruguai, seguindo por este até o Peperi-guaçu [...] A tentativa era de estabelecer marcos naturais, acidentes geográficos como limites. O desconhecimento dessa própria natureza, a repetição dos nomes dos rios, a incerteza quanto a suas origens, as “cabeceiras” que deveriam ser procuradas, foram óbices à concretização da demarcação, deste e do tratado de 1777. Na verdade, alega a autora, tratava-se de um território ainda não apropriado pelos europeus, um espaço não constituído, que começaria a sê-lo a partir dessas expedições. Era apropriado por esses outros que foram apontados e pelos indígenas. OSÓRIO, Helen. **Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino**. São Leopoldo: Oikos, 2017. p. 72; 74.

Fato que conseqüentemente revelou o uso da etimologia¹⁰⁰ local indígena, ou seja: a linguagem e a busca de significado do idioma local nomeando os locais a serem registrados no mapa da demarcação, o que contou bastante para o fortalecimento da visão de que os ibéricos não tinham realmente o conhecimento necessário sobre a terra e suas direções, a partir dos pontos em que já estavam, como bem observado por Gusmão. Saldanha ao redigir seu diário nos informa da relação que observou entre espanhóis e alguns indígenas, sugerindo em várias passagens uma aliança entre eles dentro de território tecnicamente dominado por espanhóis, entretanto isso é colocado no texto como algum meio de sobrevivência. O interessante aqui é a observação que o próprio Saldanha fez quanto às relações entre os nativos e os espanhóis. Para ele o estabelecimento de formas de negociação foi visto como algum meio de sobrevivência naquelas terras para os demarcadores, como visto antes dentro do diário de Cabrer, mas na maioria dos casos sem apresentar maiores detalhes sobre estas cooperações ou o nome dos envolvidos indígenas.

Nesse sentido, como apresentado por Erbig, nem todos os demarcadores registraram os nomes do Caciques com os quais se encontram – o caso por ele mais abordado é o do oficial português Roscio que foi obrigado a pagar tributos¹⁰¹. Contudo, os diários de outros oficiais de demarcação indicam que seus encontros provavelmente ocorreram com Saltein, Maulein, Tajuí, Batu e Miguel Ayala Carai (BRACCO; LOPEZ MAZZ, 2019b).

Notas sobre uma série de identidades nativas as quais agora temos acesso por meio destes relatos aparecem aqui e ali, mas pouco ofertam sem as correspondências oficiais e os relatos entre autoridades locais ibéricas estabelecidas na região em contato com as realidades indígenas. Notas como essas da página anterior fazem parte de um importante corpus documental sobre uma série de identidades nativas as quais agora temos acesso por meio destes relatos. O primeiro deles é o que segue, sendo de grande importância e de onde podemos retirar algumas interpretações e ratificar outras hipóteses de que esses encontros nem sempre eram tão favoráveis aos demarcadores, neste caso os portugueses, pois:

Vivem os **Minuanos** em um estado propriamente Livre, **entre os Espanhóis e Portugueses**: àqueles se queixam destes e a estes daqueles, principalmente quando dão com pessoas de inferior qualidade que lhe gostam de ouvir, estes errados sofismas. **Contudo ou pelas dádivas que com mais franqueza encontram nos Portugueses**, ou por outra qualquer causa pende mais a sua inclinação para esta Nação (SALDANHA, 1983, p. 235-236)¹⁰².

¹⁰⁰ Estudo da história ou da evolução das palavras de uma língua.

¹⁰¹ Ver: ROSCIO, João. Compêndio Noticioso. In: FREITAS, Décio. **O Capitalismo Pastoril**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980. p. 105–140.

¹⁰² Grifo meu.

Neste caso creio, com base na análise, que o registro desses Caciques tenha se dado, para além da disponibilidade, também pelo que representava em despesas e estratégias aos demarcadores, os contatos com estes Caciques nomeados nas fontes, que à essa época eram conhecidos de ambos os lados da demarcação. Para além do fato de estarem relacionadas despesas de alguma forma, como visto, direcionadas aos ditos índios hostis na documentação relacionada por Cabrer no diário, não temos muito mais material ofertado por ele nesse sentido de maior negociação, com o que trabalhar. No entanto, além de serem conhecidos nos relacionamentos políticos com autoridades ibéricas já alocadas na região a ser demarcada, os indígenas de liderança já figuravam noutras documentações – correspondências que nos ajudam a montar parte do quebra-cabeça relacional.

Garcia (2008), em artigo investigando as bases políticas das relações entre portugueses e Minuanos, explica que elas foram construídas e alimentadas por parte dos Minuanos, buscando, por meio das mesmas, atingir os seus interesses¹⁰³, perpassando a segunda metade do séc. XVIII e o início do XIX nos seus relacionamentos com os ibéricos na região. A percepção Minuana da situação conflitante entre ibéricos contribuiu, segundo a autora, para sua movimentação política entre ambos os interesses ibéricos ali. Além, é claro, de seus conhecimentos de variados instrumentos para se comunicar com representantes, neste caso portugueses, para negociar temática variada de seu interesse. Fato que vai de encontro às teorias que colocam as alianças como duais entre Minuanos e portugueses em tempo integral e apenas entre esses dois grupos. O mesmo argumento e análise da autora corrobora com o modo circunstancial como Cabrer retratou os indígenas e seus relacionamentos com os espanhóis, por exemplo. O autor atribuiu a ida e vinda dos indígenas de um lado a outro da fronteira, apenas às vontades políticas, boas ou más, dos ibéricos.

Cabrer ainda considerou apenas a fronteira que estão tentando formar como um dado reto, único e divisor, o que não se sustenta quando confrontado com as análises do mesmo período, local e fontes utilizadas por Garcia (2008, p. 622). Isso em muito acaba por colocar

¹⁰³ Os Minuano mostraram bom entendimento das dinâmicas políticas e de seus usos, como pode-se ver na correspondência apresentada pela autora como fonte: Carta do cacique minuano Bartolomeu a Rafael Pinto Bandeira, solicitando licença para passar aos domínios portugueses. Missões, 7 de maio de 1785. Biblioteca Nacional/Rio de Janeiro, 9, 4, 14 p. 511 no. 232 (em guarani) no. 233 (traduzida para o português); Carta de Rafael Pinto Bandeira para o Vice-Rei. Rio Grande, 16 de abril de 1786. Arquivo Nacional/Rio de Janeiro - Fundo: Secretaria de Estado do Brasil, cód.104, vol. 08, fl.101. Relação dos cinco caciques com quem falei é da gente que tem e as causas porque querem vir para os domínios de Portugal, e dos animais com que se acham aos 13 de abril de 1786. José Carvalho da Silva, Tenente. Arquivo Nacional/Rio de Janeiro – Fundo: Secretaria de Estado do Brasil, cód.104, vol.08, fls.206-207, apud GARCIA, E. F. Quando os índios escolhem os seus aliados: as relações de “amizade” entre os minuanos e os lusitanos no sul da América portuguesa (c.1750-1800). *Varia História*, v. 24, p. 613-632, 2008. p. 623-625.

um outro ponto no texto: os espanhóis também traziam “presentes” aos indígenas, mas eles sabiam dá-los? Bem, isso não está claro no texto de Cabrer. Pelo menos não tanto quanto nas correspondências apresentadas pela autora em relação à temática política envolvendo as lideranças nativas.

Como podemos interpretá-los, porém, os nativos estão aqui registrados em detalhes, entretanto esses detalhes falam mais de quem escreve o diário do que dos nativos em si, num tom muitas vezes de sobreposições de visões antagonistas de mundo, como é o caso das pessoas que produziram estas fontes, encarregadas de demarcar algo pensado bem longe do local onde agora estavam e, por conseguinte, impregnando seus registros e formas narrativas com base nas exigências de suas Coroas e ofícios. Onde as dinâmicas das realidades sociais locais parecem quase como excentricidades na redação da fonte, no caso de Cabrer com os enfrentamentos de outros indígenas, alheios aos ditos bons indígenas de sua redação.

Tal qual analisado por Garcia, também em Cabrer, eram os espanhóis que diziam que os mimos ou presentes eram garantidores dessa aliança, como visto páginas atrás a esse respeito. Mas esta é uma visão parcial apresentada por um funcionário real que, a seu ver, estava sendo pilhado de alguma forma e não pagando tributos a selvagens para acessar a terra que não lhe pertencia. Como vimos, isso não se sustenta quando analisados os relacionamentos indígenas de forma mais criteriosa entre si e com o meio do qual faziam parte.

Todo esse contexto que os portugueses chamam de visita ao acampamento pode ter outras acepções para os nativos, ou um meio de exercer não só o controle territorial, mas o domínio relacional daqueles que procuravam passagens em suas terras. Sendo assim, notamos que estas visitas nativas aos acampamentos não eram facultativas e, como visto acima, as dádivas recebidas eram muitas e no momento certo, como apontado no caso Minuano e portugueses por Garcia. Comprovando, assim, a complexidade política entre os envolvidos e suas variadas identidades indígenas na região e, tendo esses fatos em conta, fica mais fácil analisar o orçamento destinado para pagar os ditos índios hostis na caminhada de Cabrer. Não como algo definitivo ou sinônimo de selvageria ou pilhagem, mas como mais um dos elementos constitutivos dos encontros entre as realidades de formação desta fronteira que estava se fazendo e as que se faziam visíveis no campo (MYSKIW, 2015, p. 43).

2.4 COMPLEXIDADES EM CAMPO

O avançar da demarcação fez ver a complexa trama de realidades existentes por onde passava. Os aspectos desta trama foram evidenciados para além dos elementos abarcados pela historiografia que trata de assim chamada ocupação tardia das terras e da formação do espaço platino pelos ibéricos (OSÓRIO, 2017, p. 24), nos mostrando que não é demais lembrar que a ocupação tardia na região foi a europeia, visto que alguns nativos estavam por essas terras a muito tempo¹⁰⁴. A trama retratada pelos demarcadores mostrou os indígenas e suas formas territoriais de ação frente à fronteira ibérica neste primeiro momento de trabalhos. Este trânsito fez parte da demarcação de limites de alguma forma, contribuindo como mais um dos elementos para a construção do espaço e da apropriação da terra – neste último caso pelos ibéricos (OSÓRIO, 2017, p. 32) – visto que sem os conhecimentos indígenas pouco se caminhava.

Ainda assim, esta foi apenas uma parte do processo. Quando as partidas demarcadoras estavam em plena movimentação depois de 1784, o que se fez notar num primeiro momento foi que a posse da terra envolveu um contingente populacional indígena diversificado, ainda que pouco organizado e disperso (OSÓRIO, 2017, p. 30-33). Estes indígenas por sua vez faziam parte, com suas territorialidades, de um sistema muito complexo de práticas territoriais ora concorrentes, ora não com essa nova experimentação fronteiriça ibérica – o que naquele momento, passava longe de uma noção única de configuração social e de fronteira única, como ambicionada.

A configuração básica dos espaços coloniais era, pois, determinada por interesses externos, situados no espaço metropolitano. Sendo complementares a este, os espaços coloniais guardavam especificidades, e suas estruturas internas possuíam uma lógica que não se reduzia a essa vinculação externa (OSÓRIO, 2017, p. 33).

Uma destas especificidades sociais está ligada aos indígenas, que pode ser lida no texto de Cabrer – além da demarcação em si, é o fato de que embora apontados como desorganizados, segundo quem os retratou eles existiam. Esse é o dado importante aqui. Tomá-los como desorganizados requer em primeiro lugar que olhemos para quem os classificou assim e em comparação a qual modelo social, o que em suma é fácil de averiguar em nosso caso, pois os indígenas tiveram seus costumes, ideias e constituições sociais

¹⁰⁴ Ver mais em: CHMYZ, Igor; POSSE, Zulmara Clara Sauner **Dédalo**, ano IV, n. 13, p. 7-31. 1971. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/299282103_NOTA_PREVIA_SOBRE_AS_PESQUISAS_ARQUEOLOGICAS_NO_VALE_DO_RIO_PIQUIRI>. Acesso em: 03/05/2020. Ver também: ALMEIDA, Fernando Ozorio de; NEVES, Eduardo Góes. EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS PARA A ORIGEM DOS TUPI-GUARANI NO LESTE DA AMAZÔNIA. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 499-525, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493132015000300499&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 jul. 2020.

avaliados dentro de uma lógica de sentido ibérica. Ao modo das demais fontes e cronistas, Cabrer utilizou como parte de seu texto e, a partir disso, os demarcadores emitiram seus juízos de valores sobre os indígenas, principalmente daqueles de quem mais se aproximaram de alguma forma, os principais – os Caciques.

Divididos em vários bandos, ou Tribos, formam os seus Cacicados, há entre eles uns, que ou pela sua descendência, ou mútuo acordo os dominam, e a estes chamam – **Caciques** – cada um toma sobre si o seu bando, os **seus nomes próprios são o – Salteinho – o Mauleim, o Batú, o Tajuí e o D. Miguel**. Este último consta ter já estado há mais de vinte anos em uma Estância Portuguesa, servido de Peão, do qual tornou a fugir para os seus: a vestimenta é uma camisa sobre a Tanga de Algodão e às vezes um ponche Bichará os ponches que tanto uso se faz neste [...]

Traz mais o **Cacique D. Miguel**, um Chifarote de guarnições amarelas, que é provável que obtivesse de algum Auxiliar da Fronteira do **Rio Pardo, onde eles costumam ir às vezes em sinal de paz**. Outros dos Minuanos trazem os cabelos, e cabeças atados com um pequeno e sujo lenço: outros principalmente os do **Cacique Tajuí**, [...] **O Salteinho** é já velho, e traz marcada sobre o nariz, e sobranceiras, uma cruz de três riscos, feita com algum ferro em brasa, e permanece na cor cinzenta. De outra igual cruz, usa **uma das suas mulheres**, já idosa, a que eles chamam **Maria Rosa**.

O Batu é alto, velho carrancudo, e feio. **O D. Miguel é mais baixo, gordo e moço e de semblante alegre, e mais racionável** (SALDANHA, 1938. p. 234-236)¹⁰⁵.

Estes pagamentos, principalmente em relação aos Minuanos, podem esconder algo a mais entre os lados do acordo, uma prática de alianças não permanentes e um entendimento mais amplo do cenário político por parte dos indígenas, que se supunha neste comentário sobre os encontros. Tal qual expresso por Cabrer ao mencionar o trânsito em direção a Rio Pardo em sinal de paz, uma leitura político-situacional que possibilitou um grande trânsito de informações e alianças por um dado tempo, mas não sempre como visto em Gil e Hameister (2007, p. 278). Essas situações políticas eram possibilitadas pelas leituras sociais e interpretações entre as partes. O que torna, por exemplo, um encontro e descrição de tantos Caciques em meio a acampamentos algo maior no esquema geral das coisas, levando por terra a hipótese de que fosse algo trivial e a noção compartilhada historiograficamente de que os Minuanos, de alguma forma, preferiam os portugueses a outros povos. Escondendo o seu próprio manejar dos meandros da sociedade colonial, para lidar com a nova conjectura como explorado por Garcia (2011, p. 77) e como visto em Cabrer pela visibilidade dada ao gesto político que o deslocamento dos indígenas emanava na região.

Segundo Garcia (2008, p. 617-619), procurando entender o caráter relacional e contextual da aliança entre Minuanos e portugueses de 1750 a 1800, foram várias as faces destes ajustes sociais entre portugueses, Minuanos e espanhóis, que possibilitaram ou não um

¹⁰⁵ Grifo meu.

avanço das políticas diplomáticas para os três lados. A autora recorre a vários documentos para construir sua análise, focando é claro na situação minuano – português. Ao focar as bases destas relações entre ambos, portugueses e minuanos, abre muitas possibilidades a uma interpretação fora da cristalização historiográfica de uma aliança duradoura entre os mesmos, revelando o dinamismo e assenhoreamento das ações indígenas em sua comunicação com as forças governantes de ambos os lados políticos envolvidos em andanças por estas terras.

A este exemplo, nos vai dizer que apenas em 1737 foi estabelecida a fundação do primeiro estabelecimento oficial português no atual estado do Rio Grande do Sul, o forte Jesus-Maria-José, em 1737. Deste forte originou-se a freguesia de Rio Grande, elevada a vila algum tempo depois, que tinha como vizinhança do gentio. Os Minuano estavam à porta de Rio Grande e os lusitanos passaram a ansiar ainda mais o estreitamento das relações com os minuanos, considerando a possibilidade de utilizá-los como base populacional para o novo núcleo colonial. A autora complementa esta informação com a demonstração do trânsito político dos minuanos por entre as políticas ibéricas, mas sem levar em conta aspectos da territorialidade indígena mais profundamente, concentrando-se apenas nas questões políticas. Mesmo que os indígenas tenham se manifestado, em seu texto, ainda aparecem de uma forma circunstancial frente às políticas ibéricas.

Faltam-nos mais argumentos que justifiquem essas ditas alianças não fixas e presentes para além do número de homens à disposição de cada contingente indígena ou não que tomasse um acampamento de demarcação como consta nos papéis dos portugueses. A autora nos fornece alguns deles, como mencionado, mas os indígenas acabam como mais uma peça na prática política ibérica no cenário geral das coisas. Como vimos, nos papéis de José de Saldanha e de Roscio constam os pagamentos em forma do que estivesse à mão muitas vezes, para dar aos indígenas, em seu território. Ou seja: o argumento territorial faz falta ao entendimento mais amplo desse contexto, que se limita bastante a análises elaboradas sobre alianças em relação a inimizades mútuas forçadas por amplos contextos.

Embora a autora não se aprofunde muito em questões mais voltadas aos indígenas e seus conhecimentos e práticas territoriais, nos dá uma grande ideia de como foram forjadas as alianças entre os personagens de seu texto e de como essas leituras sociais se fizeram necessárias nos primeiros tempos de acordos ibéricos. Essa trama de relações sociais desenvolvidas nas mais diversas situações nos mostra que as idas e vindas dos Caciques na região tinham um propósito de negociações constantes (GARCIA, 2008, p. 612-622). Ainda que o diário de Cabrer não tenha sido utilizado pela autora em seu cruzamento de fontes, ele

acaba contemplado no conjunto geral desta pesquisa, pois são os mesmos personagens e mesmos contextos abordados.

Como visto em Cabrer, foram atribuídas idas e vindas dos indígenas entre espanhóis e portugueses, apenas às vontades políticas, boas ou más, dos ibéricos e suas gestões administrativas. Atribuições e leituras sociais das quais Garcia (2008, p. 622) discorda em análise, pois neste cenário demarcador retratado os indígenas passam longe de uma expressão de vontade política dentro da análise de Cabrer sobre suas idas e vindas para o que ele chama de lado português ou espanhol da fronteira, além de considerar apenas a fronteira que estão tentando formar como um dado reto, único e divisor. Já nos papéis utilizados pela mencionada autora como fontes, o diário de José de Saldanha e algumas correspondências¹⁰⁶ mostram um cenário ligeiramente diferente, pelo menos para os Minuano no cenário político de negociação. Em carta do “cacique minuano Bartolomeu” a Rafael Pinto Bandeira, solicitando licença para passar aos domínios portugueses, como trabalhado pela autora, encontramos uma trama mais envolvente no trato diplomático que nos diz muito sobre como o demarcador conseguiu tantos detalhes sobre os nativos e o quão próximos eram estes dos trabalhos de demarcação (GARCIA, 2008, p. 626).

A solicitação elaborada pelo Cacique foi muito bem direcionada, relatando estar em companhia de outros e com muitos animais, que deslocavam com certa frequência. Enfim, uma escrita muito bem montada para que fosse atendido o seu pedido, de acordo com a autora, numa tentativa de atravessar para os domínios de Portugal. Porém, a percepção do todo, ou seja, das políticas mais abrangentes, foi levada em conta pelo vice-rei do Brasil: os Minuano neste cenário não tiveram seu pedido atendido. O vice-rei, Luiz de Vasconcelos e Souza, considerou que um parecer favorável aos Minuano colocaria em risco a relação com os espanhóis, por consequência da demarcação do tratado de santo Ildefonso 1777, uma situação delicada (GARCIA, 2008b).

Esses encontros, solicitações, pagamentos e alianças intermitentes não eram raros na região perto de Rio Grande, o que nos revela que o exemplo do encontro com os caciques era muitas coisas ao mesmo tempo, a depender do cenário. A saber:

Em abril de 1787, o governador do Rio Grande, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, estava na região da campanha devido aos trabalhos das comissões

¹⁰⁶ Ver: Carta do cacique minuano Bartolomeu a Rafael Pinto Bandeira, solicitando licença para passar aos domínios portugueses. Missões, 7 de maio de 1785. Biblioteca Nacional/Rio de Janeiro, 9,4,14 p.511 no. 232 (em guarani) no. 233 (traduzida para o português). Missões, 7 de maio de 1785. E Carta de Rafael Pinto Bandeira para o Vice-Rei. Rio Grande, 16 de abril de 1786. ANRJ – cód.104, vol.08, fl.101. Apud. Garcia, 2007. p. 235.

demarcadoras do Tratado de Santo Ildefonso. Em certa ocasião, encontrou um grupo **de minuanos** e fez uma breve descrição dos mesmos. O grupo era chefiado por **dom Miguel** [...] (GARCIA, 2008, p. 627)¹⁰⁷.

Este Cacique era um dos caciques envolvidos nas negociações citadas por Garcia e que mais recebeu destaque também, por ser o mais racionável, segundo José de Saldanha, e, segundo as informações de Cabral da Câmara, encontrava-se em sérias dificuldades no momento do pedido. O que mostra ainda mais que o manejo das informações e da escrita (NEUMANN, 2005; RANZAN, 2015) foi mais um exemplo do manejo e da leitura destas relações sociais pelos agentes indígenas e por seus intermediários junto às altas autoridades locais.

A percepção Minuana da situação conflitante entre os ibéricos contribuiu para sua movimentação política entre ambos, valendo-se seus conhecimentos de variados instrumentos para se comunicar com esses representantes – neste caso, portugueses – para negociar nas mais diversas áreas de cooperação, essa percepção política foi aos poucos esbarrando, como vimos na segunda metade do século XVIII, nas necessidades da paz entre os ibéricos. Em alguma medida, isso foi acelerado pela assinatura do tratado de 1777, que em grande parte se sustentaria e esbarrava em conceitos e territorialidades distintas de suas formulações. O tratado se baseava numa fronteira marcada por uma ideia bem distinta das práticas territoriais indígenas da região, sendo seguro afirmar que os indígenas não eram apenas os pés e as mãos nesta relação que se estabeleceu num território que exigia suas traduções, logo seus conhecimentos (PACHECO, 2016; MONTEIRO, 2001).

2.4 A FRONTEIRA IBÉRICA E AS PRÁTICAS TERRITORIAIS INDÍGENAS SE ENCONTRAM

Qual a noção de fronteira que o tratado de 1777 impunha a esse espaço (SANTOS, 1978) reivindicado na América do Sul como seu? Tentar responder a essa pergunta certamente complexa em tão pouco tempo seria arriscado. Então vamos trabalhar com a noção de fronteira entendida pelas realidades ibéricas transportadas para a realidade sul-americana, a partir da segunda metade do século XVIII, que compreende a pesquisa e um pouco do que se apresenta como noção de territorialidade indígena, interpretada por Cabrer em seu diário.

De acordo com Roulet (2006, p. 3 apud SILVA, 2016, p. 68), até 1750 era utilizado o termo limite ibérico para se referir às divisões de suas posses sul-americanas. De forma mais

¹⁰⁷ Grifo meu.

amistosa, pois fronteira era algo agressivo. O que passou a existir nos documentos quando se tratava dos indígenas, aí sim num tom belicista:

Para esta fecha, el término ya había añadido a su sentido bélico primigenio el de límite entre jurisdicciones, que hoy nos es más familiar. El diccionario de Autoridade de la Real Academia en su tercer tomo, editado en 1732, definía la frontera como raya y término que divide los Réinos, por estar uno frontero del otro. Pero su aplicación amaricana, la palavar indica un límite tanto político como cultural, y es este último aspecto de su significación el que adquiere más relevancia en el uso que le daban las gentes de entonces (ROULET, 2006, p. 3).

O autor nos informa que em sua aplicação americana este conceito de fronteira foi também ressignificado, passando de apenas marca de término político a político-cultural. O cultural sendo aí o aspecto mais relevante, pois foi imediatamente aplicado às pessoas que aqui estavam, ou seja, os indígenas como categoria construída pela burocracia colonial espanhola aqui, no que hoje é parte do atual Estado Argentino – que na metade do século XVIII tinha muitas porções da Nova Espanha, regiões do Chaco, Araucania e Pampas sob controle indígena independente. Estas áreas ficaram conhecidas como “fronteiras”, e se constituíram em fonte de preocupação dos administradores borbônicos, que tentavam integrar estes indígenas através de diferentes políticas (WEBER, 2007; CÁRLON 2010 apud SILVA, 2016, p. 66). Com essa categorização fronteiriça marcada em seu tratado os funcionários reais ibéricos puseram-se em marcha a fim de ratificar as terras para as suas coroas. No entanto, esbarram na pluralidade do lugar e suas diversas territorialidades.

Da mesma forma, Max Ribeiro (2019, p. 20) mostra-nos, ao tentar fugir de uma história de fronteiras que se analise sempre a partir do conflito, o longo cenário de disputas coloniais entre as Coroas de Portugal e de Espanha desde o séc. XVIII, tratando do percurso que a história indígena seguiu no fazer historiográfico sul-riograndense. Sem querer reproduzir aqui sua análise historiográfica, foco mais na questão territorial que ele apresenta em seu texto por ser um elemento importante, no caso os Guaraní, etnia a qual ele se dedica em seu texto, pela produção documental e historiografia que o permite fazer. O autor reflete sobre o lugar, o espaço, mas de um ponto de vista diferente. Leva em conta o elo histórico indígena e seus territórios para retratar a relação com a terra para eles remetendo ao seu lugar de memória e da unidade de grupo, definida pela identidade social que os caracteriza como comunidade e o que os diferencia dos outros, constituindo-os como grupo. Isso, como vimos, não foi levado em conta no tratado de 1750, embora tenham sido organizadas reuniões para tentar evitar revoltas indígenas, também não aparece no relato de Cabrer.

Essa reflexão e análise de Ribeiro mostram em primeiro momento que os Guarani em suas práticas territoriais encontravam parte de sua própria identidade, parte de sua cultura, logo de quem eram. Longe de uniformizar ou mesmo de homogeneizar os Guarani como um todo, dentre aqueles que praticavam esta relação com a territorialidade, muitos não queriam se misturar com outros (CUNHA, 2017), mantendo a distinção, não sendo representados pela implantação desta nova realidade fronteiriça que ia se fazendo na segunda metade do século XVIII. Nem no tratado de Madri de 1750 e nem no de 1777, sendo que no primeiro os Guarani se mobilizaram para terem atendidas suas reivindicações (NEUMANN, 2004) e no segundo as observações ou descrições indígenas pelos demarcadores ainda os apontava, majoritariamente, como errantes, infieis à terra.

Para o autor, o exercício da prática territorial indígena também se choca com o modo como se narrava a história indígena, configurando um problema historiográfico, tanto quando como não se narrava ela, relegada aos esquecimentos e sobreposições historiográficos. Para ele deve-se levar em conta aspectos mais subjetivos e essenciais de sua existência. Ele discorre de forma longa e precisa, analisando o meio historiográfico, constatando que a prática territorial indígena é algo indissociável do território onde vivem, remetendo-se ao lugar de experiências vividas por eles e por seus ancestrais, algo distinto das práticas previstas nos vários planos de execução dos tratados ibéricos.

Tal prática territorial indígena ajudou na contestação do Tratado de Madri de 1750, já que assumindo o ponto de vista do trânsito e relação indígena com a sua terra, essas novas realidades não faziam lá muito sentido, como analisado por Ribeiro (2017), uma vez que até mesmo os Padres chamavam o lugar de fundação das missões do Tape (1620-1640), “a terra natural da nação Guarani”¹⁰⁸, tal qual o fizera Alexandre de Gusmão em sua correspondência a Antônio Pedro de Vasconcelos, governador da Colônia de Sacramento, reconhecendo a efetividade não do laço, mas do pertencimento do lugar ao indígenas (SILVA, 1922; CESAR, 1970, p. 143) e, é claro, da não aplicação de sua fronteira naquele lugar.

Como resultado mais imediato deste encontro entre um conceito de fronteira alheio às realidades locais, imaginado longe dali com seus contornos tecnicistas e belicistas e das realidades territoriais indígenas, ficam algumas primeiras impressões: é reconhecida por parte da burocracia colonial logo no início dos trabalhos o desconhecimento territorial, mesmo antes da costura do tratado fronteiriço de 1750 (Tratado de Madri)¹⁰⁹. Como é observável

¹⁰⁸ CORTESÃO, Jaime. Manuscritos da Coleção De Angelis. Tomo VII. p. 254.

¹⁰⁹ Dadas as determinações fronteiriças do Tratado de Madri de 1750, interessa principalmente ver o artigo XI do mesmo, no que se refere a importância da nomenclatura dos rios e montes para a construção conjunta do mapa.

principalmente entre os decretos 5º ao 8º do tratado de Santo Ildefonso 1777, onde criaram os chamados campos neutrais, e os regulamentam especificando onde começar as demarcações pelos marcos naturais observáveis (rios e acidentes demográficos irrefutáveis por ambos os lados), a fim de solucionar 300 anos de brigas e discussões.

Para apoiar este desencontro entre as expectativas ibéricas e a realidade que se fez sentir, em conformidade com Erbig (2015; 2016) a noção de territorialidade indígena com a qual tiveram que lidar os portugueses e espanhóis foi um grande desafio. O que temos disso tudo, por fim, é que as políticas ibéricas de demarcação sendo decididas em âmbito jurídico, como fora estipulado com o conceito de *Uti Possidetis*¹¹⁰ e a observação prática da marcação em campo por meio de topônimos (ainda hoje) majoritariamente indígenas¹¹¹, precisaram se assenhorar de uma terra que não lhes pertencia, andar por um terreno permeado de territorialidades que eles ignoravam ou a seu modo liam (LARAIA, 2001; GRUZINSKI, 2001; 2003), e cujos tratados só serviriam num primeiro momento para evidenciar isso. Na prática, as expedições de mapeamento de Madri e de Santo Ildefonso serviram mais para iluminar territorialidades existentes que para, imediatamente, transformar eles em qualquer material de demarcação (ERBIG, 2015; 2016).

2.5 UMA FRONTEIRA SE FAZENDO

Ao abordar a fronteira, aqui, pretendemos abandonar qualquer ideia de homogeneidade. Devemos adotar ideias mais voltadas às coexistências e pluralidades como construções sociais das interações humanas. As fronteiras só possuem funções distintas nas diferentes sociedades e só adquirem significado se referenciadas essas sociedades que as produziram. Ou seja, todo costume só faz sentido se houver um corpo social referencial que o

¹¹⁰ Princípio do direito internacional difundido e reformulado à época da assinatura dos tratados internacionais no séc. XVIII. É uma das ferramentas para solucionar de fato as contestações e reivindicações além mar dos ibéricos.

¹¹¹ Ver mapa físico da Região Sul do Brasil, 2013. Ele mostra pelo menos uma dezena de rios, arroyos (cursos) d'água pequenos e as lagoas dos Patos, Mangueira e Mirim. Ver etnônimos destes rios: Rio Pequiri, Rio Ibicuí, Arroio Anhanduí, Rio Ibirapuitá, Rio Botucaraí, Arroio Pirai - Rio Camaquã - Arroio Boici, Arroio Upacaraí, Rio Guaporé, RIO PEPERI-GUAÇU, Rio Piraçucê, Rio Apaué ou Ligeiro, Rio Forquilha ou Inhanduva: *Prosopis affinis* (nomes comuns algarrobo, inhanduvá) é uma espécie vegetal da família Fabaceae. É uma árvore nativa do Cone Sul da América do Sul; no Brasil é nativa do Rio Grande do Sul e o Rio Piratini: Piratini ou Piratinin (denominação primitiva) em **tupi antigo** significa "peixe-barulhento", referente ao peixe que vivia nos cursos d'água da região. Portal de mapas do IBGE. Disponível em: <<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa398>>. Obs.: Existiu nesta demarcação uma progressiva decodificação do território indígena. Codificação essa que continua, em parte, a nos desafiar e a se fazer bem presente. A saber sua expressão por meio dos nomes de alguns rios e lugares que nos chegaram e outros dos quais temos notícias por meio de sua incorporação à burocracia espanhola ou portuguesa na América do Sul do séc. XVIII.

contenha, o leve adiante e no qual ele faça sentido (THOMPSON, 1998). Caso demonstrado no texto que trata do caso da territorialidade guarani de Ribeiro (2019) e dos deslocamentos charrua das ilhas e corredores minuanos, apresentados por Jeffrey Erbig (2015), como práticas territoriais fronteiriças de povos indígenas, com as quais os demarcadores tiveram que lidar no contato constante, sendo essas práticas algo muito distinto de um modelo de fronteira incisivo ao modo do tratado de limites de 1777.

Afastada a ideia de uma fronteira única, fica mais viável analisar as territorialidades que se apresentaram no diário de Cabrer. Elas estão em consenso com a categoria de territorialidade trabalhada por Robert Sack – para ele, como categoria analítica, consistia em compreender a estratégia humana individual ou coletiva, que visa o controle sobre áreas, influenciar comportamentos e estabelecer acesso ou restrição a um determinado espaço (1983, p. 55-74). Essas formulações de territorialidade possibilitam de forma variada os deslocamentos indígenas existentes em Cabrer, para longe da comparação entre este e os ibéricos, onde os indígenas são sempre os estranhos. Sabendo disso, interpretamos que os indígenas errantes abaixo, à sua maneira, andavam guiados pela sua territorialidade.

Andaban **comunmente errantes** de unos Pagos à otros por las orillas de los Rios y Arroyos, por las Sierras y Montes: mudan sus Tolderias (que no eran otra cosa que unos pequeños **Ranchos movibles**, ò Chosas compuestas de ramas de arboles, esteras de paxas ò juncos, ò talves de pieles de animales) al paso que escaseaba en aquel parage la pesca ò caza, frutas, y miel silbestre, que era todo su alimento¹¹².

Desse modo, complementa Ribeiro (2019, p. 31), acesso e restrição podem compor fronteiras em uma área de influência e controle. Algo que, como vimos anteriormente, os indígenas praticavam de formas variadas: desde os pedágios em acampamentos dos demarcadores até as idas nas proximidades de Rio Pardo como parte de um gesto político. Quando isso ocorre, se estabelece um território como o analisado por Ribeiro; ou seja, uma área de controle exercido por um indivíduo ou por uma coletividade que molda o comportamento de outrem através do acesso ou da restrição. Algo distinto da descrição errante que Cabrer fez do grupo acima mencionado, provavelmente Minuano. Pois, ao elaborar um pouco mais seu texto, acaba por revelar o componente relacional com o meio que estes indígenas mantinham em sua prática sazonal, não significando que não sabiam o que faziam ou para onde se deslocarem.

Antes de seguir adiante, é necessário dizer que a noção de territorialidade em Ribeiro é distinta daquela desenvolvida pelo João Pacheco (1998), onde a identidade étnica se pauta pelo território. Em Ribeiro (2019, p. 31) a identidade étnica se pauta por uma cadeia de

¹¹² CABRER, 1783-1801. Tomo III. p. 024. Grifo meu.

experiências ancestrais rememoradas que funcionam como um repertório de ação social ao grupo, nos dando a dimensão das caminhadas dos grupos que aparecem em Cabrer, como Guaranis e Minuanos, os mais mencionados em trânsito na narrativa da demarcação.

Dentro da demarcação de limites, essas práticas territoriais ficam mais evidentes nesses encontros como algo distinto que merece destaque como práticas que por vezes se confundiam e cooperavam com os trabalhos de demarcação, mas que neste caso por conta dos elementos desta territorialidade praticada pelos nativos indígenas podemos resgatar um pouco mais sua historicidade por meio do ambiente e da língua que nos contam uma história (PACHECO, 1998). Como constatamos no artigo 8º do tratado preliminar de limites de 1777, é por meio do conhecimento do terreno em língua indígena que eles acabavam exercendo o domínio das direções, não só da terra como dos rios que também se utilizam destas nomenclaturas nativas, o que foi um problema na prática para os demarcadores (ERBIG, 2013b; BARCELOS, 2010), já que como visto no excerto textual da fonte, eram os nativos que andavam nestas terras e a conheciam muito bem. Para tanto, lembremos do exemplo do Yndio Francisco Xavier Arirapy, “Baqueano” (*guia*) e a contradição que sua presença e conhecimentos despertaram entre os demarcadores e o texto do tratado, em virtude do desconhecimento da região pelos demarcadores. Além do reconhecimento de Cabrer de serem muitos os indígenas em algumas partes da região, que ele e seu estamento social classificaram como bárbaros: *Las muchisimas parcialidades de yndios bárbaros que habitan aquellas costas [...]*¹¹³. Estes chamados bárbaros eram aqueles para quem, geralmente, os oficiais pagavam tributos para não serem atacados, ou eram donos de seus territórios.

Isso chama a nossa atenção para a contradição que estes casos demonstram. O projeto de demarcação conjunto das coroas ibéricas reivindicava terras que nem ao menos controlavam em sua totalidade, pois enquanto a demarcação era produzida pelos funcionários reais, tributos eram pagos a indígenas, afirmando a sua autoridade regional sobre a terra. À medida em que os relacionamentos com os nativos vão se fazendo presentes na fonte, algo bem mais dinâmico que um domínio pleno e mais semelhante a negociações foram se revelando no trato social entre as partes na demarcação de limites. Isso não significa que todos os nativos gozassem do status de saber exatamente sua situação no meio social em tempo integral, ou mesmo que sabendo, tivessem margem e conhecimento para operá-la. Mas é importante frisar que esta possibilidade está registrada na fonte até então, e que os demarcadores, como vimos, pagavam tributos e usavam das concepções espaciais nativas,

¹¹³ CABRER, 1783-1801. Tomo I. p. 589.

além de outros conhecimentos, para se deslocar no campo.

Fica estabelecido assim um discurso político territorial nos papéis ibéricos como algo na prática, paradoxal, que difere das práticas de posse de fato destas terras. Eram os nativos que praticavam a territorialidade a seu modo e não os espanhóis demarcadores. Ao analisarmos a passagem do tomo 3, o autor do diário registra os indígenas em deslocamento territorial errante, mas essa afirmação é dada a partir de seu ponto de vista e prática territorial, como parte dos usos de suas categorias conhecidas originalmente forjadas para cumprir necessidades administrativas, políticas ou para obedecer a imperativos de vigilância militar de sua Coroa.

A prática dos indígenas não era errante, eles praticavam sazonalidade, prática já desenvolvida pelos povos Tupi-Guarani não só nesta região a ser demarcada, mas em outras terras. O que ele chamou de errante era a prática, integral ou parcial, de sazonalidade. Esse tipo de deslocamento não era o mesmo que o nomadismo. No caso dos Tupi-Guaranis, praticavam o chamado “estar a caminho”, manuseando e modificando territórios. Logo, uma prática distinta da registrada por Cabrer em seu diário. Ou seja, aos olhos do autor parecia nomadismo, mas era um aproveitamento dos recursos do território, uma ocupação sazonal, explorando o território, buscando uma terra fértil, para propiciar o seu modo de vida (ALMEIDA; NEVES, 2015).

Registrar os nativos como errantes corrobora com o argumento jurídico e social ibérico do selvagem vadio ou da vadiagem indígena, bem como reforça a dita infidelidade nativa e sua resistência à fixação territorial e aos mandamentos religiosos também ibéricos, reforçando estereótipos que facilitam a sua perseguição. Por isso, temos tantos bons e maus modelos de nativos para cada lado envolvido com a demarcação de 1777, tal qual registrou Saldanha em seu diário ao abordá-los: vivem os Minuanos num estado propriamente livre entre os espanhóis e portugueses”, relatando existir mais afinidade entre portugueses e minuanos que com outro povo, no caso com espanhóis. Dentro dessa vivência os Minuano não seriam tão cruéis quanto os Tapes, sem causar perversidade alguma contra portugueses ou espanhóis perdidos nas matas, como fazem os Guaranis. Essa dita afinidade entre portugueses e Minuanos pode ter possibilitado as detalhadas descrições que Saldanha fez.

Saldanha também reconhece padrões de deslocamento ou de trânsito dos nativos, de alguma forma, percebemos assim que o fato de se deslocarem livremente não significa que não soubessem para onde ou em que direção estavam indo. Ao contrário, quer dizer que eles sabiam operar e compreender aquele espaço por outros meios que não são levados em conta por Cabrer em suas notas, mas que aparecem nelas e nas demais páginas do diário na forma

de indígenas guias e locais/elementos físicos da paisagem que carregam a nomenclatura nativa. A contradição, como visto, está expressa nos papéis dos acordos reais ibéricos, envolvendo as suas posses sul-americanas. No papel, só eram necessários alguns ajustes mais claros para dar conta de anos e mais anos de conflitos envolvendo as suas fronteiras americanas a mais de 300 anos sem demarcação ibérica oficial.

A instabilidade dos acordos firmados para a implementação da fronteira sul entre os reinos ibéricos era só uma parte do conjunto de instabilidades que acompanhavam os relatos dos demarcadores. Os exemplos acima nos mostram que na prática a história era outra, já que os elementos dessa empreitada eram maiores e mais instáveis do que os acordos cobriam até então, pois levavam em conta apenas a sua noção de territorialidade e de domínio sobre as terras, embora se utilizassem de serviços nativos e registrassem de forma dúbia a sua noção de espaço deserto. O registro no texto deixa claro que os demarcadores iriam “atravessar desertos entre nações bárbaras”¹¹⁴. Ou seja, os nativos estavam lá. Estes elementos aparecem na narrativa de Cabrer, nos informando que nem sempre os nativos foram etnicamente nomeados, mas aparecem simplesmente registrados como antagonistas aos trabalhos de demarcação – como visto nos casos de fuga perto do Pueblo de San Miguel, identificados por um adjetivo que homogeneiza todo e qualquer grupo social indígena que apareça dentro desta categoria para o autor do diário e seus referenciais teóricos do que era ser bárbaro e civilizado.

Até aqui observamos alguns apontamentos interessantes, talvez o mais significativo deles é entender que toda essa movimentação que compreendeu a demarcação de 1777 não pode ser analisada à luz de um único conceito pragmático fechado para explicar a participação indígena nos trabalhos. A nossa insistência em pré conceber conceitos antes de detalhar a fonte só faria sumir os personagens nativos como sujeitos, relegando-os à condição de objetos ou tratando-os apenas na condição de resistentes em meio às políticas ibéricas, o que não se sustenta quando falamos em territorialidade indígena.

Logo, os processos de construção fronteiriços passam aqui pelos registros nos respectivos diários, devidamente contextualizados, de portugueses e espanhóis, é que são muitos os nomes sob esta demarcação nesta primeira hora de trabalhos, longe de ser uma empreitada de protagonismos ibéricos. Percebemos assim que analisar só o grande evento da demarcação como uma fronteira bélica ou de selvagens contra letrados, de forma factual com suas datas bem marcadas, acabaria por não levar em conta um cenário social tão diverso e multifacetado em relacionamentos sociais, fazendo com que não percebêssemos as ações dos

¹¹⁴ CABRER, 1783-1801. Tomo II. p. 151.

sujeitos que compuseram socialmente esta demarcação, seus deslocamentos e as várias formas de compreender os grupos que compartilham, de alguns modos, o espaço a ser demarcado.

Esses processos sociais, quando interpretados nas formas de interseccionalidades, possibilitam a compreensão e localização dos lugares dos indígenas dentro da demarcação limites do Tratado de Santo Ildefonso (1777), abrindo novas possibilidades analíticas quanto ao papel dos indígenas em sua totalidade nesta demarcação, gerando mais interrogações do que resolvendo: que contexto conteve a coexistência de tamanha disparidade quanto ao conceito de fronteira para todos os lados da demarcação? Pensar nas possíveis implicações a essa pergunta levanta uma série de outras questões. A mais imediata nos leva a pensar no porquê de pagar tributos para andar no que é seu. Que tipo de interações sociais permitiam essas práticas? Como veremos adiante, estas interrogações não são tão ruins assim, pois evidenciam alguns silêncios sobre os indígenas em meio aos trabalhos e também o modo equivocado pelo qual foram retratados no diário de Cabrer.

2.6 CABRER E OS INDÍGENAS

O que Cabrer retratou dos indígenas foram construções sociais, mesmo as suas concepções e o próprio nome: índio. Tudo construído, tal qual foi feito noutros contextos coloniais. Desde que respeitadas as devidas ressalvas, em 1544 no Chile, nos repartimentos dos índios também se fez algo análogo, recriando ou reinstalando uma categoria já em decadência jurídica no estamento colonial espanhol. Segundo Cruces (2010), a situação a qual analisa também constrói a figura do índio como parte da sociedade colonial envolvente. Uma sociedade que cobra deles os tributos exigidos por sua condição nela, como súditos de condição inferior. Os indígenas, que em tese não poderiam mais ser obrigados a trabalhar no contexto apresentado, eram apontados pela mesma sociedade, tributária de seus serviços, como aqueles que deveriam ser taxados de alguma forma. Mas sendo pobres e sem excedentes os indígenas não tinham uma forma de fazê-lo apropriadamente, então elabora-se essa categoria de índio de serviço pessoal, o índio *encomienda*. O mesmo que permitiu aos *encomienderos* converterem-se numa elite de poder, prestígio e riqueza (CRUCES, 2010, p. 50). Esta é, de acordo com o autor, a reelaboração de mais uma categoria colonial. Cria-se o tributo a ser pago, mas no caso dos índios, sem excedentes, pago com trabalho, algo que justifique sua presença dentro daquela estrutura de oficialidades espanholas.

Cruces dá especial atenção para essa construção categórica – índio – a partir de argumentos propostos pela burocracia espanhola, a qual estavam submetidos e assim

identificados nela como indígenas. Uma categoria em constante reelaboração, sendo aceita, de acordo com o autor, como parte do jogo de necessidades sociais do meio, ao ponto que sua propagação se instala como realidade. Questiona-se o autor: essa constatação vai ao encontro de análise sobre a categoria de índio, a fim de avaliar se ela era uma correspondente à sociedade indígena, aproximava-se da realidade ou se tratava apenas de uma série de argumentos definidos e ajustados à trama social para justificar o serviço pessoal dos indígenas?

Com esta introdução este autor nos fornece argumentos de como, pouco a pouco, foram construindo uma imagem dos índios que, por sua vez, foi recolhida e reelaborada por um número importante de historiadores, que a potencializaram historiograficamente e, mais ainda, instalaram-na como realidade entre grande parte dos leitores de seus textos a partir de então. É necessária agora uma desnaturalização do termo índio ao lidar com estes temas na história indígena na América do Sul em todos os contextos em que esta se apresenta, do mesmo modo apresentado em Ribeiro (2019), Christophe Giudicelli (2018, p. 11), citando Wilde (2018, p. 41-79), que tratou de abordar os indígenas nos contextos indígenas missionários também lidou com o tema. Nos alertando sobre a necessidade de desnaturalizar categorias originalmente tecidas para desempenhar necessidades das classificações.

Sendo que estas categorias não eram definitivas, constituindo fruto de uma interação permanente entre vários níveis de interlocução, não apenas entre os agentes coloniais - neste caso os missionários - mas também entre estes e os indígenas e entre os mesmos indígenas, por uma série muito ampla de motivos que se alternavam¹¹⁵.

O diário de Cabrer e sua disposição nos oferecem uma boa oportunidade: a de olhar as duas faces de um mesmo projeto por meio dos mesmos documentos e suas lacunas. Já que olhamos de longe para o lado administrativo espanhol, a estrutura da fonte - seus anexos de forma mais direta e reta, nos deparamos com dualidades opostas a cada registro, com as quais o autor tenta nos informar sobre os indígenas. Dentro dos modelos comparativos: civilizados desbravadores, uns poucos índios bons ou em via se sê-lo e os infiéis. Uma amálgama de categorias de controle social, sobre as quais discorre por serem criadas sobretudo para conter, “civilizar” e fazer trabalhar as populações em situação colonial (WILDE, 2018, p. 12). Apenas um mapa olhado de longe de forma reta, não nos oferece uma chance de interpretar esse quadro explicado por Wilde. No entanto, retomando as lacunas da

¹¹⁵ GIUDICELLI, Christophe. **Luchas de clasificación. Las sociedades indígenas entre taxonomía, memoria y reapropiación.** 1a ed. Rosario: Prohistoria Ediciones; Lima: IFEA, 2018. p. 10-11. Tradução minha.

questão administrativa, em primeiro lugar, encontramos este mapa da demarcação, sem maiores problemas, como elaborou Erbig, retratando as duas demarcações de limites.

Figura 1. Mapa - Itinerários das equipes de demarcação.



Este mapa demonstra os caminhos aproximados seguidos pelas primeira e segunda subdivisões dos tratados de Madri (azul) e San Ildefonso (roxo) e pela terceira e quarta subdivisão espanhola de ambos os tratados (verde). (Erbig, 2015, p.142).

Esta representação em forma de mapa traça as linhas aproximadas do Tratado de Madri 1750, Santo Ildefonso 1777 e a de ambos os tratados em verde, como registrado. Mas essa é apenas uma parte do todo. Ao olharmos apenas o seu produto final na forma de um mapa¹¹⁶ perdemos de vista a vivência das pessoas em meio aos trabalhos dia a dia e, a visão

¹¹⁶ LANGER, Protasio Paulo. Representações e apropriações dos topônimos/etnônimos indígenas numa carta geográfica do século XVII. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 19, n 1, p. 43-58, janeiro/abril de 2015. p. 51. Sem trabalho técnico de entendimento dos etnônimos/topônimos, a trama das fontes, as imprecisões e alterações gráficas no processo de transposição dos etnônimos/topônimos para o mapa em análise, são tarefas sumamente técnicas que, todavia, consideramos necessárias para evidenciar as atitudes intelectuais dos historiadores diante desse mapa. [...] Sem trabalho técnico o mapa em questão seguiria sendo um artefato geo-histórico obscuro, quase impenetrável.

de uma história elaborada apenas como posto acima, beneficia apenas aos demarcadores espanhóis e portugueses, além é claro de suas respectivas coroas.

Do modo como são colocadas as partes acima exemplificadas deixamos de interpretar as alianças e demais ações que garantissem a sobrevivência no decurso dos trabalhos de demarcação registradas nas páginas do diário. E é sempre bom lembrar que o cenário político diplomático¹¹⁷ esteve acalorado, com os espanhóis reclamando muito da conduta de seus parceiros de empreitada nos idos de 1777, com o tratado de Santo Ildefonso (CORTESÃO, 2001). Isso também está nas linhas e letras miúdas do diário de demarcação que traz consigo indícios, sinais e subjetividades que ajudam a analisar as participações indígenas nos trabalhos de demarcação. Um desses indícios da presença nativa e prática territorial ativa são os topônimos¹¹⁸ empregados em línguas indígenas por toda a parte, registrados no diário de Cabrer.

Esses lugares e deslocamentos são importantes nas empreitadas porque passaram também a compor a demarcação com os nomes que estão soltos aqui e ali, orientando os demarcadores. Como os novos marcos demarcatórios conjuntos de 1777, deveriam levar em conta também marcos geográficos da paisagem natural para a confecção do mapa final da expedição, como dito na introdução, o domínio destes locais e orientações era crucial para a boa navegação dos espaços a serem colocados no papel, e esses serviços eram prestados por indígenas por terra e por água na navegação dos rios e no empréstimo de seus conhecimentos para os trabalhos.

Fato que causou muitos transtornos a priori, como visto quando foi necessária ajuda nativa para desempatar a questão do local exato de um rio e dar início aos trabalhos de demarcação registrados no diário de José Maria Cabrer, principalmente no que se expressa no artigo 8º do tratado de Santo Ildefonso.

Quedando ya señaladas las pertenencias de ambas as coronas hasta la entrada del Rio Pequiry en el Uruguay, se han combenido los altos contrayentes en que la Linea Divisoria seguirá aguas arriba de dicho Pepiry hasta su orien principal, y desde este por lo mas alto del terreno, **baxo las reglas dadas en el artículo 6º**, continuará a encontrar las corrientes del **Rio** San Antonio, que desemboca en el Grande de **Curitiba, que por otro nombre llaman Yguazù**, siguiendo este, aguas abaxo, hasta su entrada en el Paraná por su Ribera Oriental, y continuando entonces, aguas arriba del mismo Paraná, hasta donde se le junta el Rio Yguarey por su Ribera Occidental¹¹⁹.

¹¹⁷ Ver: FANJUL, Genoveva González. El fracaso de España en la primera ocupación de los territorios del Golfo de Guinea. *Aldaba*, n. 3, p. 71-84, dezembro de 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.5944/aldaba.31.2001.20470>>. Acesso em: 23 de junho de 2020.

¹¹⁸ Nome geográfico próprio de região, cidade, vila, povoação, lugar, rio, etc.

¹¹⁹ CABRER, 1783-1801. Tomo I. p. 426. Grifo meu.

Muito da produção dos trabalhos demarcatórios giraram em torno do 8º artigo, o que ajuda a explorar melhor a fonte e seus consequentes desentendimentos quanto ao exato local de início e de fim dos rios mencionados no artigo acima. Este artigo e os três anteriores a ele são reclamados não menos que uma dezena de vezes no decurso dos três tomos do diário, como fonte inesgotável de confusões para iniciar os trabalhos. Muito dessa confusão se deu na interpretação e tradução entre os conhecimentos de campo dos indígenas e a falta deles pelos demarcadores¹²⁰. O que não é de todo ruim, pois os guias nativos aparecem aqui, os remeiros também e a briga pelo correto local de início de trabalhos da segunda subdivisão, que os ibéricos não faziam ideia de onde era exatamente. Tamanha a área a ser demarcada e a quantidade de povos que se movimentavam por estas terras e pela dificuldade de tentar interpretá-los como sendo ao mesmo tempo uma coisa só, ou como retratado antes: no mais são todos parecidos, como registrado pelos demarcadores ao falar dos indígenas, assim mesmo, de modo genérico.

Essas linhas de classificação conceitual sobre os indígenas são por si só paradoxais que também as encontramos onde, a priori, não se espera que ela exista, pois muitos os casos misturam-se de tal forma que é difícil de perceber os indígenas como sujeitos usando apenas um conceito fechado, de índio, proposto pelo estamento espanhol, pois são muitos os pormenores a serem trabalhados em contatos como esse, por exemplo [...] en aquella Ribera por disposicion **del Corregidor del Pueblo de San Miguel Dn. Pasqual de Areguati (Yndio unicamente en su nacimiento)**¹²¹.

Don Pasqual era índio? Dentro de um pequeno excerto textual temos um montante de referências quanto à ascendência hierárquica do corregedor. Ele ocupava um importante posto e foi-lhe concedido um título de Don, alinhado a nobiliarquia ibérica, entretanto o mesmo documento frisou que ele era um índio, unicamente em seu nascimento, representando uma elite indígena missioneira que causou espanto a Cabrer. Era, porém, um personagem já bem atuante na região de São Miguel, onde era Corregedor. De acordo com A. Ranzan, Pasqual Areguati era alguém muito prestigiado entre autoridades espanholas por sua “civilidade” e “qualidade gráfica”, possuindo crédito comercial abundante no meio social missioneiro (RANZAN, 2015, p. 35). Melo (2018, p. 185) vai nos memorar das outras habilidades deste

¹²⁰ Ver: KANTOR, Iris. A memória toponímica nas expedições da Comissão de Linhas Telegráficas: o caso dos rios Paranatinga e Teles Pires. In: KURY, Lorelai; SÁ, Magali R. (Org.). **Rondon: Inventários do Brasil, 1900 - 1930**. 1ed. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2017, 80-110; KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 39-61, jul./dez., 2009.

¹²¹ CABRER, 1783-1801. Tomo I. p. 385. Grifo meu.

personagem: sua boa civilização e praticada inteligência no uso dos idiomas castelhano e guarani foram reconhecidas pelas autoridades em 1785. Tendo essas análises em vista, a leitura de Cabrer sobre Pasqual Areguati não encontrou semelhante conceito entre o que conhecia como “índio” com o qual comparar, por isso tamanho susto.

Registra, assim, que fora apenas em seu nascimento um índio, sem mais. Nem mesmo as boas relações sociais, comerciais e de trânsito matrimonial foram registradas por Cabrer, só sendo recuperadas via correspondências pelo autor e autora destacados. A menção a seu nome se repete em vários documentos. Pasqual era um homem de posses e inserido em redes sociais amplas. Cabrer só observou o estranhamento, algo fora da norma. Deixou de lado o comerciante, ocupante de cargos políticos e as relações de parentesco estabelecidas pelo indígena. Isso não significa que Pasqual Areguati não fosse indígena ou mesmo que não estivesse imerso em categorias de controle, como visto em Wilde, e que não sofresse desdém, mesmo tendo tantas qualidades (Melo, 2018, p. 185). A leitura de Cabrer da situação do corregedor é que foi distinta, num cenário em que os indígenas letrados se articulavam há tempos (NEUMANN, 2015) (RANZAN, 2015).

Mesmo com tamanhas habilidades e movimentação social, Pasqual Areguati continuava em dadas situações a ser tão índio quanto o *baqueano* (guia) que “seduziu” os ibéricos com seu conhecimento, anos de experiência e trabalhos prestados, o índio Francisco Xavier Arirapy, que também enfrentou problemas com os ibéricos. Pasqual teve seus conhecimentos negados quando contrariou a lógica de ambas as Coroas em campo e sua falta de conhecimento prático da região, como registrado por Cabrer, tal qual Francisco.

Este espanto de Cabrer ao lidar com um indígena de hábitos que talvez não esperasse encontrar num indígena, pois o susto evidencia a surpresa do ibérico que chega e lida com alguém que também possui qualificações letradas, evidenciam um outro contraste social que o demarcador não conhecia, que se somaram à falta de conhecimento da região, que de longe só favorecia a lógica do mapa ibérico, onde são cobertas as várias faces dos contatos e do trânsito das pessoas já estabelecidas na região. Caso dos indígenas mencionados e tantos outros sem nome nas fontes burocráticas.

Esse exemplo apresenta um pouco desta vastidão conceitual e das muitas formas de se expressar identidades e de se utilizar de uma identidade transitória ou não, dentro deste sistema colonial espanhol. O termo genérico índio é uma categoria classificatória jurídica e social colonial, um conceito que uniformiza e homogeneiza distintas sociedades, em benefício da construção identitária colonial. Don Pasqual não se enquadrava bem no esquema que vinha sendo mantido pela leitura do que era ser um índio, até então no diário de Cabrer, onde essa

figura se apresentava entre os espectros de dualidades costumeiras ou diretamente aparecia como Cacique em posição de grande protagonismo. Desta forma não é de se estranhar que Cabrer tenha reagido como reagiu ao encontro com o indígena de “bons modos e vestes distintas”, segundo ele, pois o também *Corregidor del Pueblo de San Miguel* Don Pasqual de Areguati não se enquadrava na classificação do que o sistema compreendia como indígena para os demarcadores. Embora o fosse, além de muitas outras coisas, dentre elas fruto de constantes reelaborações, como fica clara na justificativa dada por Francisco aos ibéricos, quando mencionado que estava ali há muito tempo com outros indígenas.

Diante deste exemplo no texto de demarcação, sobre um desviante do conceito de índio, fico surpreso que tenhamos ao menos as notícias dele aqui, e questiono-me sobre quantas pessoas mais de origens étnicas indígenas, que não estavam sob o jugo do conceito elaborado por outros, ficaram de alguma maneira de fora do diário pelo mesmo espanto de ser índio apenas em seu nascimento. Quantos mais operavam essas realidades multifacetadas presentes nesta movimentada vida político-diplomática retratada aos moldes do exemplo do diário?

Desta forma, pensar os conceitos relacionados aos povos nativos, dentro desta fonte de modo mais interseccional, olhando mais de perto e de dentro, ao invés de longe como especificado nas linhas do mapa dos tratados de 1750 e de 1777, pode nos colocar diante de situações de espanto pela vivacidade dos agentes em campo e pela pluralidade escondida por falta de uma lupa. Para olharmos mais de perto para os conhecimentos indígenas marcados na terra como elementos constitutivos à vida humana prática (RUSEN, 2015), podendo ser interpretados por meio dos mapas e dos diários da expedição. Pois ao notarmos as rígidas classificações dadas aos nativos por espanhóis e por portugueses, somos convidados apenas na homogeneização dos sujeitos como índios nos trabalhos de demarcação como figuras menores no esquema geral das coisas ou como burros de carga, sem voltar os olhos aos detalhes do todo.

2.7 DE PERTO MUITO SE VÊ

O termo índio, de acordo com o dicionário de Raphael Bluteau de 1728, classifica o termo basicamente entre a selvageria e a barbárie, sob uma ótica da ordem ibérica e suas classificações:

INDIO. Natural da Indian Indus, i. Mase. Plin. Tambem chamamos Indiso aos povos da America. No Brasil dividem os Portuguezes aos Barbaros, que vivem no

Sertão em Índios mansos, & bravos. Índios mansos chamaõ aos que com algum modo de Republica (ainda, que tosca) são mais trataveis, & capazes de instruçãõ. Pello contrario chamaõ Indisos bravos aos que pella sua natural indocilidade, não tem forma alguma de governo, nem admitem outras leys, que as que lhes dicta a sua fera natureza¹²².

Raramente os índios têm nomes nesta redação, tal qual o “índio guia” que tem nome e o índio que “unicamente em seu nascimento”, raríssimas exceções nos papéis escritos e compilados por Cabrer, cujas características e posição o assustaram em algum nível. Visto isso, ficam duas hipóteses que ajudam a entender a falta de nomes dos indígenas no diário. A primeira é que estas pessoas não se enquadram muito bem dentro da categoria índio para quem as retratou. A segunda é um pouco ao contrário, elas estavam soterradas sob os signos espanhóis do que era o indígena e de suas atribuições de controle social. Além do mais, também estiveram em trânsito de acordo com a leitura e interpretação das fontes, como os índios Tape, criados no grêmio da igreja, assim retratados na fonte: *La docil y numerosa Nacion de los Guaranies ò Tapez (1) que recevió la luz de la Fê, y el suabe yugo de nuestros Catolicos Monarcas, reunidas en èstas Misiones poe la apostolica predicacion de los Jesuitas [...]*¹²³.

O primeiro dado que extraímos desta afirmação, além do processo de “*guaranização*” (RANZAN, 2015, p. 145; NEUMANN, 2000), é fato de que todas as características atribuídas aos Tapes são as desejadas no esquema administrativo espanhol e a quantidade de detalhes descritos, em próprio benefício creio eu, para os realizadores de tamanha epopeia de propagandas. Algo que servia como um tipo de balizador social – uma garantia até, para as convicções e crenças ibéricas, para os indígenas. Ou seja, estavam em um movimento de transição, para algum lugar social possibilitado nessa sociedade por batismos e outros hábitos praticados por ali, o que também era um divulgador do trabalho realizado pelos jesuítas antes da expulsão, é claro. Infelizmente, não dispomos de mais fontes imagéticas ou citações dentro do próprio diário de Cabrer que apoie mais fortemente essas hipóteses, para além dos dois exemplos mencionados. Mas eles ajudam a notar a extensão da visibilidade aplicada à categoria índio que tenta dar conta da totalidade indígena no contexto dos trabalhos, encobrando as distintas etnias expostas na demarcação.

¹²² BLUTEAU, Raphael. **Diccionario Raphael Bluteau: Vocabulario Portuguez & Latino**. v. 4. 1728. Brasileira Guita e José Mindlin. p. 110. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/%C3%ADndio>>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2021; ASALE, RAE-, e RAE. “índio, índia | Diccionario de la lengua española”. **Diccionario de la lengua española**. Edición del Tricentenario. Disponível em: <<https://dle.rae.es/indio>>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2021.

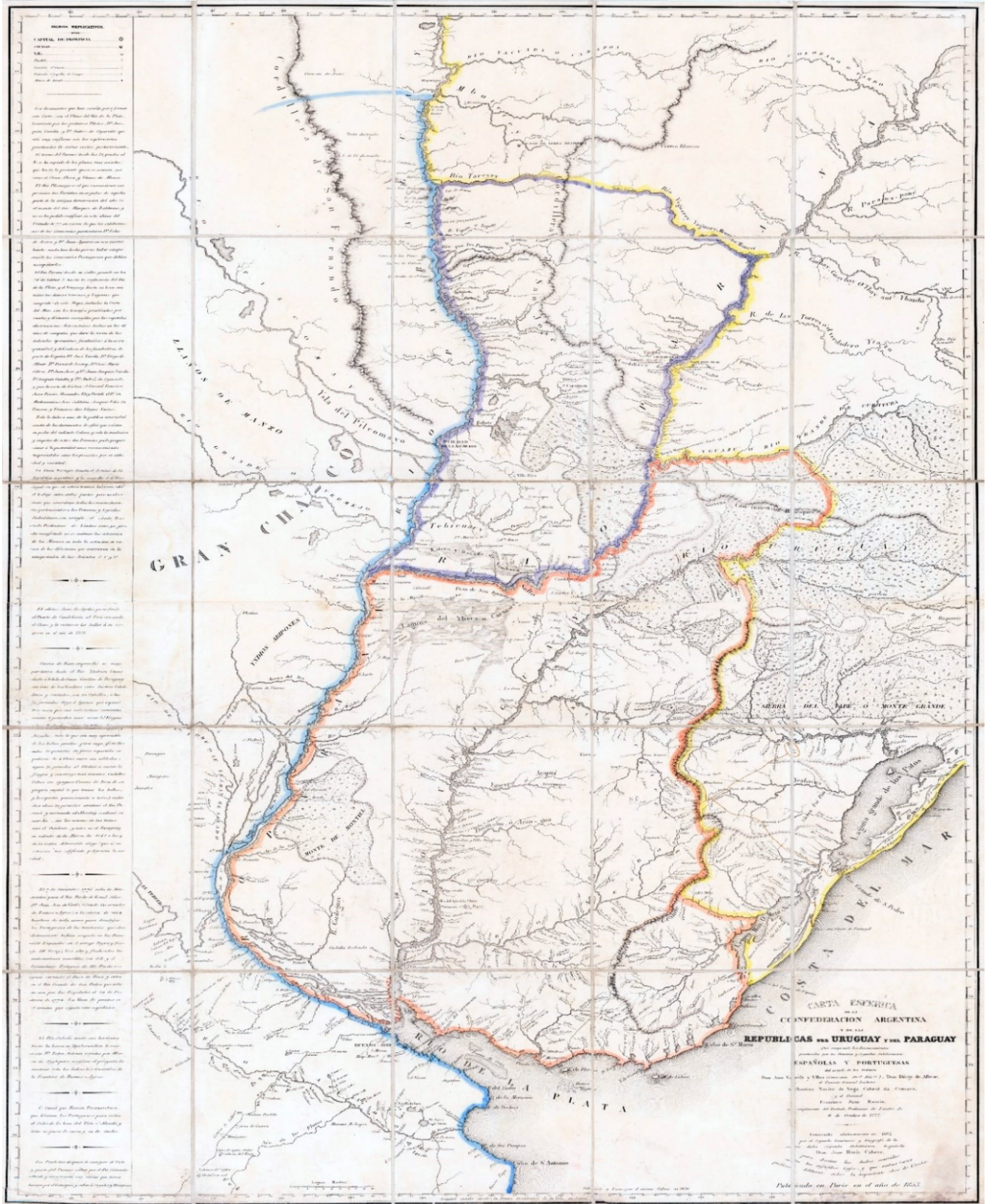
¹²³ CABRER, 1783-1801. Tomo III. p. 010-012. Grifo meu.

Para contrariar essa máxima, me utilizei de outras formas de análise, procurando primeiro os sujeitos e suas ações em meio aos trabalhos, para depois reelaborar a narrativa na qual eles se inseriram, evidenciando, a título de exemplo, como as toponímias (nomes dos locais em Guarani, por exemplo, ou demais nomes ligados aos nativos) estiveram em pauta na demarcação, bem como por que uns indígenas pareceram mais que outros como no caso dos Tapes sob as classificações ibéricas. Essas classificações, encontradas tanto no diário de Cabrer quanto no de Saldanha, nos dão bons indícios de territorialidade e conhecimentos indígenas na vasta região e de como eles estiveram de muitas maneiras envolvidos com o todo e suas partes, mas precisamos olhar mais de perto para ver.

Como mencionado na introdução, Cabrer nos deixou um mapa, que foi trabalhado como base na compilação dos diários de demarcação, assinado pelo próprio Cabrer em 1826, derivado do mapa manuscrito também por ele e perdido. Este mapa do século XIX foi publicado na França em 1853, para fins de validar um nascente nacionalismo emergente que exigia fronteiras bem definidas na América do Sul, agora com Estados nacionais e não como possessões ultramarinas ibéricas. Este mapa, embora com alguns anacronismos, serve bem a dois propósitos iniciais oferecidos pelo diário de Cabrer: avaliar o tamanho da região a ser demarcada e antagonizar o primeiro mapa acima, analisando a valorização de alguns elementos do mapa, e de rios na região¹²⁴. Isso retoma a discussão da importância de entender os idiomas nativos e das práticas territoriais fronteiriças indígenas e favorece uma análise que aproveita mais elementos naturais narrados no texto de Cabrer de forma direta, como instrumento de trabalho aqui, para além da burocracia colonial e seus conceitos, para interpretarmos os fatos ocorridos em meio aos trabalhos, seus personagens e as inferências sobre os indígenas no diário via esse mapa, que podemos olhar mais de perto.

Figura 2 - Mapa 1.1

¹²⁴ CUTOLO, Vicente Osvaldo. **Nuevo diccionario biográfico argentino** (1750-1930). Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. Este dicionário contém a biografia do Cabrer, com mais detalhes sobre sua participação na revolução de maio de 1810 na Argentina, indicando que ele não tomou partido nela. Segundo o mesmo autor, Cabrer foi nomeado pela primeira junta governativa para diretor de uma academia de Matemáticas, porém nunca se concretizou essa oferta e ele também recusou um segundo posto de trabalho, como secretário de Estado Maior. Acabou aceitando outra oferta de trabalho em 1831, mesmo ano de sua morte, no Departamento de topografia.



Cabrer, José Maria, José Varela Y Ulloa, e F. Delamare. "Carta esférica de la Confederacion Argentina y de las Republicas del Uruguay y del Paraguay Que comprende los Reconocimientos practicados por las Primeras y Segundas Subdivisiones españolas y portuguesas del mando de los Señores Don Jose Varela y Ulloa (Comisario Pral. Diror.), Don Diego de Albear, el Teniente General Lucitano Sébastian Xavier da Vega Cabral da Camara, y el Coronel Francisco Juan Roscio, en cumplimiento del Tratado Preliminar de Limites de 11 de octubre de 1777". [Division 40 du portefeuille 1 QUATER du Service hydrographique de la marine consacrée au Brésil, Paraguay et Uruguay]. Paris: s.n., 1853.

Anexo este mapa ao texto, não só pelos motivos elencados, mas por outro que me ocorreu, primeiro, enquanto fazia a catalogação da fonte – o diário de Cabrer e demais documentos. Não pensei imediatamente na toponímia, segui tabulando os dados. Todavia, chamou-me a atenção a vasta nomenclatura em termos indígenas por toda a parte durante os trabalhos de demarcação, então decidi registrar também as passagens no diário onde se falasse ou citasse algo nos idiomas nativos. Em paralelo a isso, percebi que os nativos apareciam, em grande parte, nas mesmas posições de trabalho, ou sofrendo alguma ação, sendo raramente referenciados de outra forma.

Então, analisando o mapa acima, me questionei sobre os nomes dos locais, como uma alternativa para compor a pesquisa. Quando terminei o campo de análise documental, registrando esses nomes, entendi que esta documentação, para entendimento abrangente da situação indígena em campo, só pode ser analisada se levarmos em conta a nomenclatura dos rios e demais locais em língua nativa. Em conjunto com outro importante ponto de discussão deve a reivindicação de territórios buscados por portugueses espanhóis de forma legal, em seu sistema jurídico, ser questionada e colocada como mais uma prática não hegemônica.

A prática do idioma Guarani foi predominante na demarcação, mas não foi a única. Cabrer narra o trabalho dos padres, muito anos antes, nesta empreitada de traduções e domínio dos idiomas indígenas, o que também deixou marcas¹²⁵. Aqui vistas na forma de intercâmbio, reforçada ao analisar o diário de Cabrer onde, desde a nomeação dos locais e mais precisamente *arroyos*, rios, lagoas e locais físicos, sendo estes incorporados à documentação como parte dela. A necessidade do desempate entre os ibéricos fez levantar a maioria destes nomes no diário, pois ao voltar para o acampamento e se atualizarem, portugueses e espanhóis, por vezes, não concordavam em nada. A nomenclatura indígena era o ponto de desempate da questão, o que fica mais nítido quando da necessidade de marcar os nomes dos lugares, como exigido no tratado. O que também gerou impasses, pois os lugares a serem demarcados ou eram rebatizados ou mantinham sua nomenclatura indígena.

Sabendo deste dado, podemos desta primeira análise interpretar que os indígenas eram muitos, em muitas funções e que eles existiam em meio a tudo isso. Além da nomenclatura dos locais que passariam ao mapa ibérico, já eram conhecidos dos indígenas, logo por eles identificados em seus idiomas. O que explica alguns registros no diário terem até três ou mais nomes para um mesmo curso d'água: como o rio é chamado pelos indígenas, pelos espanhóis e pelos portugueses. Por isso, não basta constatar que eram diversos os indígenas nesta

¹²⁵ CABRER, 1783-1801. Tomo III. p. 094.

demarcação, é preciso repensar o caminho pelo qual nós os vemos nesta empreitada demarcatória em sua magnitude.

Então, analisamos a partir deste ponto mais profundamente o envolvimento indígena na demarcação, agora com o elemento que passou à fonte e ficou quase despercebido: os nomes dos locais. É como se estivessem sempre lá, mas sem relevância. No entanto, quando os somamos com os contingentes indígenas para as partidas e os nativos especializados, como nos exemplos anteriores, expandimos o quadro envolvendo esses e os demarcadores.

É seguro interpretar assim, mediante análise, que a vida autóctone seguia paulatinamente meios e as direções aproveitadas amplamente pelos demarcadores. Mas, mesmo aproveitadas, algumas destas direções passaram à fonte sendo incorporada a ela, apontando para os usos dos conhecimentos indígenas ali, por fora das categorias de controle ibérico, para tipificar essas populações nativas. É instigante de todo que foram justamente os nomes dos lugares étnicos melhor registrados na fonte. Melhor até que muitos dos próprios indígenas. Muitos, como visto, sem nome étnico de grupo, tão precariamente descritas e forçosamente comparadas aos demarcadores ibéricos. Podemos pensar nesse fato como preciosismo técnico por um lado, exigências do tratado se preferirmos. Entretanto, não podemos esquecer das normas sociais vigentes para a categorização do outro na estrutura social praticada ali e largamente incorporada aos indígenas. Em todo caso, vencendo a burocracia, passaram adiante os nomes com ela.

De qualquer forma, passaram ao mapa estes nomes, e com as informações lidas nele (HARLEY, 2001; 1992) encontramos mais indígenas pelo caminho. Mesmo com a falta, precisa e de próprio punho de uma fonte (mapa e diário produzidos diretamente por suas mãos), das formas de representação geográfica nativa dos elementos do espaço, como colocado por Barcelos (2010), ainda existe uma possibilidade de rastreamento dos conhecimentos aplicados por suas variadas sociedades, por meio da via de mão dupla que esse intercâmbio oportunizou entre a cartografia técnica ibérica e os conhecimentos autóctones. É possível, como vimos até aqui, analisar os traços deixados no mapa como forma de interações indígenas, senão de todo pelo menos em parte – nos detalhes, como algumas definições toponímicas.

Isso contorna em parte um problema historiográfico em relação à produção de fontes pelos próprios indígenas de modo quase que unânime, pois mesmo que não tenham feito o mapa diretamente com suas mãos, ou tenham sido signatários do tratado de limites de 1777, suas formas de relação com o meio e relacionamentos sociais configuram e fazem parte destes dois. Constituindo também sua esta fonte material, em parte indígena. Principalmente quando

olhamos mais de perto, tendo uma noção da navegação dos rios constantes no segundo mapa, quando comparado ao primeiro elaborado com base em linhas de um ponto a outro apenas.

Para Barcelos (2010b), apesar da ausência de uma materialidade¹²⁶ direta, que registre o saber geográfico indígena¹²⁷, este pode estar oculto nos mapas europeus. Segundo o autor, as representações de regiões interiores, por exemplo, onde rios e lagos são muito simétricos, o que nos exemplos por ele estudados, indicaria que foram acrescentados com base em informações indígenas e não pela observação direta, como aponta em seu texto Harley (1995). Alguns destes elementos destacados por Barcelos e que lhe chamaram a atenção se encontram em exemplos como esse no diário de Cabrer ao relacionar localidades e como lhe chamam:

El 25 entraron en el **Laguna Merin, ò Mini, estavos mini en el Ydioma de los Guaranies quiere decir pequeño** mas no o ès esta Laguna [...] ¹²⁸

Cabrer ressalta a distinção entre o nome da lagoa e o contraste com o seu tamanho, fazendo analogia às formas como se registra o nome dela e de onde ele vem. Ele estava correto, a Lagoa Mirim era mesmo um mundo em tamanho e como entreposto comercial, legal e ilegal (GIL, 2005, p. 7). De acordo com Gil, não sem motivo, a proximidade da Lagoa Mirim era um dos principais espaços onde o comércio ilícito se desenvolvia, ao lado da chamada “Fronteira do Rio Pardo” (2003), onde lembremos, iam às vezes os indígenas em sinal de respeito, segundo José de Saldanha (1938, p. 234-236). Dentre outros indígenas, cita-se Cacique D. Miguel, Minuano. Esta localidade foi importante ponto de encontro de espanhóis, minuanos, portugueses e guaranis, todos retratados por Gil, com lugar de destaque nas atividades comerciais e relações sociais num dos locais de referência importantes para a demarcação.

Esta circulação era grande na região e este foi o ponto de partida das equipes de demarcação ibéricas, que apareceu de forma detalhada no diário de Cabrer, com esse importante dado sobre o idioma guarani, abordando o conhecimento da nomenclatura, como

¹²⁶ Essa materialidade se faz notar nas interações em campo, mas só assusta porque a nossa noção de materialidade obedece a moldes etnocêntricos.

¹²⁷ Cf. Bárbara Belyea (1998, p. 141) apud KOK, G. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 91-109, 1 dez. 2009. p. 106. Segundo Bárbara Belyea, as direções espaciais (norte, sul, leste e oeste) são simplificadas e até mesmo ignoradas nos mapas ameríndios, porque a chave de leitura não se fixa em pontos localizados no espaço, mas traça um padrão contínuo de uma geografia a outra, como se fosse uma narrativa. É a intersecção, portanto, que determina onde as coisas se cruzam e o desenho cartográfico. Talvez por isso os espanhóis e os portugueses tenham sofrido tanto para traduzir esses signos indígenas, pois seu modo de orientação não era só distinto, mas também limitado demais para aquele território compreendido e lido de tantas maneiras distintas.

¹²⁸ CABRER, 1783-1801. TOMO I. p. 275. Grifo meu.

algo determinante e relevante para seu trabalho. Pois, como visto, os rios¹²⁹ tinham muitos nomes, variando em muitos aspectos, como registra não só José Maria Cabrer em seu diário, mas também o seu contemporâneo de demarcação, José de Saldanha:

Com justa causa **lhe puseram os índios o título de Rio, Arroyo ou Agua dos Cassiques - Cassique-y-**. Nós temos visto quantas Tolderias, de Minuanos, com os seus Cassiques, estavam naquelas circunvizinhanças, ou fosse deduzido da mesma gradação de que antigamente usavam os Tapes, entre os seus. (...) Por outra parte do **arroyo Capayu** defere muito dos outros dois de que acabamos de falar, ele é o que primeiramente **dá águas nativas**, e com maior abundancia ao **Cassiquey**, ele corre sim em miudas voltas, mas por um val, ~[...] e poucos Bosques que em sitios o bordão. **Capayu, capa amarela, é a tradução rigorosa deste vocabulo, a metade Hespanhol, a metade Guarani**. Estes (os Guarani) adotaram ou para melhor dizer aprenderão daqueles (Espanhóis) todos os nomes próprios que faltavam ao seu. Julga-se que o motivo de porem **os Tapes semelhante nome a este Arroyo**, seria [...] (SALDANHA, 1938, p.216; 260)¹³⁰.

A nomenclatura nativa e suas reelaborações estão registradas e estiveram em pauta nos diários, como visto acima no de Saldanha no *Cassiquey*. Mas, poucos, até então, são os trabalhos que analisaram as ações indígenas e o emprego de seus conhecimentos aglutinados aos trabalhos de campo na demarcação de 1777, de forma que sejam ambos valorizados e com um corpus documental tão variado como é o ofertado pelos demarcadores ou mesmo que se dediquem a analisar os conhecimentos indígenas na historiografia¹³¹.

Dentre os que fizeram e que tive contato até a composição desta pesquisa, temos os que trataram dos usos dos conhecimentos indígenas por meio do intercâmbio com os europeus e com outros grupos sociais internos, no que hoje é parte do atual território brasileiro, auxiliando e ensinando técnicas de deslocamento em campo, dando-lhes meios de subsistência e conhecimentos variados no novo território. Ao mesmo tempo em que, segundo

¹²⁹ Cf. Basílio de Magalhães (1944, p. 274-275) apud KOK, G. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 91-109, dez. 2009. p. 95. No início do século XVIII, com a decadência das bandeiras e o descobrimento dos placers auríferos de Goiás e Mato Grosso, a penetração do sertão infiltra-se, de modo definitivo, pelas “estradas que andam” 32: os rios Tietê, Paraná, Paraguai e seus afluentes.

¹³⁰ Grifo meu.

¹³¹ LANGER, Protasio Paulo. Representações e apropriações dos topônimos/etnônimos indígenas numa carta geográfica do século XVII. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 19, n. 1, p. 43-58, janeiro/abril de 2015; ERBIG, J. Borderline Offerings: Tolderías and Mapmakers in the Eighteenth-Century Río de la Plata”. **Hispanic American Historical Review**, v. 96, p. 445-480, agosto de 2016; ERBIG, Jeffrey A., Jr. Onde nômades e geógrafos se encontram: Charruas, minuanes e a demarcação de limites no Rio da Prata. **Seminário Produzindo fronteiras: Entrecruzando escalas, povos e impérios na América portuguesa (XVII–XIX)**, São Paulo, 2011; FURTADO, Júnia Ferreira. **O mapa que inventou o Brasil**. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2013; PRATT, Mary Louise. **Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation**. New York: Routledge, 1992.; ERBIG, Jeffrey Jr. **Imperial lines, indigenous lands: transforming territorialities of the Río de la Plata, 1680-1805**. 2015. Tese (Doutorado). University of North Carolina, Chapel Hill, 2015.

Pacheco (2016), os grupos indígenas foram eclipsados gradativamente nos mapas, e seus territórios, expropriados. Uma análise semelhante é encontrada em Iris Kantor (2017; 2009; 2010) e em Gloria Kok (2009). Ambas as autoras refletem em seus esforços a evidência dos conhecimentos indígenas, o caráter referencial da toponímia nativa no ramo do saber cartográfico/cartografia nos primeiros séculos da colonização lusitana. Segundo G. Kok (2009, p. 91-109), a cartografia indígena auxiliou no processo de decodificação do espaço convencionalmente chamado “sertão” pelos forasteiros.

Os mencionados autor e autoras destacam, além da cartografia indígena em uso e incorporação pela máquina burocrática das Coroas, uma crescente invisibilização dos conhecimentos cartográficos indígenas por meio dessas empresas. O que vemos em Cabrer e em Saldanha é uma parte desta incorporação ganhando visibilidade quando mencionamos exemplos como o da Lagoa Mirim e o nome dos rios. Estes últimos com detalhada explicação sobre a divisão rigorosa da tradução para que não haja dúvidas sobre o nome adotado.

Para uma valoração deste olhar sobre os elementos indígenas que compõem a narrativa de Cabrer, tenhamos em conta a apreensão imagética do mapa anterior¹³² na página 115. Olhando de longe, nós temos a possibilidade de ver aquilo que seria o plano ideal para ambas as demarcações, 1750 e 1777, pró ibéricos. Já nesse novo tópico, assumimos a máxima que diz para ver a ilha é necessário sair da ilha. Nós temos então uma visão de que o conceito de barbaridade atribuída aos indígenas e a visão prática do tratado de limites não se sustenta sem os indígenas, mostrando uma contradição muito grande, não só entre as práticas ibéricas no mapeamento, mas mostra outras coisas, quando olhamos de perto o nome dos rios e o georreferenciamento da região. Essas contradições ficaram impregnadas na prática diplomática, no acordo e na prática em campo. Olhar de perto nos possibilita ver os indígenas, onde a priori não se supunha que eles não existissem ou mesmo fossem essenciais.

2.8 FRONTEIRAS POROSAS

A partir da análise da fonte até aqui, temos um quadro geral que nos permite dizer que as pessoas e as fronteiras assim foram conhecidas porque foram registradas no texto ibérico desta maneira. Sob suas categorias e aspirações políticas, índio e fronteira passaram a existir

¹³² Ver: Figura 1. Mapa - Itinerários das equipes de demarcação. Este mapa demonstra os caminhos aproximados seguidos pelas primeira e segunda subdivisões dos tratados de Madri (azul) e San Ildefonso (roxo) e pela terceira e quarta subdivisão espanhola de ambos os tratados (verde) (ERBIG, 2015, p.142).

como parte de um esquema que só levou em consideração práticas escritas que reconhecessem como desenvolvidos os ibéricos, frente aos indígenas – mesmo que os demarcadores tenham se nutrido de seu conhecimento e territorialidades em suas funções¹³³.

Dadas as construções que se elaboraram sobre indígenas nas fontes administrativas organizadas até aqui com seu aparato técnico, essa ideia de fronteira mais rígida dual dos ibéricos, para que possa existir, nos alerta Júnia Furtado, primeiro o mapa existe no plano das ideias,¹³⁴ como vimos na abertura do tomo I por Cabrer, antes de entrar em campo. Nessa concepção, por exemplo, esse mapa de 1750 foi possibilitado por causa do trabalho de Alexandre de Gusmão e de seus arranjos, que em muito foram aproveitados na costura deste novo acordo de 1777. A partir dessa vontade, desse pensar o espaço, quando transportados ao plano prático vai acontecendo um assenhoramento – de acordo com Glória Kok e Iris Kantor (2009) – das práticas indígenas numa via de mão dupla, pra cartografia.

Ao decodificar verbalmente as informações contidas nos mapas, tais como nomes dos rios e demais características topográficas retratadas e registradas no mapa, nos deparamos com outras realidades diversas contrastantes no caso da demarcação de limites. Desde o que se queria com um mapa que antecipava de certa forma uma ideia de fronteira (HARLEY, 2009), até as relações de poder dentro do espaço buscado pelo acordo, que acabaram apreendidas pelo mapa em alguma medida também. Mesmo que este não fale da realidade, indicou as ações de várias das pessoas que o formularam, bem como dos discursos e vontades expressados nele como árbitros das concorrências e complementaridades que nele se expressam, criando de forma silenciosa uma forma de realidade (KANTOR, 2009; KUHN, 2019), que no caso do tratado de limites apaga em muito as realidades indígenas.

De certo modo, o que tratamos no início do capítulo como as contradições envolvendo a posse de fato da terra, vai ao encontro dos atropelos e pagamentos dos ibéricos para adentrar no território e vai ao encontro da fala de Gusmão sobre a terra dos Tapes, revelando um deserto que não existia, pois as pessoas estavam lá de alguma forma, como visto em Osório

¹³³ Ver: KOK, Glória. **O sertão itinerante. Expedições da capitania de São Paulo no século XVIII**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2004; KOK, G. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 91-109, dez. 2009; MYSKIW, Antonio Marcos. Uma breve história da formação da fronteira no Sul do Brasil. In: ZARTH, P. A.; VALENTINI, D. J.; RADIN, J. C. (org.). **História da fronteira sul**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: UFFS, 2015. p. 43-72.

¹³⁴ FURTADO, Júnia Ferreira. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D'Anville. In: **Topoi**, v. 12, n. 23, jul./dez. 2011, p. 67. É preciso ficar atento para o fato de que, ao contrário do que usualmente se pensa, não raro, é o mapa que precede o território e não o contrário: esse processo pode-se observar claramente neste mapa, que constrói uma imagem da América Portuguesa, propondo novos limites de fronteiras, que não correspondiam à realidade da época. D'Anville dava expressão cartográfica às pretensões geopolíticas de dom Luís da Cunha que procurava conformar o território americano de acordo com o que acreditava ser do interesse de Portugal.

(2007), evidenciando em alguma medida os deslocamentos indígenas e ibéricos. Estes últimos ainda perdidos no meio a ser demarcado, dado que desconhecem a terra de todo e não a possuem ainda de fato. Com o tempo, essa agenda jurídica e política ibérica vai se impondo e se mesclando cada vez mais à realidade social, sendo os espaços do mapa preenchidos. Mas eles, os indígenas, ficam onde sempre estiveram e esse é um dado muito importante dada a forma como podemos encontrar seus lugares nesta primeira hora de trabalhos com um olhar mais próximo ao mapa, amarrando-o às necessidades do tratado e de seu trabalho em campo (HARLEY, 2009).

Esta foi uma das formas que encontrei para interpretar os lugares dos indígenas dentro da demarcação, com a prática de vasta territorialidade e conhecimentos de campo empregados em seu modo de nomear a paisagem, que já estava estabelecido à época da assinatura do Tratado de 1777. Quando vieram as comissões demarcadoras, tiveram que lidar com a realidade do dia a dia dos trabalhos, que incluiu ter um bom guia que soubesse o local exato do rio **Pepiri-Guazú**, **Pepiryguazú** ou **Pepiriguazu** o rio dos antigos demarcadores. Somou-se a isso a exigência do artigo 8º que se execute o trabalho a partir de um curso d'água específico nomeado pelo tratado de Santo Ildefonso.

Com isso, acreditou-se evitar a possibilidade de o acordo ser rapidamente rompido. Decidiu-se por uma demarcação que acreditava-se ser irrefutável com base nestes elementos da paisagem natural – rios e acidentes geográficos, tendo espanhóis e portugueses que concordar obrigatoriamente com a nomenclatura do local e assim ir sucessivamente demarcando. Mas as indefinições por conta dos nomes ligados aos nativos por toda a parte e a falta de conhecimento do interior do continente pelos demarcadores, como visto, atrapalhou os planos de uma jornada tranquila. Essa inquietação inicial para começar os trabalhos por conta do exato local e a confirmação do nome do rio, somada a umas poucas visitas nativas a acampamentos da expedição, fez os indígenas aparecerem em todos os lugares, por meio destes registros de nomes, aqui e ali. Logo, somos convidados a encarar a seguinte questão que com o dia a dia dos trabalhos e o mapa com essa vastidão de rios fica mais evidente: o lugar se chama assim por alguma razão. Porque será que ele tem esse nome? Pode ser que seja algo social ou cultural. Tem que ter uma razão que explique esse nome e os tipos de fenômenos que podem estar atrás disso. Que indagações podemos nos colocar diante disso?

Em comparação ao primeiro mapa é evidente o montante de cursos de água, são muitos os rios na região e em sua esmagadora maioria batizados pelos nativos, chegando alguns a ter mais de um nome em língua nativa. Para as direções que foram os demarcadores

esbarraram nestas questões, o rio levava um nome de língua indígena, os indígenas eram os guias e os remeiros da expedição num terreno que conheciam bem.

Analisando os nomes dos rios (KOK, 2004), locais e o emprego de guias nativos na demarcação, encontramos mais elementos para interpretar como foram designados aos nativos nesta primeira hora dos trabalhos, apreendendo elementos de suas vidas práticas, decodificando a documentação, verificando a importância das identidades atribuídas a eles dentro dos grupos que integravam (REIS, 2003), para melhor interpretar as teias de relacionamentos nas quais a demarcação se desenvolveu e se organizou.

Até então é conveniente afirmar que muitas realidades sociais distintas conviveram em constante negociação no decurso do processo de demarcação. Então, para efeito de análise inicial, é melhor abandonarmos de imediato a ideia de exatidões fronteiriças como linhas demarcadas rapidamente no chão, pois o cruzamento das fontes evidenciou discursos, não como absolutos ou deterministas (ALMEIDA, 2000), mas algo mais fluido no que diz respeito aos lugares dos indígenas mencionados na narrativa dentro do trabalho de demarcação. Sendo assim, percebemos estes sujeitos indígenas participantes ativos e diretos (ALMEIDA, 2003), em menor ou maior grau, na tomada de decisões dentro da cronologia e dos fatos estabelecidos nesta primeira hora de trabalhos demarcatórios de 1777. Em um cenário completamente multifacetado em meio às constantes tentativas de entendimento e reajustes sociais de acordo, como o que era apresentado pelas andanças e paradas na demarcação de limites.

Esta perspectiva analítica dos espaços fronteiriços na fonte colocam-na bem longe do ideal do tratado. Mesmo com ele em marcha, os indígenas não eram necessários apenas como guias ou como cargueiros humanos, mas também para desbravar o tratado escrito por quem desconhecia a região e seus locais mais específicos, cruciais para tudo e, não à toa, por exigência do próprio tratado e do desatar dos nós em campo, Cabrer registra os nomes dos locais como eram conhecidos pelos indígenas onde pôde fazê-lo. As junções das suas experiências em campo foram se aglutinando, se misturando de várias formas aos papéis e práticas ibéricas, dando outro sentido à fronteira buscada, evidenciando uma pluralidade de deslocamentos e de pessoas que o tratado não considerava de todo neste primeiro momento da demarcação como parte de suas políticas, mas que de alguma maneira tentou controlar, como no caso dos bandidos do campo e das atividades comerciais na região, como se vê nos artigos iniciais do tratado de limites – e de forma mais desesperada nas correspondências entre as realidades político-administrativas locais, que pouco podiam fazer diante de tamanho vastidão e despreparo. Para interpretar um pouco mais esta complexa situação fronteiriça é necessário

analisar alguns pontos relativos à criação de outra fronteira, uma neutra, colocada como limite irregular entre as posses das coroas ibéricas pelos demarcadores, como estipulado no artigo 5º do tratado de Santo Ildefonso.

[...] Conforme ao estipulado nos Artigos antecedentes, fica estipulado entre os domínios de uma e de outra coroa as **Lagunas de Merín** (Lagoa Mirim) e da **Manguera** (Lagoa Mangueira), e as léguas de terra que mediam entre elas e a costa do mar; sem que nenhuma das duas Nações as ocupe, servindo somente de separação, de sorte que nem os espanhóis passem ao Arroyo de Chuy e de San Miguel em direção a parte setentrional nem os portugueses ao Arroyo do Tahin linha reta do mar, direção à parte meridional¹³⁵.

Uma imensa faixa de terra, fiscalizada por uns poucos dragões e um cabo que, além de informar os movimentos das partidas demarcadoras a seus respectivos chefes militares, deveriam residir com suas famílias na região¹³⁶, não pareciam um grande desafio ao contrabando, as grandes distâncias e o ir e vir por ali. Observem, a fronteira é criada, mas não se faz muito para garantir a efetividade da aplicação do artigo na prática, sendo necessário um reforço deste mesmo artigo 5º pelo artigo 6º que impediu, nos termos estabelecidos, que erguessem-se edificações nessa dentro desta fronteira porosa:

A semelhança do estabelecido no artigo antecedente, que dará também reservado no restante da linha divisória, tanto até a entrada no **Uruguay del Rio Pepiryguazù**, quanto no progresso que se especificará nos seguintes artigos, em espaço suficiente entre os Limites de ambas Nações, ainda que não seja de igual largura a das citadas Lagoas, na **qual não podem edificar-se populações por nenhuma das duas partes, nem construir fortalezas, Guardas, ou Postos de tropas**, de modo que os tais espaços sejam neutrais, colocando em montes e sinais seguros que façam constar aos vassallos de cada Nação o sitio de onde não deverão passar; a cujo fim se buscarão os Lagos e Rios que podem servir de Limite fixo e indelével, e em seu defeito, **as partes altas do montes** mas assinalados, ficando estes e seus (?) por termo neutral divisório, em que não se possa entrar, povoar, edificar, nem fortificar por alguma das duas Nações¹³⁷.

De acordo com o texto, o estipulado entre os domínios das coroas teve como marcos principais fronteiros as Lagunas de Merín (Lagoa Mirim)¹³⁸ e da Manguera (Lagoa Mangueira), e as léguas de terra que mediam entre elas e a costa do mar, não devendo

¹³⁵ CABRER, 1783-1801. Tomo I. p. 019. Grifo meu.

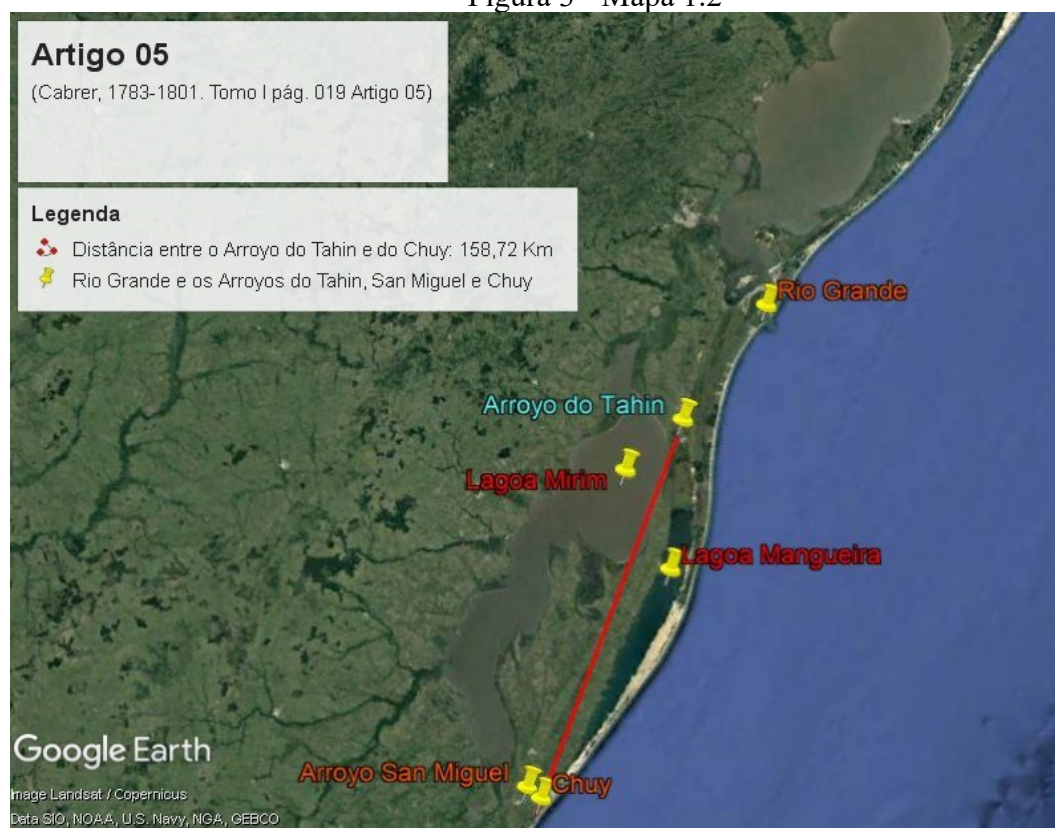
¹³⁶ CABRER, 1783-1801. Tomo I. p. 544.

¹³⁷ CABRER, 1783-1801. Tomo I. p. 020. Tradução nossa. Grifo meu.

¹³⁸ Entrada en la Laguna de Merin - El 25 entraron en el Laguna de Merin, ò Mini, estavos mini en el Ydioma de los Guaranies quiere decir pequeño mas no o ès esta Laguna solo podemos discurrir que pusieron èste nombre para distinguirla de la de los Patos (...) El 26 hicieron alto en Arroyo Tahin, donde se hallaban situados los Campamentos de los dos Primeros Comisarios, y remplazaron los viveres y recibieron algunos etencilios, cuya falta se habia hechado de ver: todo el trabajo bencido hasta el dia, con el de los Portugueses, y hallda de todo conforme, nos lo entregaron à los Yngenieros y lo tranferimos al Plano general. CABRER, 1783-1801. Tomo I. p. 275.

nenhuma das duas Nações ocupar irregularmente a área neutra. Contudo, quando convertidas as distâncias em quilômetros, tanto a lagoa Mirim¹³⁹ quanto a lagoa Mangueira¹⁴⁰ se constituem como marcos naturais de considerável dimensão, além de termos que considerar o interior. O mesmo vale para os limites estabelecidos para portugueses e para espanhóis do Arroyo Chuy até o Arroyo do Tahin, medindo de um ponto a outro, aproximadamente 158,72 Km de comprimento.

Figura 3 - Mapa 1.2



Uma fronteira tão grande assim, tecnicamente vazia¹⁴¹, não estava isenta de seus problemas. Como exposto acima, imensidão territorial e defesas ali colocadas estavam muito

¹³⁹ KUNZ, Jaciel Gustavo; CASTROGIOVANI, Antonio Carlos. Lagoa Mirim (Brasil/Uruguai): três versões turísticas de uma paisagem. *Revista Latino Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 6, n. 4, p. 1-24, março de 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.23899/relacult.v6i4.1735>>. Acesso em 03/02/2020.

¹⁴⁰ FERREIRA, Helen Patricia Lima. *Varição dos níveis de base do Sistema Laguna Barreira nas adjacências da Laguna Mirim*. 2009. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geociências). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/17405>>.

¹⁴¹ AZARA, Félix de. Correspondencia oficial e inédita sobre la demarcación de límites entre el Paraguay y el Brasil. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1836. Localização: 72, 6, 15A. Marcada así esta línea hasta el río Paraguay, vi que, según el artículo 6.º del mismo tratado, debía señalarse otra para los portugueses, dejando competente espacio neutral entre ambas. Y como los bárbaros Mbayás posean las tierras entre dicha serranía y el río Paraguay, que desde dichos pueblos se extienden al norte como 30 ó 40 leguas [...] Asumpción, 12 de abril de 1784

esparsas e eram poucas até, fora problemas como a deserção destes poucos soldados¹⁴², que eram parte de um modo de vida na região, raramente punidos por isso, outras práticas se chocavam com a tentativa de uma implementação do tratado de limites como se objetivava, pois as fronteiras ibéricas tentavam se fazer sobre e através de espaço que não estava vazio como se pressupunha, e se constituiu à parte do conceito de fronteira exposto no tratado de limites.

Ou seja: a fronteira nestas imensas faixas de terra eram plurais, constituídas por uma vivência e interações sociais para além do reconhecimento de limitações impostas ao trânsito das pessoas e de suas práticas comerciais e jurídicas (OSÓRIO, 2017). Osório ainda aponta alguns dados mais relevantes sobre a construção e percepção deste cenário de fronteiras. Um deles é que a configuração básica dos espaços coloniais era, pois, determinada por interesses externos, situados no espaço metropolitano. Complementares a este, os espaços coloniais guardavam especificidades, e suas estruturas internas possuíam uma lógica que não se reduzia a essa vinculação externa (OSÓRIO, 2017, p. 34).

A fronteira, nesse caso, é consequência do processo de apropriação da terra pelos europeus, o que explica, em contrapartida, a diminuição dos territórios indígenas que até denominam de “recuo da fronteira indígena”, de acordo com Osório (2017, p. 32). O que ajuda a entender essa dinâmica junto a ideia da construção do espaço como construção humana em sua relação com a natureza, elaborado de acordo com as distintas relações humanas com a natureza, num processo de mútuas transformações (OSÓRIO, 2017, p. 29).

Temos, então, um bom indício de como eram movimentadas aquelas terras perto, especialmente, da Lagoa Mirim – ponte de encontro, entrada e saída de produtos variados na região, nem todos eles lícitos, é bom lembrar. O que criava um problema para a fiscalização fraca da região, mas revelava outras formas de organização e arranjos sociais, perpassando as oficialidades e os acordos firmados longe dali. Pois, é bom lembrar, que além da vastidão dos campos e das demais distâncias, havia ainda outras distâncias a serem superadas para a aplicação e os conhecimentos das leis ibéricas ali: a comunicação, que não era imediata e, mesmo quando chegava, lembremos, ainda existiam os desdobramentos locais e seus ajustes sociais para que se aplicasse essa lei ou para que não. Basta-nos lembrar do caso Rafael Pinto Bandeira¹⁴³ e as cartas sobre ele por meio da administração portuguesa (GIL, 2007; 2019).

¹⁴² En casi todos Arroyos hai establecidas diferentes Puestos, ò Guardias, de Dragones con quatro ó cinco de éstos, ò ya de las Milicias montados del Paiz; estos cuidan de evitar el contrabando, el robo de Gando, la desercion de las tropas, y huida de los Reos y demas gente vaga, ó facinerosa que camine sin las devidas licencias. CABRER, 1783-1801. Tomo II. p. 192.

¹⁴³ O “monstro” da lagoa Mirim: Rafael Pinto Bandeira. GIL, 2007. P. 82.

Nesse sentido, não podemos perder de vista que quem nos informa que o território está vazio de alguma forma é a fonte colonial administrativa ibérica. Também não podemos nos desviar do fato de que os mapas, antes de assumirem sua forma final, são apenas ideias antes de tudo (FURTADO, 2012, p. 506), planos de implementação sobre algo ou alguma coisa, mas que aqui ajudam-nos a entender, junto com outras fontes utilizadas em cruzamento, muito das variadas dinâmicas sociais encobertas pelo tratado de limites. Aceitar esse argumento dentro deste texto é necessário tendo em vista o que foi apresentado até aqui e o reforço ibérico na ideia, oportuna em benefício próprio, de que as terras a serem demarcadas eram desertos em larga medida, uma ideia que persegue os indígenas pela América do sul¹⁴⁴ e que também os perseguiu, por assim dizer, neste contexto demarcatório fronteiriço na segunda metade do séc. XVIII, quando da tentativa de imposição de uma agenda política que acompanha esse ideal, o que no caso de Cabrer fica registrado em seu diário, nas linhas em que tratou dos acordos que orientam a agenda política implementada em relação aos índios no melhor modo de tratá-los por vezes, para se obter o que quer no processo político ibérico, sem levar em conta os indígenas retratados sob uma ótica, como vimos, conceitual alheia.

2.9 INDÍGENAS, PARTE DA DEMARCAÇÃO DE 1777

Como visto até aqui, entendemos que as espacialidades e territorialidades autóctones, fronteiras e indígenas, neste contexto de fins do séc. XVIII, teve distintos significados, o que nos coloca diante de não podermos mais ignorar ideias que apontem os lugares a serem demarcados como desertos e vazios na demarcação de limites de 1777, sem analisar o todo envolvido nisso.

Em virtude das análises dos lugares indígenas neste processo demarcatório, podemos afirmar que os nativos eram sim uma parte integrante da demarcação de 1777 para além das

¹⁴⁴ POMPEU, Ana Carolina Gutierrez. **A construção da Patagônia argentina**. 2012. 180 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2012; POMPEU, Ana Carolina Gutierrez. **Conquistar o deserto: resistência indígena e violência na fronteira do Pampa e da Patagônia (1850-1885)**. 2018. 219 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2018; POMPEU, Ana Carolina Gutierrez. A Campanha do Deserto e os desafios da civilização: o problema do índio na Patagônia e a configuração do Estado-Nação. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo, v. 1, 2011; PASSETTI, G. **Índigenas e criollos: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885)**. São Paulo: Alameda, 2012; S. ZEBALLOS, Estanislao. **La Conquista de Quinze Mil Leguas: Estudio sobre la traslación de la frontera sur de la república al Rio Negro**. Buenos Aires: Hechertte, 1986; SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo: civilizacion y barbarie**. New York: Doubleday & Company, 1961; SHUMWAY, Nicolas. **A invenção da Argentina**. São Paulo: EdUSP; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008; MEDEIROS, Ricardo Pinto de. A política pombalina e o encobrimento da diversidade étnica dos povos indígenas do Nordeste. In: **Caderno de Resumos do XXI Simpósio Nacional da ANPUH**. Niterói, v. 1, p. 191, 2001.

destacadas aparições no diário de Cabrer, pois suas impressões foram marcadas no resultado dos trabalhos, nada para além da força de trabalho e demais empregos pontuais de “índios” em funções exploratórias. Mas, ao ler o diário em conjunto com outras fontes como outros diários e algumas correspondências, entendemos que foram muitas as formas de ação que envolveram, além da diplomacia, o abastecimento e deslocamento das partidas em campo graças às várias identidades étnicas presentes na região. Ou seja, tudo isso dependeu em larga medida dos indígenas. Mesmo aqueles que não estavam reduzidos e viviam suas territorialidades, ou principalmente esses, dado o trânsito que tiveram.

Ao interpretar esses fatos, levamos em conta, principalmente, estes elementos apresentados por Cabrer em relação aos indígenas e suas marcas, tanto no mapa quanto nos detalhes do tratado. Não o fazer colocaria os indígenas em posição de invisibilidade, sumindo no processo como um todo, mesmo com os argumentos ora apresentados, analisados e fundamentados, que uma parcela de seus conhecimentos de campo e línguas foi diretamente necessário no trabalho.

Assim sendo, é de fato curioso perceber que Cabrer não tem como esconder os indígenas em meio aos trabalhos, pois eles são extremamente necessários em tudo, até mesmo para interpretar o que os ibéricos escreveram em seu tratado. O que fez, de certa forma, com que fosse se imprimindo nesse processo um pouco das etnias do encontro no desenho do mapa e em seus contornos, como notamos quando olhamos mais de perto nos mapas apresentados. Logo, dentro da demarcação, o que foi se desenhando pode sim ser entendido como algo produzido por interações sociais e não por um acordo distante da realidade prática do dia a dia local. A fronteira não é um lugar ainda, mas uma ideia, mesmo quando estão em marcha produzindo-a.

Ao cruzar com outras realidades indígenas, por exemplo, a fronteira que se desenhava entre os domínios ibéricos esbarra noutras territorialidades e assim sucessivamente na forma como as percebemos, não só pela documentação oficial do tratado, mas pelas trocas de ofícios de parte a parte, que englobam as discussões sobre o que se fazia em campo e como faziam. A cada parada para contestação de algum item do artigo ou de sua interpretação a ideia de uma fronteira exclusivamente regida por árbitros das Coroas ibéricas ia ficando mais diluída. Em certa medida essa diluição se encontra expressa pelas tentativas de acabar com a circulação de bens e pessoas na região e em como se observou no diário de Cabrer e demais demarcadores a não posse da terra que estavam tentando demarcar de várias maneiras.

Dentro deste entendimento fronteiro de almejadas características de neutralidade como um local que dava aos ladrões e outros foras da lei de toda a natureza um bom local

para fugas, já que não fazia, oficialmente, parte da jurisdição de nenhuma das coroas, uma faixa de terra era, administrativamente, caótica: uma terra de ninguém, como acreditavam os recém chegados ibéricos ou a serviços destes, de quilômetros não patrulhados efetivamente, sendo poucos os postos ou fortes de controle. Exemplo disso, Cabrer registrou ser a intenção dos espanhóis delimitar o território, manter a paz e exterminar o contrabando, uma recorrente prática na região, junto ao roubo de gado e outros crimes (HAMEISTER, 2002; DÁVILLA; AZPIROZ, 2015). Pois, como se registrou: “[...] um grande número de moradores do outro lado do Sangradouro de Merim [...] tem feito hábito dos contrabandos, de sorte que ou os exercitam ou dão asilo em suas fazendas aos ladrões do campo e vagabundos que o fazem”¹⁴⁵.

De acordo com Elisa Garcia (2007), este é um mosaico de entendimentos espaciais e conceituais para alguns, e para outros não. Fica estabelecido que não é possível entender essa mistura como uma fronteira apenas, mas como a prática simultânea delas e de suas possibilidades relacionais na região da fronteira sul da América. Espaço marcado pelos encontros e desencontros das pessoas que transitavam no território, interagindo de forma interseccional como se registrou ao longo da demarcação por meio dos contatos entre estas vivências de mundo que foram se relacionando ao longo do tempo (PRATT, 1999).

Essa observação e o modo como Cabrer retratou o transitar e a mistura das muitas realidades ali presentes não são suficientes para enxergar um projeto de fronteira única de sucesso sobre as outras realidades cujas parcialidades estavam se fazendo naquele espaço e, aqui destaco, parcialidades indígenas também, como acréscimo. Algo que constantemente é esquecido em virtude da apresentação desse projeto de fronteira tripla, mais direta e belicosa.

Ao contrário disso, esta fronteira porosa e permeável foi o cenário de uma dinâmica social que questionava os postulados de segregação e controle que tinham tentado impor as autoridades imperiais, não as locais, desde os primeiros tempos de colonização, e que trataram de reforçar durante o séc. XVIII (ORTELLI, 2014). Portanto, a circulação de populações entre espaços sociais e geográficos controlados ou não controlados pelo Estado colonial girava mais em torno do que Helen Osório (2007, p. 356), chamou de um *continuum territorial* ao lidar com o entendimento das questões espaciais na região coberta pelo tratado de limites.

Em seus estudos doutorais esta pesquisadora abriu grande discussão sobre o conceito de fronteira, segundo ela, não devemos compreender a fronteira de maneira absoluta,¹⁴⁶ mas

¹⁴⁵ Governador interino ao Vice-rei, Rio Grande, 27/07/1787. ANRJ, cód. 104, vol. 9, fl. 200, apud: OSÓRIO, 2007, p.64

¹⁴⁶ A autora caracterizou a fronteira hispano-portuguesa, desenvolvida no séc. XVII, de forma dinâmica, mas caracterizou-a de forma imprecisa, móvel, provisória e permeável, a partir de alguns fatos característicos de sua existência, como a deserção de exércitos, o contrabando de gado e a apropriação de terras. Destacou as intensas

em conjunto com a circulação de pessoas e bens em distintos territórios pertencentes a diferentes impérios coloniais, com instituições e ordenamentos jurídicos próprios. Essas categorias fronteiriças ibéricas novas, como uma zona de exclusão ou campos neutrais, não impediram que a organização espacial da produção fosse diferente, por exemplo. Logo, em seu texto, tal qual em minhas fontes, temos um *continuum*¹⁴⁷ territorial¹⁴⁸ construído pelas interações de pessoas, várias fronteiras multifacetadas heterogêneas. Outra contribuição que seus escritos trazem à construção narrativa é o uso que a autora faz das fontes relativas às correspondências por mim enumeradas¹⁴⁹ e seu debate e inserção historiográfica, dentro e fora do Brasil, alertando-nos para as interpretações sobre a sociedade colonial que remetem a uma sociedade muito mais complexa e conflituosa em termo de diversidade, mesmo dentro de binômios tradicionais já cristalizados pela historiografia, como estancieiro-peão, bem como da presença indígena em alguma medida na região analisada (VOLLWEILER, 2017).

Mesmo que esse não seja o objeto central de sua investigação, Osório nos coloca um ponto muito interessante. Em dado momento, ao nos explicar a formação do espaço platino, a partir do séc. XVI, nos informa que os indígenas eram um pouco desorganizados em relação à sua vivência na faixa litorânea do que hoje é parte da Argentina, perto de Buenos Aires. O dado importante que se extrai de sua afirmação é que, bom, os indígenas existiam de algum modo. Mesmo que eu não concorde com os argumentos apresentados pela autora sobre tal desorganização, porque ela não os apresenta.

Não é o foco de seu trabalho discutir uma territorialidade indígena ou mesmo uma forma dela, como é sabido. Contudo, com base nos argumentos apresentados pela autora no seu trabalho, que sua afirmação tenha se dado mediante uma comparação a uma organização mais voltada aos modos ibéricos de se organizar, aquilo que se pressupõe chamar de organização em seu trabalho é algo mais voltado ao plano cartesiano de fixação a terra, não implicando que os indígenas tivessem uma desorganização, no sentido atribuído por Helen Osório. Implica dizer que sua forma de se organizar socialmente, não foi perceptível ou mesmo que não tenha chegado de alguma forma até nós. Então, a conclusão aqui é de que estes indígenas que abordou em sua redação estavam desorganizados quando comparados aos outros, comparando-os tendo como parâmetro as categorias ibéricas, onde desapareciam suas

trocas mercadorias e a circulação de pessoas, que ocorriam à revelia das autoridades (como também registram outros textos e como se verá no diário do José Maria Cabrer ao retratar a região e do contrabando).

¹⁴⁷ OSÓRIO, Helen. O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Livraria da UFRGS, 2007. p. 39; 40.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 39. Desde Buenos Aires e seu hinterland à Banda Oriental do rio Uruguai (atual Uruguai) até o atual Rio Grande do Sul

¹⁴⁹ A saber: AN, RJ, cód. 104, v. 7, fl. 186. Governador interino ao Vice Rei, Rio Grande, 27.07.1787. AN, RJ, cód. 104, v9, fl. 200.

vivências e afluíam as características sociais coloniais desejadas e assinaladas pelas fontes, onde os indígenas eram “errantes”. No entanto e, mesmo que o fossem, as incertezas do cenário devem levar em conta sua grande presença e ação como um fator importante para o andamento dos trabalhos na tentativa de demarcação, já que estes trabalhos eram lentos e dependiam de constante colaboração no seu fazer, sendo indispensáveis os indígenas para sua realização.

Es presiso conocer el caracter del Yndio, para tener los seguros que no se vayan, y se hace de ellos lo que se quiere: no se les debe tratar con malas palabras ni apresarlos; y de èste modo hacen mas de lo que puede pensar; y aman al que los manda¹⁵⁰.

Cabrer registrou os modos de como lidar com o “índio”, numa nota de rodapé da mesma página. Logo evidenciou que sem eles os trabalhos por vezes não andavam e que em dadas condições extremadas as coisas tendiam a fugir do controle devido a fatores diversos detalhados, tais como a falta de alimentos e as longas caminhadas – os índios indiferentes, apáticos e afetos aos portugueses e sufocados com os maus tratos dos administradores. Todas atividades e experiências se desenvolveram em meio a uma tentativa de definição de fronteira que se arrastava a muitos anos pelas posses ibéricas na América do Sul.

Era preciso reconhecer o caráter do índio, como colocado pelo autor, numa tentativa para dele melhor se obter algo, demonstrando a sua importância no cenário, o que está perfeitamente alinhado com o fato de serem os elementos geográficos notáveis na paisagem natural – rios, lagos e montanhas, a serem pontos fundamentais para acabar com as dúvidas anteriores dos demarcadores. Algo profundamente conhecido pelas etnias da região e suas territorialidades e bem distinto das inúmeras incertezas registradas por Cabrer no diário.

Essas práticas territoriais se exerciam ali (RIBEIRO, 2017), obrigando os demarcadores a lidar com um conjunto de práticas sazonais de algumas sociedades indígenas ou mesmo dos deslocamentos por entre os corredores e pelos arquipélagos que outras etnias que guiavam os demarcadores tinham como prática territorial (ERBIG, 2015). Sendo assim, para interpretar estes espaços de interação e explicá-los na construção do discurso relacional entre as partes envolvidas na demarcação, é importante não levar em conta apenas questões factuais, marcações geográficas europeias e conceitos generalizantes atribuídos outrora aos nativos. Muitos destes status indígenas eram plurais a depender da situação (GRUZINSKI, 2003), o que não implica interpretar que os indígenas não foram parte significativa da

¹⁵⁰ CABRER, 1783-1801. Tomo I. p. 309.

demarcação, principalmente quando analisamos as vastidões territoriais e as práticas sociais nelas.

Como abordado, os nativos fizeram parte de uma porosidade fronteiriça que ofereceu, em primeiro momento, aos que sabiam manusear estes espaços, a possibilidade de exercer certa autonomia por tempo determinado e, aos ladrões de gado que usaram deste recurso para se livrar de suas prisões ou para fugir com seu contrabando desde pelo menos o ano de 1760 (GIL, 2007b). É importante ressaltar que o mesmo espaço maleável era compartilhado pelas investidas estatais, ladrões, estancieiros e indígenas¹⁵¹. O dinamismo relacional destas partes acaba por expor estes personagens como operantes nas margens e nas entrelinhas das possibilidades dos acordos costurados e relações transimperial e transnacional (PRADO, 2015), se movimentando com maior ou menor grau de autonomia dentro do jogo de interesses das coroas ibéricas (PRATT, 1999) num cenário de mobilidades lentas no ir e vir e de algumas incertezas também.

Cabrer em seu diário, retratando um pouco da incerteza desta vasta região, numa capitulação, descreve que o *caudillo* Maneco, homem sanguinário de perversas intenções e sedento dos bens alheios, saqueou todo um acampamento militar a mando de outro influente nome da região, uma prática comum a quem não tomava os devidos cuidados, segundo o autor¹⁵². Ao retratar tal episódio o autor nos deu um pouco do retrato do trânsito nestas terras, algo longe do ideal estabelecido nos papéis.

No entanto, as coroas não aceitaram isso de bom grado, pelo menos não na parte que consta no diário de Cabrer, e tentaram de algum modo frear esse cenário de crimes, apelando a quem fosse de direito em ambos os lados das fronteiras (portuguesa e espanhola), para ajudar nas punições a quem transgredisse a fronteira e a lei.

[...] El mismo castigo padecerán los que intentaren poblar; aprovechar, ò entrar en la faxa, linea, ò expacio de **teritório que se debaser neutro entre os limites** de ambas **Naciones**, e asi para èsto, como para que en dicho expacio por toda la **Frôntera se evite el asilo de Ladrones**, ò Acesinos, los Gobernadores fronterisos tomaran, tomaran tambien de comomun acuerdo, las porvidencias necesarias, concondando el miedo? de aprehenderlos y de extinguirlos com imponerles servicios castigos [...] ¹⁵³.

Este artigo nos traz um raro exemplo do emprego simultâneo dos termos limite e fronteira. Como visto aqui, estes termos obedecem neste cenário às suas próprias razões e

¹⁵¹ SALDANHA, José de. Dr. José de Saldanha. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 51, p 136-302, 1938

¹⁵² CABRER, 1783-1801. Tomo II. p. 329.

¹⁵³ CABRER, 1783-1801. Tomo I. p. 031-032. Grifo meu.

lógicas de aplicação e, ao que se pode notar, seu emprego aqui também não é por acaso. Visto que, a neutralidade é tratada com limite, num tom mais amigável, e a fronteira está marcada junto à punição e transgressão. Não à toa cada termo é importante de ser desnaturalizado. O que demonstra que não há como escrever uma única história da formação da fronteira na região sul da América. De acordo com Antonio Myskiw: “São tantas as histórias e versões de fatos históricos que mil páginas sequer dariam para discorrer acerca de um século de História de sua formação” (MYSKIW, 2015, p. 43).

Assim, como parte dessa tortuosa demarcação, os indígenas da expedição estiveram de forma integral nela. Compuseram todos esses espaços porosos com sua ativa participação, colaboração, lutas e empréstimos de conhecimentos, como consta no diário de Cabrer, para o andamento dos trabalhos de demarcação. Num lugar com práticas sociais que destoavam das do Antigo Regime, de modo geral, e de leituras próprias dos espaços onde eram guias, como parte de um tratado do qual não eram signatários diretos, mas que em muito dependeu de suas mãos e conhecimentos. Estes últimos observáveis dentro dos termos do tratado, na nomenclatura dos lugares e rios e na tradução dos signos da paisagem para as partidas. Visto isso, podemos avaliar uma história não só da fronteira sul e dos limites, mas também uma que leve em conta as diversas formas de agir indígena em conjunto com suas territorialidades e conhecimentos nesta empreitada demarcatória, que lhe é muito devedora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi saber quais os lugares indígenas dentro da demarcação de limites. Tendo chegado até aqui, é seguro dizer que eles existiram e eram muitos. Exerceram muitas funções sem as quais a demarcação, se não impossível, tornar-se-ia pelo menos mais difícil. Então, feita essa parte, nos coloquemos alguns questionamentos, pois de acordo com as minhas análises não foi difícil encontrá-los, mas sim enxergá-los fora de um padrão etnocêntrico já estabelecido, que em muito os excluiu da produção historiográfica.

No caso desta pesquisa, a fonte não foi um fator limitante para a realização deste trabalho, embora tenha suas características selecionáveis e interesses refletidos aos moldes de quem a produziu. Ou seja, os indígenas estavam lá, encobertos por conceitos ibéricos ou mesmo mencionados diretamente na fonte, mas estavam de alguma forma. Desde a análise do tratado de limites eles estavam lá, como vimos, atuando em diversas áreas e funções dentro da demarcação de limites de 1777, relacionando-se com outras pessoas em benefício próprio, pois em grande parte estavam em terras suas. O que nos leva ao ponto de início desta pesquisa

e a alguns questionamentos sobre a invisibilidade indígena na segunda metade do séc. XVIII: cadê os indígenas em meio a isso tudo? Parece redundante, mas ao olharmos só para a fonte, de forma objetiva, ela nos dá a demarcação e as Coroas ibéricas e, a depender do caso, a história dos grandes homens e impérios, mas sem uma presença indígena atuante. As populações originárias estão parcamente representadas, geralmente constam em notas de pé de página. Esta informação já é reveladora da percepção e do lugar que os demarcadores prescrevem aos habitantes nativos.

Logo, resgato aqui que esta pesquisa teve início com um questionamento: onde estavam os indígenas durante a demarcação de limites de 1777? Num primeiro momento, lendo as fontes, pareciam desaparecidos ali, na segunda metade do século XVIII. Era quase “normal” que fosse assim, pois a fonte, diário de José Maria Cabrer, é um fruto da burocracia estatal espanhola, portanto um documento da Coroa espanhola, selecionado por seus funcionários e validando seus interesses. No entanto, com o avançar da leitura das fontes e cruzando-as com outras mais, em conjunto com a interdisciplinaridade e auxílio de outras disciplinas das ciências humanas, as incongruências apareceram – e os indígenas também, aos poucos, se fizeram ver na fonte, mas não de forma direta. De forma direta eles se perderam na burocracia, na duração e na magnitude do grande evento. Então encontrá-los requereu estratégias distintas e principalmente olhar de perto e de longe para cada situação na qual fossem mencionados, inclusive intersubjetivamente. O desafio foi conferir consistência e inteligibilidade às suas ações e participação nesses episódios demarcatórios.

É no mínimo curioso que os indígenas estivessem ali e não conseguíssemos enxergá-los, mesmo com sua importância para os trabalhos. Mas esta não é exatamente uma novidade, visto que muitas de suas práticas sociais se invisibilizaram pela falta de identificação, para além da de documentos deixados diretamente por eles. Para que tenhamos uma noção de como interagimos com conhecimentos indígenas e não os vemos, temos um bom exemplo nas palavras de John Monteiro:

O paulistano de hoje ele anda pela cidade falando Tupi o tempo todo. Ele vai de *Anhangabaú* a *Jaçanã* [...] Todos os nomes dos lugares, muitas das expressões são oriundas do Tupi. Mas o paulistano não sente nenhuma afinidade, nenhuma proximidade com esse passado indígena que foi tão importante para a composição da sociedade e da cultura daquela região¹⁵⁴.

¹⁵⁴ FONTES, A. Entradas e Bandeiras - Sertão da Capitania de São Vicente, 1690: **Histórias do Brasil**. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cUwovcFpcTg&list=PLNslIkzi_50CMAon5bjNWdgv_CVR75BaE>. Acesso em 23 out. 2020.

Se assim o é, então: onde estão os indígenas? Cadê suas representações e história? Ao chamar a atenção para estes termos do dia a dia do paulistano do séc. XX, o autor trata ao mesmo tempo as incongruências notadas diante da situação que narra, mediante a força dos termos indígenas e seus usos, mas sem que se tenha uma identificação entre os termos e os indígenas do passado, praticado pela população paulista, sem que essa se reconheça como herdeira dos grupos indígenas que tanto lhe deixaram.

Tomando como parâmetro esse questionamento do autor, voltamos os olhos para a situação dos indígenas apresentados e analisados nesta pesquisa, porque talvez esse não seja mais um problema da história dos índios e sim historiográfico, dado que é possível acessar o passado indígena de algumas formas. Se a historiografia aí está e sabemos tão pouco sobre os nativos indígenas, não estaríamos nós fazendo as perguntas erradas para encontrá-los na história? E, da mesma forma, utilizando as ferramentas erradas para tal? Se valorizarmos apenas o que pudermos olhar à primeira vista, como o grande acontecimento descontextualizado de todo, sim, nós estamos avaliando as ações e marcas indígenas na história como quem avalia um peixe por sua capacidade de subir em árvores, e assim os indígenas serão sempre contribuintes de uma história que deles só tem debitado.

Se repararmos bem, desde meados do séc. XIX a historiografia trabalha com ferramentas que desconsideram uma visibilidade indígena em benefício de outras formas de composição populacional ou atrativos sociais para a construção, no caso, da população brasileira que se constitui depois das linhas do território¹⁵⁵. Olhando para o caráter regional de parte do território disputado pelas Coroas ibéricas no séc. XVIII, de mesmo modo se deu essa relação de construção historiográfica, onde os indígenas até aparecem, mas de forma quase irrelevante a exemplo de como foram retratados por Guilhermino Cesar, onde o anacronismo esteve atrelado a uma análise parcial da história em favor de outros povos, neste caso especificamente o lusitano. No entanto, os indígenas continuaram nas fontes de alguma forma com traços de sua presença e de sua atual existência, é claro, dadas as devidas ressalvas, como vimos na parte dois desta pesquisa, por meio dos topônimos e empréstimo de conhecimentos de navegação às expedições demarcadoras.

Isso foi importante e, por certo, assim foi firmado o acordo demarcatório, colocando estes marcos naturais em primeiro plano no tratado, ainda que os demarcadores não

¹⁵⁵ Ver: PEIXOTO, R. Enformando a Nação: a construção do espaço nacional no projeto historiográfico do IHGB e seu exame por meio do estudo cartográfico. In: PEIXOTO, R. **Cartografias imaginárias: estudos sobre a construção do espaço nacional e a relação História & Espaço**. Natal: EDUFERN, 2011, p. 11-48; GUIMARAES, M. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27, 1988.

dominassem o território por completo, inclusive nomes e direções, tendo dependido de guias indígenas que apareceram em momentos cruciais e nos momentos menos pontuais nas canoas ou carregando mercadorias ou víveres. Como visto anteriormente, na sua função de conhecedores das direções, não só pela prática, mas pela linguagem empregada, os saberes indígenas eram essenciais para o sucesso da empreitada, algo que a todo o momento se registrou na fonte. Logo, é necessário dialogar e valorizar os saberes indígenas, e não apenas com os conceitos de escolas eurocentristas. Estes saberes estão expressos na fonte na forma dos nomes dos locais, rios e diálogos entre os indígenas e os demarcadores.

Não quero marcar esta correlação como uma contraposição de melhores meios para medição territorial que se expressou na demarcação, mas sim a junção de conhecimentos que possibilitou, inclusive, o início dos trabalhos. Dessa forma, temos a necessidade de utilizar estas ferramentas para visualizar os lugares dos indígenas nesta empreitada, ao mesmo tempo em que olhamos para os instrumentos de medição: desde teodolitos a satélites naturais foram mencionados como meios para ajudar na campanha espanhola. Ou seja, levar em conta os instrumentos ibéricos em conjunto com a valorização dos conhecimentos nativos do modo como eles se expressam na fonte traz a visibilidade aos indígenas, mostrando suas constantes reelaborações como formas de estratégias sociais nas quais estavam envolvidos (POMPA, 2001; MONTEIRO, 1994).

Essa visibilidade só foi possível a esta pesquisa pela aplicação de uma análise em situação, para melhor trabalhar a abrangência das personagens na construção do discurso (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998) e de análises do discurso ibérico (PRATT, 1999), desmontando o tratado, buscando suas referências e inferências indígenas por meio objetivo, como na parte política antes e durante a execução da demarcação, além de analisar os discursos feitos por Cabrer sobre os indígenas, e forma intersubjetiva (RUSEN, 1996, p. 79), quando mencionados em notas, territórios, pagamentos, equipes e idiomas. Essas ferramentas nos deram alguns frutos.

Em primeiro lugar, saber que os indígenas estavam atuando na demarcação em várias frentes de acordo com os seus interesses também. O segundo ponto foi detectado quando nos demos conta que as práticas territoriais indígenas retratadas no diário de Cabrer eram diversas e as terras não eram conhecidas pelos ibéricos de todo. O terceiro ponto foi estabelecer um trato metodológico mais interseccional (SCHMIDT, 2018) entre as subjetividades e intersubjetividades (RÜSEN, 1996; SARLO, 2007) relacionais da demarcação com seus variados personagens, somadas as práticas dos conhecimentos indígenas emprestados aos trabalhos e os rigores do tratado de limites (FLECK, 2016). Pois bem, aí estão os indígenas,

nas lacunas. Mesmo que não tenham produzido a fonte, temos algumas formas parciais de acessá-los. Isso nos mostrou que nem tudo na história dos índios é completamente incognoscível, ou seja, impossível de ser conhecido, desde que olhemos para sua história de alguma forma.

Logo, a participação indígena nesta empreitada – a demarcação de limites de 1777 – se não explicada de todo por meio do estudo destas fontes, pode ao menos ser melhor interpretada e aproveitada por meio do uso de outras ferramentas e olhares, abrindo espaço a interpretações possíveis dos lugares e conhecimentos indígenas dentro da demarcação de limites e da própria ampliação da prática espacial do território até então.

Por fim, cabe destacar que os indígenas eram relevantes aos trabalhos e às suas próprias causas, mas não escreveram sua história, deixando uma materialidade tal qual documentos de Estado. Tendo neles figurado, como vimos pelas mãos de outrem, retratados em notas de rodapé, inferências e no trato das necessidades alheias. Para começar um processo de visibilidade de sua história, precisamos nos apropriar em cada excerto textual que os tenha retratado, mesmo que tenhamos que desmontar o todo e remontá-lo novamente, mas dessa vez ressignificado com base nas fontes, nas aparições indígenas e nos excertos textuais. Para isso me utilizei de meios intersubjetivos, aumentando a visibilidade indígena com elementos sociais próprios de suas ações, longe das limitações, geralmente, atreladas a uma pesquisa estritamente objetiva (RÜSEN, 1996).

No meu caso, índios exigindo pagamento, índios mencionados no trato das contestações para deles se obter mais e as relações para além da resistência. Para tentarmos responder à pergunta: até que ponto é possível, por exemplo, dizer que este mapa resultante desses trabalhos todos, também é fruto dos inúmeros indígenas que com ele contribuíram? Este é um último questionamento, pois mesmo que não tenham sido signatários dos tratados 1750 até 1801, seus vestígios e contribuições foram registradas de tal forma nestas empreitadas que até os dias de hoje sua presença e conhecimentos são sentidos, observáveis nos nomes de alguns rios até hoje, como marcado nos documentos apresentados. Os mesmos indígenas foram de fundamental importância não só para o andamento dos trabalhos, mas pela sua existência prática. Os indígenas não foram apenas pés, mãos e costas a serviço das coroas. Foram também formadores de alianças para que acessassem o seu território.

Então, ao analisarmos essa temática nos perguntamos para além dos lugares indígenas dentro do tratado de limites de 1777/78, onde estavam os nativos tão explorados nos grandes eventos (1750) até 1801? Eles não desapareceram sem deixar suas marcas, mas foram invisibilizados ao máximo, seja pelas categorias ibéricas ou por políticas dos séculos

subsequentes, em benefício de outros grupos sociais como políticas de Estado. Além disso, nem todos os indígenas deixaram uma materialidade textual que nos chegasse para aprofundar uma análise documental. No entanto, a maioria das pessoas não deixa fontes depositadas em arquivos também. Os indígenas da demarcação também não. Então, voltamos à possibilidade das escolhas e das relevâncias de certos grupos sociais serem mais registrados que outros por uma gama de interesses de séculos de trabalho para deixar os indígenas de lado, configurando um problema historiográfico a ser analisado que para estes, além de maior visibilidade, tenham reconhecidos todos os seus passos dados até então, levando em conta todas as nuances desse percurso – e não só os passos que deram em direção ou em oposição à fronteira ibérica.

LISTA DE FONTES

AZARA, Félix de. *Viajes por la America del Sur de Don Felix de Azara ... desde 1789 hasta 1801: En los cuales se da una descripcion eográfica, política y civil del Paraguay y del Rio de la Plata: la historia del descubrimiento y conquista de dichos paises...*, Montevideo: [s.n.], 1850. Localização na BN:989/A992v3 III-22,6,9

CABRER, José Maria, *Diario de la Segunda Subdivicion Española*. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Itamaraty, 1801.

SALDANHA, José. Diário Resumido e Histórico ou Relação Geográfica das Marchas e Observações Autonômicas, com Algumas Notas sobre a História Natural do País. In: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. LI. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde - Serviço Gráfico, 1938.

ALVEAR, Don Diego de. *Colección de obras y documentos relativos a la Diario de la segunda división de límites al mando de D. Diego de Alvear con la descripción de su viaje desde Buenos-Aires [...]*, Buenos Ayres: Imprenta del Estado, 1837.

OYARVIDE, Andrés de. Diário de demarcação. IN: CALVO, Carlos. *Recueil Historique Complet des traités [...]*. Paris, 1866. Tomos VII e VIII.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Presidência da República, Arquivo Nacional, 2003.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os Índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Aldeias indígenas no Rio de Janeiro colonial: espaços de ressocialização e de reconstrução identitária e cultural. **Fronteiras & Debates**, Macapá, v. 2, n. 1, p. 119–147, jan./jun. 2015.

ALMEIDA, Fernando Ozorio de; NEVES, Eduardo Góes. EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS PARA A ORIGEM DOS TUPI-GUARANI NO LESTE DA AMAZÔNIA. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 499-525, dez.2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493132015000300499&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 jul. 2020.

ALVEAR Y WARD, Sabina de. Historia hispano-americana. Algunas observaciones sobre el manuscrito de Don José María Cabrer. **Boletín de la Real Academia de la Historia**. Tomo 18, Año 1891, 2005. p. 5-19. Disponível em:<<http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmcm90k3>>. Acesso em 25 de março de 2015.

ACRUCHE, H. A fronteira no mundo atlântico: abordagens sobre o rio da Prata colonial. **História, histórias**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 125, 20 out. 2014.

BRITO, E. M.; KRENAK, A. **O eurocentrismo em escombros: a emergência das Histórias e dos saberes indígenas**. 2020. Conferência 2 - Prof. Edson Kayapó, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yobhhNte0GI>>. Acesso em 17 de julho de 2020.

BENEDETTI, Alejandro. “Cuatro conceptos de frontera de gran extensión terrestre, claves en la construcción del pensamiento geográfico de la Argentina”. **Revista TEFROS**, v. 18, nº 2, p. 12–46, 16 de julho de 2020. Disponível em:<<http://www2.hum.unrc.edu.ar/ojs/index.php/tefros/article/view/1041>>. Acesso em 17 de julho de 2020.

BARCELOS, Artur Henrique. Os Jesuítas e a ocupação do espaço platino nos séculos XVII e XVIII. **Revista Complutense de Historia de América**, v. 26, p. 93, 2000. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/RCHA/article/view/RCHA0000110093A>>. Acesso em 17 de julho de 2020.

BARCELOS, Artur Henrique. A Cartografia indígena do Rio da Prata Colonial. In: **X Encontro Estadual de História: o Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional**, 2010, Santa Maria, RS. Pelotas, Editora e Gráfica da Universidade Federal de Pelotas, v. 1. p. 69-70. 2010.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p.27-55. jul./dez., 2015.

BERTOCCHI Morán, Alejandro N. “Andrés de Oyarvide y la carta esférica del Río de la Plata”. **Revista Historia Naval Instituto de Historia y Cultura Naval Armada Española**, 1995.

BETHELL, Leslie. **História da América Latina**. Vol. 1, América latina colonial. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

BOCCARA, Guillaume. **Mundos Nuevos en las Fronteras del Nuevo Mundo: relectura de los procesos coloniales de Etnogénesis, Etnificación y mestizaje en Tiempos de Globalización. Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Paris, 2000. Disponível em: <www.ehess.fr/cerma/revue/debates.htm>. Acesso em 15 de julho de 2020.

BOCCARA, Guillaume. **Colonización, resistencia y mestizaje en las Américas**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2002.

BOCCARA, Guillaume. Fronteras, mestizajes y etnogénesis en las Américas. In: MANDRINI, Raul J. y PAZ, Carlos D. **Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVIII-XIX**. Un estudio comparativo. Tandil/IEHS, 2003. p. 63-93.

BOCCARA, Guillaume. Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas. Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel. **Memoria Americana**, Buenos Aires, n. 13, p. 21-52, 2005.

BRACCO, Diego. **Charruas, guenoas y guaraníes: interacción y destrucción. Indígenas en el Río de la Plata**. Montevideo: Linardi y Risso, 2004.

BRACCO, D.; LOPEZ MAZZ, J. Guenoa minuanos: caciques e território. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 19, n. 4, p. 745-771, 23 dez. 2019. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/10496>>. Acesso em 15 de julho 2020.

BRANDÃO, Renato Pereira. A Companhia, Gusmão e Pombal: do Tratado de Madri à expulsão do Império. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Rio de Janeiro**, IHGB, v. 170 A, n. 443, p. 21–56, 2009.

BURD, Rafael. A consolidação de uma liderança indígena durante a revolta causada pelo Tratado de Madri: o caso de Sepé Tiaraju, entre o confronto e a negociação. **História e Cultura**, v. 3, n. 2, p. 108–128, 2014. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/980/1200>>. Acesso em 28 jun. 2020.

BURD, Rafael. **De alferes a corregedor: a trajetória de Sepé Tiaraju durante a demarcação de limites na América Meridional - 1752/1761**. 2012. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

BURD, Rafael. Proposta de estudo da História Indígena analisando a trajetória de uma liderança: o caso de Sepé Tiaraju. **Mneme Revista de Humanidades**, v. 15, n. 35, p. 69-86, 17 out. 2015. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/7847>>. Acesso em 15 de julho 2020.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **História econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CARDOSO, Ciro.; Ronaldo VAINFAS. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier Editora Ltda, 2012.

CAMARGO, Fernando da Silva. **A pendenga interminável: as demarcações do tratado de Santo Ildefonso**. Anais da XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica Curitiba, 2004.

CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul (Período Colonial)**. Porto Alegre: Editora Globo, 1979.

CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul**. Período Colonial. Porto Alegre, 1970.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CINTRA, J. P. O mapa das cortes e as fronteiras do Brasil. **Bol. Ciênc. Geod.**, Curitiba, v. 18, n. 3, p. 421-445, jul./set. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bcg/v18n3/05.pdf>>. Acesso em 30 de maio 2020

CLAVERO, Bartolomé, **Genocidio y Justicia: La destrucción de las Índias**, ayer y hoy, Madrid: Marcial Pons Historia, 2002.

CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**. Parte I Tomo I (1695-1735). Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1950. 560 páginas

CORTESÃO, Jaime. **O Tratado de Madrid**. Brasília: Senado Federal, 2001, 2 tomos.

CORTESÃO, Jaime; BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Divisão de Obras Raras e Publicações. **Do Tratado de Madri à conquista dos Sete Povos: (1750-1802)**. Rio de Janeiro, RJ, 1969. Disponível em: <<http://acervo.bndigital.bn.br:8080/jspui/handle/123456789/126>>. Acesso em 28 jun. 2020.

CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e Tratado de Madri. In: Biblioteca Nacional e Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro –RJ, v. 1 n. 4, 1950.

COSTA, Kênia Gonçalves; RATTI, Alessandro, J. P. REPRESENTAÇÕES INDÍGENAS NA CARTOGRAFIA COLONIAL KÊDO BRASIL CENTRAL. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 197-212, 2014. Disponível em: <<http://www.okara.ufpb.br>>.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas: e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os Direitos do Índio Ensaio e documentos**. São Paulo (SP): Brasiliense, 1987.

CARVALHO, David da Silva. **Diário do demarcador: uma introdução: a segunda subdivisão de limites espanhola e a narrativa sobre os grupos nativos 1783 -1801**. 2015. 41 f. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

CARVALHO, David da Silva. Novos procedimentos de investigação para a história social: o uso de crônicas para geoprocessamento em história, através da obra de Hans Staden "história verdadeira e descrição de uma terra de selvagens" e do "diário" do demarcador José de Saldanha. Apresentação de trabalho, Brasília. 2013

CUNHA, Lauro Pereira da. **Índios Botocudos - nos Campos de Cima da Serra (RS)**. Porto Alegre: Criação humana / Evangraf, 2017.

CABRER, José Maria, José Varela Y Ulloa, e F. Delamare. “Carta esferica de la Confederacion Argentina y de las Republicas del Uruguay y del Paraguay Que comprende los Reconocimientos practicados por las Primeras y Segundas Subdivisiones españolas y portuguesas del mando de los Señores Don Jose Varela y Ulloa (Comisario Pral. Diror.), Don Diego de Albear, el Teniente General Lucitano Sébastian Xavier da Vega Cabral da Camara, y el Coronel Francisco Juan Roscio, en cumplimiento del Tratado Preliminar de Limites de 11 de octubre de 1777”. **Division 40 du portefeuille 1 QUATER du Service hydrographique de la marine consacrée au Brésil, Paraguay et Uruguay**. Paris: s.n., 1853. Disponível em: < <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53136230g>>

CHAVES, Otávio Ribeiro. América portuguesa: do Tratado de Madri ao Tratado de Santo Ildefonso. **Territórios e Fronteiras**. Cuiabá, v. 7, n. 2, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/oaiart?codigo=4948006>>. Acesso em 23/04/2020.

CHMYZ, Igor; ZULMARA, Sauner. NOTA PRÉVIA SOBRE AS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NO VALE DO RIO PIQUIRI, **Dédalo**, ano IV, n. 13, p. 7-31. 1971. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/299282103_NOTA_PREVIA_SOBRE_AS_PESQUISAS_ARQUEOLOGICAS_NO_VALE_DO_RIO_PIQUIRI>. Acesso em: 03/05/2020.

CRUCES, Hugo Contreras. Los conquistadores y la construcción de la imagen del «indio» en Chile central. In: ESPINOZA, Alejandra Araya; MÁRQUEZ, Jaime Valenzuela. **América colonial. Denominaciones, clasificaciones y identidades**. Santiago: RIL Editores, 2010. p. 49-81

DÁVILA, Adriana; AZPIROZ, Andrés. **Índios, cautivos y renegados en la frontera - Los blandengues y la fundación de Belén, 1800 – 1801**. 1ª ed. Uruguay: Ediciones Cruz del Sur, 2015.

DORNELLES, Soraia Sales; MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva e. “Sobrevoando histórias: sobre índios e historiadores no Brasil e nos Estados Unidos”, **Anos 90**, v. 22, n. 41, p. 173–208. Maio de 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/1983-201X.51319>>. Acesso em 04 de fevereiro de 2020.

ENGE, Tiara Rubia. **KAINGANG INDIGENOUS CULTURE WITH EXPRESSION GEOGRAPHIC OF TERRITORIALITY AND OF THE INDIGENOUS EDUCATION IN CHARRUA-RS**. 2010. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geociências). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/9323>>. Acesso em 30 maio 2020.

ESPINOZA, Alejandra Araya; MÁRQUEZ, Jaime Valenzuela. **América colonial. Denominaciones, clasificaciones y identidades**. Santiago: RIL Editores, 2010.

ESTENSSORO, Juan Carlos. El simio de dios los Indígenas y la Iglesia frente a la evangelización del Perú, siglos XVI-XVII, **Bulletin de l'Institutfran çais d'études andines**, v. 30, n. 3, 2001. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/bifea/6956>>. Acesso em 23 de dezembro de 2020.

ERBIG, Jeffrey Jr. **Imperial lines, indigenous lands: transforming territorialities of the Río de la Plata, 1680-1805**. Tese (Doutorado). University of North Carolina, Chapel Hill, 2015.

ERBIG, Jeffrey Jr. Conference: Consejo Europeo de investigaciones sociales de América Latina (CEISAL). Em junho de 2013.

ERBIG, Jeffrey Jr. Borderline Offerings: Tolderías and Mapmakers in the Eighteenth-Century Río de la Plata. **Hispanic American Historical Review**, v. 96, n. 9, p. 45–80, 2016.

ERBIG, Jeffrey Jr. **El legado de un atnógrafo imperial: Félix de Azara y la etnohistoria de la Banda Oriental**. SOCIEDAD CIENTÍFICA PARAGUAY. Youtube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PXnSxXxBfms&list=PLNslIkzi_50CMAon5bjNWdgv_CVR75BaE&index=20>. Acesso em 20 junho 2021.

FANJUL, Genoveva González. El fracaso de España en la primera ocupación de los territorios del Golfo de Guinea. **Aldaba**, nº 31, p. 71–84, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.5944/aldaba.31.2001.20470>>. Acesso em 13 de maio de 2020.

FLORES, Mariana F. da Cunha Thompson. Bandidos de Fronteira: O fluxo de criminosos num espaço limítrofe. In: NETO, Francisco Linhares Fontele; FONSECA, Marcos Luiz Bretas da; FLORES, Mariana F. da Cunha Thompson. **História do Banditismo no Brasil: novos espaços, novas abordagens**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2019. p.123-149

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FERREIRA, Helen Patricia Lima. **Variação dos níveis de base do Sistema Laguna Barreira nas adjacências da Laguna Mirim**. 2009. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geociências). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/17405>>.

FERREIRA, Mário Clemente. O Mapa das Corte e o tratado de Madri e a cartografia a serviço da diplomácia. Cartography and diplomacy in Portugal. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, v. 23, nº 37; p. 51-69, jan/jun 2007.

FELIPPE, Guilherme Galhegos; SANTOS, Maria Cristina dos. As diversas fronteiras da América Meridional: alianças e inimizades com infieis no século XVIII. **ANOS 90**, Porto Alegre, v. 27, p. 1-16, 2020.

FONTELLA, Leandro Goya. **As Missões Guartiniticas num contexto de Cultura de Contato: uma interpretação sobre as interações entre sociedades indígenas euro - americanas (c. 1730 - c. 1830)**. Rio de Janeiro, 2007. 417 f. Tese. (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007.

FONTES, A. **Entradas e Bandeiras - Sertão da Capitania de São Vicente, 1690: Histórias do Brasil**. RJTV, [s.d.]. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cUwovcFpcTg&list=PLNsIikzi_50CMAon5bjNWdgv_CVR75BaE>. Acesso em: 23 out. 2020

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; OBERMEIER, Franz. O Libro de medicina, cirurgia e botica: um manuscrito anônimo de Matéria médica rioplatense da primeira metade do século XVIII. **Revista Antíteses**, Londrina, v. 11, p. 132-156, 2018.

GARCIA, Elisa F. Quando os índios escolhem os seus aliados: as relações de "amizade" entre os minuanos e os lusitanos no sul da América portuguesa (c.1750-1800). **Varia história**, Belo Horizonte, v. 24, n. 40, p. 613-632, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010487752008000200017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 de julho 2020.

GARCIA, Elisa F. **As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

GARCIA, Elisa F. Ser índio na fronteira: limites e possibilidades. Rio da Prata, c.1750-1800. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Paris, v. 2011, 2011.

GARCIA, Anderson Marques; MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. O lugar do ameríndio na sociedade sul-rio-grandense: ancestralidade, mitos originários e o imaginário popular. p.131 - 147. In: GARCIA, Anderson Marques, PAIM, Elison Antonio; GUIMARÃES, Maria de Fatima (orgs.). **História, Memória e Patrimônio: Possibilidades Educativas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012. p. 131-148.

GADELHA, Regina Maria. **As missões jesuíticas do Itatim: estruturas sócio-econômicas do Paraguai colonial (séculos XVI e XVII)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GIL, Tiago Luis. **Infieis transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

GIL, Tiago Luis. **Coisas do caminho Tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810)**. 2009. Tese (Doutorado em História) 372 f. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

GIL, Tiago Luis. Entre Impérios: Os criminosos dos "campos neutrais". In: NETO, Francisco Linhares Fonteles; FONSECA, Marcos Luiz Bretas; FLORES, Mariana F. da C. Thompson (Org.). **História do Banditismo no Brasil: novos espaços, novas abordagens**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2019. p. 95-121

GIL, Tiago Luis. **Como se faz um banco de dados (em história)**. 1. ed. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2015.

GIL, Tiago Luis. Cartografia digital para historiadores: algumas noções básicas. In: Marilda Santana da Silva; Ana Célia Rodrigues. (Org.). **História, arquivos e mídias digitais**. 1ª ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013, p. 94-114.

GIL, Tiago; VALENCIA, Villa, Carlos. **O retorno dos mapas - Sistemas de informação geográfica em história**. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016.

GIL, Tiago; VALENCIA, Villa, Carlos. Sobre o comércio ilícito: a visão dos demarcadores de limites sobre o contrabando terrestre na fronteira entre os domínios lusos e espanhóis no Rio da Prata (1780-1810). In: **II Jornadas de História Regional Comparada**, 2005, Porto Alegre.

GIUDICELLI, Christophe. Encasillar la frontera. Clasificaciones coloniales y disciplinamiento del espacio en el área diaguito-calchaquí (S. XVI-XVII). **Nuevo Mundo Nuevos Mundos** Nuevos, Paris, 2009. Disponível em <<http://journals.openedition.org/nuevomundo/56802>>. Acesso em 11 de julho de 2020.

GIUDICELLI, Christophe. **Fronteras movedizas. Clasificaciones coloniales y dinámicas socioculturales en las fronteras americanas**. Cidade do México: Centro de Estudios Mexicanos y Centroamericanos (CEMCA), 2010.

GIUDICELLI, Christophe. **Luchas de clasificación. Las sociedades indígenas entre taxonomía, memoria y reapropiación**. Rosario: Prohistoria ediciones & IFEA, 2018.

GURGEL, Cristina Brandt Friederich Martin. Índios, jesuítas e bandeirantes. Medicinas e doenças no Brasil dos séculos XVI e XVII. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Médicas). 194 f. Campinas, Unicamp, 2009.

GRUZINSKI, Serge. **A Colonização do Imaginário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 175-196, junho de 2001.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

GINZBURG, Carlo. **El juez y el historiador**. Consideraciones al margen del proceso Sofri Madrid: Anaya, 1993.

GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 11, n. 21 - setembro 1990/fevereiro 1991. p. 9-20.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996

HAMEISTER, Martha D.; GIL, Tiago L. Fazer-se elite no extremo sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos: Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: FRAGOSO, João L. R.; ALMEIDA, Maria Celestino de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos**. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2007

HAMEISTER, Martha D. “No princípio era o caos”: a formação de um povoado na fronteira americana dos Impérios Ibéricos através do estudo das relações do compadrio, **Revista de História Regional** v. 15, n. 2, p. 95-128, 2010.

HARLEY, J. B; WOODWARD, David. **The History of Cartography**. v. 2, Cartography in the Traditional Islamic and South Asian Societies. Chicago and London: University of Chicago Press, 1992.

HARLEY J. B. Deconstructing the map. **CARTOGRAPHICA**, Wisconsin, v. 26, n. 2, p. 1-20, verão 1989.

HARLEY J. B. **The New Nature of Maps: Essays in the History of Cartography**. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 2001.

HARLEY J. B.; GOULD, Peter; BAILLY, Antoine; LAVERGNE, P. de. **Le pouvoir des cartes: Brian Herley et la cartographie**. Paris: Anthropos, 1995.

HILL, Jonathan. **History, Power, and Identity: Ethnogenesis in the Americas, 1492-1992**. Iowa City: University of Iowa Press, 1996.

HEINSFEKD, Adelar. A fronteira: historicidade e conceitualização. In: ZARTH, P. A.; VALENTINI, D. J.; RADIN, J. C. (org.). **História da fronteira sul**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: UFFS, 2015. p. 25-42.

JONG, Ingrid de; RODRIGUEZ, Lorena. Introducción. In JONG, Ingrid de; RODRIGUEZ, Lorena. (Orgs.). **Dossier mestizaje, etnogénesis y frontera**. Buenos Aires: Memoria Americana, 2005, p. 7-19.

JUNIOR, Eduardo Teixeira de Carvalho. **Illuminismo em Portugal: uma análise da obra de Verney**. Curitiba: Editora da UFPR, 2003.

JUNIOR, Eduardo Teixeira de Carvalho. **Do índio imaginado ao índio inexistente: a construção do índio na viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira**. 2000. Dissertação (Mestrado em História). Unicamp, Campinas, 2000.

KAYAPÓ, E.; BRITO, T. A pluralidade étnico-cultural indígena no Brasil: o que a escola tem a ver com isso? **Mneme - Revista de Humanidades**, v. 15, n. 35, p. 38-68, 17 out. 2015. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/7445>>. Acesso em 13 julho de 2020.

KANTOR, Iris. A memória toponímica nas expedições da Comissão de Linhas Telegráficas: o caso dos rios Paranatinga e Teles Pires. In: KURY, Lorelai; SÁ, Magali R. (Org.). **Rondon: Inventários do Brasil, 1900 - 1930**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2017, v. 1, p. 80-110.

KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). **Anais do Museu Paulista**, v. 17, n. 2, p. 39-61, julho-dezembro, 2009.

KERN, Arno Alvarez. **Utopias e Missões Jesuíticas**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1995.

KERN, Arno A.; SANTOS, Maria Cristina dos; GOLIN, Tau. **Povos Indígenas**. Passo Fundo: Méritos, 2009.

KOK, Glória. **O sertão itinerante. Expedições da capitania de São Paulo no século XVIII**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2004.

KOK, Glória. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 17, n. 2, p. 91-109, 1 dez. 2009.

KUNZ, Jaciel Gustavo; GIOVANNI, Antonio Carlos Castro. Lagoa Mirim (Brasil/Uruguai): três versões turísticas de uma paisagem. **Revista Latino Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 6, n. 4, março de 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.23899/relacult.v6i4.1735>>. Acesso em 13 julho de 2020

KÜNH, Fábio. **Gente da fronteira: família e poder no Continente do Rio Grande** (Campos de Viamão, 1720 – 1800). São Leopoldo: Oikos, 2014.

KÜNH, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

KÜNH, Fábio. A cartografia setecentista da colônia do Sacramento e Rio Grande de São Pedro na perspectiva dos engenheiros militares. In: NEUMANN, Eduardo Santos; BRANDALISE, Carla (org.). **O Rio Grande do Sul Revisitado: Novos Capítulos**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2019. p.77-96.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 7.ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LANGER, Protasio Paulo. Representações e apropriações dos topônimos/etnônimos indígenas numa carta geográfica do século XVII. **História Unisinos**, v. 19, n. 1, p. 43-58, janeiro/abril de 2015.

LANGER, Protasio Paulo. **Os Guarani-Missioneiros e o colonialismo luso no Brasil meridional**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2005.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-história. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992. p. 133-163.

LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

LOIS, Carla. La patria es una e indivisible. **Terra Brasilis**, v. 1, novembro de 2012. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/138>;DOI:<https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.138>>. Acesso em 01 de março de 2021.

MARTÍNEZ Díaz, N. **LA INDEPENDENCIA HISPANOAMERICANA**. Madrid: Historia 16, 1989.

MASTRICCHIO, Malena Mazzitelli. Carla Lois – Mapas para la Nación. **Terra Brasilis**, v. 4, fevereiro de 2015. Disponível em <<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1301>> Acesso em 17 de novembro de 2020.

MALINOWSKI, B. **Los argonautas del Pacífico Occidental**. Comercio y aventura entre los indígenas de la Nueva Guinea melanésica. Barcelona. Península, 1995.

MELGAREJO, Angélica Otazú. Contribución a la medicina natural: Pohã Ñana, un Manuscrito inédito en Guaraní (Paraguay, S. XVIII). **Corpus**. Archivos virtuales de la alteridad americana, v. 4, n. 2, dezembro de 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/corpusarchivos.1301>>. Acesso em 30 maio 2020.

MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva e. **A aldeia de São Nicolau do Rio Pardo: histórias vividas por índios guaranis (séculos XVIII-XIX)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva e. A execução do tratado de Santo Ildefonso e as atuações indígenas na fronteira platina. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 10, n. 19, p. 169–187, 2018. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6737571>>. Acesso em: 13 julho de 2020

MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva e. **HISTÓRIAS E TRAJETÓRIAS INDÍGENAS NA FRONTEIRA SUL: A ALDEIA DE SÃO NICOLAU DO RIO PARDO (1757-1862)**. 2010. Monografia. (Licenciatura em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MEDINA, Paula Abal, Notas sobre la noción de resistencia en Michel de Certeau. **Kairos: Revista de temas sociales**, n. 20, p. 1-11, 2007.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Concessão de títulos nobiliárquicos a lideranças indígenas na América Portuguesa. **Mosaico**, Goiânia, v. 4, p. 175-181, 2011.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Povos Indígenas do Sertão Nordestino no Período Colonial: descobrimentos, alianças, resistências e encobrimento. **Revista Fundamentos**, São Raimundo Nonato, v. 1, p. 7-52, 2002.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. A política pombalina e o encobrimento da diversidade étnica dos povos indígenas do Nordeste. **Caderno de Resumos do XXI Simpósio Nacional da ANPUH**, Niterói, v. 1, p. 191, 2001.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Capa, espada, hábito e tença: concessão de títulos nobiliárquicos às lideranças indígenas na América Portuguesa no século XVII. **ANAIS do XXVI Simpósio Nacional de História**, São Paulo, p. 1-12, 2011.

MILECH NETO, Dário. **Um ilustrado nas fronteiras da alteridade: Félix de Azara e a questão do “outro”**. 2015. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

MICHAEL, Johann. Podemos falar de uma política do esquecimento? **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.3, agosto/novembro, 2010. p. 14-26. Disponível em:<<http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/site/revista/edicao-03/>>. Acesso em 10 novembro de 2020.

MYSKIW, Antonio Marcos. Uma breve história da formação da fronteira no Sul do Brasil. In: ZARTH, P. A.; VALENTINI, D. J.; RADIN, J. C. (org.). *História da fronteira sul*. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: UFFS, 2015. p. 43-72

MOTTA, Rodrigo Patto Sá, **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MONTEIRO, John M. A Dança dos Números: a população indígena do Brasil desde 1500. **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, n. 271, p. 17-18, 1994.

MONTEIRO, John M. História Indígena: Recuperando o Passado, Olhando para o Futuro. **Temporais**, São Paulo, v. 2, n. 4, 1993.

MONTEIRO, John M. De Índio a Escravo. A Transformação da População Indígena de São Paulo no Século XVII. **Revista de Antropologia** (USP), São Paulo, v. 30, p. 151-173, 1988.

MONTEIRO, John M. **Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John M. Tupis, Tapuias e a História de São Paulo. Revisitando a Velha Questão Guaianã. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 34, p. 125-135, 1992.

MONTEIRO, John M. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAIS, Aduino (org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

NAVARRO, E. A. **Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil**. São Paulo. Global. 2013.

NACUZZI, Lidia e LUCAIOLI, Carina. El trabajo de campo en el archivo: campo de reflexión Para las ciencias sociales. PUBLICAR-En Antropología y Ciencias Sociales 0, nº 10 (16 de abril de 2012). <http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/publicar/article/view/1198>.

NEUMANN, Eduardo Santos. **Práticas letradas Guarani: produção e usos da escrita indígena (Séculos XVII e XVIII)**. 2005. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

NEUMANN, Eduardo Santos. **Guaranis missioneiros em Buenos Aires 1640/1750**. 1995. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

NEUMANN, Eduardo Santos. A escrita dos guaranis nas reduções: usos e funções das formas textuais indígenas – século XVIII. **Topoi**, Rio de Janeiro, v.8, n.15, p.49-79, jul./dez. 2007.

NEUMANN, Eduardo Santos. Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680-1757. **Revista Complutense De Historia De América**, Madri, n. 26, p.73-93, 2000.

NEUMANN, Eduardo Santos. A Fronteira Tripartida: a formação do continente do Rio Grande - Século XVIII IN: GUAZELLI, Cezar Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo dos Santos (org.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: ed. UFRGS, 2004. p. 25-47.

NEUMANN, Eduardo Santos. Mientras volaban correos por los pueblos: autogoverno e práticas letradas nas Missões Guarani – século XVIII. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, n.22, p.93-119, jul./dez. 2004.

NEUMANN, Eduardo Santos. **Letra de Índios: cultura escrita, comunicação e memória indígena nas Reduções do Paraguai**. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2015.

OSORIO, Helen. **Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino**. São Leopoldo: Oikos, 2017.

OSORIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Livraria da UFRGS, 2007.

OSORIO, Helen. Estancieiros e lavradores Rio Grande do Sul, século XVIII. **Anos 90**, v. 3, n. 4, p. 31-43, dez. 1995.

OSÓRIO, Helen. Incidências da guerra em uma fronteira imperial: Rio Grande de São Pedro, 1750-1825. In: Reitano, E; Possamai, P. C.. (Org.). **Hombres, poder y conflicto: Estudios sobre la frontera colonial sudamericana y su crisis**. 1ed.La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2015, v. 1, p. 369-387.

OSORIO, Helen. Estruturas socioeconômicas coloniais. In: WASSERMAN, Claudia (coord.). **História da América Latina: Cinco Séculos**. 3ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, pp. 38-76.

ORTELLI, Sara. La “araucanización” de las pampas: ¿Realidad histórica o construcción de los etnólogos? **Anuario del IEHS**, Tandil, v. 11, p. 203–225, 1996.

ORTELLI, Sara. Vivir en los márgenes. Fronteras porosas y circulación de población en la Nueva Vizcaya tardo colonial. **Anuario de Historia Regional y de las Fronteras**. v. 19, n. 1. pp 39-57. 2014.

OESTE, Laura. **Mulheres indígenas e fronteiras platinas (século XVIII): invisibilidade, famílias e alteridade**. 2020. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **MANA**, Rio de Janeiro v. 4, n. 1, p. 47-77, abril. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493131998000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 fevereiro de 2021.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. A problemática dos “índios misturados” e os limites dos estudos americanistas: um encontro entre antropologia e história. In: **Ensaio em antropologia histórica**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 99-123.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica. In: João Luís Ribeiro Fragoso, Maria de Fátima Gouvea. (Org.). **O Brasil colonial, in: O Brasil colonial**, 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 167–228.

PAULA. Alberto. S. J. de. El Real Cuerpo de Ingenieros Militares y la cultura artística en el sur de América. **Crítica**, Buenos Aires, n. 56. 1995.

PASSETTI. G. **Indígenas e criollos: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885)**. São Paulo: Alameda, 2012.

PEREIRA, Cesar Castro. **“Y hoy están en paz”: relações entre os índios 'infiéis' da Banda Oriental e guaranis missioneiros no período colonial tardio (1737-1801)**. 2008. Monografia (Bacharelado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PAPESCHI, M. S. **Juan Facundo Quiroga: um homem, vários personagens**. 2014. 119 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

POLONI-Simard, Jacques. Historia de los indios en los Andes, los indígenas en la historiografía andina: análisis y propuestas. **Anuario del IEHS**, Tandil, v. 15, p. 87-100, 2000.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial**. Bauru: EDUSC, 2003.

POMPA, Cristina. As muitas línguas da conversão: missionários, tupi e “tapuia” no Brasil colonial. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 27-44, 2001.

POMPEU, Ana Carolina Gutierrez. **A construção da Patagônia argentina**. 2012. 180 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

POMPEU, Ana Carolina Gutierrez. **Conquistar o deserto: resistência indígena e violência na fronteira do Pampa e da Patagônia (1850-1885)**. 2018. 219 f., il. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

POMPEU, Ana Carolina Gutierrez. A Campanha do Deserto e os desafios da civilização: o problema do índio na Patagônia e a configuração do Estado-Nação. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo, v.1 2011.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRATT, Mary Louise. **Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru: EDUSC, 1999.

PRADO, Fabrício Pereira. **Edge of Empire Atlantic Networks and Revolution in Bourbon Río de la Plata**. 1º ed. Oakland, California: University of California Press, 2015.

RANZAN, Alfredo Campos. **O papel, a pena, e a fronteira: manifestações escritas e ação indígena nas reduções guaranis do Paraguai (1767 – 1810)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

RESÉNDEZ, Andrés. **La otra esclavitud: Historia oculta del esclavismo indígena**. México: Grano de Sal, UNAM, 2009.

RICŒUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIBEIRO, Max Roberto Pereira. **“A terra natural desta nação guarani” identidade, memória e reprodução social indígena no vale do Jacuí (1750-1801)**. Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

RIBEIRO, Max Roberto Pereira. Guaranis no Rio Grande do Sul: Ensaio sobre territorialidade indígena In: NEUMANN, Eduardo Santos; BRANDALISE, Carla (org.). **O**

Rio Grande do Sul Revisitado: Novos Capítulos. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2019. p. 19-44.

ROUSSO, Henry. O Arquivo ou o indício de uma falta. **Estudos Históricos**, n. 17, p. 85-91, 1996.

RUIZ DE MONTOYA, Antonio. **Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Iesus en las Prouincias del Paraguay, Parana, Uruguay, y Tape.** Madrid: Imprensa del Reyno, 1639.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história: uma teoria da história como ciência.** Curitiba: Editora UFPR, 2015.

RÜSEN, Jörn. “Objetividade e narratividade nas ciências históricas”. **História Revista**, v. 4, n. 1, 1996, p. 75 -102.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva.** São Paulo: Companhia das Letras; Belo horizonte: UFMG, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Maria Cristina dos; FELIPPE, Guilherme Galhegos. Protagonismo como substantivo na História indígena. In: **Protagonismo ameríndio de ontem e hoje.** Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 13-52.

SACK, Robert D. Humam territoriality: a theory. **Annals of the Association of America Geographes.** v. 73, n.1, p.55-74, março de 1983.

S. ZEBALLOS, Estanislao. **La Conquista de Quinze Mil Leguas:** Estudio Sobre La Traslación de La Frontera Sur de La República Al Rio Negro. Buenos Aires: Hechertte, 1986.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo: civilizacion y barbarie.** New York: Doubleday & Company, 1961.

SILVA, Adriana Fraga da; BARCELOS, Arthur H. F. A “Terra de Ninguém”: índios e bugres nos Campos de Cima da Serra. In: KERN, Arno A.; SANTOS, Maria Cristina dos; GOLIN, Tau. **Povos Indígenas.** Passo Fundo: Méritos, 2009. Pág. 63-80.

SILVA, J. Resende. **A Fronteira do Sul.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

SILVA, Marcos Noé Pedro da. Definição de Conjunto. **Brasil Escola.** Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/matematica/definicao-conjunto.htm>. Acesso em 18 de junho de 2020.

SIRTORI, Bruna. Biblioteca Nacional. Nos limites do relato: Indígenas e demarcadores na fronteira sul da América Ibérica no século XVIII, 2008.

SOUSA, Octávio Tarquínio. **Coleção documentos brasileiros.** v. 19. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939.

SHUMWAY, Nicolas. **A invenção da Argentina**. São Paulo: EdUSP; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

TORRES, L. H. **O poente e o nascente do projeto luso-brasileiro (1763-1777)**. BIBLOS, [S. l.], v. 22, n. 2, p.19–25, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/958>. Acesso em: 16 nov. 2021.

TODOROV, Tzvetan, **A Conquista da América. A Questão do Outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VELLINHO, Moysés. **Fronteira**. Porto Alegre: EdUFRGS, 1975.

VOLLWEILER, Sabrina. **Los baqueanos: expertos en los caminos de la frontera sur de Buenos Aires (siglo XVIII)**. Revista TEFROS 15, nº 1 (30 de junho de 2017). Pág. 69–97.

WILDE, Guillermo. **Religión y poder en las misiones de Guaraníes**. Buenos Aires: SB, 2016.

WACHTEL, Nathan. OS INDÍOS E A CONQUISTA ESPANHOLA. In: BETHELL, Leslie **História da América Latina**. v. 1. América Latina Colonial. São Paulo: EdUSP, 2004. p. 195-239

ZARTH Paulo A. Fronteira Sul: história e historiografia. In: ZARTH, P. A.; VALENTINI, D. J.; RADIN, J. C. (org.). **História da fronteira sul**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: UFFS, 2015. p. 09-24